



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA**

KARINA FERNANDA TRAVAGIM VITURINO NEVES

**RELAÇÃO CIDADE-CAMPO:
ESTUDO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA GEO-
GRÁFICA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANAIS DOS ENCONTROS
NACIONAIS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA)**

**SALVADOR, BA.
2010**

KARINA FERNANDA TRAVAGIM VITURINO NEVES

**RELAÇÃO CIDADE-CAMPO:
ESTUDO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NA CIÊNCIA
GEOGRÁFICA BRASILEIRA A PARTIR DOS ANAIS DOS ENCON-
TROS NACIONAIS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA (ENGA)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Departamento de Geografia, no Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva.
Área de concentração: Análise do Espaço Geográfico.

SALVADOR, BA.
2010

P659 Neves, Karina Fernanda Travagim Viturino.
Relação cidade-campo: estudo da produção do conhecimento na
ciência geográfica a partir dos anais dos encontros nacionais de geografia agrá-
ria (ENGA) / Karina Fernanda Travagim Viturino Neves. - Salvador, 2010.
298f.

Orientador: Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva.
Dissertação (mestrado em geografia) – Instituto de Geociências,
Universidade Federal da Bahia, 2010.

1. Geografia agrária - Brasil. 2. Geografia urbana - Brasil. 3. Encontros Na-
cionais de Geografia Agrária (ENGAs) - 1978 a 2009. 4. Geografia na literatura. I.
Silva, Sylvio Carlos Bandeira de Mello e. II. Universidade Federal da Bahia. Insti-
tuto de Geociências. III. Título.

CDU: 911.37(813.8)

Elaborada pela Biblioteca Shiguemi Fujimori, Instituto de Geociências da Universida-
de Federal da Bahia.

DEDICATÓRIA

Dedico essa pesquisa aos meus familiares e amigos que, por tantas vezes no decorso desse trabalho, se viram privados da minha companhia. Em especial ao meu querido Marcos, que por tantos anos me acompanha, me apóia e não mede esforços para a realização dos meus sonhos, porque os assume também como parte da sua vida. Por fim, dedico esse trabalho à minha querida avó Lídia, exemplo de simplicidade e honradez, que nos deixou durante a realização desse trabalho e não pode comemorar comigo essa importante etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, sempre e em primeiro lugar, pelo dom da vida e pelas oportunidades que Ele pôs em meu caminho e que me levaram a conquistas nunca antes por mim sonhadas.

Aos professores, funcionários e colegas do curso de Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia que participaram dessa importante etapa da minha formação acadêmica.

Ao Prof. Dr. Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva, pela sua orientação, por suas importantes contribuições e pelo apoio ao longo do desenvolvimento desse trabalho.

Às Professoras Dras. Guiomar Inez Germani e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira pela gentileza de me ceder os materiais que compuseram minha fonte de dados e pelas valiosas contribuições a esse trabalho.

Ao CNPq, que através do seu apoio, me possibilitou dedicação exclusiva à pesquisa, fato que, sem dúvida, concorreu para minha formação enquanto pesquisadora.

Aos meus familiares e amigos, que de tantas formas me incentivaram à conclusão desse trabalho e, em especial, ao meu querido marido Marcos, que estando sempre presente vivenciou todas as fases de desenvolvimento dessa pesquisa.

A todos meus sinceros agradecimentos.

“Que poderei retribuir ao Senhor Deus,
por tudo aquilo que ele fez em meu fa-
vor?” (Salmo 115).

RESUMO

O presente trabalho é resultado de um estudo teórico-epistemológico, de caráter bibliográfico, através do qual objetivamos investigar, no âmbito da ciência geográfica, a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil. O contexto histórico e científico no qual se insere nosso objeto de estudo corresponde ao período de difusão das transformações nas relações sociais de produção e de trabalho ocorridas, no Brasil, a partir da década de 1960. Para realizar esse trabalho tomamos como base de análise o conjunto dos trabalhos desenvolvidos sobre a temática da relação cidade-campo e publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs) e utilizamos o período de realização desses encontros – 1978 a 2009 – para estabelecermos a delimitação temporal da nossa pesquisa. Acreditamos que o estudo da produção do conhecimento ao longo da realização de um evento científico pode permitir, ao mesmo tempo, a análise do desenvolvimento da ciência na qual o evento está inserido e a análise do processo histórico da sociedade na qual a ciência se desenvolve. Nesse sentido, discutimos a importância dos ENGAs no meio acadêmico geográfico brasileiro, resgatando sua história e analisando sua estrutura ao longo dos vinte anos de sua realização. Em relação aos dados bibliográficos, tivemos acesso a anais de todos os dezenove ENGAs e consultamos cerca de 1850 trabalhos. Desse montante, selecionamos 424 que pareciam discutir a temática da relação-cidade campo. Após a leitura e análise desses trabalhos definimos nossa fonte de dados, essa composta por 281 obras. A análise dos dados bibliográficos foi realizada a partir de três abordagens principais. Na primeira investigamos a distribuição dos dados bibliográficos segundo as diversas atividades realizadas nos eventos; identificamos os profissionais, as instituições e as áreas de conhecimento envolvidas na análise da temática; apresentamos o perfil dos trabalhos publicados nos anais dos ENGAs e discutimos questões relacionadas à localização desses eventos. Em seguida, discutimos os referenciais teóricos e metodológicos que orientaram a produção do conhecimento nos estudos analisados e as temáticas mais investigadas em cada corrente teórico-metodológica relacionando-as às principais correntes do pensamento geográfico. E, por fim, expomos os fenômenos e conceitos apontados como relevantes para a investigação da temática da relação cidade-campo; os modelos e as tipologias utilizados para explicar a organização de espaços urbanos e rurais e apresentamos algumas avaliações identificadas nos estudos analisados, a respeito da produção do conhecimento sobre o campo brasileiro. Esperamos que esse trabalho possa vir a contribuir para estimular a realização de outros trabalhos científicos sobre o tema e subsidiar futuras pesquisas, ao sistematizar os conhecimentos produzidos e indicar lacunas e tendências no processo de produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo na Geografia Agrária brasileira.

Palavras-chave: Relação cidade-campo. Epistemologia da Geografia. Geografia Agrária brasileira. Encontros Nacionais de Geografia Agrária.

RESUMÉ

Ce travail est le résultat d'une étude théorique et épistémologique, réalisé par une recherche bibliographique, par laquelle nous visons étudier, dans le cadre de la science géographique, la production de connaissances sur le thème de la relation entre ville et campagne au Brésil. Le contexte historique et scientifique dans lequel s'insère l'objet de notre étude c'est la période de diffusion des transformations des relations sociales de production et de travail qu'ont eu lieu au Brésil à partir des années 1960. Pour faire ce travail, nous avons prié comme base d'analyse, tous les travaux effectués sur le thème de la relation ville-campagne, et ceux publiés dans les annales des Rencontres Nationales de Géographie Agraire (ENGAs). Nous croyons que l'étude de la production de connaissances le long de la réalisation d'un événement scientifique peut permettre, au même temps, l'analyse de l'évolution de la science dans laquelle l'événement est inséré et l'analyse du processus historique de la société dans laquelle la science se développe. Dans ce sens, nous avons discuté l'importance des ENGAs au milieu académique et dans le contexte géographique brésilien, en analysant son histoire et sa structure au cours des vingt ans de sa réalisation. Par rapport aux données bibliographiques, on a eu accès aux annales de tous les dix-neuf ENGAs et on a consulté environ 1850 travaux. De ce montant, on a sélectionné 424 qui semblaient discuter le thème de la relation ville-campagne. Après la lecture et l'analyse de ces travaux, on a défini notre source de données, composée de 281 ouvrages. L'analyse des données bibliographiques a été faite à partir de trois approches principales. Au début, nous avons étudié la distribution des données bibliographiques selon les différentes activités réalisées dans les événements ; identifié les professionnels, les institutions et les domaines des connaissances impliqués dans l'analyse de la question; présenté le profil des articles publiés dans les Annales des ENGAs et enfin, nous avons discuté des questions liées à l'emplacement de ces événements. En suite, nous avons discuté les approches théoriques et méthodologiques qui ont guidé la production de connaissances dans les études analysées et les thèmes les plus étudiés dans chaque courant théorique-méthodologique, en les reliant aux principaux courants de la pensée géographique. Enfin, nous avons montré les phénomènes et les concepts considérés comme pertinents à l'investigation de la thématique de la relation ville-campagne; les modèles et les typologies utilisés pour expliquer l'organisation des zones urbaines et rurales et nous avons présenté certaines évaluations, identifiées dans les études analysées, sur la production de connaissances sur la campagne brésilienne. Nous espérons que ce travail puisse contribuer à faire avancer la réalisation d'autres travaux scientifiques sur ce thème et soutenir la recherche future, après avoir systématisé les connaissances produites et avoir indiqué les lacunes et les tendances dans la production de connaissances sur la thématique de la relation ville-campagne en Géographie Agraire brésilienne.

Mots clé: Relations ville-campagne. Épistémologie de la Géographie. Géographie Agraire brésilienne. Rencontres Nationales de Géographie Agraire.

SUMÁRIO

Resumo	vi
Resumé	xvii
Lista de Quadros	x
Lista de Tabelas	xi
Lista de Figuras	xii
INTRODUÇÃO	13
1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA	19
1.1 Transformações históricas das interpretações geográficas referentes às relações entre a cidade e o campo.....	21
1.2 A problemática das relações cidade-campo e o contexto de desenvolvimento da pesquisa	30
2 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NA GEOGRAFIA	45
2.1 O desenvolvimento da Geografia e as correntes do pensamento geográfico.....	46
2.2 Subsídios para investigação epistemológica no interior da Geografia Agrária.....	54
3 CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE DADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	71
3.1 O surgimento e a consolidação dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs)	74
3.2 Caracterização da fonte de dados.....	80
4 ANÁLISE DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	104
4.1 Parâmetros de análise.....	106
4.2 Referenciais teórico-metodológicos da pesquisa bibliográfica nos ENGAs e as perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo.....	115
4.3 As formas de análise da temática da relação cidade-campo nos ENGAs.....	134
5 A INVESTIGAÇÃO DA TEMÁTICA DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NOS ENCONTROS NACIONAIS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA	148
5.1 Fenômenos analisados no estudo da temática da relação cidade-campo.....	149
5.1.1. Estrutura.....	151
5.1.2. Processo.....	158
5.1.3. Forma.....	165
5.1.4. Função.....	173
5.2 Conceitos e definições empregados na investigação da temática da relação cidade-campo.....	182
5.2.1. A utilização dos conceitos geográficos.....	182
5.2.2. As definições empregadas no estudo da temática.....	191
5.3 Modelos e/ou tipologias de espaços rurais e urbanos.....	200
5.4 Avaliação da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo.....	208

6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	221
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	227
8	APÊNDICES	240
A	Modelo da ficha-resumo utilizada na pesquisa bibliográfica.....	241
B	Síntese da produção de conhecimento geográfico.....	243
C	Eixos temáticos de Comunicações dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs).....	248
D	Lista dos trabalhos analisados nos anais dos ENGAs que compuseram a fonte de dados da pesquisa bibliográfica.....	251
E	Observações a respeito da distribuição da quantidade de trabalhos publicados nos anais dos ENGAs.....	290
9	ANEXOS	294
A	Síntese da Geografia Agrária brasileira.....	295
B	Agrupamento abrangente das correntes teórico-metodológicas.....	296
C	Reprodução do mapa “Nordeste: tipos de espaços rurais 1975”.....	298

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	As principais correntes do pensamento geográfico.....	51
Quadro 2	As cinco escolas da Geografia Agrária.....	57
Quadro 3	Paradigmas científicos da Geografia Agrária brasileira.....	66
Quadro 4	Síntese dos elementos teóricos utilizados para a análise da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo em Geografia.....	70
Quadro 5	Histórico dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA)..	76
Quadro 6	Anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs) consultados na pesquisa bibliográfica.....	78
Quadro 7	Títulos, temas e temários dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs).....	79
Quadro 8	Informações gerais sobre as obras e os autores: resumo dos dados coletados na pesquisa bibliográfica.....	81
Quadro 9	Grupos, núcleos e centros de pesquisa envolvidos na investigação da temática relação cidade-campo nos ENGAs e identificados na pesquisa bibliográfica.....	101
Quadro 10	Síntese dos elementos envolvidos no estudo da temática da relação cidade-campo na Geografia.....	134
Quadro 11	Síntese dos fenômenos relevantes para a compreensão da temática da relação cidade-campo, organizados nas categorias “estrutura, processo, forma e função” definidas por Santos (1997; 2004), segundo análise dos trabalhos publicados nos anais dos ENGAs.....	182

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala regional.....	137
Tabela 2	Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala estadual.....	140
Tabela 3	Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala mesorregional.....	143
Tabela 4	Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala municipal/microrregional.....	145
Tabela 5	Distribuição da utilização dos conceitos geográficos no estudo da temática da relação cidade-campo ao longo dos ENGAs.....	185

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Trabalhos selecionados nos anais dos ENGAs e identificação da fonte de dados da pesquisa bibliográfica.....	82
Figura 2	Distribuição dos trabalhos que discutiam a temática da relação cidade-campo nos ENGAs em dois conjuntos definidos a partir dos eixos temáticos/temáticas dos eventos.....	85
Figura 3	Distribuição dos trabalhos que discutiam a temática da relação cidade-campo por conjunto ao longo dos dezenove ENGAs.....	85
Figura 4	Classificação das atividades realizadas nos ENGAs no conjunto dos trabalhos que discutiam perifericamente a temática da relação cidade-campo, agrupados no conjunto “outros eixos e temáticas”..	92
Figura 5	Classificação das atividades realizadas nos ENGAs no conjunto dos trabalhos que discutiam diretamente a temática da relação cidade-campo, agrupados no conjunto “Relação cidade-campo”....	93
Figura 6	Perfil dos profissionais de Geografia envolvidos no estudo da temática da relação cidade-campo nos ENGAs.....	94
Figura 7	Identificação das diferentes áreas de conhecimento envolvidas no estudo da temática da relação cidade-campo nos ENGAs.....	95
Figura 8	Identificação dos diferentes tipos de trabalhos sobre a temática da relação cidade-campo nos ENGAs.....	97
Figura 9	Mapa de localização das sedes dos dezenove ENGAs realizados..	100
Figura 10	Distribuição dos trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAs segundo as correntes teórico-metodológicas.....	116
Figura 11	Distribuição trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo por ENGA e segundo as correntes teórico-metodológicas.....	118
Figura 12	Distribuição dos trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAs segundo as formas e escalas de análise.....	135
Figura 13	Estudos de caso - escala regional.....	138
Figura 14	Estudos de caso - escala estadual.....	141
Figura 15	Estudos de caso - escala mesorregional.....	144
Figura 16	Estudos de caso - escala municipal/microrregional.....	146

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é resultado de um estudo de caráter bibliográfico, através do qual objetivamos investigar, no âmbito da ciência geográfica, a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil.

Este objeto de estudo é particularmente interessante para nós, em virtude de percebermos as transformações ocorridas nas formas de trabalho, de produção e de organização do espaço agrário brasileiro a partir da emergência das novas tecnologias no campo. Alguns autores denominam essas transformações como processo de modernização da agricultura e o relacionam diretamente com o desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo, antes hegemônicas somente no meio urbano.

Autores como Ferreira (2002) e Alentejano (2003) identificam que o processo de modernização da agricultura teria ocorrido no Brasil ao longo das décadas de 1960 e 1970. Inicialmente esse processo estaria restrito a determinadas porções do território – especialmente nas regiões Sul e Sudeste – mas até o final da década de 70 ele já havia se difundido por todo território, ainda que desigualmente, alterando as formas de organização do espaço geográfico brasileiro.

A relação entre esse processo de modernização e a produção científica da Geografia nos interessa especialmente. Isto porque a temática da relação cidade-campo ganhou destaque como objeto de pesquisa a partir do momento em que os

pesquisadores da Geografia Agrária passaram a reconhecer a modernização da agricultura como um importante processo de produção e reprodução do espaço geográfico e passaram a orientar suas pesquisas no sentido de compreendê-lo.

Considerando as configurações deste contexto histórico e científico, iniciamos a delimitação do nosso objeto de estudo pelo seguinte problema de pesquisa: **De que forma a temática da relação cidade-campo tem sido estudada na área de Geografia Agrária, considerando as transformações decorrentes da difusão e incorporação de novas tecnologias no campo brasileiro?**

A fim de responder a esta questão, tomamos como base de nossa análise o conjunto dos trabalhos desenvolvidos sobre a temática e publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs).

Selecionamos o período de realização desses encontros (1978–2009) como nossa delimitação temporal por compreendermos que esses eventos são importantes fóruns de discussão e divulgação dos estudos agrários no Brasil.

Dentre as motivações que nos levaram a escolher esse tema de pesquisa destacamos dois tipos de justificativas: pessoal e acadêmica. Como justificativa pessoal relacionamos as discussões empreendidas em diferentes disciplinas do curso de graduação em Geografia, através das quais pudemos compreender a complexidade da temática e constatar a persistência da explicação dicotômica e estereotipada das realidades urbana e rural. Através dessas discussões pudemos rever e reavaliar nossas experiências no meio rural ligadas principalmente à nossa atuação profissional no ensino básico.

As justificativas acadêmicas surgiram já na fase de construção do anteprojeto dessa pesquisa, requerido para o processo seletivo do curso de Mestrado desta instituição, e foram expandidas na medida em que nos aprofundávamos na busca de um referencial teórico-conceitual adequado para a análise do nosso objeto de estudo.

Como primeira justificativa acadêmica apresentamos a necessidade de realização de novos trabalhos que investiguem as relações cidade-campo no Brasil. Alguns autores (ALENTEJANO, 2000; CARLOS, 2004; FERNANDES, 2005) discutem essa necessidade e reconhecem que questões importantes relacionadas ao tema têm sido pouco exploradas.

Ao longo da revisão da literatura também percebemos em várias obras a pluralidade de significados quanto à utilização de termos e conceitos relacionados ao

estudo dessa temática. Este fato justifica a realização de um estudo teórico-epistemológico que busque analisar e discutir a produção do conhecimento sobre a temática, sintetizando as principais contribuições, indicando os pontos de divergência entre os autores e apresentando as principais lacunas e tendências observadas no estudo das relações cidade-campo no Brasil.

Por fim, ao consultarmos a produção de teses e dissertações sobre o tema em algumas universidades constatamos, até o presente momento, a ausência de trabalhos que abordem o tema sob a perspectiva que apresentamos nessa pesquisa.

A partir do desenvolvimento deste trabalho buscamos realizar um estudo teórico-epistemológico que seja capaz de evidenciar as formas pelas quais a Geografia Agrária brasileira tem investigado as transformações ocorridas nas relações cidade-campo a partir da inserção e difusão das novas tecnologias no campo.

Optamos por denominar nossa pesquisa como um estudo teórico-epistemológico devido à natureza das discussões empreendidas, norteadas por dois objetivos gerais, quais sejam:

- a) Investigar a produção do conhecimento no âmbito da ciência geográfica sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil a partir da análise dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (1978-2009) e
- b) Avaliar o movimento da Geografia Agrária brasileira no estudo das relações cidade-campo, buscando mapear as lacunas e as tendências para a produção de conhecimento sobre a temática.

A natureza teórica de nosso estudo está relacionada ao primeiro objetivo geral que nos orienta a identificar e analisar, por meio de pesquisa bibliográfica, os trabalhos produzidos a respeito da temática da relação cidade-campo e publicados nos anais dos ENGAs, discutindo os principais fenômenos investigados, os conceitos e definições empregados no estudo do tema e os modelos e/ou tipologias propostos para classificação de espaços rurais e urbanos.

Por sua vez, a natureza epistemológica de nossa pesquisa está mais fortemente associada ao segundo objetivo geral, através do qual buscamos compreender as formas pelas quais a ciência geográfica, em especial a Geografia Agrária, tem investigado/interpretado as transformações ocorridas nas relações entre a cidade e o campo no contexto proposto e como esse ramo da ciência tem avaliado a sua própria produção do conhecimento a respeito da temática.

Compreendendo a análise epistemológica não só como a observação sobre as teorias e metodologias utilizadas em determinada ciência, mas como o questionamento sistemático tanto sobre os fatores que influenciam a produção dos conhecimentos científicos quanto sobre as tendências e rumos que se delineiam em determinado campo de investigação, buscamos discutir e caracterizar as referências teóricas e metodológicas que influenciaram o desenvolvimento dos trabalhos publicados nos anais dos ENGAs; selecionar e discutir as avaliações realizadas pelos autores a respeito do processo de produção de conhecimento sobre a cidade e o campo no Brasil e apontar lacunas e tendências na produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no âmbito da Geografia Agrária, a partir dos estudos analisados.

Como resultado da realização dessa pesquisa apresentamos um trabalho nos moldes de um “estado-da-arte”. Nele analisamos as principais obras e autores que discutiram as relações existentes entre a cidade e o campo no Brasil no período proposto – bem como os fenômenos envolvidos nessas relações, os conceitos produzidos e/ou adotados pela ciência geográfica para o estudo do tema e o arcabouço teórico-metodológico utilizado por essa ciência – e que foram publicados nos anais dos dezenove Encontros Nacionais de Geografia Agrária já realizados.

Nossa dissertação está organizada em cinco capítulos nos quais apresentamos as discussões pertinentes à investigação da temática da relação cidade-campo na Geografia e os resultados das análises dos dados da pesquisa bibliográfica.

No Capítulo 1 tratamos de delimitar melhor nosso objeto de estudo. Primeiramente investigamos, a partir de uma abordagem histórico-epistemológica, as transformações ocorridas nas formas de interpretação das relações entre a cidade e o campo. Em seguida, expomos o contexto de desenvolvimento dessa pesquisa, precisando a problemática na qual se insere nosso objeto de estudo e apresentando as sub-questões de pesquisa e os objetivos específicos que nortearam o desenvolvimento desse trabalho.

No Capítulo 2 reunimos e relacionamos os elementos teóricos que nos subsidiaram na análise da produção do conhecimento sobre a temática em estudo. Dividimos esse capítulo em duas seções, sendo que na primeira discutimos o desenvolvimento da Geografia, as principais correntes do pensamento que orientam sua produção científica e o surgimento das especialidades geográficas e, na segunda seção investigamos o surgimento e a consolidação da Geografia Agrária como área do co-

nhecimento geográfico, analisando os elementos epistemológicos que subsidiam a análise da produção científica desse ramo da Geografia, no interior do qual se encontram a maior quantidade de trabalhos sobre a temática da relação cidade-campo no contexto delimitado por essa pesquisa.

Nos Capítulos 3, 4 e 5 apresentamos os resultados da pesquisa bibliográfica.

No Capítulo 3 buscamos caracterizar nossa fonte de dados. Para tanto, analisamos primeiramente os Encontros Nacionais de Geografia Agrária, destacando seu surgimento e sua importância no meio acadêmico nacional. Em seguida, numa primeira abordagem dos dados bibliográficos, apresentamos algumas análises gerais, tais como: a distribuição dos dados segundo as diversas atividades realizadas nos eventos; a identificação dos profissionais, das instituições e das áreas de conhecimento envolvidos na análise da temática; o perfil dos trabalhos publicados nos anais dos ENGAs; além da investigação da localização e da estrutura desses encontros nacionais. Essas análises nos permitiram alguns níveis de descrição do conjunto de dados da pesquisa.

No Capítulo 4 apresentamos os referenciais teóricos e metodológicos que orientaram a produção do conhecimento nos estudos analisados. Organizamos a exposição desses resultados em três seções. Na primeira expomos alguns parâmetros que nortearam a análise desses referenciais e os relacionamos aos elementos teóricos discutidos no Capítulo 2. Em seguida, discriminamos os referenciais identificados nos dados da pesquisa bibliográfica e especificamos as principais perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo segundo as diferentes correntes teórico-metodológicas e geográficas. E, na terceira seção, apresentamos as formas pelas quais a temática vem sendo analisada pelas pesquisas publicadas nos anais dos ENGAs.

E, por fim, no Capítulo 5, a partir de discussões que emergiram da análise dos dados bibliográficos, apresentamos os fenômenos e conceitos apontados como elementos relevantes para a investigação da temática da relação cidade-campo. Também expomos os modelos e as tipologias utilizados para explicar a organização de espaços urbanos e rurais e, por fim, sintetizamos algumas avaliações, identificadas nos estudos analisados, através das quais os autores refletem a respeito da produção do conhecimento sobre a cidade e o campo no Brasil.

Esperamos que esse trabalho possa vir a contribuir para estimular a realização de outros trabalhos científicos sobre o tema e subsidiar futuras pesquisas, ao sistematizar os conhecimentos produzidos e indicar lacunas e tendências no processo de produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo na Geografia Agrária brasileira.

1 CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA¹

Dedicamos este capítulo à tarefa de delinear nosso objeto de estudo, primeiramente, contextualizando-o em relação às transformações históricas ocorridas nas formas de interpretação referentes às relações entre a cidade e o campo na Geografia. Em seguida, apresentaremos a problemática que envolve a investigação da temática da relação cidade-campo no Brasil na atualidade.

Acreditamos que esses elementos nos auxiliam na construção do nosso objeto, contextualizando as questões auxiliares e os objetivos específicos definidos para a pesquisa que serão apresentados ao final do capítulo.

Antes de prosseguir, lembramos que o presente trabalho consiste num estudo de caráter bibliográfico e retomamos aqui a formulação do nosso problema de pesquisa, qual seja: De que forma a temática da relação cidade-campo tem sido estudada na área de Geografia Agrária, considerando as transformações decorrentes da difusão e incorporação de novas tecnologias no campo brasileiro?

Considerando, inicialmente, o contexto histórico e científico de desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil, retomamos também os dois objetivos gerais que orientaram o desenvolvimento da pesquisa. São eles:

¹ Esse capítulo foi parcialmente apresentado no IV Simpósio Internacional de Geografia Agrária e V Simpósio Nacional de Geografia Agrária realizado no município de Niterói – RJ, na Universidade Federal Fluminense, de 28 de outubro a 02 de novembro de 2009.

- Investigar a produção do conhecimento no âmbito da ciência geográfica sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil a partir da análise dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (1978–2009);
- Avaliar o movimento da Geografia Agrária brasileira no estudo da temática da relação cidade-campo, buscando mapear as lacunas e as tendências para a produção de conhecimento sobre a temática.

A natureza do problema de pesquisa nos levou a opção pela pesquisa bibliográfica como procedimento metodológico para o desenvolvimento desse trabalho. A pesquisa bibliográfica é definida por Pádua como um tipo de pesquisa fundamentada em conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia cuja finalidade é “colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e registrou a respeito do seu tema de pesquisa” (PÁDUA, 1997, p. 50).

Como fontes de dados da pesquisa utilizamos: os anais dos dezenove ENGAs, livros e artigos científicos coletados em diversas bibliotecas universitárias, acervos particulares e meios eletrônicos – principalmente banco de teses e revistas especializadas disponíveis *on-line*.

Ao longo do processo de leitura e análise da fonte de dados, composta pelos textos selecionados nos anais dos ENGAs, registramos as informações relevantes a compreensão da temática em fichas-resumo, que nos auxiliaram posteriormente no processo de escrita da dissertação².

Uma vez que nos propusemos a investigar o processo histórico pelo qual a ciência geográfica brasileira tem analisado, interpretado e teorizado sobre as transformações que ocorreram nas últimas décadas nas relações entre a cidade e o campo, organizamos esse primeiro capítulo em duas seções, através das quais pretendemos apresentar algumas reflexões sobre a produção de conhecimento geográfico a respeito dessa temática.

Na seção 1.1 analisamos as transformações históricas na investigação geográfica das relações entre a cidade e o campo a partir das proposições de três teóricos: von Thünen, Christaller e Lefebvre. Partindo da discussão desses três autores, na seção 1.2 contextualizamos a problemática que cerca nosso objeto de estudo, buscando elucidar os processos que levaram a temática da relação cidade-campo a se destacar no âmbito dos estudos agrários no Brasil.

² Modelo da ficha-resumo disponível no Apêndice A.

1.1 Transformações históricas das interpretações geográficas referentes às relações entre a cidade e o campo

A natureza dinâmica do nosso objeto de estudo pode ser compreendida a partir das perspectivas de análise de três autores: Johann Heinrich von Thünen, Walter Christaller e Henri Lefebvre. Consideramos suas obras significativas, entre vários motivos, porque o tempo histórico em que cada autor realizou seus estudos reflete uma realidade de interação entre a cidade e o campo que nos interessa evidenciar.

Iniciamos esta seção com a discussão de dois modelos clássicos de localização que podem subsidiar a análise das tradicionais relações entre a cidade e o campo – a Teoria do Estado Isolado desenvolvida por von Thünen, em 1826, e a Teoria das Localidades Centrais elaborada por Christaller, em 1933.

Através da análise desses dois modelos objetivamos demonstrar a mudança de interpretação sobre as relações estabelecidas entre a cidade e o campo na qual a centralidade é deslocada do campo para a cidade.

Em seguida, recorreremos à análise histórica proposta por Lefebvre (1991; 1999) para explicar como se deu esse processo de deslocamento da centralidade³. Esse autor explica a consolidação do fenômeno urbano a partir da caracterização de três tipos de cidade: a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial.

Constatamos que esse processo de deslocamento da centralidade do campo para a cidade está relacionado principalmente às transformações produtivas ocorridas no campo – sobretudo a modernização da agricultura e o desenvolvimento do capitalismo no campo – que, no Brasil, se intensificaram a partir da década de 1970 e repercutiram na produção do conhecimento geográfico.

Passaremos então a discorrer sobre as contribuições desses três autores destacando elementos que podem subsidiar a compreensão acerca do processo histórico de produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo na Geografia.

³ Recorreremos aos trabalhos de 1991 e 1999 de Lefebvre por duas razões: primeiramente por comporem o rol das obras desse autor mais amplamente difundidas no Brasil, devido à sua tradução para o português e, depois, porque objetivamos demonstrar brevemente as transformações ocorridas nas relações entre a cidade e o campo a partir da abordagem histórica desenvolvida pelo autor. Para uma análise mais aprofundada do autor a respeito da relação cidade-campo, consultar a referência: LEFEBVRE, Henri. **De lo rural a lo urbano**. 2 ed. Barcelona: Ediciones Península, 1973. Essa obra reúne artigos publicados entre 1949 e 1969.

De acordo com Silva (1976), a Teoria do Estado Isolado foi a primeira contribuição à Teoria Geral da Localização. Von Thünen teria reunido, analisado e interpretado uma série de informações e dados contábeis referentes à Europa do século XIX que lhe forneceram as bases empíricas a partir das quais ele desenvolveu essa teoria, que consiste na proposição de um modelo.

Clark afirma que a utilização de modelos na Geografia se firmou como um importante instrumento dedutivo que se opunha à reunião assistemática de dados que caracterizava as abordagens indutivas. Os modelos são definidos por esse autor como

[...] representações idealizadas da realidade, que demonstram ou resumem muitas de suas propriedades. Eles reportam-se a generalizações elementares a respeito do mundo real, que podem ser expandidas e refinadas através de testes e reformulações, de modo a chegar a explicações gerais (CLARK, 1985, p. 27; 29).

O modelo desenvolvido por von Thünen pressupunha a existência de uma região isolada do resto do mundo – o Estado Isolado. Silva (1976) esclarece que a construção desse modelo permitiu ao autor demonstrar alguns fatores fundamentais referentes aos padrões espaciais da produção agrícola. Segundo Silva, o Estado Isolado teria a forma circular e apresentava como principais características:

- uniformidade das condições naturais que redundaria nos mesmos custos de produção;
- a existência de uma única cidade-mercado na parte central do Estado, com a qual os agricultores comerciavam, vendendo seus produtos agrícolas e comprando produtos industrializados;
- uniformidade das condições sócio-culturais da população, que implicava em uma mesma tecnologia e utilização dos recursos, repercutindo de maneira igual nos custos de produção;
- existência de um só tipo de transporte da produção agrícola para o mercado central, o que implicaria em custos padronizados diretamente proporcionais à distância (SILVA, 1976, p.2).

A partir da elaboração dessa teoria, von Thünen afirma a importância da localização das propriedades agrícolas em relação ao mercado central. O autor declara que os lucros dos agricultores seriam uma função dos custos de transporte e, assim, as áreas adjacentes ao mercado ofereceriam maiores vantagens locais (SILVA, 1976).

Von Thünen teria concluído ainda que alguns produtos se tornariam inviáveis a grandes distâncias, dependendo da localização do produtor em relação ao merca-

do e dos custos de transporte da sua produção. Desta forma, a tendência seria que os produtos com os mais altos custos de transporte ocupassem as áreas mais próximas do mercado enquanto os produtos cujo custo do transporte fosse mais baixo estariam localizados em áreas mais distantes. A configuração espacial resultante consistiria na formação de círculos concêntricos a partir do mercado central – a cidade.

Na teoria desenvolvida por esse autor, podemos perceber que a cidade é vista como o mercado do campo e que o foco das análises são as atividades produtivas desenvolvidas no campo. Segundo essa interpretação, a diversidade de produtos e os volumes da produção agrícola seriam orientados pelas demandas da cidade, uma vez que os produtores, visando a maximização dos lucros, buscariam ajustar sua produção para atender as necessidades do mercado central.

Segundo Silva (1976), Christaller baseou-se neste modelo desenvolvido por von Thünen para elaborar uma teoria da localização voltada para o meio urbano. Com essa mudança de perspectiva, notamos que ele desenvolve uma visão oposta da teoria anterior, na qual o campo se configura como mercado para as atividades produtivas realizadas na cidade.

Admitindo que o princípio de ordem baseado na centralização seria também encontrado na esfera humana, particularmente em algumas estruturas organizacionais, Walter Christaller, buscou explicar a localização dos serviços e das instituições urbanas “a partir da busca de leis que determinam o número, tamanhos e a distribuição das cidades” (SILVA, 1976, p. 9).

Contudo, é importante salientar que ao desenvolver a Teoria das Localidades Centrais, o autor não reconhecia todos os centros populacionais como lugares centrais, somente os centros urbanos que oferecessem bens e serviços centrais à região do seu entorno (SILVA, 1976).

Podemos notar que um dos fundamentos da teoria elaborada por Christaller era a hierarquização entre os lugares, sendo que os lugares centrais de ordem mais elevada eram os que ofereciam maior diversidade de bens e serviços.

Clark (1985) esclarece que a Teoria dos Lugares Centrais apresentava uma série de princípios destinados a simplificar as características do sistema de mercado e que nesse sistema

Os preços aumentam uniformemente com a distância (em todas as direções) a partir de qualquer ponto de venda e, como os preços sobem, há uma redução correspondente da demanda [...] A uma determinada distância, alcançar-se-á um ponto no qual o preço se tornará tão alto que impossibilitará a compra [...] Em termos de área, isso significa que cada ponto de venda será rodeado por anéis, os quais delimitarão a área máxima de mercado para qualquer artigo ou serviço vendido (CLARK, 1985, p. 130-131).

Assim, os lugares centrais estariam dispostos em rede no espaço geográfico segundo um modelo hexagonal, de forma que “Nessa rede, nenhum consumidor deixa de ser servido e nenhuma mercadoria é comprada por um preço total inaceitável” (CLARK, 1985, p. 134-135).

Segundo Clark (1985), cada localidade central definida na teoria de Christaller seria rodeada por um número suficiente de consumidores para gerar uma circulação mínima. Os lucros excedentes seriam frutos das “vendas feitas a pessoas morando fora da área limiar de mercado, mas dentro da área de amplitude máxima” (p. 131). Através do reconhecimento dessa característica exposta por Clark podemos constatar a importância do campo como mercado para a cidade.

Silva ressalta três fatores que considera fundamentais na constituição do sistema de localidades centrais:

- o princípio básico é o do mercado, i.e., aquele que diz respeito à distribuição espacial de bens centrais por um número mínimo de localidades centrais;
- o segundo é o princípio do tráfego ou da circulação, que é, o de satisfazer o máximo de demanda para transporte com o mínimo de custo, o que vale tanto no estabelecimento do tráfego, quanto para a operação do sistema de transporte;
- o terceiro é o princípio da administração, que tem como objetivo principal o da criação de uma estrutura administrativa hierarquizada em grande parte atendido de acordo com o princípio do mercado (SILVA, 1976, p 10).

É importante notar a centralidade do papel dos transportes nos modelos propostos por von Thünen e por Christaller. Contudo, enquanto a Teoria do Estado Isolado salienta a relação entre os padrões espaciais da produção agrícola e o custos de transporte, a Teoria das Localidades Centrais busca, de certa forma, relativizar a influência desses custos a partir da definição do plano de transporte isotrópico.

De acordo com Clark (1985), os princípios considerados por Christaller para simplificar o sistema de mercado o levaram, por consequência, a definir a configuração espacial como uma superfície homogênea, denominada plano de transporte isotrópico, cuja característica mais importante seria a de que

[...] nenhuma localização desfruta de qualquer vantagem sobre qualquer outra localização, em termos de facilidade ou custo de acesso, ou do preço das mercadorias e serviços que lá sejam vendidos (CLARK, 1985, p. 129).

Antes de explicarmos o processo histórico que levou ao deslocamento da centralidade do campo para a cidade – elucidado até aqui pela interpretação desses dois modelos clássicos de localização – discutiremos dois elementos teóricos que acreditamos serem responsáveis pelas diferenças na interpretação das relações entre a cidade e o campo nas teorias desses dois autores.

O primeiro elemento que destacamos é a idéia de centralidade. Von Thünen desenvolveu seu modelo teórico considerando a existência de um único centro – o mercado (a cidade); enquanto Christaller procurou discutir a distribuição e a hierarquia entre diferentes centros – lugares centrais (as cidades) e seus entornos (os campos).

Desta forma, é compreensível que, admitindo diferentes centralidades, as duas teorias divergissem a respeito das relações estabelecidas entre o campo e a cidade. A Teoria do Estado Isolado, ao considerar um único centro, tem seu foco principal nas interações entre esse centro e o seu entorno. Apesar das necessidades da cidade orientarem a produção do campo, é a organização das atividades agrícolas que a teoria busca compreender e explicar.

No caso da Teoria das Localidades Centrais, o modelo é construído admitindo a existência de múltiplos centros e regiões adjacentes. Também se concebe a hierarquização desses centros, isto é, se parte do pressuposto que alguns centros são mais completos que outros. Desta forma, além de estabelecer relações com o seu entorno, os centros se comunicam entre si. Esse pressuposto reconhece a complexidade das interações entre a cidade e o campo por admitir, também, as interações cidade-cidade e campo-campo em diferentes níveis hierárquicos.

O segundo elemento que gostaríamos de destacar diz respeito à diferença de enfoque no estudo da configuração espacial: enquanto a Teoria do Estado Isolado ressalta a vantagem locacional da proximidade do mercado, através da definição do modelo de círculos concêntricos, a Teoria dos Lugares Centrais procura compreender a distribuição hierárquica de diferentes centros urbanos no espaço geográfico construindo um modelo hexagonal em forma de redes.

Como a teoria desenvolvida por von Thünen pressupõe o isolamento, o mercado é o único ponto de convergência dos produtos agrícolas produzidos ao seu re-

dor. Nesse caso a distância é determinante porque não há outra opção de comercialização. Um produtor que se localiza próximo do mercado indiscutivelmente tem vantagens sobre os demais que obrigatoriamente precisarão comercializar seus produtos na mesma cidade-mercado.

A Teoria das Localidades Centrais não nega a questão da distância e os custos de transporte, mas os flexibiliza ao definir múltiplas centralidades dispostas em rede. Além disso, através da hierarquização das localidades admite-se que existem centros com diversos graus de importância, segundo os bens e serviços que oferecem.

Assim, alguns produtos e serviços considerados mais simples podem ser encontrados em todos os centros, enquanto outros mais sofisticados/complexos se restringem aos lugares efetivamente centrais. Desta forma, os deslocamentos no espaço dependerão não somente das distâncias e dos custos de transportes, mas também dos produtos e serviços oferecidos por determinadas localidades centrais e do quanto o consumidor está disposto a pagar para ter acesso a eles. Nesse contexto o campo se firma como um importante mercado para a cidade, e como vimos, será através desse mercado que os centros conseguirão seus lucros excedentes.

Acreditamos que nesses dois elementos teóricos – a centralidade e a configuração espacial – residem as diferenças centrais entre as duas teorias que levam a visões opostas em relação à interação entre a cidade e o campo: a primeira compreendendo a cidade como mercado para o campo e a segunda, ao contrário, entendendo o campo como mercado para a cidade.

Nosso principal interesse na análise que vimos fazendo das duas teorias é pontuar o deslocamento para a cidade da importância econômica que antes era concentrada nas atividades desenvolvidas no campo. Esse deslocamento que pode ser percebido através das obras de von Thünen e Christaller é analisado, em seu caráter processual, por Lefebvre.

A partir de uma abordagem histórica Lefebvre (1991; 1999) busca evidenciar a complexidade das relações entre a cidade e o campo em seu processo de desenvolvimento. Ele distingue, caracteriza e discute três tipos de cidade “no caminho percorrido pelo ‘fenômeno urbano’” (p. 20): a cidade política, a cidade mercantil e a cidade industrial.

Para finalizar essa seção pretendemos caracterizar rapidamente esse processo histórico que vêm alterando a natureza dessas relações ao longo do tempo, se-

gundo a perspectiva desenvolvida por Lefebvre (1991; 1999) e adotada por muitos outros autores no estudo da temática da relação cidade-campo.

A partir da leitura da trajetória desses três tipos de cidades poderemos perceber que as relações estabelecidas entre cidade e campo estão inseridas no *processo histórico e social* que é, por natureza, um processo contraditório e desigual no tempo e no espaço. Sendo assim, também as relações cidade-campo, são expressões da contradição e da desigualdade segundo tempos e espaços diferenciados.

Iniciando a exposição da transformação histórica das relações estabelecidas entre cidade e campo, Lefebvre explica que a expressão de sociedades agrárias era a cidade política, cuja sede político-administrativa era a cidade que, como tal, organizava as atividades do mundo rural, mas dele dependia para o seu abastecimento. Apesar de a cidade concentrar as decisões, o campo, *lócus* da produção, dominava a cidade graças “à riqueza imobiliária, aos produtos do solo, às pessoas estabelecidas territorialmente (possuidores de feudos ou de títulos nobiliários)” (LEFEBVRE, 1999, p. 23).

Em outro momento, com a expansão da troca e do comércio e o surgimento de uma nova classe social – a classe burguesa – a cidade política foi paulatinamente substituída pela cidade mercantil e o espaço urbano se firmou como o lugar das trocas. Desde então

[...] a cidade não aparece mais, nem mesmo para si mesma, como uma ilha urbana num oceano camponês; ela não aparece mais para si mesma como paradoxo, monstro, inferno ou paraíso oposto à natureza aldeã ou camponesa. Entra na consciência e no conhecimento como um dos termos, igual ao outro, da oposição “cidade-campo”. O campo? Não é mais – não é nada mais – que a “circunvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite (LEFEBVRE, 1999, p. 23-24).

Com o advento da indústria e todas as transformações que ela suscitou na produção e na sociedade, uma nova modificação se inicia: a cidade mercantil se transforma em um novo tipo de cidade – a cidade industrial. Esta pode ser caracterizada pelas grandes aglomerações urbanas, pelo crescimento da produção industrial e o conseqüente crescimento das trocas e também pela emergência da problemática urbana. A principal característica da cidade industrial segundo o autor é

[...] a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urba-

na, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.) (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

Para Lefebvre o duplo processo de industrialização e urbanização alterou fundamentalmente as relações entre a cidade e o campo, firmando a dominação do campo pela cidade. De acordo com o autor, a cidade industrial representa o momento histórico em que “a sociedade e a vida urbana penetram nos campos. Semelhante modo de viver comporta sistemas de objetos e sistemas de valores” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

Lefebvre (1999, p. 26) ainda afirma que a cidade industrial “precede e anuncia a *zona crítica*”. Essa *zona crítica*⁴ corresponderia a um período de *crise* no qual a tendência seria a “urbanização cem por cento (absorção do campo pela cidade, predominância completa da produção industrial até mesmo na agricultura)” (LEFEBVRE, 1991, p. 71).

Obviamente o autor não está sugerindo que essa urbanização cem por cento se completará algum dia. A proposta é de um exercício teórico em que as hipóteses possam “traçar um eixo, apresentar um tempo orientado, transpor a zona crítica pelo pensamento [...]” (LEFEBVRE, 1999, p. 27).

Ao longo das leituras realizadas para o desenvolvimento da nossa pesquisa pudemos identificar que alguns trabalhos analisados poderiam estar apontando um novo momento das relações cidade-campo, que superaria a dominação do urbano sob o rural, impondo, em alguns casos, a dominação do rural sob o urbano.

Ao nos confrontarmos com essas hipóteses não pudemos deixar de associá-las ao período de crise anunciado por Lefebvre, pois ele representa não só a inserção generalizada do campo no modo de produção capitalista, mas também a propagação de novas tecnologias e racionalidades, antes tipicamente urbanas, no campo, isto é, um novo “*modo de viver*” (LEFEBVRE, 1991, p. 11).

Santos (2005) ao discutir “A produção da globalização” (p. 23) afirma que

O período atual escapa a essa característica [a evolução histórica comum] porque ele é, ao mesmo tempo, um período e uma crise, isto é, a presente fração do tempo histórico constitui uma verdadeira superposição entre período e crise, revelando características de ambas essas situações (SANTOS, 2005, p. 33).

⁴ Na obra de 1991 Lefebvre utiliza a denominação “ponto crítico”.

Para o autor, crises são “são momentos em que a ordem estabelecida entre as variáveis, mediante uma organização, é comprometida” (SANTOS, 2005, p. 33).

Apropriando-nos dessa noção de crise – que seria fundamentalmente uma crise da realidade, mas estaria refletida na produção acadêmica, uma vez que o objeto da ciência é a realidade – podemos mais facilmente compreender as proposições de Veiga (2004) que são um tanto quanto polêmicas na Geografia.

Num contexto em que a maioria das pesquisas científicas reconhecem a hegemonia da lógica urbana nas relações de produção e de trabalho e na mediação das relações sócio-culturais, Veiga afirma que atualmente estaríamos presenciando um momento de *revalorização do rural*. Este estaria relacionado, principalmente, à incorporação de vários tipos de atividades não-agrícolas às atividades do campo. Esse autor afirma ainda que “algumas das principais vantagens competitivas do século XXI dependerão da força de economias rurais” (VEIGA, 2004, p. 20), propondo, desta forma, uma nova interpretação do período histórico atual⁵, interpretação essa focada no campo e em suas atividades produtivas.

A partir das discussões que vimos tecendo, reconhecemos que as relações entre a cidade e o campo são alteradas no tempo e no espaço de acordo com a realidade socioeconômica e cultural e, com base nessa constatação, podemos compreender que as desigualdades espaciais que caracterizam essas duas realidades do espaço geográfico são frutos do processo histórico e social de reprodução da vida humana. Reconhecendo que esse processo é desigual entre os diferentes lugares poderemos ainda compreender a coexistência, em pleno século XXI, dos diferentes tipos de cidade expostos até aqui e, portanto, admitir a coexistência de diversas naturezas de relações com o campo (apesar da hegemonia da cidade do tipo industrial).

Uma vez ressaltada a dimensão histórico-processual das relações cidade-campo, na seção seguinte objetivamos demonstrar como as transformações produtivas ocorridas no campo brasileiro a partir da década de 1970 repercutiram na produção do conhecimento, contribuindo para que a temática da relação cidade-campo se destacasse no âmbito dos estudos agrários no Brasil. Com isso agregamos mais elementos contextuais ao processo de delineamento do nosso objeto de pesquisa.

⁵ Em seu artigo “A dimensão rural do Brasil”, Veiga (2004) defende a tese de que o Brasil é menos urbano do que se calcula. Baseado na metodologia proposta pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o autor conclui que “O Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população” (p. 20).

1.2 A problemática das relações cidade-campo e o contexto de desenvolvimento da pesquisa

Conforme mostraremos no próximo capítulo, até os anos 1950 a agricultura era o principal tema das pesquisas desenvolvidas pela Geografia Humana. Os estudos agrícolas eram orientados pelos referenciais teóricos e metodológicos da Geografia Clássica, priorizando o estudo descritivo da paisagem e da distribuição das diferentes atividades agropecuárias.

No entanto, a partir da década de 1960, ocorreram importantes transformações na realidade brasileira⁶ que repercutiram na produção científica da Geografia. Os estudos agrários perderam sua hegemonia para os estudos urbanos; o paradigma da Geografia Clássica, que havia orientado a produção geográfica brasileira desde o seu início, passou a se enfraquecer e uma nova corrente do pensamento se difundiu e consolidou – a Nova Geografia.

Em relação às transformações ocorridas na sociedade brasileira e na ciência geográfica a partir da década de 1960, Ferreira afirma que “A introdução da tecnologia, em ambos os casos, é o principal sintoma causador das mudanças” (2002, p. 236).

No entanto, a autora ressalta que os estudos descritivos persistiam na produção geográfica brasileira apesar dos esforços de interpretação dos fenômenos, das novas orientações teórico-metodológicas da Geografia Quantitativa e das influências da União Geográfica Internacional

Observamos que temáticas puramente qualitativas ganharam nova roupagem e passaram a ser tratadas quantitativamente [...] Porém, apesar de todo o aparato matemático-estatístico aplicado a dados, nesse momento, abundantes, ele não resultou senão em “descrições com números”, ou seja, o aparato técnico, se mudou radicalmente a forma, não chegou a mudar o conteúdo dos trabalhos [...] (FERREIRA, 2002, p. 257).

A partir da divulgação da Geografia Crítica no Brasil a temática da modernização agrícola passou a ser a temática central dos estudos agrários

⁶ As principais transformações que atingem diretamente nosso objeto de estudo estariam relacionadas aos processos de industrialização, urbanização e modernização agrícola. Esses processos associados à hegemonia do modelo de desenvolvimento urbano-industrial e ao desenvolvimento das relações capitalistas de produção e de trabalho interferiram diretamente na proletarianização do trabalhador rural, no aumento do êxodo rural e dos fluxos migratórios, na intensificação da problemática urbana e na emergência da problemática sócio-ambiental.

[...] a década de 1980 viu frutificar um emaranhado de opiniões, interpretações e discussões sobre o assunto. Tudo o que se discutia era voltado para ou tinha como origem a modernização e buscava entender o funcionamento do processo, suas conseqüências e distorções (FERREIRA, 2002, p. 288).

Graças às novas orientações teórico-metodológicas introduzidas pela corrente crítica as transformações ocorridas no espaço geográfico brasileiro, fruto da difusão da modernização agrícola, passaram a ser analisadas a partir de suas relações dialéticas com o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Essa mudança na perspectiva de análise é relevante para nossa pesquisa porque a partir dela, a temática da relação cidade-campo passou a se destacar no conjunto dos estudos agrários.

Ferreira (2002) declara que as relações entre a cidade e o campo sempre foram uma temática de estudo na Geografia Agrária brasileira, mas as transformações resultantes do processo de modernização do campo modificaram significativamente as relações entre esses dois espaços. Neste contexto, a temática se firmou como um objeto de estudo privilegiado, capaz de permitir a investigação desse processo e explicar as novas formas de produção e reprodução do espaço geográfico brasileiro.

Partindo dessa constatação, compreendemos a importância desses dois processos para a investigação de nosso objeto de estudo, pois na medida em que a modernização agrícola e o desenvolvimento do capitalismo se implantaram e difundiram, com diferentes graus de intensidade no campo brasileiro, provocaram transformações significativas nas diversas esferas de interação entre a cidade e o campo.

Essas transformações empíricas passaram a ser objetos de estudo de diversas ciências, dentre elas a Geografia. Em relação aos referenciais teóricos e metodológicos que a ciência geográfica dispunha para interpretar essas transformações podemos afirmar que coexistiam as diversas práticas científicas oriundas de diferentes correntes do pensamento, correntes essas que serão abordadas no Capítulo 2.

A seguir buscamos precisar nossa compreensão a respeito destes três elementos teóricos que vimos pontuando: a relação cidade-campo, a modernização agrícola e o desenvolvimento do capitalismo no campo. Posteriormente, admitindo a natureza dialética das relações entre esses três elementos, apresentaremos as perspectivas de análise da temática que orientaram a interpretação dos dados da pesquisa.

A contraposição cidade-campo teria se originado a partir da divisão territorial do trabalho, ainda na Antigüidade. De acordo com Endlich (2006, p. 11) “A capacidade de produção de excedente dos produtos básicos para a sobrevivência, por parte de alguns homens, liberou outros desta atividade”. As condições políticas e sociais que teriam permitido essa divisão do trabalho ocorreram a cerca de 5.500 anos (ENDLICH, 2006; SPÓSITO, 2006).

Conforme veremos pouco mais adiante, o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no final da Idade Média, intensificou a divisão territorial do trabalho consolidando a oposição cidade-campo. As características desse modo de produção que consideramos mais relevantes para a compreensão da temática da relação cidade-campo são a propriedade privada dos meios de produção e o trabalho assalariado. Elegemos essas duas características porque elas são, a nosso ver, as principais responsáveis pelas grandes transformações sócio-espaciais ocorridas na estrutura agrária, uma vez que até a hegemonia do modo de produção capitalista predominavam as relações não-capitalistas de produção e de trabalho no campo.

A expansão da propriedade privada dos meios de produção e a generalização do trabalho assalariado no campo tiveram como principal consequência a expulsão/expropriação de grande parte da população do campo. O contingente populacional excedente no campo migrou e se concentrou nas cidades, desempenhando diversas atividades.

Recorrendo às análises de Lefebvre⁷, Endlich (2006) explica que essa divisão sócio-espacial do trabalho corresponde à separação entre o trabalho material e intelectual. Assim como a autora, compreendemos a divisão *sócio-espacial* do trabalho como o gérmen da urbanização:

A urbanização é o processo que decorre da divisão do trabalho e das distinções de classe. Por conseguinte, torna-se condição e reflexo do desenvolvimento de diferentes modos de produção e, sobretudo, do capitalismo, ainda que o tenha precedido bastante (ENDLICH, 2006, p. 11-12).

Esse processo teria se acelerado com o advento do capitalismo, depois da Revolução Industrial, como explica Santos (2008b)

⁷ Endlich (2006) faz referência à obra: LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Documentos Ltda, 1969. Aproveitamos o ensejo para esclarecer que todas as obras citadas no texto encontram-se identificados na seção “Referências Bibliográficas”. Entretanto, ao longo desse trabalho serão observadas algumas notas de rodapé, como esta, com referências bibliográficas. Nesses casos, nosso objetivo é identificar, para o leitor, a obra que foi utilizada pelo autor ao qual nos referimos.

a Revolução Industrial se apresenta como um novo ponto de partida para a urbanização no mundo e, se ela deu origem a uma presença humana cada vez mais importante nas cidades, também contribuiu para a multiplicação do número dessas aglomerações gigantescas que, dentro de seus limites, concentram muitos milhões de habitantes (SANTOS, 2008b, p. 14).

O autor explica que no início dessa fase moderna o processo de urbanização esteve restrito a países da Europa. Nos países subdesenvolvidos a urbanização ocorreu paralelamente à modernização e “por isso, costuma-se associar a idéias de urbanização à de industrialização” (SANTOS, 2008b, p. 13).

A compreensão das perspectivas desenvolvidas por Endlich (2006) e Santos (2008b) é importante porque elas evidenciam duas realidades de interação entre cidade e campo a partir do contexto de urbanização, industrialização e modernização do Brasil.

Como veremos ao longo deste trabalho, o modelo urbano-industrial de desenvolvimento tem sido a base das políticas públicas para o campo brasileiro. Navarro identifica dois períodos em que a noção de desenvolvimento esteve em debate no Brasil

[...] orientando programas governamentais, instigando sofisticados debates intelectuais e, em especial, motivando grupos sociais interessados nos benefícios das mudanças associadas a esta noção (NAVARRO, 2001, p. 83).

O primeiro período identificado pelo autor se estenderia dos anos 1950 aos anos 1980 e estaria relacionado ao contexto da Guerra Fria (incluindo o embate entre os modelos opostos de desenvolvimento) e à difusão da modernização e das práticas agrícolas da Revolução Verde (NAVARRO, 2001).

Navarro lembra que nessa época, mesmo nos países considerados atualmente como avançados, parcelas significativas da população estavam envolvidas com atividades agrícolas e/ou habitando as áreas rurais, ainda que esses números decrescessem gradualmente. O autor esclarece que

Em tal contexto, a transformação social e econômica – e a melhoria do bem-estar das populações rurais mais pobres – foi entendida como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura (NAVARRO, 2001, p. 84).

No que tange as relações cidade-campo, o autor explica que

[...] o mundo rural (e as atividades agrícolas, em particular) passou a subordinar-se, como mera peça dependente, aos novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas, que a expansão econômica do período ensejou, em graus variados, nos diferentes períodos (NAVARRO, 2001, p. 84).

Ainda, segundo o autor, esse período começou a se esgotar no final da década de 1970 em decorrência dos resultados insatisfatórios das propostas de desenvolvimento rural, principalmente em relação à redução da pobreza no campo (NAVARRO, 2001).

Na mesma direção, Valverde (1985) expõe algumas das tentativas efetuadas pelo Estado, no sentido de melhorar as condições de vida do meio rural, que coincidem com essa perspectiva de desenvolvimento. Dentre essas tentativas destacamos o incentivo à migração rural-urbana⁸. Segundo esse autor, devido à condição de miséria da população rural, o Estado, baseado numa concepção hospitalar vigente na época, buscou “sanear” a miséria incentivando, com verbas públicas, a migração rural-urbana (VALVERDE, 1985).

Navarro afirma que depois de uma década de transição⁹, consolidou-se, a partir dos anos 1990, um novo período de análise do desenvolvimento rural, num contexto de globalização e políticas neoliberais. Esse período seria caracterizado principalmente “por uma percepção acerca da aparente *impossibilidade do desenvolvimento* ou, pelo menos, suas imensas dificuldades de materialização” (NAVARRO, 2001, p. 85).

Essa percepção surge, em grande parte, pelo reconhecimento dos impactos ambientais e sociais relacionados ao sistema hegemônico na produção agrícola. Nesse contexto, o autor explicita que “os anos vindouros estarão (re)criando compreensões radicalmente diferentes sobre os sistemas agrícolas e o modo de vida rural” (NAVARRO, 2001, p. 85-86).

⁸ As demais tentativas expostas por Valverde (1985) consistem: na implantação de projetos de Educação Rural como o MOBREAL (1968), na fundação do Serviço Social Rural e na realização de planejamentos regionais (alguns exemplos: SUDAM, SUDENE, SUDECO).

⁹ Nesse período que Navarro (2001) identifica como década de transição (anos 90) destacamos a forte atuação do Estado brasileiro no sentido de promover a modernização das atividades agropecuárias. Dentre as principais ações do Estado nesse sentido citamos: a concessão de crédito rural, o estímulo à industrialização no setor de maquinarias e insumos agrícolas e a implantação dos diversos Projetos de Desenvolvimento Rural. Na seção “5.1.2 Processo” abordaremos com maior detalhe a evolução das ações do Estado brasileiro na cidade e no campo a partir das discussões desenvolvidas por Salamoni e Gerardi (1990) em torno das diferentes fases de reorganização produtiva iniciada no período pós-1930.

Compreendemos que esse debate em torno da questão do desenvolvimento rural – sistematizado por Navarro (2001) em dois períodos (1950-1980 e pós-1990) para o caso brasileiro – traduzia uma preocupação mundial derivada das novas transformações estruturais ocorridas no campo.

Após aquele surto migratório campo-cidade, que comentamos a pouco, observado no período de acumulação primitiva do capital e caracterizado, dentre outros elementos, pela expulsão/expropriação da população camponesa devido, principalmente, à generalização da propriedade privada e do trabalho assalariado, um novo e intenso período de migração campo-cidade se inicia, talvez ainda mais violento que o primeiro.

No bojo desses novos fluxos migratórios campo-cidade estão a consolidação e hegemonia do modo de produção capitalista no campo e a introdução/difusão de novas técnicas/tecnologias de produção que submeteram as lógicas de produção e trabalho historicamente consolidadas à lógica de produção capitalista.

Como resultados desses processos observamos a “extinção” de relações não-capitalistas de trabalho, a mecanização e modernização das atividades agropecuárias e a expulsão/expropriação de grande parcela da população, que se dirigiu para as cidades.

Se considerarmos que, no Brasil, esses processos se iniciaram ainda na década de 1950, concentrados nas regiões Sul e Sudeste, e se tornaram significativos no cenário nacional a partir da década de 1960, podemos sugerir que o debate em torno do desenvolvimento rural origina-se do novo contexto sócio-econômico e espacial.

Da mesma maneira, acreditamos que não é por acaso que o segundo período de debates em torno da questão do desenvolvimento rural é identificado a partir dos anos 1990. A partir desse período, novas transformações ocorrem no campo, associadas à expansão do agronegócio e a degradação das condições de vida nas cidades. Esses fatores passam a modificar a natureza dos fluxos migratórios e diminuir, de forma geral, sua intensidade.

Retomando as discussões de Navarro (2001), diríamos que não somente os sistemas agrícolas e o mundo rural têm exigido compreensões diferentes, conforme afirma o autor, mas também suas inter-relações com o mundo urbano exigem novos olhares. Nesse sentido, concordamos com Alentejano quando o autor afirma que

Nesse princípio de século XXI o debate acerca das relações campo-cidade encontra-se numa encruzilhada. Diferentemente da segunda metade do século XX, quando o avanço, a generalização (e as vantagens) da urbanização eram considerados inexoráveis, o que se vê nos últimos anos é a proliferação de estudos que apontam para a revalorização do rural e as limitações do modelo de urbanização (ALENTEJANO, 2003, p. 26).

Não queremos nos adentrar no debate da existência ou não de um “novo rural¹⁰”, reconhecendo a complexidade dessa discussão nas ciências que estudam o campo brasileiro. No entanto, gostaríamos de destacar, a superação das análises unilaterais que compreendiam o campo como sinônimo de atraso econômico, demonstrando através desse trecho de Alentejano a existência de outras perspectivas de análise.

Nessa direção, consideramos relevante o alerta de Santos (2005)

Durante muito tempo se escreveu – no caso brasileiro – que o campo era hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que nós vemos é o contrário, o campo não é hostil ao capital, mas um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente, a tal ponto que o contágio do capital e tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, aí rapidamente se instalam (p. 122).

Ao investigar a urbanização brasileira a partir da análise do processo de modernização do campo, da ampliação do fenômeno da urbanização e da nova divisão do trabalho agrícola, Santos (2005) alerta para o fato de que em muitas localidades seria o campo que subordinaria a cidade a seus interesses e necessidades e que “tudo isso faz com que as cidades locais deixem de ser a cidade no campo e se transformem na cidade do campo” (p. 127).

Nesse contexto que comporta inúmeras possibilidades de interpretação das relações estabelecidas entre a cidade e o campo compreendemos que

A relação cidade x campo não é uma relação entre produtores e vendedores como diz o senso-comum, é mais uma relação de **dominação**, que nasce na cidade vai ao campo e volta, ou vice-versa; tem um fluxo e um refluxo. Aí o poder do dinheiro e interesses de mercado comandam a ação da trilogia: capital, terra e trabalho, na produção e circulação de mercadorias (SILVA, L., 2004, p. 29, grifo nosso).

¹⁰ Silva (1997) desenvolve a idéia do novo rural esclarecendo que “[...] o rural hoje só pode ser entendido como um ‘continuum’ do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que era tradicionalmente definido como rural (p. 43).

Essa compreensão de relação cidade-campo nos parece adequada, pois destaca a relação de dominação entre essas duas realidades, associada ao trinômio capital-terra-trabalho, e não às relações hierárquicas que podem, de maneira simplista, estabelecer a dominação da cidade sobre o campo (normalmente), ou vice-versa, baseadas em critérios há muito discutíveis¹¹.

A esse respeito, Santos (2008a) é categórico ao afirmar que

Durante alguns séculos, campo e cidade interagiam mutuamente. Mas, com o processo que se inicia com as grandes navegações e consolida-se com a revolução industrial, já não é possível ficarmos imunes às mudanças e continuarmos com os mesmos conceitos e classificações hierárquicas [...] Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance (p. 60-61).

Baseados nas contribuições que vimos pontuando a respeito das transformações ocorridas nas relações cidade-campo, gostaríamos de enfatizar que a compreensão da crescente complexidade na interação (e análise) dessas duas realidades está, a nosso ver, associada aos processos de modernização do campo (ou modernização agrícola) e desenvolvimento do capitalismo, de forma que esses também são elementos centrais para a realização dessa pesquisa.

Para precisarmos nossa compreensão a respeito do processo de modernização do campo, adotamos a definição de Alentejano (2003) para quem esse processo consistiu na “difusão de tecnologias e relações de trabalho e produção baseadas na racionalidade técnica e na divisão do trabalho [...]” (p. 31).

Como já adiantamos, esse processo teria se iniciado no Brasil na década de 1960 e se propagado principalmente pelas regiões Sul e Sudeste. Ao longo da década de 1970 teria se expandido pelo território brasileiro, alterando significativamente as relações sociais de produção e trabalho não só no campo como também nas suas inter-relações com o meio urbano

Não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos. Na realidade, a diversidade de formas de organização social que proliferam, tanto no campo como na cidade, poderia nos levar a sucumbir à tentação de dizer que não existe um urbano e um rural, mas vários urbanos e rurais (ALENTEJANO, 2003, p. 32).

¹¹ Dentre os principais critérios de distinção entre o urbano e o rural estão: o número de habitantes, a densidade demográfica e a ocupação da população nas atividades econômicas, considerados isoladamente ou não.

Acreditamos que o processo de modernização do campo, que foi fundamentalmente impulsionado pelo Estado brasileiro, não se restringe a incorporação de novas tecnologias de produção – estas relacionadas, principalmente, à mecanização das atividades agrícolas e a utilização de insumos industrializados. Esse processo incluiria também a racionalização do trabalho¹² – conforme exposto na própria definição – e “a difusão dos meios de comunicação [que] integra as áreas rurais à mesma dinâmica informacional e cultural das cidades [...]” (ALENTEJANO, 2003, p. 32).

Ao adotarmos essa perspectiva compreendemos que o processo de modernização do campo influencia modificações não só nas relações de trabalho e de produção, mas também nas relações sociais historicamente constituídas. Para Carlos (2004)

A cidade e o campo se diferenciam pelo conteúdo das relações sociais neles contidas e estas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo o conteúdo da contradição cidade/campo, bem como aquilo que lhes une: este é a meu ver o desafio da análise (p. 9).

Para abordarmos o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo consideramos importante retomarmos algumas noções a respeito desse modo de produção. Para Marx, “O sistema capitalista pressupõe a dissociação entre os trabalhadores e a propriedade dos meios pelos quais realizam o trabalho” (1985, p. 830). O autor explica que

O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador [...] Embora os prenúncios da produção capitalista já apareçam, nos séculos XIV e XV, em algumas cidades mediterrâneas, a era capitalista data do século XVI [...] A expropriação do produtor rural, do camponês, que fica assim privado de suas terras, constitui a base de todo o processo (MARX, 1985, p. 831).

Marx afirma ainda que “A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes” (MARX, 1985, p. 831). Ele cita alguns meios de expropriação

¹² A partir de um trecho de Ferreira podemos compreender a necessidade de racionalização do trabalho no campo a partir da lógica do sistema econômico vigente: “A produção de alimentos e matérias-primas sofria a pressão do crescimento populacional, principalmente urbano-industrial. [...] O tempo do aventureiro havia passado. O mundo agora exigia um produtor consciente da sua função [...] A produção agrícola começava a ser efetuada da mesma forma nas mais diversas partes do planeta” (FERREIRA, 2002, p. 236).

que variam da libertação da servidão ainda no período feudal, que teria concorrido para transformar os produtores em assalariados, às variadas formas de expulsão dos camponeses das terras¹³.

Como principal resultado da generalização da expropriação do produtor rural e da consolidação de um modelo econômico fundado na propriedade privada da terra e dos meios de produção está a proletarização do trabalhador rural. Entretanto, esses processos não efetivam a extinção das relações não-capitalistas no campo. Ao contrário, essas relações são integradas ao modo de produção capitalista. Como Harvey nos lembra, para Marx “a tendência histórica do capitalismo é destruir e absorver modos não-capitalistas de produção, ao mesmo tempo em que os utiliza para criar espaço novo para a acumulação de capital” (HARVEY, 2005, p. 58).

No caso do Brasil, Ferreira (2002) afirma que até meados dos anos 60 “as relações de produção no campo se faziam em moldes não especificamente capitalistas” (p. 191). As teses ou interpretações dualistas, que vigoraram até meados dos anos 1970 – e eram fundadas no modelo de desenvolvimento industrial e urbano – identificavam a agricultura como obstáculo ao crescimento e explicavam a existência do atraso econômico.

Partindo dessa perspectiva e estimulado pela Revolução Verde¹⁴, já em voga nos Estados Unidos e na Europa, o Estado brasileiro passou a assumir o papel de planejador do desenvolvimento, incentivando, por um lado, a aceleração da urbanização e da industrialização e, por outro, promovendo a modernização do campo através da concessão de crédito (FERREIRA, 2002).

Nesse sentido, compreendemos o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo como *condição e consequência* da modernização agrícola impulsionada pelo Estado brasileiro.

Carlos (2004) lista algumas características importantes para a compreensão do processo que denomina extensão do capitalismo¹⁵: generalização do valor de troca; desenvolvimento das comunicações; expansão da informação; generalização

¹³ Para citar alguns exemplos do autor: a usurpação de terras comuns, o uso de violência contra as habitações e os camponeses e a conversão do direito titular ao solo em direito de propriedade privada (MARX, 1985).

¹⁴ Navarro afirma que a Revolução Verde, alicerçada no padrão de produção tecnológico tornou-se a “compreensão de agricultura” hegemônica no mundo e onde foi implantada “rompeu radicalmente com o passado, por integrar fortemente as famílias rurais a novas formas de racionalidade produtiva, mercantilizando gradualmente a vida social e [...] quebrando a relativa autonomia setorial que em outros tempos a agricultura teria experimentado (2001, p. 84).

¹⁵ Neste trabalho estamos denominando esse processo como “desenvolvimento” do capitalismo.

da propriedade privada e a submissão da vida cotidiana à lógica capitalista (p. 8). Segundo a autora esse processo teria se estendido ao mundo inteiro e seria responsável pela aproximação da cidade e do campo.

Para a autora esse processo de extensão do capitalismo teria se originado a partir da industrialização, uma vez que essa promoveu que permitiu profundas transformações no processo produtivo, fomentando o desenvolvimento do mundo da mercadoria. Esse processo de industrialização

Articulou a cidade e o campo num outro patamar deslocando a contradição cidade/campo vinda da história (do aprofundamento da divisão do trabalho, do estabelecimento da diferenciação de classes e do poder de uma classe), para a contradição centro/periferia, estabelecendo uma nova hierarquia espacial entre espaços dominados e dominantes a partir da construção de novas centralidades (CARLOS, 2004, p. 8).

Ainda a respeito da “extensão” do processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, vale ressaltar, como fez Oliveira (2001) que a

[...] compreensão a respeito da lógica do desenvolvimento capitalista moderno está calcada no entendimento de que tal desenvolvimento se faz de forma desigual e contraditória. Ou seja, parto do princípio de que o desenvolvimento do capitalismo – e sua conseqüente expansão no campo – se faz de forma heterogênea, complexa e, portanto, plural (OLIVEIRA, 2001, p.186).

Uma vez evidenciados os três elementos teóricos centrais para o desenvolvimento dessa pesquisa, quais sejam: relação cidade-campo, modernização agrícola e desenvolvimento do capitalismo no campo – e suas inter-relações – iniciamos, por fim, a exposições de algumas das perspectivas de análise que utilizamos para interpretar os dados.

Em relação à produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo partimos das avaliações realizadas por Marques (2002) e Carlos (2004) para definir as principais perspectivas de estudo. Na avaliação de Marques (2002)

De uma maneira geral, as definições elaboradas sobre o campo e a cidade podem ser relacionadas a duas grandes abordagens: a *dicotômica* e a de *continuum*. Na primeira, o campo é pensado como meio social distinto que se opõe à cidade. Ou seja, a ênfase recai sobre as diferenças existentes entre estes espaços. Na segunda, defende-se que o avanço do processo de urbanização é responsável por mudanças significativas na sociedade em geral, atingindo também o espaço rural e aproximando-o da realidade urbana (p. 100).

A autora afirma que historicamente tem prevalecido na Geografia o enfoque dicotômico no estudo da temática da relação cidade-campo. A abordagem conhecida como “*continuum* rural-urbano” só teria se desenvolvido a partir da segunda metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização. No entanto a autora alerta que

Analisando atentamente as duas abordagens, vê-se que a idéia de *continuum* rural-urbano também se apóia numa concepção dual, pois considera o rural e o urbano como pontos extremos numa escala de gradação (MARQUES, 2002, p. 100-101).

Consideramos que essa interpretação dualista ou dicotômica das inter-relações entre a cidade e o campo reflete os dualismos presentes na própria ciência geográfica desde a sua constituição.

Com o embate das correntes da Geografia Clássica, Quantitativa e Crítica e a emergência do paradigma fenomenológico na ciência geográfica, novos caminhos teóricos e metodológicos foram sendo traçados na tentativa de superar os dualismos que estavam longe de interpretar a realidade.

Atualmente, os autores que estudam a temática reconhecem a tendência histórica de análise das relações cidade-campo sob o enfoque dicotômico (ou dualista) ao mesmo tempo em que criticam sua capacidade de interpretação da nova realidade, constituída a partir da difusão das novas tecnologias de produção, comunicação e transportes nas últimas décadas e da aproximação dos meios rural e urbano.

Eles atestam que a visão dicotômica não é capaz de explicar os complexos fenômenos que envolvem essas duas realidades do espaço geográfico¹⁶ e alguns afirmam que essa visão é, em parte, decorrente da utilização do critério formal nos estudos referentes à temática.

O critério formal geralmente é estabelecido a partir de normas político-administrativas que definem legalmente o que são áreas urbanas e rurais. No Brasil, segundo definição do IBGE¹⁷ (apud MARQUES, 2002)

¹⁶ Aqui cabe a seguinte ressalva: apesar de o discurso acadêmico geralmente condenar o enfoque dicotômico no estudo da temática da relação cidade-campo é necessário analisar e avaliar como as práticas de pesquisa trabalham com a temática.

¹⁷ Marques (2002) faz referência à: IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

é considerada área urbanizada toda área de vila ou de cidade, legalmente definida como urbana e caracterizada por construções, arruamentos e intensa ocupação humana; as áreas afetadas por transformações decorrentes do desenvolvimento urbano, e aquelas reservadas à expansão urbana (In: MARQUES, 2002, p. 97).

Marques (2002) aponta dois problemas no emprego desse critério formal a partir da análise do critério adotado pelo IBGE para a realidade brasileira

Nessa classificação, o espaço rural corresponde a aquilo que não é urbano, sendo definido a partir de carências e não de suas próprias características. Além disso, o rural, assim como o urbano, é definido pelo arbítrio dos poderes municipais, o que, muitas vezes, é influenciado por interesses fiscais (MARQUES, 2002, p. 97).

Luz (2003) acrescenta que o critério formal tem sido fundado principalmente na distinção demográfica e ecológica. Segundo ele, esse critério já não seria mais capaz de explicar “a complementaridade, a inter-relação e o papel que desempenham a cidade e o campo no contexto histórico, social e econômico” (p. 106).

Admitindo que a abordagem dicotômica das relações cidade-campo perdura há muito tempo nos estudos geográficos, resta-nos investigar outras abordagens que se consolidaram no estudo da temática.

Para isso, adotamos a classificação de Carlos (2004), que identifica duas tendências importantes na análise das relações cidade-campo. A autora explica

Neste plano da produção do conhecimento um conflito revela duas tendências importantes, aquela que entende a realidade enquanto **ecossistema** e aquela que a entende enquanto processo histórico e social, portanto contraditória e desigual. Duas práticas. Ambas as posições apontam para a construção de projetos diferenciados de sociedade indicando inserção diferenciada dos geógrafos na sociedade a partir da constatação de seu papel nela e revelam uma postura do pesquisador (p. 8).

De acordo com a autora a tendência de análise das relações entre a cidade e o campo enquanto ecossistema estaria relacionada à abordagem sistêmica e representaria uma simplificação da realidade, uma vez que

limita a ação social e histórica àquela indefinida de “ação antrópica”, ao mesmo tempo em que reduz o espaço a um quadro físico inerte, passível de sofrer maior ou menor intervenção humana, apontando um processo de “naturalização da sociedade”. Isto porque a idéia de ecossistema naturaliza, um fenômeno, que em essência é social (CARLOS, 2004, p. 10).

Por sua vez, a tendência de análise da temática como um processo histórico e social, como defende a autora, reconheceria que a sociedade

produz 'um mundo' a sua imagem e semelhança: desigual e contraditório, impondo a necessidade de desvendar o conteúdo das relações sociais a partir das práticas espaciais (CARLOS, 2004, p. 10).

Baseados nas avaliações realizadas por Marques (2002) e Carlos (2004), definimos, por ora, três perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo: a *dicotômica*, a *ecossistêmica* e a *processual*.

Utilizamos essas três perspectivas como uma referência inicial para orientar nosso olhar ao longo do processo de leitura e análise dos dados bibliográficos. Somadas aos elementos teóricos que serão discutidos no Capítulo 2, elas compõem nosso referencial de análise.

Neste momento, com base nos elementos contextuais que vimos descrevendo nas seções 1.1 e 1.2, formulamos os objetivos específicos e as questões auxiliares de pesquisa que nos ajudaram a precisar os focos de investigação da temática da relação cidade-campo ao longo deste trabalho.

Assim, como objetivos específicos definimos:

- Identificar e analisar trabalhos produzidos a respeito do tema e publicados nos anais dos ENGAs;
- Caracterizar as referências teóricas e metodológicas que influenciaram a produção desses trabalhos a partir do contexto selecionado;
- Identificar e analisar os fenômenos, conceitos, modelos e/ou tipologias relacionados ao estudo das relações cidade-campo;
- Descrever avaliações sobre o processo de produção de conhecimento sobre o campo brasileiro.

Por fim, detalhando o problema de pesquisa de forma que pudéssemos respondê-lo e atingir os objetivos propostos para esse trabalho, formulamos as seguintes sub-questões:

- Quais são os fenômenos e conceitos utilizados pela ciência geográfica para explicar as relações entre cidade e campo no período estudado?
- Quais referenciais teóricos e metodológicos orientam os trabalhos geográficos produzidos sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil?

- São apresentados modelos e/ou tipologias de organização dos espaços rurais? Quais?
- Quais são os conceitos e/ou temáticas que estão consolidados e quais se encontram em fase intensa de questionamento/debate?
- Quais são as tendências observadas na produção do conhecimento sobre o tema?

2 ELEMENTOS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DA PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO SOBRE A TEMÁTICA DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NA GEOGRAFIA

Nesse capítulo apresentamos os elementos teóricos que subsidiam a análise da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo, objeto deste trabalho.

Como nossa pesquisa se caracteriza como um estudo teórico-epistemológico, uma de nossas escolhas foi a de investigar o processo de consolidação da Geografia, tomando como eixo a identificação dos principais paradigmas que influenciaram a produção de conhecimento científico desta ciência e que, desta forma, influenciaram também o processo de produção de conhecimento sobre o nosso objeto de pesquisa.

Nesta abordagem, organizamos esse capítulo em duas seções. Na primeira resgatamos o processo histórico de desenvolvimento da Geografia, identificando as principais correntes que influenciaram o pensamento geográfico e, na segunda, procuramos situar o surgimento da Geografia Agrária como área de conhecimento, procurando relacionar a influência das correntes da ciência geográfica no processo de produção de conhecimento dessa especialidade – uma vez que os estudos sobre a temática investigada se concentram nesse ramo da Geografia.

Destacamos que não pretendemos, de forma alguma, nos aprofundarmos na história do pensamento geográfico, mesmo porque é vasta a bibliografia disponível sobre esse tema. Ao realizarmos essa abordagem histórico-epistemológica da ciên-

cia geográfica e da Geografia Agrária reunimos os elementos teóricos que serão a base da análise dos dados bibliográficos coletados nos anais dos ENGAs.

2.1 O desenvolvimento da Geografia e as correntes do pensamento geográfico

Nosso principal objetivo nessa primeira seção é sintetizar o processo histórico de desenvolvimento da Geografia demonstrando os principais paradigmas de produção do conhecimento e o surgimento das especialidades geográficas. A relevância desta discussão reside na importância dos subsídios que nos fornece para a análise do processo de consolidação da Geografia Agrária como ramo da Geografia, processo esse que será apresentado na segunda seção desse capítulo.

Ao considerarmos o desenvolvimento científico da Geografia destacamos, amparados em Moraes, que não podemos nos referir a ela sem ter claro que

O rótulo Geografia é bastante antigo, sua origem remonta à Antiguidade Clássica, especificamente ao pensamento grego [...] Desta forma, pode-se dizer que o conhecimento geográfico se encontrava disperso [...] Este quadro vai permanecer inalterado até o final do século XVIII [...] Assim, até o final do século XVIII, não é possível falar de conhecimento geográfico como algo padronizado, com um mínimo que seja de unidade temática e de continuidade nas formulações (MORAES, 2007, p.49-50).

Conforme indicamos na introdução desse capítulo, não pretendemos nos aprofundar na história do pensamento geográfico, mas consideramos importante resgatar, ainda que de forma resumida, algumas das principais contribuições teóricas ao conhecimento geográfico e à ciência geográfica. Iniciamos indicando o que entendemos por “conhecimento”, para, em seguida, fazer a distinção entre conhecimento geográfico e Geografia.

Adotamos a definição de conhecimento de Mendonça (1992) para quem

A apreensão da realidade pela mente humana compõe o que se conhece por ato cognitivo, ou seja, compõe o conhecimento humano; este, por sua vez, é fruto do trabalho do homem sobre a natureza através de sua ação teleológica (objetiva), característica fundamental que distingue os homens de outros animais (p. 12).

Diferentes autores admitem a existência de vários tipos ou formas de conhecimento. Normalmente essas classificações focalizam pelo menos três tipos: o senso

comum, a ciência e a filosofia¹⁸. Com base na leitura que fazemos do pensamento de Moraes, ressaltamos o papel do trabalho humano na produção do espaço.

Os conhecimentos geográficos são produzidos ao longo de toda história da humanidade por diferentes grupos humanos que, ao realizar as atividades necessárias para a sua sobrevivência, através do trabalho, produzem concomitantemente o espaço que ocupam. Na definição de Santos (2008a)

O trabalho é a aplicação, sobre a natureza, da energia do homem, diretamente ou como prolongamento do seu corpo, através de dispositivos mecânicos, no propósito de reproduzir a sua vida e a do grupo (p. 95-96).

A partir dessa definição o autor é enfático em considerar que

Toda ação humana é trabalho e todo trabalho é trabalho geográfico. (...) Não há produção que não seja produção do espaço, não há produção do espaço que se dê sem o trabalho (SANTOS, 2008a, p. 96).

Assim como Santos, reconhecemos que o trabalho é socialmente produzido e historicamente determinado no tempo e no espaço, isto porque, toda sociedade necessita trabalhar para satisfazer suas necessidades.

Sendo o trabalho realizado no tempo e no espaço, podemos afirmar que toda sociedade produz conhecimento geográfico em sua cultura, à medida que, para sobreviver, necessita conhecer as características e a dinâmica do espaço do qual se apropria. A esse respeito, Mendonça (1992) esclarece que

A geografia, tendo como característica uma forte influência do conhecimento cultural, transmitido de geração a geração, portanto senso comum, foi por muito tempo desenvolvida socialmente sem que possuísse o rótulo que conhecemos atualmente, pois o homem sempre foi um geógrafo, no sentido mais amplo da qualificação (p. 15).

Nesta perspectiva, Lencioni (1999) afirma que qualquer sociedade elabora conhecimentos geográficos, de forma que o estudo da história do pensamento geográfico requer a distinção entre conhecimento geográfico e Geografia. A autora esclarece que essa distinção se fundamenta na “preocupação com a organização do conhecimento e com a explicação da realidade” (LENCIONI, 1999, p. 21).

¹⁸ Outros tipos de conhecimento que costumam ser citados: memória, experiência e arte (ARISTÓTELES, 1969); arte (MENDONÇA, 1992); religião (SPÓSITO, 2004); teologia e estética (ANDERY et al., 2004).

Continuando seu raciocínio, a autora compreende que o conhecimento geográfico se desenvolveu ao longo do processo civilizatório e por essa razão não pode ser associado ao processo de institucionalização da Geografia que ocorreu somente no século XIX e “significou a sistematização científica do conhecimento geográfico” (p. 22). Para Lencioni (1999)

O conhecimento geográfico no que se refere ao conhecimento acerca do mundo está presente em qualquer civilização. E está presente porque viver significa conhecer o espaço circundante e produzir interpretações a partir das mais simples experiências.

Se considerarmos que a curiosidade pelo mundo é intrínseca à natureza humana, e que à medida que a percepção do mundo se amplia e que as diferenças emergem, são elaborados recortes sobre esse mundo, atermo-nos ao momento de institucionalização da Geografia, no século passado, seria limitar a reflexão (p. 23).

Adotando essa perspectiva, podemos compreender que o conhecimento geográfico remete à própria história da humanidade e tem sido construído desde a Pré-História¹⁹. No entanto, em relação à Geografia científica Corrêa (1995a) afirma que

A geografia emerge como uma disciplina acadêmica a partir de 1870. Até então, e desde a Antiguidade, a geografia compunha um saber totalizante, não desvinculado da filosofia, das ciências da natureza e da matemática (p. 08).

A necessidade de criação de uma ciência geográfica começou a surgir a partir do século XVIII, período no qual observamos uma nova realidade geopolítica, caracterizada pela independência de grande parte das antigas colônias européias nas Américas. Esse fato levou as principais potências mundiais da época à busca pela constituição de novas colônias e levou à partilha da África e da Ásia.

Santos (2004) afirma que nesse contexto do imperialismo “A geografia foi chamada a representar um papel importante [...]” (p. 30). O autor explica

Nascida tardiamente como ciência oficial, a geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da geografia foi justamente, de um lado, esconder o papel do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa (SANTOS, 2004, p. 31).

¹⁹ No Apêndice B procuramos sintetizar as principais contribuições à história do pensamento geográfico que são anteriores à sistematização da Geografia.

A partir do final do século XVIII seriam constantes as transformações nas relações de produção e trabalho e nas relações econômicas internacionais. Essas transformações, que se iniciaram com a Revolução Industrial, foram impulsionadas pela expansão do Capitalismo, pela difusão do Liberalismo Econômico e pelas constantes descobertas tecnológicas.

Nesse contexto de expansão do mercado internacional era comum a realização de expedições exploratórias no interior dos continentes africano, asiático e americano. Essas expedições reuniam profissionais das mais diversas áreas do conhecimento e eram financiadas pelos governos e por membros da classe burguesa. Como fruto de algumas dessas expedições foram criadas inúmeras Sociedades Geográficas. Camargo (2003) afirma que em 1885 existiram cerca de 100 Sociedades Geográficas com um número estimado de 50 mil sócios e membros espalhados por todo mundo.

A ciência geográfica, diferentemente do conhecimento geográfico produzido nas diversas culturas, se refere à produção científica do conhecimento sobre o espaço geográfico. Spósito identifica nuances do processo de produção científica que o diferenciam das outras formas de conhecer. Para ele

O nível científico baseia-se na descrição minuciosa, na localização de fenômenos dentro de categorias específicas, conceitos e classes características, considerando-se o conhecimento já produzido anteriormente e as bases teóricas que orientam e direcionam as novas investigações. A ciência não pode estabelecer verdades absolutas nem se propor a ser definitiva, mesmo que, dependendo da base doutrinária do conhecimento produzido, a condução da produção do conhecimento possa variar [...] (SPÓSITO, 2004, p. 75).

O início da sistematização dos conhecimentos geográficos remete ao final do século XVIII e início do século XIX. Segundo Moraes (2007)

[...] nem poderia ser de outro modo, pois pensar a Geografia como um conhecimento autônomo, particular, demandava um certo número de condições históricas que somente nessa época estarão suficientemente maturadas (p. 50-51).

O autor reúne essas condições em duas classes de pressupostos: os históricos e os referentes à evolução do pensamento, sendo que ambos teriam se consolidado graças ao processo de avanço e domínio das relações capitalistas.

Os pressupostos históricos explicitados por Moraes (2007) foram: “o conhecimento efetivo da extensão real do planeta” (p. 51); “a existência de um repositório de informações sobre variados lugares da Terra” (p. 51) e “aprimoramento das técnicas cartográficas” (p. 52).

Em relação aos pressupostos associados à evolução do pensamento Moraes (2007) explica que a valorização do temário geográfico vai ocorrer primeiramente “na discussão da Filosofia” (p. 53); em seguida “nos pensadores políticos do Iluminismo” (p. 54); também nos “trabalhos desenvolvidos pela Economia Política” (p. 55) e finalmente “o temário geográfico vai obter o pleno reconhecimento de sua autoridade com o aparecimento das teorias do Evolucionismo” (p. 55).

Desta forma, os pressupostos históricos teriam permitido a criação de uma base empírica para comparação (fundamental para o desenvolvimento da Geografia), enquanto os pressupostos relacionados à evolução do pensamento “implicavam a valorização dos temas geográficos pela reflexão da época, a ponto de legitimarem a criação de uma disciplina específica dedicada a eles” (MORAES, 2007, p. 53).

Apesar de reunir condições que legitimavam a necessidade da criação de uma ciência geográfica é importante lembrar que a Geografia enfrentou graves problemas para se firmar diante de outras ciências uma vez que era “possuidora de um objeto de estudo que reúne uma série de objetos de estudos de outras ciências” (MENDONÇA, 1992, p. 15).

Algumas características da Geografia, como essa proximidade com um grande número de ciências, a diversidade do temário geográfico e as inúmeras possibilidades teóricas e metodológicas para sua investigação associadas à filosofia positivista, acabaram contribuindo para a fragmentação de seus conhecimentos em diversas especialidades²⁰, conforme explicitado por Andrade (1987)

O fato é que a ampliação dos conhecimentos geográficos e o desejo da especialização dos geógrafos, a partir da primeira metade do século XX, levaram os mesmos a se dividirem em dois grupos: os que faziam Geografia Física e os que faziam Geografia Humana. Posteriormente, esta divisão foi considerada pequena e surgiram numerosas subdivisões [...] (p. 17)

²⁰ Andrade (1987) esclarece que a fragmentação dos conhecimentos representa, antes de tudo, a fragmentação da ciência que é, na realidade, única. Ele explica que “Esta divisão da ciência em vários campos do conhecimento foi o resultado tanto do alargamento do conhecimento científico, tornando difícil a uma pessoa dominar todo o seu campo, como faziam os sábios da Grécia, como do domínio da filosofia positivista, cada vez mais proeminente com a expansão do capitalismo, visando formar especialista que entendam o mais profundamente possível de áreas cada vez mais restritas” (p. 11).

Em relação a essa fragmentação Mendonça (1992) analisa que

Se, por um lado esta fragmentação impulsionou o relacionamento dos geógrafos e portanto da geografia com as ciências afins, abrindo seu horizonte, por outro dificultou a concretização de seu objetivo de unidade bem como propiciou o desenvolvimento de estudos fragmentados de seu objeto (p.17).

Admitindo que apesar desta fragmentação em diferentes ramos, a produção científica dos conhecimentos geográficos foi orientada por certos paradigmas. Corrêa identifica cinco principais correntes do pensamento geográfico – Determinismo Ambiental, Possibilismo, Método Regional, Nova Geografia e Geografia Crítica – e explica que elas constituem “uma seqüência histórica de incorporações de práticas teóricas, empíricas e políticas que, não excluindo nenhuma delas, apresenta a cada momento um ou dois padrões dominantes” (CORRÊA, 1995a, p. 07).

Às cinco correntes do pensamento identificadas por Corrêa acrescentamos outra, que foi definida por Santos (2004) como “A Geografia da percepção e do comportamento” (p. 91).

Julgamos importante relacionar as principais características dessas correntes do pensamento porque elas constituem os principais paradigmas de produção do conhecimento em Geografia, e como tal, orientarão a produção científica da Geografia Agrária e de nosso objeto de estudo.

Assim, construímos o Quadro 1, denominado “As principais correntes do pensamento geográfico” através do qual buscamos sintetizar as contribuições desenvolvidas por Corrêa (1995a) e Santos (2004).

Quadro 1 – As principais correntes do pensamento geográfico.

Corrente	Contexto Histórico	Principais características
<p>Determinismo Ambiental</p> <p>Alemanha: Fim do século XIX</p>	<p>Grandes potências mundiais haviam dividido entre si as novas colônias.</p> <p>A unificação da Alemanha somente em 1871 faz com que esta chegue tardiamente à corrida colonial</p> <p>O expansionismo alemão se volta para a própria Europa.</p>	<p>Abordagem da Geografia: estudo das relações homem-meio.</p> <p>“Estabeleceu-se uma relação causal entre o comportamento humano e a natureza, na qual esta aparece como elemento de determinação” (CORRÊA, 1995a, p. 11).</p> <p>“Seus defensores afirmam que as condições naturais, especialmente as climáticas [...] determinam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir” (CORRÊA, 1995a, p. 09).</p> <p>“O determinismo ambiental justificava a expansão territorial [...]” (CORRÊA, 1995a, p. 10).</p>

Corrente	Contexto Histórico	Principais características
<p>Possibilismo</p> <p>França: Fim do século XIX</p>	<p>Situação de conflito entre a França e a Alemanha.</p> <p>Reação ao determinismo ambiental e ao expansionismo germânico.</p>	<p>Abordagem da Geografia: estudo das relações homem-meio.</p> <p>“A natureza foi considerada como fornecedora de <i>possibilidades</i> para que o homem a modificasse: o homem é o principal agente geográfico” (CORRÊA, 1995a, p. 13).</p> <p>“Pensou-se, então, na paisagem como uma criação humana, elaborada ao longo do tempo, sendo a paisagem natural transformada em cultural ou geográfica” (CORRÊA, 1995a, p. 12-13).</p>
<p>Método Regional</p> <p>Estados Unidos: A partir de 1940</p>	<p>Opõe-se ao determinismo ambiental e ao possibilismo.</p> <p>As suas bases teriam surgido no final do século XIX, mas devido à disputa entre as correntes determinista e possibilista somente nos anos 40 assumiu expressão.</p>	<p>Abordagem da Geografia: estudo de áreas.</p> <p>“No plano externo, o método regional evidencia a necessidade de produzir uma geografia regional, ou seja, um conhecimento sintético sobre diferentes áreas da superfície da Terra” (CORRÊA, 1995a, p. 15).</p> <p>“No plano interno, registra a procura de uma identidade para a geografia, que se obteria não a partir de um objeto próprio, mas através de um método exclusivo. Resumindo, diferenciação de áreas passa a se considerar o resultado do método geográfico e, simultaneamente, o objeto da geografia” (CORRÊA, 1995a, p. 15).</p>
<p>Nova Geografia</p> <p>Suécia, Inglaterra e Estados Unidos: Década de 1950</p>	<p>Conhecida também como Geografia Teórica ou Geografia Quantitativa.</p> <p>Crítica ao paradigma possibilista e ao método regional.</p> <p>Justifica a nova fase de expansão capitalista que se dá no contexto de recuperação econômica do pós-guerra e da “Guerra Fria”.</p> <p>Desmantelamento dos impérios coloniais (a partir de 1960).</p>	<p>Abordagem da Geografia: estudo locacional.</p> <p>“[...] o espaço alterado resulta de um agregado de decisões locacionais” (CORRÊA, 1995a, p. 17).</p> <p>“Adota uma postura pragmática que se associa à difusão do sistema de planejamento do Estado capitalista, e o positivismo lógico como método de apreensão do real, assumindo assim uma pretensa neutralidade científica” (CORRÊA, 1995a, p. 18).</p> <p>“[...] procura leis ou regularidades empíricas sob a forma de padrões espaciais” (CORRÊA, 1995a, p. 18).</p> <p>Para isso utiliza-se de técnicas estatísticas, da geometria, de modelos e do emprego de princípios da economia burguesa.</p>
<p>Geografia Crítica</p> <p>Vários países capitalistas Décadas de 1970 e 1980</p>	<p>As origens da Geografia Crítica estariam ligadas a pensadores do final do século XIX.</p> <p>Somente com o agravamento das tensões sociais nas décadas de 70 e 80 que se firma essa corrente de pensamento realizando a crítica de todos os paradigmas anteriores.</p>	<p>“O que se pensava até então em termos de geografia não satisfaz, isto é, não mascara mais a dramática realidade. Os modelos normativos e as teorias de desenvolvimento foram reduzidos ao que efetivamente são: discursos ideológicos [...]” (CORRÊA, 1995a, p. 20).</p> <p>“A questão das relações entre o homem e a natureza [...] é também repensada à luz do marxismo” (CORRÊA, 1995a, p. 21).</p> <p>“A geografia crítica descobre o Estado e os demais agentes da organização espacial: os proprietários fundiários, os industriais, os incorporadores imobiliários, etc.” (CORRÊA, 1995a, p. 21).</p>

Corrente	Contexto Histórico	Principais características
Geografia Crítica (Continuação)	Fundamenta-se no materialismo histórico e na dialética marxista.	“Trata-se [...] de ir além da descrição de padrões espaciais, procurando-se ver as relações dialéticas entre formas espaciais e os processos históricos que modelam os grupos sociais” (CORRÊA, 1995a, p. 21).
Geografia da Percepção e do Comportamento	De acordo com Santos (2004) essa é uma das novas tendências da Geografia. É baseada nas contribuições da Psicologia e da Psicologia Social.	“O fundamento desta abordagem vem do fato de que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço, mas também de o avaliar” (SANTOS, 2004, p. 91). “A geografia do comportamento vai ainda mais longe, porque se fundamenta no princípio mesmo da existência de uma escala espacial própria a cada indivíduo e também de um significado particular para cada homem [...]” (SANTOS, 2004, p. 91). “Esta tendência representa, de certa maneira, uma ruptura com o economicismo e uma forma de restituição dos valores individuais” (SANTOS, 2004, p. 92).

Fonte: Adaptação de Corrêa (1995a) e Santos (2004).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2009).

No Brasil, a institucionalização da Geografia ocorreu a partir da criação da Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e se ampliou posteriormente com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 1937.

Os primeiros anos de institucionalização da Geografia brasileira foram assistidos por numerosos geógrafos estrangeiros²¹ que aqui permaneceram variados períodos de tempo e foram os responsáveis pela formação dos primeiros geógrafos brasileiros.

Muitos desses estudiosos eram ligados à escola francesa de Geografia e trouxeram “para a nossa formação a Geografia de Vidal de La Blache, Brunhes e alguma coisa de Reclus, a que o tempo acrescenta Sorre, George e Tricart, além do norte-americano Hartshorne” (MOREIRA, 2008, p. 23). Graças às influências desses pesquisadores Moreira (2008) afirma que “a matriz francesa é, no geral, a nossa matriz originária” (p. 23).

No trecho a seguir Diniz procurou demonstrar essa influência da Geografia Francesa no Brasil

Nossos primeiros centros de Geografia foram fundados e desenvolvidos por geógrafos que seguiam essas idéias, como Pierre Monbeig, Deffontaines, Waibel e outros. Além disso, a formação do geógrafo se fazia paralelamente à do historiador nos cursos de Geografia e História das faculdades de Filosofia, o que tenderia naturalmente a reforçar a idéia de explicação dos fe-

²¹ Moraes (2008, p. 23) cita como exemplos Pierre Monbeig, Pierre Deffontaines e Francis Ruellan.

nômenos geográficos pela História. O espaço brasileiro era, nas décadas de trinta e quarenta, muito pouco conhecido, e as pesquisas produzidas no âmbito universitário ou no antigo Conselho Nacional de Geografia tinham, naturalmente, uma grande preocupação com a descrição [...] (DINIZ, 1984, p. 41).

Após termos abordado brevemente o desenvolvimento científico da Geografia e o surgimento das especialidades geográficas pretendemos, na seção seguinte, caracterizar o desenvolvimento da Geografia Agrária, uma vez que esta concentra a maior parte dos trabalhos sobre o nosso objeto de estudo – a temática da relação cidade-campo.

2.2 Subsídios para investigação epistemológica no interior da Geografia Agrária

Ao explorarmos nessa seção o desenvolvimento da Geografia Agrária, buscamos: identificar a influência das correntes do pensamento geográfico (apresentadas na seção anterior) na produção do conhecimento nesse ramo da Geografia, apresentando algumas características específicas de produção nessa área do conhecimento, e, discutir o desenvolvimento histórico da Geografia Agrária brasileira, destacando as implicações para o estudo da temática da relação cidade-campo nesse processo.

Ao abordar o histórico da Geografia Agrária, Valverde afirma que “A Geografia Agrária é quase tão antiga quanto a própria geografia científica” (1964, p.11).

Ferreira (2002) também declara que o interesse geográfico pelo estudo do meio rural seria contemporâneo ao desenvolvimento da Geografia Científica. Ela explica que

Considerando-se que a agricultura é a atividade econômica mais antiga da sociedade e que, quando de sua sistematização, a Geografia surge em meio a uma sociedade agrária, na qual o econômico era o rural e o tipo de organização espacial mais visível e dominante era o rural, a ênfase nos estudos rurais foi, de certa forma, natural (FERREIRA, 2002, p. 26).

Recorrendo à obra de Otremba²², Valverde (1964) reconhece que “Antes mesmo do florescimento da Geografia, com Humboldt e Ritter, já haviam surgido

²² Valverde (1964) cita: Otremba, E. **Geografia General Agraria e Industrial**. Barcelona: Ed. Omega S.A., 1955.

precursores, como J. N. Schwerz e J. H. von Thünen [...]” (p. 11), mas admite que “só depois da Primeira Guerra Mundial é que a Geografia Agrária se estruturou” (p. 11).

Suzuki (2006) parte dessa citação de Valverde (1964) e a contesta afirmando que, segundo sua análise, o que se produz até a Segunda Guerra Mundial é Geografia Humana e não Geografia Agrária. Para o autor “Não há, ainda, um campo do saber definido como Geografia Agrária logo após a Primeira Guerra Mundial, como afirmara Orlando Valverde” (p. 02). Para Suzuki,

A disciplina de Geografia Agrária só vai aparecer na segunda metade do século XX, não só na Universidade de São Paulo, mas em, praticamente, todos os cursos de graduação em Geografia no Brasil, particularmente no momento em que se inicia a cisão deste curso do de História. A disciplina de Geografia Agrária, muito difundida, também, como Geografia Rural, vai encontrar seu lugar, nos currículos dos cursos de graduação, após a reforma universitária de 1968 (SUZUKI, 2006, p. 06).

Na citação acima podemos identificar, além da discrepância em relação ao período de surgimento da Geografia Agrária enquanto ramo do conhecimento geográfico, outra questão pertinente ao início de sua sistematização – a sua denominação.

Valverde, em sua obra de 1964, dedicou uma seção à essa discussão. Naquela ocasião o autor escreveu: “Como se trata de uma ciência estruturada há pouco tempo, há indecisão inclusive na escolha do próprio nome. Há dúvidas se se deve usar *Geografia Agrária* ou *Geografia Agrícola*”²³ (p. 18).

Como vimos na citação de Suzuki (2006), também foi bastante utilizada no Brasil a expressão “Geografia Rural” antes de se consolidar a denominação “Geografia Agrária”.

Já em 1964, Valverde avaliava que “A tendência nos países de línguas latinas parece inclinar-se para a expressão Geografia Agrária, como que manifestando uma preferência pelo seu sentido mais amplo” (VALVERDE, 1964, p. 19).

²³ O autor continua explicando que “Estas duas expressões latinas são perfeitamente conhecidas; os termos “agrária” e “agrícola” têm quase a mesma significação: *ager*, *agri* = campo, deu agrário; *ager*, *agri* + *colo* (de *colere* = habitar, cultivar), deu agrícola. Este termo é, portanto mais restrito; rigorosamente, a expressão “Geografia Agrícola” deveria englobar apenas o estudo da distribuição dos produtos cultivados e de suas condições de meio, sem envolver aspectos sociais, como regimes de propriedade, relações de produção, gêneros de vida, *habitat*, tipos de habitação etc. Dado o sentido restrito que têm as palavras “agrícola” e “agricultura”, não abrangeria sequer a geografia da pecuária. O emprego da expressão “Geografia Agrária” é, por conseguinte, mais conveniente, porque exprime melhor o conteúdo desse ramo da ciência” (VALVERDE, 1964, p. 18).

A respeito da estruturação desse ramo do conhecimento, Diniz desenvolveu um trabalho muito relevante no qual se propôs a investigar a evolução da concepção geográfica no estudo da agricultura. Ele afirma que

Os conceitos geográficos de diferentes épocas, ligados ao pensamento filosófico dominante, constituem verdadeiras correntes, que podem ser individualizadas por duas, três ou quatro idéias centrais (DINIZ, 1984, p. 35).

Baseado nessa constatação, o autor identifica cinco escolas que historicamente teriam orientado a produção geográfica do conhecimento sobre a agricultura

[...] a primeira, dominada pelo estudo da paisagem e através dela tentando obter uma síntese; a segunda, quase numa oposição à primeira, a abordagem econômica da agricultura, estudando a distribuição e a comercialização de produtos; um destaque todo especial é dado, na terceira, à Teoria da Combinação Agrícola, que representa a primeira influência do pensamento estruturalista na Geografia; a quarta consiste nas grandes mudanças efetuadas sob influência de duas comissões da União Geográfica Internacional, e a quinta e última corresponde ao desenvolvimento mais recente da Geografia, que passa de ciência idiográfica a nomotética (DINIZ, 1984, p. 35).

Diniz (1984) explicita no estudo em questão que compreende os vocábulos “correntes” e “escolas” como sinônimos. Optamos pela denominação *escolas* para facilitar a distinção entre essa classificação proposta pelo autor para compreender a produção do conhecimento no âmbito da Geografia Agrária, daquela apresentada por Corrêa (1995a), na seção 2.1, que busca sintetizar as principais correntes da ciência geográfica.

Apesar de procurar relacionar essas cinco escolas ao desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil, a abordagem desenvolvida pelo autor diz respeito aos estudos geográficos sobre agricultura de maneira geral, em alguns casos destacando alguns autores e países que se sobressaíram²⁴ nesses estudos.

No Quadro 2 apresentamos cada uma dessas escolas e suas principais características. Pretendemos, a partir das informações sintetizadas no quadro, fazer dialogar essa classificação das escolas da Geografia Agrária proposta por Diniz com a classificação das correntes do pensamento geográfico apresentada na seção anterior a partir de Corrêa (1995a) e Santos (2004).

²⁴ Utilizaremos essa classificação de Diniz (1984) para compreendermos as principais escolas (ou correntes) que orientaram a produção do conhecimento na Geografia Agrária. Não detalharemos suas contribuições para a Geografia Agrária brasileira porque selecionamos a perspectiva de outro autor – Ferreira (2002) – para investigar seu desenvolvimento.

Quadro 2 – As cinco escolas da Geografia Agrária.

Escola	Descrição	Principais características
A Geografia da Paisagem Agrária	“Essa corrente é a mais antiga de todas e, praticamente, seu início corresponde ao desenvolvimento da Geografia Científica do século XIX e começos do atual” (DINIZ, 1984, p. 36).	A busca da <i>síntese</i> pela observação da paisagem. A compreensão da paisagem agrária como reação do homem ao meio. A associação com a História. A preocupação com as formas de <i>habitat</i> rural (DINIZ, 1984, p. 36).
A Geografia Econômica da Agricultura	“Esta concepção geográfica da agricultura está ligada à tradicional dicotomia entre Geografia Econômica e Geografia Humana [...] é contemporânea da concepção anteriormente analisada e segue parte dos seus princípios teóricos” (DINIZ, 1984, p. 42).	A ênfase na descrição da distribuição de produtos e rebanhos. O grande destaque na correlação entre essa distribuição e fenômenos do quadro natural, sobretudo o clima. A definição de <i>regiões agrícolas</i> (DINIZ, 1984, p. 42).
A Teoria da Combinação Agrícola e o Estruturalismo	“Partindo das idéias da <i>síntese</i> geográfica, Cholley evoluiu para a noção de combinação, que deveria satisfazer os princípios de totalidade, transformação e auto-regulação, comuns a todas as estruturas [...] Os geógrafos deveriam centralizar seu trabalho no estudo da <i>verdadeira estrutura</i> da combinação agrícola, ou seja, na análise das relações entre os seus elementos” (DINIZ, 1984, p. 46).	Os elementos que deveriam ser investigados poderiam ser classificados em três tipos: <i>Elementos de ordem física e biológica</i> , relacionados com a área onde é exercida a atividade agrícola. <i>Elementos de ordem humana</i> , de grande importância. <i>Elementos políticos e econômicos</i> externos à combinação agrícola e formariam uma superestrutura que influenciaria toda a combinação (DINIZ, 1984, p. 46).
As Comissões da União Geográfica Internacional	“A União Geográfica Internacional tem criado diversas comissões encarregadas de estudar certos campos da Geografia da Agricultura. Algumas têm sido instaladas, outras dissolvidas. Entretanto, devemos fazer referências a duas que desempenharam um papel importante no estudo geográfico da agricultura: a Comissão de Levantamento Mundial de Utilização da Terra (World Land Use Survey Commission) e a Comissão de Tipologia da Agricultura (Commission on Agricultural Typology)” (DINIZ, 1984, p. 48).	Os <i>estudos de utilização da terra</i> (1949) foram importantes por que: 1) a necessidade de precisão dos mapas de utilização da terra levou a Comissão a incentivar a utilização de fotografias aéreas; 2) os trabalhos de utilização da terra tiveram grande destaque nos projetos de desenvolvimento; 3) os geógrafos passaram a trabalhar mais nesse campo permitindo o desenvolvimento de novas idéias. Os <i>estudos de tipologia agrícola</i> (1964) tinham como objetivos iniciais: 1) estabelecer e testar as bases, critérios, métodos e técnicas de uma tipologia da agricultura; 2) estabelecer uma tipologia mundial da agricultura; 3) iniciar, promover e coordenar estudos regionais de tipos de agricultura.
Novos Rumos da Geografia da Agricultura	“A ‘revolução’ teórica e quantitativa [...] permanece forte e criativa em vários centros geográficos de importância [...] Por sobre essa profunda transformação em nossa ciência, que acentuou a influência positivista na Geografia, desenvolveu-se aceleradamente uma ‘Geografia Radical’, de raízes marxistas [...]” (DINIZ,	<i>Geografia Agrária Nomotética:</i> A utilização de métodos quantitativos, sobretudo taxonômicos; O desenvolvimento ou aplicação de teorias de localização; O enfoque sistêmico (DINIZ, 1984, p. 52).

Escola	Descrição	Principais características
Novos Rumos da Geografia da Agricultura (Continuação)	1984, p. 51). “Em síntese, podemos observar dois enfoques dominantes na Geografia Agrária atual. O primeiro, essencialmente teórico, econômico e quantitativo, buscando leis e trabalhando com modelos [...] O segundo enfoque, mais social, preocupando-se com as condições de vida da população rural, a apropriação dos meios de produção por diferentes classes sociais, e as questões de desenvolvimento rural” (DINIZ, 1984, p. 52).	<i>A Preocupação Social e os Estudos de Desenvolvimento Rural:</i> Ênfase nas relações sociais de produção e nas questões ligadas à apropriação da terra; Análise da estrutura fundiária, das condições da população e dos conflitos pela terra; Ampliação das análises, envolvendo o estudo: das migrações, dos fatores que expulsam as populações do campo, da “urbanização” de trabalhos agrícolas e nos problemas decorrentes da proletarianização do trabalhador rural (DINIZ, 1984, p. 54).

Fonte: Adaptação de Diniz (1984).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2009).

A partir da análise e comparação dessas escolas da Geografia Agrária com as correntes do pensamento sintetizadas no Quadro 1, estabelecemos algumas relações relevantes que passamos a tecer.

As duas primeiras escolas identificadas por Diniz – “a Geografia da Paisagem Agrária” e “a Geografia Econômica da Agricultura” – têm forte influência da corrente denominada Geografia Clássica, constituída pelas duas correntes identificadas por Corrêa (1995a): o determinismo ambiental e o possibilismo.

A Geografia da Paisagem Agrária seria orientada pela corrente possibilista, uma vez que se opõe às teses deterministas e enfatiza a ação do homem, adotando o conceito de “gêneros de vida”, desenvolvido por Vidal de la Blache. Essa escola ainda admitiria a importância do subjetivismo do pesquisador baseada na Teoria da *Gestalt* (DINIZ, 1984).

Já a Geografia Econômica da Agricultura, apesar de seguir parte dos princípios teóricos da Geografia da Paisagem Agrária, tende ao determinismo ambiental por estudar a distribuição de produtos e rebanhos isoladamente, na busca de padrões de distribuição²⁵ (DINIZ, 1984).

Ambas as escolas são caracterizadas pelos estudos descritivos, método por excelência da Geografia Clássica. A distinção reside no enfoque: enquanto a primei-

²⁵ “Não resta a menor dúvida que o estudo isolado de um produto ou rebanho torna certas correlações mais evidentes, especialmente as que existem com os elementos do quadro natural. São uma constante nas descrições destas distribuições as correlações com os tipos de solo, relevo, vegetação e, sobretudo, com os tipos de clima” (DINIZ, 1984, p. 43).

ra se concentra na descrição da paisagem, a segunda busca descrever a distribuição dos produtos e rebanhos, inclusive buscando o estabelecimento de leis.

Compreendemos a terceira escola e a quarta escola identificada por Diniz – “a Teoria da Combinação Agrícola e o Estruturalismo” e as “Comissões da União Geográfica Internacional” – como escolas de transição. Ambas representariam a transição da influência das correntes da Geografia Clássica para a influência das práticas de pesquisa que viriam a caracterizar a corrente Quantitativa – com as devidas diferenças de intensidade. Essas diferenças seriam decorrentes, entre outros fatores, dos períodos históricos de maior produção de cada escola e sua maior ou menor aproximação com o período de surgimento da Geografia Quantitativa.

Considerando que a Geografia Quantitativa passou a ser amplamente difundida na Geografia a partir de 1960 e analisando os períodos de surgimento de cada escola, percebemos que a terceira escola se difunde a partir da publicação de Cholley em 1946, estando ainda distante, cronologicamente, do período áureo de divulgação da “Nova Geografia”. O mesmo acontece com a primeira Comissão da UGI – que compõe a quarta escola da Geografia Agrária – que data de 1949. Já a segunda Comissão da UGI, que também integra a quarta escola definida por Diniz (1984) se desenvolveu de 1964 a 1976, ou seja, no auge das pesquisas quantitativas na ciência geográfica.

Retornando às análises a respeito da terceira escola, a Teoria da Combinação Agrícola desenvolvida por Cholley é classificada por Moraes como pertencente à Geografia Tradicional (ou Clássica²⁶) mais especificamente à escola francesa conforme podemos constatar no trecho a seguir:

A seqüência Vidal de la Blache, Sorre-Le Lannou e Cholley mostrou uma continuidade de fundamentos e concepções. Na verdade, foi o desenvolvimento da mesma proposta, que se poderia considerar majoritária no pensamento geográfico tradicional, e que teve, na Geografia Regional, sua principal objetivação (MORAES, 2007, p. 92-93).

A despeito dessa afirmação de Moraes (2007) de que a teoria de Cholley foi desenvolvida na mesma proposta dos geógrafos clássicos franceses, com base em nossa leitura dos fundamentos da escola Teoria da Combinação Agrícola, identificamos algumas características interessantes relacionadas, por um lado, a algumas

²⁶ Preferimos a denominação Clássica à Tradicional para nos referirmos a essa corrente do pensamento. Compartilhamos o ponto de vista de Oliveira (2004), quando esse autor propõe uma posição crítica em relação à utilização da expressão “Geografia Tradicional”.

discrepâncias desses fundamentos em relação à influência da então hegemônica Geografia Clássica e, por outro lado, à antecipação de alguns elementos que viriam a caracterizar a corrente quantitativa alguns anos depois.

Os pontos que identificamos como discrepâncias em relação às correntes da Geografia Clássica são: a posição secundária da observação da paisagem; o enfoque no estudo das relações entre os diversos elementos da “combinação” e a conseqüente minimização do método descritivo (DINIZ, 1984). Alguns pontos que, segundo nossa concepção, estariam antecipando elementos da corrente Quantitativa seriam: a incorporação do dinamismo espacial e temporal no estudo das combinações; a aplicação da Teoria dos Sistemas Gerais e a matematização das combinações (DINIZ, 1984). Esses fatos nos levaram a questionar a proposição supracitada de Moraes e ratificar a existência de uma “escola de transição”.

Apesar de não explicitar essas relações que tecemos, até mesmo Diniz afirma que “[...] a Teoria de Cholley não foi aceita nos meios geográficos de maior importância na época, talvez por ferir o paradigma possibilista tradicional, baseado na dicotomia homem/meio físico” (p. 47). Mesmo diante desta constatação o autor avalia que

Inegavelmente, a Teoria de Cholley representa um avanço considerável sobre os trabalhos tradicionais da Geografia da Paisagem e da Geografia da Descrição dos Produtos. A ênfase no estudo das relações entre os elementos e na compreensão da combinação como uma estrutura colocou a Geografia numa posição mais condizente com o pensamento científico (DINIZ, 1984, p. 47).

Na mesma posição de escola de transição, situamos a quarta escola – as Comissões da União Geográfica Internacional. Como vimos no Quadro 2, essa escola é composta por duas comissões: a Comissão de Levantamento Mundial de Utilização da Terra (1949) e a Comissão de Tipologia da Agricultura (1964-1976).

Diniz (1984) afirma que a primeira Comissão não representou “nenhuma evolução teórica da concepção geográfica [...] Entretanto, na base da constituição dessa Comissão estava a procura de maior precisão e aplicabilidade da Geografia [...]” (p. 48).

Já se observa, como resultados dos trabalhos dessa Comissão, alguns aspectos de modificação nas práticas metodológicas, como a incorporação das foto-

grafias aéreas na análise geográfica e a atuação do profissional geógrafo junto a projetos de desenvolvimento em diversas áreas do mundo (DINIZ, 1984).

Por sua vez, a segunda Comissão criada em 1964 já apresenta de maneira nítida a influência da corrente Quantitativista: uso corrente de fotografias aéreas e técnicas de quantificação, técnicas de agrupamento de características, estabelecimento de bases, critérios, métodos e técnicas comuns, estudos de casos e busca de padrões (DINIZ, 1984).

A quinta escola – “Novos Rumos da Geografia da Agricultura” – é desmembrada em duas: “a Geografia Agrária Nomotética”, sob influência da corrente Quantitativista (ou Teorética) e “a Preocupação Social e os Estudos de Desenvolvimento Rural” sob clara influência da Geografia Crítica (ou Radical). Diniz, ao apresentar e discutir as cinco escolas, afirma que a partir da quinta escola a Geografia “passa de ciência idiográfica a nomotética” (1984, p. 35). Essa transformação ocorre a partir dos estudos orientados pelo paradigma quantitativo. A esse respeito, Diniz (1984) explica que

A Geografia é uma ciência de análise, que procura associações espaciais, podendo transformá-las em padrões, modelos e leis. Caem por terra, portanto, os conceitos de uma Geografia idiográfica, isto é, de descrição do único (p. 53).

Uma vez apresentadas as cinco escolas da Geografia Agrária definidas por Diniz (1984), registramos que, ao longo do exame das relações entre elas e as correntes do pensamento geográfico, não foi possível identificarmos a influência da corrente “Método Regional” – apesar da abordagem regional estar sempre presente. No entanto, a abordagem regional não é sinônimo de Método Regional, como nos esclarece Corrêa (1995a)

O método regional consiste o terceiro paradigma da geografia, opondo-se ao determinismo ambiental e ao possibilismo. Nele, a diferenciação de áreas não é vista a partir das relações entre o homem e a natureza, mas sim da integração de fenômenos heterogêneos em uma dada porção da superfície da Terra. O método regional focaliza assim o estudo de áreas, erigindo não uma relação causal ou a paisagem regional, mas a sua diferenciação *per se* como objeto da geografia (p. 14).

Igualmente, não identificamos, a partir da classificação proposta por Diniz (1984), a sexta corrente do pensamento geográfico – incorporada por nós às correntes do pensamento definidas por Corrêa (1995a), qual seja: “A Geografia da Percep-

ção e do Comportamento” – definida por Santos (2004). Isto se deve, provavelmente, ao momento histórico em que a obra de Diniz foi escrita (1984), considerando que a sexta corrente passou a influenciar a produção geográfica no final dos anos 1980.

Conforme pontuamos anteriormente, temos clareza de que Diniz faz referência à realidade brasileira ao discutir as escolas que orientaram a produção do conhecimento na Geografia Agrária. No entanto, optamos por discutir, baseados neste autor, somente as características gerais de cada escola, buscando relacioná-las às principais correntes científicas da Geografia, num nível de análise referente à Epistemologia da Geografia.

Tal opção se deve ao fato de que preferimos abordar o desenvolvimento histórico da Geografia Agrária brasileira através da obra de Ferreira (2002) por duas razões principais: primeiro porque o desenvolvimento da Geografia Agrária no Brasil foi seu objeto de estudo; e segundo porque a natureza do trabalho desenvolvido pela autora se relaciona de forma peculiar com a proposta desse trabalho, potencializando as análises que empreendemos.

A partir do histórico desenvolvido pela autora, distinguimos o processo de desenvolvimento da Geografia brasileira em três momentos: não-geográfico, institucionalização da Geografia e emergente. Sintetizaremos as características de cada um desses momentos procurando contextualizar a produção do conhecimento geográfico no Brasil e orientando as análises para o ramo específico da Geografia Agrária.

O *primeiro momento* seria anterior a sistematização da Geografia brasileira (e, portanto da Geografia Agrária) e seria caracterizado pela produção do conhecimento por não-geógrafos, principalmente cronistas e viajantes. Estes compreendiam a agricultura como um elemento da paisagem (FERREIRA, 2002).

Podemos relacionar esse primeiro momento identificado pela autora com o conceito de conhecimento geográfico, adotado de Lencioni (1999) e exposto na primeira seção deste capítulo. Os conhecimentos produzidos nesse período sobre o espaço geográfico não poderiam ser Geografia pois não compartilhavam de qualquer orientação teórico-metodológica. Esses conhecimentos representavam o “conhecimento acerca do mundo” (LENCIONI, 1999, p. 23) e eram fruto da experiência, observação e interpretação de cronistas, viajantes, aventureiros e estudiosos (FERREIRA, 2002).

Ainda em relação a esse primeiro período – não-geográfico – Ferreira (2002), baseada na classificação de Andrade (1994)²⁷, explicita quatro fases de produção de conhecimento sobre a agricultura brasileira:

- *1ª fase*: trabalhos não-científicos realizados por cronistas, aventureiros e comerciantes em forma de crônicas e relatórios nos quais descreviam os homens e a terra;
- *2ª fase*: estudos realizados por viajantes estrangeiros que objetivavam conhecer as diferentes áreas do país;
- *3ª fase*: trabalhos de campo e levantamentos realizados por cientistas diversos e utilizados pelo governo em seus investimentos;
- *4ª fase*: trabalhos literários preocupados em estudar os processos de conquista e ocupação do território brasileiro.

O *segundo momento* teria se consolidado após a Revolução de 1930 e seria paralelo ao processo de institucionalização da Geografia. (Se adotarmos a periodização de Valverde (1985) podemos nos referir aqui também ao início da sistematização da Geografia Agrária brasileira).

De acordo com Ferreira (2002), em razão da implantação da política de modernização pelo governo federal, surgiu a necessidade de conhecer e conquistar o território brasileiro e, nesse contexto, proliferaram-se os estudos sobre a realidade brasileira.

Foram os paradigmas da Geografia Clássica que orientaram a produção geográfica nesse segundo momento até meados dos anos 1960, sendo que as pesquisas desenvolvidas eram basicamente descritivas e cumulativas.

Ferreira (2002) sintetiza as principais características desse momento de institucionalização da Geografia no estudo das décadas. Ela esclarece que até os anos 1950 a agricultura era o tema central das pesquisas desenvolvidas pela Geografia Humana. Segundo a autora, as décadas de 1940 e 1950 foram os “anos dourados” da Geografia Agrária, nas quais se observava a hegemonia da temática da agricultura nos estudos geográficos.

Foi durante esse período que a Geografia Agrária desenvolveu e consolidou referenciais teóricos e metodológicos para pesquisar a agricultura brasileira. Esses referenciais priorizavam o estudo da paisagem, principalmente através de descri-

²⁷ Ferreira (2002) cita o trabalho: ANDRADE, M. C. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 72, p. 63-82, 1994.

ções, e tinham como objetivo principal explicar a distribuição das diferentes atividades agrícolas e as conseqüentes diferenças espaciais que elas produziam (FERREIRA, 2002).

A partir da década de 1960, devido à emergência e consolidação do sistema urbano-industrial e o deslocamento da matriz produtiva da agricultura para a indústria, ou seja, do campo para a cidade, os estudos agrários passaram a perder sua hegemonia para os estudos urbanos. Esses se constituíram, ao longo das décadas seguintes, o principal objeto de estudo da ciência geográfica.

É importante registrar que as transformações na realidade brasileira não foram imediatamente acompanhadas por modificações científicas: a Geografia, e principalmente a Geografia Agrária, demorou muito tempo para reconhecer a importância e a amplitude dessas transformações e o papel que passaram a desempenhar na organização do espaço geográfico brasileiro.

Nesse ínterim, Ferreira nos esclarece que a Geografia Agrária enfrentou muitos problemas para se consolidar no meio acadêmico:

[...] o geógrafo agrário, apesar da produção numericamente expressiva, encontrava dificuldades para se posicionar diante do meio científico e, mesmo diante de sua ciência de origem, buscava definir como se daria o entendimento geográfico da agricultura ou o pensar geográfico sobre agricultura (FERREIRA, 2002 p. 40).

Esses problemas ocorreram devido à proximidade do objeto de estudo da Geografia Agrária com outras ciências – particularmente História, Economia e Sociologia – e às dificuldades encontradas por essa área em afirmar a sua particularidade na investigação da temática agrícola (FERREIRA, 2002).

De acordo com a autora, durante as décadas de 1960 e 1970 a realidade brasileira começou a se modificar graças a três fatores: a política desenvolvimentista do Estado, a aceleração da urbanização e a aceleração da industrialização.

Ferreira identifica essas duas décadas como “anos turbulentos” e afirma que já na segunda metade da década de 60 começaram a surgir mudanças tecnológicas no campo. Essas mudanças teriam permitido que as relações de trabalho e produção capitalistas se difundissem e consolidassem na agricultura brasileira ao longo da década de 70. Até então, a autora afirma que havia a presença significativa de relações não-capitalistas no campo (FERREIRA, 2002).

Nesse contexto de “turbulência” a autora identifica o surgimento do *terceiro momento* da Geografia e da Geografia Agrária brasileira denominado “emergente”. Ele abrange duas correntes do pensamento geográfico: a Quantitativa (de meados dos anos 1960 até meados de 1970) e a Social²⁸ (ou Crítica a partir de 1970). Assim, a denominação dada pela autora se deve ao surgimento e difusão de novos paradigmas na Geografia e na Geografia Agrária: a Revolução Teorético-Quantitativa e o Materialismo Histórico (FERREIRA, 2002).

A utilização desses novos paradigmas e a atuação da União Geográfica Internacional (UGI) com enfoques sociais e econômicos passou a revelar as transformações significativas do meio rural brasileiro.

Nesse período a Geografia passou a incorporar, com a Nova Geografia, o uso de quantificação em seus estudos, acarretando importantes mudanças paradigmáticas, sendo a principal delas a mudança de uma base de análise empírica (não totalmente abandonada) para uma base quantitativista. No entanto, Ferreira destaca que a utilização da quantificação não superou a tradição descritiva, uma vez que, embasada nesse novo paradigma, a Geografia Agrária passou a medir a difusão das inovações no território, a expansão do capitalismo no campo e os efeitos que estes processos causavam sob o meio ambiente sem, contudo, procurar explicá-los (FERREIRA, 2002).

De acordo com a autora, somente a partir da década de 80, com a aproximação da Geografia Agrária com a Economia e a Sociologia (especialmente com a Sociologia Rural), os estudos agrários passaram a refletir efetivamente sobre o processo de modernização, buscando explicá-lo e rompendo, assim, com a mera descrição que havia caracterizado os estudos precedentes (tanto os estudos da paisagem quanto os estudos quantitativistas).

Esses estudos sofreram a influência da corrente Crítica da Geografia e representaram a introdução da ótica social no estudo do agro brasileiro e a preocupação de compreender a organização da atividade agrícola a partir do capitalismo (FERREIRA, 2002).

Ao analisar a trajetória dos estudos agrários no Brasil, a autora identifica três momentos de aproximação da Geografia com outras ciências: a) Ciências Naturais e História; b) Matemática e Estatística e c) Ciências Humanas. Essas aproximações

²⁸ Denominação da autora (FERREIRA, 2002).

buscavam “justificar e marcar posição quanto ao seu objeto e método” (FERREIRA, 2002, p. 65).

Essas interfaces com outras ciências acabaram influenciando a construção dos três paradigmas geográficos de produção do conhecimento na Geografia Agrária brasileira. Esses paradigmas foram definidos por Ferreira a partir da classificação de Gusmão (1978²⁹): diferenciação de áreas, classificatório e interação e ação sobre o espaço. No Quadro 3, construído a partir de Gusmão (2006)³⁰ apresentamos a caracterização de cada um desses paradigmas, que o autor denomina de “fases” dos estudos rurais.

Quadro 3 – Paradigmas científicos da Geografia Agrária brasileira.

Paradigma	Período	Descrição	Tipos de estudo
Diferenciação de áreas	Década de 1940 até início da década de 1970	“[...] abordagem predominantemente descritiva” (p. 6) “[...] essa primeira fase dos estudos rurais valorizava, essencialmente a pesquisa de campo e procurava, principalmente, caracterizar as diferenças existentes no espaço agrário” (p.7)	Estudos de frente pioneira e de colonização estrangeira (Décadas de 1940 e 1950) Estudos de distribuição espacial (Década de 1950) Estudos de organização agrária (Década de 1960)
Classificatório	Final da década de 1960 e década de 1970	“[...] enfoque classificatório, utilizando modelos estatístico-matemáticos” (p. 7) “influência da Comissão de Tipologia Agrícola da União Geográfica Internacional” (p. 7) “[...] a preocupação fundamental foi a da aplicação de técnicas revelada no próprio título dos trabalhos” (p. 8)	Estudos da utilização da terra: níveis de diversificação e de concentração de cultivos e rebanhos Estudos de organização agrária visando definir os tipos de agricultura
Desenvolvimento rural	A partir de 1975	“[...] caracteriza-se, principalmente, pelo interesse em estudar as transformações do espaço rural, numa ótica de desenvolvimento rural” (p. 8-9) “[...] esforço em tentar dirigir os estudos rurais segundo um enfoque mais pragmático” (p. 9)	Modernização da agricultura brasileira Força de trabalho na agricultura e emprego de tecnologia Meio-ambiente e o desenvolvimento da agricultura

Fonte: Adaptação de Gusmão (2006).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2009).

²⁹ Ferreira (2002) faz referência a: GUSMÃO, Rivaldo Pinto de. Os estudos de geografia rural no Brasil: revisão e tendências. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 3, 1978, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: AGB, 1978, p. 57-62

³⁰ O texto publicado nos anais do III Encontro Nacional de Geógrafos (ao qual Ferreira se reporta) foi publicado integralmente em 2006 pela revista Campo-Território com autorização do autor, fato que nos facilitou o acesso à fonte original.

Até aqui vimos discutindo a produção científica do conhecimento geográfico em três níveis, quais sejam: a Geografia, a Geografia Agrária e a Geografia Agrária brasileira³¹. Associados a cada um desses níveis vimos pontuando elementos histórico-epistemológicos para subsidiar a análise da produção de conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo na Geografia.

Para efeitos de sistematização, retomamos estes elementos que integrarão nosso quadro geral para a análise dos dados. Os elementos histórico-epistemológicos apresentados neste capítulo foram:

- As correntes do pensamento geográfico (CÔRREA, 1995a; SANTOS, 2004)
- As escolas do pensamento da Geografia Agrária (DINIZ, 1984);
- O processo de desenvolvimento da Geografia Agrária brasileira (FERREIRA, 2002);
- Os paradigmas científicos da Geografia Agrária brasileira e as características socioeconômicas e teórico-metodológicas (FERREIRA, 2002; GUSMÃO, 2006).

Relacionando esses elementos histórico-epistemológicos às discussões realizadas na seção 1.2, a respeito das perspectivas de análise das relações entre a cidade e o campo, enunciaremos algumas sínteses que serão nosso ponto de partida para a análise dos dados bibliográficos.

Em primeiro lugar, observamos que os estudos agrários desenvolvidos no período de hegemonia da corrente Clássica da Geografia foram orientados pelo paradigma de diferenciação de áreas e se inseriam num contexto de domínio da agricultura na sociedade brasileira. Nesse contexto em que cidade e campo eram realidades significativamente distintas social, cultural e economicamente, a perspectiva de análise da temática da relação cidade-campo estava diretamente relacionada à abordagem dicotômica definida anteriormente por Marques (2002).

O período de transição da corrente Clássica para a Quantitativa, representado pelos estudos agrários orientados pela Teoria da Combinação Agrícola e pelas influências da primeira Comissão da União Geográfica Internacional, marcou uma importante mudança: apesar de ainda predominar o paradigma de diferenciação de áreas nos estudos de Geografia Agrária, observamos o início da perspectiva de análise ecossistêmica das relações cidade-campo, definida na seção 1.2 por Carlos (2004).

³¹ No Anexo A apresentamos um quadro, produzido por Ferreira (2002), denominado “Síntese da Geografia Agrária brasileira”.

Essa perspectiva ecossistêmica de análise da temática da relação cidade-campo se firmaria a partir dos estudos agrários desenvolvidos pela corrente Quantitativa, que se consolidou no contexto em que já predominava o modelo urbano-industrial de desenvolvimento nacional. Nesse contexto, em que se destacava também a difusão do processo de modernização das atividades no campo, o paradigma classificatório passou a orientar, de forma dominante, a produção de conhecimento na Geografia Agrária. Ressaltamos que devidos às suas características teórico-metodológicas agrupamos os trabalhos desenvolvidos sob orientação da segunda Comissão da União Geográfica Internacional na corrente Quantitativa.

Somente a partir dos estudos desenvolvidos pela corrente Crítica é que se consolida a abordagem processual das relações cidade-campo. Num contexto de intensificação da modernização da agricultura, de desenvolvimento do capitalismo no campo e de reconhecimento das transformações sócio-espaciais que esses processos acarretavam, essa corrente incorporou aos estudos geográficos a análise histórica e dialética das contradições que passaram a caracterizar as relações entre a cidade e o campo.

Dentre as perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo apresentadas no primeiro capítulo nenhuma parecia se relacionar diretamente com a corrente Geografia da Percepção e do Comportamento devido às suas características peculiares de investigação científica. Assim, uma vez que nosso trabalho consiste num estudo bibliográfico, optamos por pesquisar, dentre os textos que compunham nossa fonte de dados, as proposições de algum autor que pudesse nos auxiliar nessa tarefa. Acreditamos que os elementos destacados por Galvão (1985) são relevantes nesse sentido.

Para essa autora as relações cidade-campo, embora tenham se consolidado no cerne da investigação sobre a agricultura no mundo moderno, têm sido abordadas “na maioria das vezes, somente sob o ângulo das relações de mercado expressas pelo consumo” (GALVÃO, 1985, p. 277). Ela avalia que

Na ótica da Geografia, relacionamentos outros, que não apenas os estritamente mercantis, compõem o tecido coeso e articulado elaborado pela interação campo/cidade e que, a nosso ver, pode ser identificado no bojo de duas questões: (a) o que o campo e a cidade recebem um do outro, e (b) como a cidade e o campo se vêem, um ao outro.

Troca e percepção mútua sintetizam a relação. A primeira envolve a segunda e é por esta envolvida. Nesse envolvimento, transformam-se ao longo do tempo os tipos de relações e o espaço em que elas se dão, visto serem elas

o reflexo do modo de produção que as permeia e que, por sua ação, produz o próprio espaço (GALVÃO, 1985, p. 278).

Adotamos essa proposição da autora para agrupar as discussões que tecemos até esse ponto em sentido *lato* à questões específicas relacionadas ao processo de produção do conhecimento sobre a temática em estudo. Assim, partindo dessa reflexão de Galvão (1985) estabelecemos uma associação entre os elementos histórico-epistemológicos que orientam nossa análise e a investigação da temática em estudo, buscando definir uma perspectiva de análise para a corrente “Geografia da Percepção e do Comportamento”.

Numa primeira aproximação, consideramos que as correntes anteriores – Clássica, Quantitativa e Crítica – enfatizam a investigação das *trocas* no estudo das relações cidade-campo, ainda que diverjam teórica e metodologicamente.

Nossa compreensão a respeito da categoria *trocas*, definida pela autora, engloba não somente relações de mercado e trocas materiais, como também trocas simbólicas, que podem ser definidas como objeto de investigação no âmbito de cada uma das correntes.

Já a categoria *percepção mútua* seria a perspectiva por excelência da corrente da Geografia da Percepção e do Comportamento. Isso porque, independente da maneira como ocorrem os processos de trocas (materiais e simbólicas) e seus produtos finais, a Geografia da Percepção e do Comportamento é a corrente que questiona, no nível das redes micro-sociais, os fatores responsáveis por desencadear o início, a manutenção e a extinção destas trocas, de forma que essa corrente introduz questionamentos que abarcam outras dimensões de análise da temática.

Por ora, agregamos as perspectivas *trocas* e *percepção mútua* aos elementos de análise e aprofundaremos essa discussão no Capítulo 4 quando tratarmos dos referenciais teóricos e metodológicos que orientaram os trabalhos analisados.

Apresentamos um resumo, no Quadro 4, construído a partir das discussões empreendidas nesses dois primeiros capítulos. Os elementos teóricos sintetizadas nesse quadro constituem nossas principais referências de análise dos dados obtidos através da pesquisa bibliográfica.

Quadro 4 – Síntese dos elementos teóricos utilizados para a análise da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo em Geografia.

Correntes Geográficas	Escolas da Geografia Agrária	Paradigmas científicos da Geografia Agrária	Características Teórico-metodológicas	Características Socioeconômicas	Perspectiva de análise das relações cidade-campo
CORREIA (1995) e SANTOS (2004)	DINIZ (1987)	FERREIRA (2002) e GUSMÃO (2006)	(FERREIRA, 2002)	(FERREIRA, 2002)	GALVÃO (1985) MARQUES (2002) e CARLOS, 2004)
Determinismo Ambiental	A Geografia econômica da agricultura	Diferenciação de áreas	Introdução do método científico sob influência francesa/alemã, descrição, interpretação, síntese, valorização do trabalho de campo	Domínio da agricultura, início da industrialização/urbanização	Dicotômica (trocas)
Possibilismo	A Geografia da paisagem agrária				Dicotômica (trocas) (oposição comunidade/sociedade) ♦
Transição*	A Teoria da Combinação agrícola e o Estruturalismo				Ecossistêmica (trocas)
	As Comissões da U. G. I.: "Comissão de 1949"	Ecossistêmica (trocas)			
Nova Geografia	As Comissões da U. G. I.: "Comissão de 1964-1976" Novos Rumos da Geografia da Agricultura: "Geografia Agrária Nomotética"	Classificatório	Enfoque classificatório, utilização de modelos estatísticos e matemáticos	Desenvolvimento urbano-industrial, introdução do processo de modernização da agricultura	Ecossistêmica (trocas)
Geografia Crítica	Novos Rumos da Geografia da Agricultura: "Preocupação social e os estudos de desenvolvimento rural"	Interação e ação sobre o espaço (ou Desenvolvimento rural)	Enfoque pragmático, análise da agricultura no contexto do desenvolvimento rural	Êxodo rural, constituição do CAI, capitalização e industrialização da agricultura	Processual (trocas)
Geografia da Percepção e do Comportamento	-----	-----	-----	-----	Percepção mútua

Fontes: Identificadas na tabela por autor e ano.

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2009/2010).

* Conforme expomos no texto não conseguimos identificar, na produção científica da Geografia Agrária brasileira, a corrente geográfica "Método Regional". No entanto, pudemos identificar, no diálogo entre as correntes geográficas e as escolas da Geografia Agrária, um período de transição entre a influência da até então hegemônica da corrente Clássica para a corrente da Nova Geografia (ou Geografia Quantitativa). Incluímos esse período no quadro 4 como "Transição".

♦ A partir da leitura do texto de Blume (2004), pudemos associar também à perspectiva dicotômica (mais especificamente à Corrente Clássica da Geografia, com influência do Possibilismo) a abordagem baseada na distinção comunidade-sociedade. Essa abordagem analítica foi formulada pela Sociologia Rural, nos anos 1930, e representa, segundo Blume (2004), "uma variação analítica do enfoque dicotômico" (p. 275). Essa abordagem será melhor apresentada na seção 5.4, uma vez que consiste numa avaliação epistemológica sobre o processo de produção do conhecimento. Na nossa fonte de dados a utilização dessa abordagem foi observada em alguns estudos de caso desenvolvidos em escala local.

3 CARACTERIZAÇÃO DA FONTE DE DADOS DA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA³²

Conforme expusemos no primeiro capítulo, selecionamos como fonte de dados os anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária e o período de realização desses eventos – 1978 (I ENGA) à 2009 (XIX ENGA) – para estabelecermos a delimitação temporal da nossa pesquisa.

Acreditamos que a investigação sobre os conhecimentos sistematizados a partir de um evento científico pode permitir, de um lado, a análise do desenvolvimento da ciência na qual o evento está inserido e, de outro, a análise do processo histórico de desenvolvimento da sociedade da qual a ciência faz parte.

Essa perspectiva é detalhada por Galvão (1988) quando explica que

A realização de uma reunião científica traz consigo indagações e questionamentos, tão mais intensos e profundos quanto mais internalizada a percepção do seu significado como instrumento de aferição, estímulo e avanços do conhecimento, e como canal de revigoração da prática social que a ciência se propõe.

Define-se nesse contexto um comprometimento da comunidade científica com a sociedade, no sentido de perscrutar seus anseios, identificar e compreender as bases e a dinâmica de seus problemas, participar da formulação e implementação de soluções pertinentes (p. 01).

Reconhecendo o potencial de reuniões científicas como importantes fóruns de

³² Esse capítulo foi parcialmente apresentado no XX Encontro Nacional de Geografia Agrária realizado no município de Francisco Beltrão – PR, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, de 25 a 29 de outubro de 2010.

divulgação e sistematização de conhecimento e como instâncias privilegiadas de decisão política e epistemológica sobre os rumos da produção científica, propomos, para o desenvolvimento de nosso estudo, investigar a produção científica do conhecimento geográfico sobre a temática da relação cidade-campo analisando os anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária.

Sobre a representatividade dessa reunião científica no âmbito da ciência geográfica brasileira, destacamos, em primeiro lugar, a importância epistemológica desse encontro uma vez que ele surgiu num contexto de crise da Geografia Agrária que, naquele contexto, encontrava dificuldades para definir seu objeto diante da Geografia e de outras ciências afins.

Essa crise estava relacionada tanto às transformações científicas de ordem teórica e metodológica, quanto às transformações empíricas ocorridas no campo brasileiro em decorrência das mudanças nas relações de produção e trabalho e conseqüentes alterações na organização do espaço.

Em segundo lugar ressaltamos a importância histórica do ENGA que foi idealizado em decorrência dessa crise da Geografia Agrária brasileira e se tornou a primeira reunião científica especializada no âmbito da ciência geográfica. A esse respeito Galvão salienta que

O ponto de destaque inicial vem ser a sua própria origem ainda como uma “simples idéia” surgido no Encontro da AGB em Fortaleza, no calor dos debates que selaram definitivamente à Geografia Brasileira novos eixos de questionamento social e preocupação conceitual-metodológica. Idealizado por um pequeno grupo de geógrafos dispostos a resgatar e revitalizar esse setor da Geografia (tão produtivo em décadas anteriores), o 1º Encontro Nacional de Geografia Agrária nasceu sob um signo de luta e determinação (GALVÃO, 1988, p. 02).

Em terceiro lugar destacamos a representatividade desse encontro no meio acadêmico geográfico brasileiro. Essa representatividade está expressa em dois aspectos: a abrangência espacial e a significativa produção acadêmica.

A abrangência espacial está relacionada ao alcance nacional que esteve presente desde o primeiro encontro. Segundo Ferreira (2002)

O objetivo de alcance nacional é conseguido quando, na avaliação dos trabalhos apresentados, detecta-se a presença de estudiosos de diferentes regiões do país. O exame de seus trabalhos torna possível a visualização de diferentes áreas e aspectos particulares a serem observados e que determinam um regionalismo, conduzindo muitas vezes à formação de grupos regionais, participantes de todos os encontros (p. 132).

Em relação à produção acadêmica, Ferreira (2002), que analisou o estudo da agricultura pela Geografia brasileira através dos periódicos nacionais e dos diversos encontros especializados no período de 1930-1995, nos oferece elementos que indicam a relevância dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária no cenário acadêmico nacional

Em relação à produção divulgada em anais e encontrada no levantamento, é possível percebermos [...] que a década de 1980 é a que apresenta um número maior de publicações, resultado da realização, praticamente anual, dos Engas, durante esse período (FERREIRA, 2002, p. 148).

Mais adiante a autora constata que

Praticamente um quarto de toda a produção geográfica brasileira sobre o agro é da década de 1980, demonstrando o revigoramento do setor, em razão não só das próprias mudanças ocorridas na atividade agrícola, mas também do impulso e estímulo dados à pesquisa em Geografia Agrária pelos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (FERREIRA, 2002, p. 155).

Por fim, a última justificativa que apresentamos é o fato de que o período de realização desses eventos (1978-2009) abrange, justamente, o período de difusão e consolidação de processos que consideramos centrais para a compreensão do nosso objeto de estudo, quais sejam: a modernização agrícola e o desenvolvimento do capitalismo no campo.

Assim, reconhecemos os Encontros Nacionais de Geografia Agrária como importantes fóruns de discussão e de divulgação dos estudos agrários desenvolvidos no Brasil³³ e organizamos este terceiro capítulo em duas seções: na primeira explicamos sobre o histórico dos ENGAs e na segunda apresentamos as principais características da nossa fonte de dados bibliográficos.

³³ Recentemente surgiram outros eventos de grande relevância para a Geografia Agrária brasileira, mas que não são analisados nesse trabalho. São eles: a) Simpósio Internacional de Geografia Agrária/Simpósio Nacional de Geografia Agrária (SINGA) criado em 1997. Em 2009 teve sua 5ª edição Nacional/ 4ª. Internacional; b) Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa - "Agricultura, Desenvolvimento Regional e Transformações Sócio-Espaciais" (ENGRUP), com o primeiro evento em 2005 e o quinto em 2009; c) Simpósio Nacional o Rural e o Urbano no Brasil (SINARUB) com duas edições: 2006 e 2009.

3.1 O surgimento e a consolidação dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs)

No ano de 1987, ano em que se realizou o 8º ENGA, na cidade de Barra dos Coqueiros (SE), foi produzido um documento intitulado “ENGA ANO 10: Subsídio ao Estudo da História da Geografia Agrária Brasileira”, que consistia numa “tentativa de ordenar, para futuros usuários, as informações sobre os Encontros Nacionais de Geografia Agrária, no ano em que se deveria realizar o décimo ENGA” (DINIZ, J. A. et. al., 1987, p. 03).

Uma importante contribuição desse documento é o depoimento de José Alexandre Felizola Diniz intitulado “Uma idéia que deu certo” através do qual ele relata o surgimento dos ENGAs.

De acordo com Diniz, a idéia surgiu no mês de julho de 1978 durante o Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) sediado em Fortaleza, no seguinte contexto

Em plena efervescência da reunião onde despontavam mudanças profundas nas concepções geográficas mais aceitas no Brasil, sobretudo com uma crítica severa aos métodos quantitativos e uma preocupação acentuada com as questões sociais, os estudos urbanos encontravam-se em pleno desenvolvimento. Em oposição, a Geografia Agrária mostrava-se enfraquecida, pouco produtiva, diante de outras áreas de nossa ciência, não merecendo mais do que uma simples sessão vespertina para apresentação de algumas comunicações. E para todos aqueles que faziam essa geografia, a sensação era de frustração e desânimo (DINIZ, J. A. et. al., 1987, p. 18).

O autor segue relatando que

Sentados diante do “bandejão” para o almoço, nesse dia reservado para a mencionada sessão, meditávamos eu, Rivaldo Gusmão, Solange Silva e Olindina Mesquita sobre essa nossa fragilidade, quando despontou, como resposta à célebre pergunta “o que fazer?”, a idéia do ENGA. E ali mesmo fomos montando a estrutura preliminar do primeiro Encontro, dividindo tarefas e selecionando temas. Logo me dispuz a organizar o evento, em dezembro do mesmo ano, que, em nossa idéia precipitadamente concebida, deveria ser o primeiro de uma grande seqüência (DINIZ, J. A. et. al., 1987, p. 18).

Ao final do depoimento Diniz conclui

A idéia deu certo! As 14 primeiras comunicações apresentadas em Salgado, no 1º ENGA, foram largamente superadas nas reuniões que se seguiram. [...] Diversos fatores contribuíram para isso, inclusive a expansão dos cursos de pós-graduação, sobretudo de Rio Claro, que a estimularam bastante (DINIZ, J. A. et. al., 1987, p. 19).

Através dessas citações extraídas do depoimento do Professor Diniz, sintetizamos o processo de surgimento dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária, narrado por um dos seus fundadores.

Sobre as características que nortearam o desenvolvimento dos ENGAs, utilizamos como referência Galvão (1988), que elaborou um texto para a sessão inaugural do IX ENGA denominado “Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária”.

Esse texto é importante para nossa pesquisa porque apresenta como objeto de estudo o próprio evento, à semelhança do documento “ENGA ANO 10”. Nele, Galvão confirma muitas informações contidas no documento que foi produzido para o evento anterior e ainda o complementa com importantes contribuições em termos de análise da trajetória desse evento.

Ao abordar a trajetória dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária, a autora destaca “a sensibilidade e sintonia dos Encontros em relação às grandes questões em debate na Agricultura Brasileira, que emergem de forma transparente, priorizadas nos temários de cada reunião” (GALVÃO, 1988, p. 04). E ainda acrescenta

Não apenas essa sintonia com a realidade social, econômica e política do país merece ser aqui enfatizada, mas também a preocupação com os problemas estruturais da própria Geografia Agrária, que tem trazido, como linha temática de debate, questões de Metodologia e Técnicas de Pesquisa extremamente importantes para seu crescimento (GALVÃO, 1988, p. 04).

Devido à sua importância acadêmica e seu compromisso social os Encontros Nacionais de Geografia Agrária se destacam ainda hoje no meio científico nacional, comprovando as expectativas dos idealizadores que esperavam que o ENGA de 1978 fosse o primeiro de uma grande seqüência.

No ano passado (2009) comemoraram-se os 30 anos de realização do evento no XIX ENGA, sediado na cidade de São Paulo e ainda neste ano de 2010 está prevista a realização do XX ENGA, em outubro, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na cidade de Francisco Beltrão³⁴.

Como vimos, Diniz (1987) avalia que diversos fatores teriam influenciado a consolidação ENGAs perante a comunidade científica nacional, mas destaca somente a expansão dos cursos de pós-graduação em Geografia.

³⁴ O XX ENGA não faz parte de nossas análises uma vez que será realizado após a defesa dessa dissertação de Mestrado, prevista para agosto de 2010.

Além desse importante elemento destacado pelo autor, relacionamos outros fatores que poderiam ser apontados como estímulos à continuidade da realização desses encontros: o caráter rotativo-itinerante do evento³⁵; a multiplicação de grupos dedicados à pesquisa agrária no Brasil; a expansão dos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia em instituições de ensino públicas e particulares; a participação de profissionais ligados a diversas instituições de pesquisa; a crescente participação de estudiosos da agricultura brasileira de outras áreas de conhecimento e a criação da Plataforma Lattes³⁶.

Além destes, Galvão (1988) aponta a existência de alguns efeitos multiplicadores desencadeados pelos ENGAs, que “ultrapassam seu próprio campo de ação” (p. 5). Como exemplo a autora cita

o estímulo à outros setores de especialização da Geografia no sentido da organização de reuniões anuais de debate a nível nacional [...] Ampliam-se assim mecanismos de estímulo à pesquisa e o intercâmbio entre pesquisadores, favorecendo o desenvolvimento de geógrafos e da Geografia (GALVÃO, 1988, p. 05).

Conforme vimos pontuando, esses Encontros Nacionais são de grande importância para a Geografia Agrária brasileira. Até o presente momento foram realizados dezenove eventos. No Quadro 5 relacionamos as informações referentes aos anos, locais e realizadores de cada ENGA.

Quadro 5 – Histórico dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs).

ENGA	ANO	LOCAL	REALIZAÇÃO
I	1978	Salgado - SE	Associação dos Geógrafos Brasileiros (Núcleo Aracaju)
II	1979	Águas de São Pedro - SP	Associação de Geografia Teorética e UNESP - Rio Claro
III	1980	Itatiaia - RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
IV	1983	Uberlândia - MG	Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
V	1984	Santa Maria - RS	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
VI	1985	Garanhuns - PE	Fundação Joaquim Nabuco (Depto de C. Geográficas)
VII	1986	Belo Horizonte - MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
VIII	1987	Barra dos Coqueiros - SE	Universidade Federal de Sergipe (UFS)
IX	1988	Florianópolis - SC	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
X	1990	Teresópolis - RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
XI	1992	Maringá - PR	Universidade Estadual de Maringá (UEM)

³⁵ Conforme esclarece Ferreira (2002) “O caráter rotativo-itinerante do encontro deveria refletir o esforço de grupos locais de geógrafos agrários, dando oportunidade para que emergissem centros e grupos de pesquisa em Geografia Agrária até então pouco conhecidos no cenário nacional” (p. 132).

³⁶ A criação e difusão do Currículo Lattes (agosto de 1999) pode ter sido um relevante fator à medida que esse instrumento vem sendo utilizado “pelos principais universidades, institutos, centros de pesquisa e fundações de amparo à pesquisa dos estados como instrumento para a avaliação de pesquisadores, professores e alunos” (BRASIL, 2010).

ENGA	ANO	LOCAL	REALIZAÇÃO
XII	1994	Águas de São Pedro - SP	Universidade Estadual Paulista (UNESP - Rio Claro)
XIII	1996	Diamantina - MG	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
XIV	1998	Presidente Prudente - SP	Universidade Estadual Paulista (UNESP - P. Prudente)
XV	2000	Goiânia - GO	Universidade Federal de Goiânia (UFG)
XVI	2002	Petrolina - PE	Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
XVII	2004	Gramado - RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
XVIII	2006	Rio de Janeiro - RJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
XIX	2009	São Paulo - SP	Universidade de São Paulo (USP)

Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

Conforme podemos perceber os três primeiros encontros foram realizados anualmente (1978, 1979 e 1980). Depois há um período de interrupção e em 1983 os eventos passam a ser novamente realizados anualmente (IV ao IX ENGA). No documento de 1987, Diniz et. al., explicam as razões que levaram à interrupção dos ENGAs nesse período

Em 1980, quando da reunião em Itatiaia, resolveu-se suspender os ENGA'S por dois anos (dezembro de 1981 e dezembro de 1982), tendo em vista a realização da Conferência Regional Latino Americana da União Geográfica Internacional no Brasil, em julho de 1982. Como, nessa ocasião, haveria encontros das três Comissões da UGI que tratavam de problemas agrícolas, em Aracaju, os geógrafos brasileiros interessados nesses temas teriam essa oportunidade para reunião (DINIZ et. al., 1987, p. 05).

A partir de 1988, os eventos passam a ser bianuais, com exceção do último evento que deveria ocorrer em 2008, mas se realizou em fevereiro de 2009.

Conforme indicamos, os anais desses eventos constituem a base de dados da nossa pesquisa bibliográfica. A coleta de dados foi realizada nos meses de novembro e dezembro de 2008 e fevereiro, abril e maio de 2009, em duas universidades – Universidade Federal da Bahia e Universidade Estadual Paulista (*Campus* de Rio Claro).

Os anais foram previamente analisados e copiados de acervos pessoais disponibilizados pelas Professoras Dras. Guiomar Inez Germani (UFBA) e Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (UNESP). No Quadro 6 organizamos os materiais coletados para a realização dessa pesquisa.

Quadro 6 – Anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs) consultados na pesquisa bibliográfica.

ENGA	ANO	MATERIAIS ANALISADOS
I	1978	Textos básicos para discussão Resumo de Comunicações
II	1979	Tema 1 – A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária Tema 2 – A propósito da expansão da agricultura paulista Tema 3 – Políticas de planejamento rural no Brasil Excursão às zonas canavieira de Piracicaba e citricultora de Limeira Texto 1 – Prioridade à agricultura, pacote(s) agrícola(s) e inflação Texto 2 – Abordagem conceitual do ensino da Geografia na escola secundária Comunicações
III	1980	Comunicações
IV	1983	A fronteira em fins do século XX – proposições para um debate sobre a Amazônia Reabertura da fronteira sob controle: a colonização particular dirigida na Amazônia Conflitos e movimentos sociais no campo Comunicações
V	1984	Reforma Agrária Comunicações
VI	1985	Conferências Comunicações
VII	1986	Conferências e Comunicações – Volume I Conferências e Comunicações – Volume II
VIII	1987	Mesas Redondas e Comunicações ENGA ANO 10 – Subsídio ao Estudo da História da Geografia Agrária Brasileira
IX	1988	Anais Censos agropecuários: dados básicos para pesquisas em Geografia (Notas) A reforma agrária perante a nova constituição Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária
X	1990	Anais – Volume I Anais – Volume II
XI	1992	Anais – Volume I–A Comunicações Anais – Volume I–B Anais – Volume I–B (Anexo de Comunicações) Anais – Volume II – Mesas Redondas
XII	1994	Mesas Redondas Comunicações
XIII	1996	Volume 1 – Mesas Redondas Volume 2 – Comunicações
XIV	1998	Volume I – Comunicações Volume II – Mesas Redondas
XV	2000	Volume I – Comunicações
XVI	2002	Anais
XVII	2004	Anais eletrônicos
XVIII	2006	Anais eletrônicos
XIX	2009	Anais eletrônicos

Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

Grande parte dos ENGAs não teve título definido, embora os encontros se organizassem em torno de um ou mais temas. Nos textos produzidos por Diniz et. al. (1987) e Galvão (1988) os autores denominam “temário” o conjunto de temas centrais que nortearam a realização de alguns encontros.

No Quadro 7 apresentamos os títulos, temas ou temários dos ENGAs. Resaltamos que os títulos são os que constam nos anais e os temas e temários foram definidos com base no documento “ENGA ANO 10”.

Quadro 7 – Títulos, temas e temários dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGAs).

ENGA	ANO	TÍTULOS/TEMAS/TEMÁRIOS
I	1978	<i>Temário: A questão agrária no Brasil; Metodologia da pesquisa em Geografia Agrária e Formação do Geógrafo Agrário *</i>
II	1979	<i>Temário: A divisão da terra agrária no Brasil; A agricultura e desenvolvimento no Brasil e Políticas de planejamento rural no Brasil *</i>
III	1980	<i>Temário: Transformações atuais da agricultura brasileira; Políticas agrícolas e reforma agrária e Agricultura e indústria no Brasil *</i>
IV	1983	<i>Título: As contradições da pequena e da grande produção agrícola</i>
V	1984	<i>Temário: A problemática do espaço agrário e a produção agrícola; A pequena produção agrícola e A reforma agrária *</i>
VI	1985	<i>Tema: Agricultura e questão social *</i>
VII	1986	<i>Tema: Reforma agrária *</i>
VIII	1987	Sem título/tema/temário definido
IX	1988	Sem título/tema/temário definido
X	1990	Sem título/tema/temário definido
XI	1992	Sem título/tema/temário definido
XII	1994	Sem título/tema/temário definido
XIII	1996	Sem título/tema/temário definido
XIV	1998	<i>Título: A Questão Agrária na virada do século</i>
XV	2000	<i>Título: Espaço agrário brasileiro: velhas formas, novas funções. Novas formas, velhas funções</i>
XVI	2002	<i>Título: Agricultura brasileira: unidade na diversidade</i>
XVII	2004	<i>Título: Tradição X Tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro</i>
XVIII	2006	<i>Título: Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária</i>
XIX	2009	<i>Título: Formação e contemporaneidade da diversidade Sócio-espacial no campo</i>

Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

* Fonte: DINIZ et. al. (1987).

A partir da análise do Quadro 7 é possível observarmos que nos primeiros cinco encontros (com exceção do IV ENGA), predominavam os “temários”, compostos por três temas centrais. O VI e VII ENGA já apresentaram um único tema central.

Depois do IV ENGA, que foi o primeiro a definir um título para o encontro, somente os eventos que constituem a seqüência mais recente – XIV ao XIX ENGA – tiveram títulos definidos, provavelmente influenciados pela tendência atual dos eventos acadêmicos se organizarem em torno de um tema norteador das discussões.

Para finalizar essa seção gostaríamos ainda de destacar alguns pontos referentes à produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo registrada nos anais dos ENGAs. Conforme podemos verificar no Quadro 7 nenhum

dos eventos realizados até agora teve como objeto central de discussão o tema dessa pesquisa.

No entanto, as discussões da temática estiveram presentes em todos os dezoito ENGAs de forma direta – em Mesas, Conferências, Painéis ou Comunicações – ou perifericamente, no interior da discussão de outros eixos temáticos ou temáticas.

Somente em quatro dos dezoito eventos encontramos a relação cidade-campo como eixo temático para a apresentação de comunicações: VIII (1987), XVII (2004), XVIII (2006) e XIX (2009).

Uma vez discutidos a importância e o histórico dos ENGAs e apresentado um breve panorama da produção do conhecimento sobre a temática estudada expomos, a seguir, as principais características dos dados coletados.

3.2 Caracterização da fonte de dados³⁷

Concluída a construção do referencial que norteou nossa análise e realizada a coleta de dados, iniciamos a leitura dos anais dos ENGAs. Uma vez que nossa pesquisa consistia num estudo bibliográfico, utilizamos fichas-resumo para registrar os dados relevantes para a investigação da temática da relação cidade-campo.

Os elementos que selecionamos para compor o modelo da ficha-resumo nos forneceram três tipos de dados que consistiram na base de nossa análise:

- Informações gerais sobre os autores e as obras;
- Referenciais teóricos e metodológicos; e
- Investigação da temática da relação cidade-campo pela ciência geográfica.

Esses elementos serão investigados respectivamente nos capítulos 3, 4 e 5. Nessa seção analisamos os dados referentes às informações gerais registradas nas fichas-resumo.

No Quadro 8 buscamos sintetizar cada um dos elementos que compuseram esse tipo de informação que estamos denominando “informações gerais”.

³⁷ No Apêndice D listamos todas as obras analisadas na realização desta pesquisa.

Quadro 8 – Informações gerais sobre as obras e os autores: resumo dos dados coletados na pesquisa bibliográfica.

INFORMAÇÕES GERAIS		
CATEGORIA	DADOS	CARACTERÍSTICAS
Obra	Bibliografia	Identificação completa da obra segundo as normas acadêmicas
	Eixo temático/temática	Classificação da obra pelo evento, sendo o eixo temático definido para a atividade Comunicações (Livres ou Vinculadas/Coordenadas) e temática para demais atividades
	Classificação da obra	Tipo de material analisado a partir dos anais dos ENGAs. As categorias foram definidas com base nos tipos de atividades realizadas nos encontros
	Objeto de estudo*	Identificação do objeto investigado na obra e delimitação das perspectivas de análise
	Problemática da pesquisa*	Contextualização do objeto de pesquisa da obra
Autor(es) ³⁸	Instituição	Universidades, Faculdades, órgãos públicos, fundações, empresas, entre outros
	Vínculo com a instituição	Profissional, técnico, docente ou estudante (neste caso identificar o nível do curso)
	Área de formação	Geografia, ciências afins ou demais ciências
	Tipo de obra	Pesquisas desenvolvidas por grupos de pesquisa; divulgação de pesquisa (ou parte da pesquisa) de formação do pesquisador – iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, mestrado, doutorado; trabalhos de disciplinas, entre outros
	Participação na Comunidade Acadêmica	Grupos/Núcleos/Centros de Estudos e/ou Pesquisa
	Financiamentos/Bolsas	Atuação de agências, órgãos e fundações de fomento à pesquisa e apoio ao pesquisador

Organização: Karina F. T. V. Neves (2009/2010).

* Itens que serão analisados nos Capítulos 4 e 5.

A análise desses dados nos subsidiou na caracterização da produção do conhecimento sobre a temática, indicando as instituições e o perfil dos profissionais que investigaram as relações entre cidade e campo no Brasil e os contextos sócio-econômicos e políticos nos quais seus objetos estavam inseridos.

Além disso, nos revelaram também elementos referentes às pesquisas desenvolvidas: tipo de pesquisa; vinculação a projetos e/ou grupos/centros/núcleos de pesquisa; se obtiveram algum tipo de financiamento, apoio financeiro ou contaram com a participação de bolsistas na realização do trabalho e quais atividades realizaram no evento, segundo a publicação nos anais.

Tivemos acesso a anais de todos os dezenove ENGAs, alguns com diversos cadernos (conforme identificado no Quadro 6). Os anais consultados reuniram cerca

³⁸ Esses dados foram reunidos a partir das informações declaradas pelos autores na sua identificação e na apresentação da obra publicada nos anais dos ENGAs.

de 1.850 trabalhos, publicados em diferentes atividades realizadas nos eventos (Mesas Redondas, Painéis, Comunicações, etc.). Deste universo, priorizamos temáticas e eixos temáticos específicos denominados “Relação cidade-campo” nos eventos em que estes foram identificados.

Nessa etapa da pesquisa, consultamos os trabalhos buscando identificar os eixos temáticos de Comunicações e temáticas de outras atividades realizadas no evento, além de consultarmos os títulos, subtítulos e objetos/objetivos de estudo, para identificar trabalhos que discutissem a temática da relação cidade-campo e que pudessem compor nossa fonte de dados. Durante esse processo de seleção identificamos 424 trabalhos que pareciam abordar a temática.

Durante a leitura, fichamento e análise das obras previamente selecionadas percebemos que muitos trabalhos, ao contrário do que nos pareceram no processo de seleção, não discutiam de forma significativa a temática de estudo. Outras obras haviam sido aceitas para os eventos, relacionadas nos índices e/ou programações, mas os trabalhos não constavam nos anais eletrônicos. Esses dois grupos de trabalhos, totalizando 143 obras, não compuseram nossa fonte de dados bibliográficos sendo que 135 se enquadravam na situação descrita para o primeiro grupo e apenas 8 obras não constavam nos anais eletrônicos.

Assim, nossa base de dados foi composta por 281 trabalhos que foram coletados nas diversas atividades realizadas nos eventos. Apresentamos graficamente essa distribuição a seguir, na Figura 1:

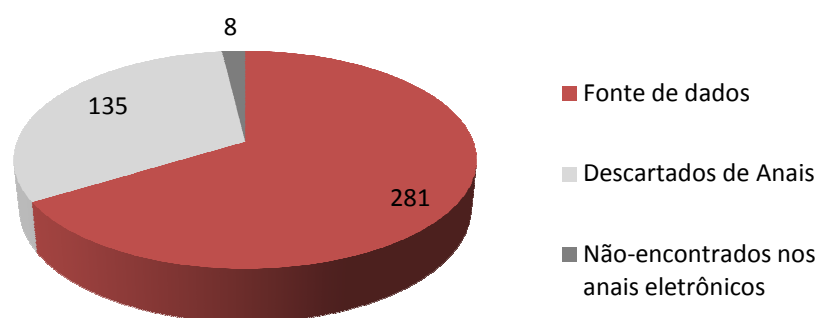


Figura 1 – Trabalhos selecionados nos anais dos ENGAs e identificação da fonte de dados da pesquisa bibliográfica.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Ao longo dos dezenove ENGAs foram diversos os eixos temáticos das Comunicações Livres e Vinculadas/Coordenadas identificadas na pesquisa bibliográfica³⁹. Constatamos que nos primeiros eventos, para os quais não foram definidos títulos, as comunicações não apresentavam eixos temáticos – à exceção do IV ENGA (1983), que mesmo tendo um título norteador das discussões, não agrupou as comunicações em eixos.

A partir do V ENGA (1984) todos os eventos apresentaram as Comunicações agrupadas por eixos temáticos. Vale lembrar que do V ao XIII ENGA (1984-1987) os eventos não apresentaram títulos, enquanto que do XIV ao XIX ENGA (1998-2009) as discussões pautaram-se em temas específicos.

Observamos que nos ENGAs que definiram títulos geralmente os eixos temáticos parecem estar associados à discussão da proposta central de forma mais ou menos articulada.

Já nos encontros que não tem título definido identificamos duas situações: nos primeiros era comum a não-definição de temas enquanto que os demais parecem primar pela diversidade temática.

Esses eixos temáticos (de Comunicações) e temáticas (de outras atividades realizadas nos eventos) serão agrupados em grandes eixos no próximo capítulo quando analisarmos os referenciais que orientaram a produção dos trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo.

Nessa seção, para que possamos analisar as “informações gerais” listadas no Quadro 8 dividimos nossa fonte de dados em dois conjuntos, segundo o tipo de análise da temática em estudo.

Conforme expomos, nossa base de dados foi composta por 281 trabalhos que analisavam, direta ou periféricamente, a temática da relação cidade-campo no Brasil e que foram publicadas nos anais desses encontros nacionais.

Consideramos como *análise direta*, os trabalhos cujos objetos de pesquisa foram definidos a partir da investigação da temática da relação cidade-campo, tendo sido publicados ou não em eixos temáticos específicos denominados “Relação cidade-campo”.

³⁹ Organizamos um quadro apresentando os eixos temáticos propostos em cada evento, mas devido à sua extensão optamos por anexá-lo como apêndice (Apêndice C).

Baseados nesse critério de análise direta da temática em estudo definimos o primeiro conjunto de dados que foi composto por 100 obras, publicadas nas diversas atividades promovidas pelos encontros.

No que tange as atividades Comunicações (livres e vinculadas/coordenadas) priorizamos, como já comentamos anteriormente, os eixos temáticos denominados “relação cidade-campo”, de forma que nos eventos em que havia trabalhos inscritos nesses eixos não analisamos trabalhos de outros eixos temáticos, exceto quando o número de trabalhos do nosso interesse fosse pouco expressivo. (Um bom exemplo é o VIII ENGA (1987). Este foi o primeiro encontro a apresentar um eixo específico da temática, mas teve apenas 3 trabalhos inscritos e, por essa razão, optamos por analisar os demais eixos).

Vale destacar que reunimos também nesse conjunto “análise direta” as obras publicadas em outros eixos temáticos, mas que apresentavam como principal objeto de estudo a relação cidade-campo.

Os demais trabalhos que compuseram nossa fonte de dados foram coletados em outros eixos temáticos e temáticas. Esses tipos de trabalhos apresentaram *análises periféricas* da relação cidade-campo, compreendendo análises periféricas como análises não-centrais da temática em estudo. Para esclarecer, esses trabalhos apresentavam diferentes objetos de pesquisa e a discussão da temática da relação cidade-campo subsidiava a investigação desses objetos.

Desta forma, nesse segundo conjunto agrupamos 181 obras que discutiam periféricamente as relações entre a cidade e o campo ao estudar os mais variados objetos de estudo. Essas obras foram coletadas em outros eixos temáticos ou temáticas que não os específicos denominados “relação cidade-campo”. Esses trabalhos foram coletados sobretudo nos eventos em que observamos a ausência ou escassez de trabalhos que pudessem ser agrupados no primeiro conjunto descrito.

No gráfico da Figura 2 identificamos, a partir da pesquisa bibliográfica, esses dois conjuntos descritos acima que compõe nossa fonte de dados.

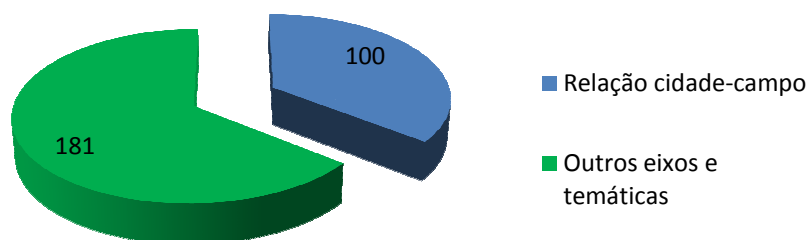


Figura 2 – Distribuição dos trabalhos que discutiam a temática da relação cidade-campo nos ENGAs em dois conjuntos definidos a partir dos eixos temáticos/temáticas dos eventos.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Conforme citamos anteriormente, analisamos anais de todos os dezenove ENGAs, sendo que nos encontros que não apresentaram eixos temáticos/temáticas específicos sobre a temática da relação cidade-campo, investigamos as obras publicadas em outros eixos à procura de trabalhos que abordassem direta ou periféricamente a temática de estudo ao analisarem seus objetos de pesquisa. No gráfico a seguir organizamos essa distribuição por evento.

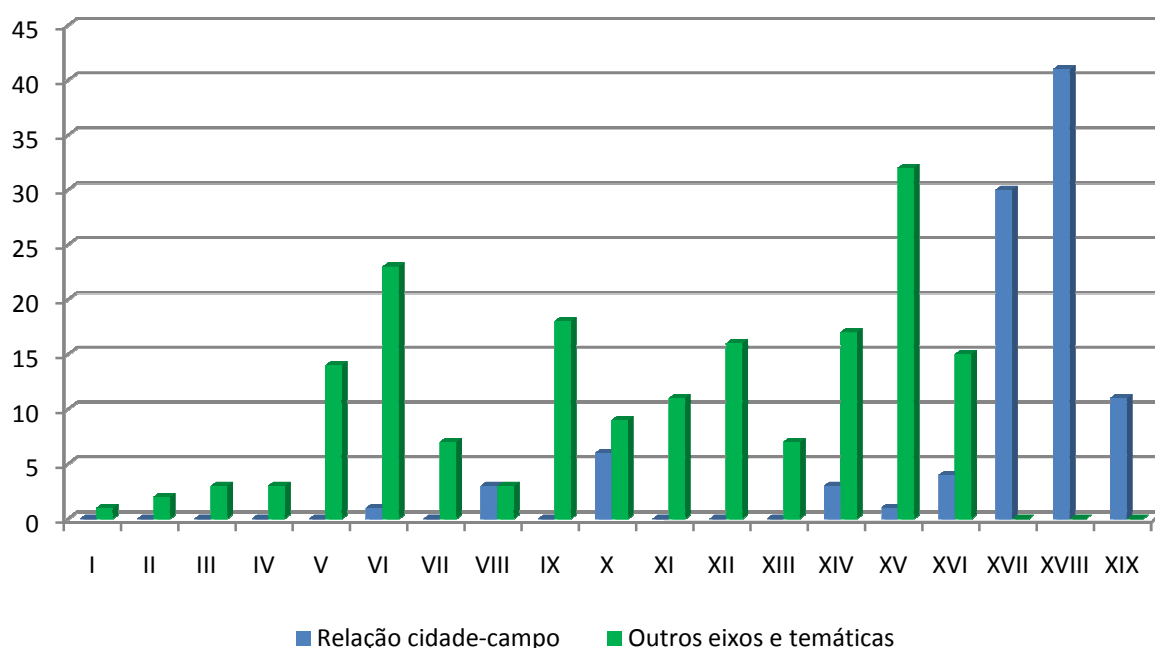


Figura 3 – Distribuição dos trabalhos que discutiam a temática da relação cidade-campo por conjunto ao longo dos dezenove ENGAs.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Conforme podemos observar no gráfico, vários encontros não apresentaram nenhum trabalho, temática ou eixo temático que investigasse diretamente a temática da relação cidade-campo. São eles: I, II, III (1978-1980); IV e V (1983 e 1984); VII (1986); IX (1988); XI, XII e XVIII (1992, 1994 e 1996).

Os últimos eventos – XVII, XVIII e XIX ENGAs (2004, 2006 e 2009) – apresentaram eixos temáticos/temáticas específicos sobre a temática da relação cidade-campo e em quantidade representativa, fato que nos fez coletar somente esses trabalhos.

Como os anais desses eventos foram anais eletrônicos, acreditamos que esse fato pode ter contribuído para o aumento do número de trabalhos inscritos em cada eixo, uma vez que o custo de produção dos anais eletrônicos é muito menor do que o de anais impressos⁴⁰. Somente nos eixos temáticos de relação cidade-campo foram inscritos 30 trabalhos no XVII ENGA (2004), 44 no XVIII ENGA (2006) e 16 no XIX ENGA (2009)⁴¹.

O primeiro evento a apresentar trabalho que analisava diretamente a relação cidade-campo foi o VI ENGA (1985), com 1 trabalho inscrito no eixo temático “Diversos”.

Já o primeiro a apresentar um eixo temático específico para os trabalhos que investigassem a temática da relação cidade-campo foi o VIII ENGA (1987), no qual foram inscritos 3 trabalhos nesse eixo. Além deles, selecionamos 1 documento produzido para o evento e 2 trabalhos resultantes de Mesas e Conferências como fonte de dados.

O X ENGA (1990) não apresentou eixo temático específico sobre a relação cidade-campo. No entanto, apresentou um Painel denominado “As novas relações campo-cidade” com 3 trabalhos publicados. Além dos textos publicados como painel selecionamos entre as Comunicações 3 trabalhos discutiam diretamente a temática e 7 a discutiam periféricamente.

Dentre os trabalhos publicados nos anais do XIV, XV e XVI ENGAs (1998, 2000 e 2002) destacamos 8 trabalhos que investigavam diretamente as relações

⁴⁰ Na tentativa de investigar melhor a hipótese de que a publicação de anais eletrônicos pode ter contribuído para o aumento do número de trabalhos inscritos nas Comunicações, procuramos analisar a distribuição do volume total de trabalhos consultados nessa pesquisa (cerca de 1850). No Apêndice E apresentamos algumas observações que parecem confirmar essa hipótese.

⁴¹ Lembramos que 8 trabalhos não estavam disponíveis nos anais eletrônicos e não foram analisados, sendo 3 do XVIII ENGA e 5 do XIX ENGA.

cidade-campo, sendo respectivamente 3, 1 e 4 em cada evento. Nenhum desses encontros apresentou eixo temático específico para a discussão da temática, de forma que esses oito trabalhos foram selecionados em diferentes eixos temáticos e temáticas.

Por fim, os últimos eventos – XVII, XVIII e XIX ENGAs (2004, 2006 e 2009) – apresentaram eixos específicos da temática da relação cidade-campo. Esse fato associado à elevação no número de trabalhos (provavelmente em virtude da publicação em anais eletrônicos) e aos objetivos da nossa pesquisa, nos fez selecionar somente os trabalhos publicados nos eixos e temáticas específicas, conforme podemos constatar no gráfico da Figura 3.

Parece-nos interessante avaliar um pouco mais detidamente a produção desses últimos três eventos. Em termos quantitativos, com 82⁴² trabalhos analisados o XVII, XVIII e XIX ENGAs reúnem cerca de 30% do total de 281 trabalhos analisados na pesquisa bibliográfica e representam ainda 82% dos 100 trabalhos que analisaram de forma direta a temática da relação cidade-campo nos ENGAs.

Avaliando a representatividade dos trabalhos publicados no XVII, XVIII e XIX ENGA em relação ao conjunto dos trabalhos analisados por essa pesquisa poderíamos inferir que estamos testemunhando a consolidação da temática da relação cidade-campo nesses eventos. No entanto seria necessário observar o desenvolvimento da temática nos próximos eventos para constatar se esta é realmente uma tendência na produção do conhecimento nos ENGAs.

De todo modo, o fato é que apesar de estar presente desde o I ENGA, ainda que subsidiando a investigação de outras temáticas, a discussão em torno da relação cidade-campo nunca observou tamanha quantidade de trabalhos quanto nos três últimos eventos.

Diante dessa constatação, presumimos que a escolha do tema central do evento pode ter significativa relevância nos rumos da produção científica desse evento, uma vez que articula, em torno de si, as discussões fundamentais da temática proposta (geralmente debatidas em Mesas Redondas e/ou apresentadas em Conferências) e a definição de eixos temáticos para a apresentação de trabalhos.

Especificamente em relação aos eixos temáticos de Comunicações, acreditamos que a explicitação de temas específicos na denominação dos eixos pode in-

⁴² Na realidade foram selecionados 90 trabalhos nesses três eventos mas 8 não constavam nos anais eletrônicos.

fluenciar a participação dos pesquisadores e, conseqüentemente, interferir na publicação dos trabalhos.

No mundo acadêmico contemporâneo, em que temos vários eventos geográficos ocorrendo num mesmo ano, alguns relacionados a um mesmo ramo do conhecimento, os pesquisadores e estudantes parecem priorizar os eventos em que tenham a oportunidade de apresentar, debater e publicar suas pesquisas em eixos temáticos especificamente relacionados a elas.

É nesse sentido que acreditamos que a definição dos eixos temáticos das Comunicações pode influenciar a produção científica do evento, uma vez que pode estimular a maior ou menor participação dos pesquisadores segundo as temáticas definidas para o evento.

Certamente outros fatores estiveram relacionados à significativa quantidade de trabalhos apresentados no XVII, XVIII e XIX ENGAs. Supomos que o XVII ENGA (2004), que apresentou 30 trabalhos publicados no eixo “Relação cidade-campo”, representou uma oportunidade aos pesquisadores e estudantes da temática que desde o VIII ENGA (1985) não tinham um eixo específico para sua discussão. Esse fato pode ter contribuído para aumentar o número de trabalhos, reunindo estudiosos do tema que ao longo dos eventos anteriores publicaram suas pesquisas de forma dispersa, no interior de outros eixos temáticos, sem que os organizadores dos eventos percebessem a relevância dessa produção e propusessem um eixo específico para sua discussão.

Com relação ao XVIII ENGA (2006), o evento com maior quantidade de trabalhos analisados (41), todos eles investigando a temática em estudo no interior de eixos específicos “relação cidade-campo”, nossa hipótese é um pouco menos especulativa.

Esse evento foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, onde é forte a atuação de Grupos de Pesquisa nas universidades federal e estadual. Esses grupos dedicam-se, entre outros objetos de pesquisa, à investigação da temática da relação cidade-campo. (Identificaremos esses grupos no final desse capítulo).

Além da atuação dos grupos de pesquisa, nesse evento foi realizada a atividade Painel, com eixos temáticos definidos. Esses painéis foram apresentados em três dias distintos, segundo a programação do evento, e em todos os dias de apresentação desta atividade observamos o eixo temático “Relação cidade-campo”.

Também foi significativa a quantidade de trabalhos que investigaram a realidade estadual, dentre os painéis apresentados.

Por fim, gostaríamos de tecer algumas considerações a respeito do último evento, o XIX ENGA (2009). Esse evento teve somente 13 trabalhos inscritos em eixos temáticos específicos. No entanto, mesmo diante da drástica redução na quantidade de trabalhos apresentados, destacamos alguns avanços na discussão da temática.

Dentre as 40 Sessões de Comunicações definidas pelo evento, duas seções foram dedicadas à discussão da temática, com enfoques diferenciados. São elas: Sessão 6 – “Relações campo/cidade: rompendo a dicotomia⁴³” e Sessão 26 – “Campo/cidade: transformações e permanências”.

Esse fato, por si só poderia demonstrar o interesse pela discussão da temática no evento, uma vez que nunca houve duas sessões de comunicações destinadas à discussão da relação cidade-campo em eventos anteriores. No entanto, outro acontecimento merece destaque: no XIX ENGA ocorreu a primeira discussão da temática em Mesa Redonda. A Mesa denominada “Relação campo-cidade” teve como expositores os Professores: Gláucio José Marafon (UERJ), Júlia Adão Bernardes (UFRJ), Yves Jean (Université de Poitiers – França) e Jean-Louis Chaléard (Université Paris I – França).

Além da presença de dois eixos de comunicações e de uma Mesa Redonda específica sobre a temática outro elemento poderia ser utilizado para tentar demonstrar que, apesar da quantidade de trabalhos ter diminuído nesse último evento, a discussão da relação cidade-campo têm conservado sua importância no interior dos ENGAs: o emprego dos conceitos geográficos nas obras analisadas.

Essa questão será aprofundada na seção 5.2.1, mas, por ora, podemos adiantar que a utilização dos principais conceitos geográficos na investigação dos objetos de estudo dos trabalhos analisados esteve concentrada nos últimos três eventos – XVII, XVIII e XIX ENGAs (2004, 2006 e 2009) – fato que nos faz destacar positivamente a produção científica desses eventos.

Após termos abordado as características gerais da fonte de dados, sua divisão em dois conjuntos e a distribuição da produção científica por conjunto e por evento, passaremos a apresentar os elementos listados no Quadro 8 buscando identi-

⁴³ Apresentamos, nesse eixo temático, o presente trabalho ainda sob forma de projeto de pesquisa.

ficar e analisar: os principais centros de pesquisa sobre a temática, o nível acadêmico de sua discussão, os diferentes profissionais engajados no seu estudo, os possíveis financiamentos que receberam e as formas pelas quais a temática se inseriu nos ENGAs ao longo de sua realização.

Iniciamos nossa exposição apresentando a classificação das obras coletadas tal qual foram identificadas nos anais. Verificamos que tanto no conjunto de dados específico “relação cidade-campo” quanto no conjunto “outros eixos e temáticas” o maior número de trabalhos corresponde às Comunicações Livres. Isso se deve principalmente ao fato de que essas atividades sempre estiveram presentes em todos os ENGAs e, em geral, admitirem grande número de trabalhos (o que não ocorre nas obras publicadas em outras atividades cuja participação é limitada por sua própria natureza, como Mesas Redondas e Conferências, por exemplo).

Soma-se a isso o fato de que a admissão dos trabalhos foi aumentando progressivamente na medida em que o evento se consolidava no cenário nacional e atraía estudantes de todos os níveis da educação superior, docentes, pesquisadores e outros profissionais. Para exemplificar, no I ENGA (1978) foram apresentados 14 trabalhos nas Comunicações Livres. Já no XIX ENGA (2009) foram apresentados 255 trabalhos organizados em 40 sessões temáticas.

No entanto, ao analisarmos, nos dados coletados, as demais atividades promovidas pelos encontros, percebemos que elas são bastante diferenciadas nos dois conjuntos. Isso se deve, por um lado, pela organização dos conjuntos a partir de eixos temáticos/temáticas, que lhes confere peculiar diferenciação, e por outro lado, à estrutura de organização das atividades que foi se modificando ao longo da realização dos eventos.

Nos seis primeiros ENGAs era comum a existência de “Textos Básicos para Discussão” ou “Documentos Básicos”. Esses textos temáticos eram “elaborados por geógrafos convidados” (DINIZ et. al., 1987, p. 03) e entregues aos participantes que os discutiam organizados em “Grupo de Estudo”. Às vezes esses grupos eram, coordenados pelos próprios autores. Galvão esclarece que nesses Grupos de Estudo

[...] se realizava, através dos debates, o confronto de idéias, informações, questionamentos conceituais e metodologias, enquanto a elaboração dos Relatórios de Grupo exercitava o espírito de síntese e a ordenação lógica e clara do pensamento e da linguagem (GALVÃO, 1988, p. 04).

Esporadicamente, foram realizados durante os encontros “Minicursos”, “Excursões Geográficas” e “Painéis”. Galvão comenta a atividade “Minicursos”

A difusão de temas e questões de ponta, viabilidade pelo enfoque direto e compacto das aulas programadas, constitui provocação e estímulo à busca de novos horizontes de conhecimento e de seu aprofundamento nos esquemas usuais da academia (GALVÃO, 1988, p. 03).

Em relação às “Excursões Geográficas” a autora esclarece

As excursões programadas por quase todos os Encontros representam outras tantas comprovações de uma preocupação geral e concreta, no sentido de confrontos com as realidades locais e de promoção à investigação como instrumento de fortalecimento da disciplina (GALVÃO, 1988, p. 04).

Observamos que a atividade denominada “Painel” assumiu duas formas principais: discussão teórica temática e discussões referentes à realidade geográfica local⁴⁴.

Já as atividades “Mesas Redondas” e “Sessões de Comunicação” sempre estiveram presentes. Em alguns eventos realizaram-se também “Conferências” e a distinção entre Sessões de Comunicação Livres e Vinculadas/Coordenadas.

Nas edições recentes estão presentes atividades que resgatam a história dos encontros como “Relato ENGA” e “Homenagem” a pesquisadores, além de “Atividades Culturais”, “Lançamento de livro” e “Oficinas”.

Como podemos verificar no gráfico da figura 4, no conjunto de dados “outros eixos e temáticas” (que reúne os trabalhos que discutiram a temática da relação cidade-campo de forma periférica), depois das Comunicações Livres, que foram as que mais publicaram trabalhos, destacam-se duas atividades: Mesas Redondas e Conferências e Comunicações Vinculadas.

⁴⁴ Um exemplo bastante representativo de discussão da realidade local foi a realização, em Itatiaia (III ENGA) de um “Painel integrado por representantes de diferentes segmentos da classe produtora e de grupos associativos ligados ao trabalho e/ou à questão fundiária, colocando na ótica do produtor a discussão de problemas da agricultura que interessam à Geografia e a sociedade em geral” (GALVÃO, 1988, 04).

Outros eixos e temáticas

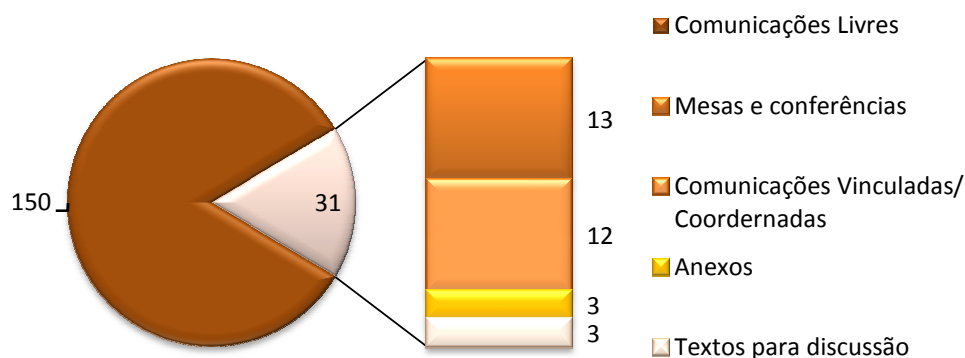


Figura 4 – Classificação das atividades realizadas nos ENGAs no conjunto dos trabalhos que discutiam periféricamente a temática da relação cidade-campo, agrupados no conjunto denominado “outros eixos e temáticas”.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Essa distribuição se deve, em primeiro lugar, por esse conjunto ser numericamente superior ao outro. Em segundo lugar é importante lembrar que esse conjunto corresponde a todos dos trabalhos analisados em eventos que não apresentavam eixos temáticos/temáticas que investigavam especificamente a temática da relação cidade-campo (ou então a quantidade desse tipo de trabalho não era representativa).

Além disso, é importante destacar também que Mesas Redondas estiveram presentes em todos os eventos, enquanto as Comunicações Vinculadas foram o destaque no XII ENGA (1994) e XIV ENGA (1998) – lembrando que esses eventos não apresentaram eixo específico para a temática da relação cidade-campo. Em menor número aparecem ainda Anexos e Textos para Discussão que eram atividades comuns nos primeiros eventos.

Já quando analisamos os trabalhos do conjunto denominado “relação cidade-campo” (por investigarem diretamente essa temática) percebemos que essas últimas atividades – Anexos e Textos para Discussão – não foram observadas. O destaque nesse conjunto é a atividade “Painel” organizada em dois eventos: X ENGA (1990) e

XVIII ENGA (2006), esse último com grande quantidade de trabalhos. Apresentamos a distribuição dos dados bibliográficos desse conjunto na Figura 5.

Relação cidade-campo

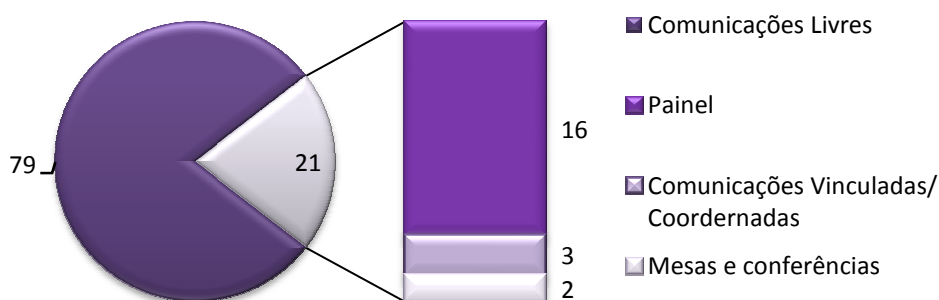


Figura 5 – Classificação das atividades realizadas nos ENGAs no conjunto dos trabalhos que discutiam diretamente a temática da relação cidade-campo, agrupados no conjunto denominado “Relação cidade-campo”.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Com relação aos profissionais envolvidos no estudo da temática verificamos, nos dois conjuntos, a predominância de profissionais de Geografia, como já era esperado por se tratar de um evento geográfico.

Dentre eles destacam-se trabalhos produzidos por docentes universitários e, em menor quantidade, estudantes de graduação, conforme podemos verificar na Figura 6.

Profissionais de Geografia

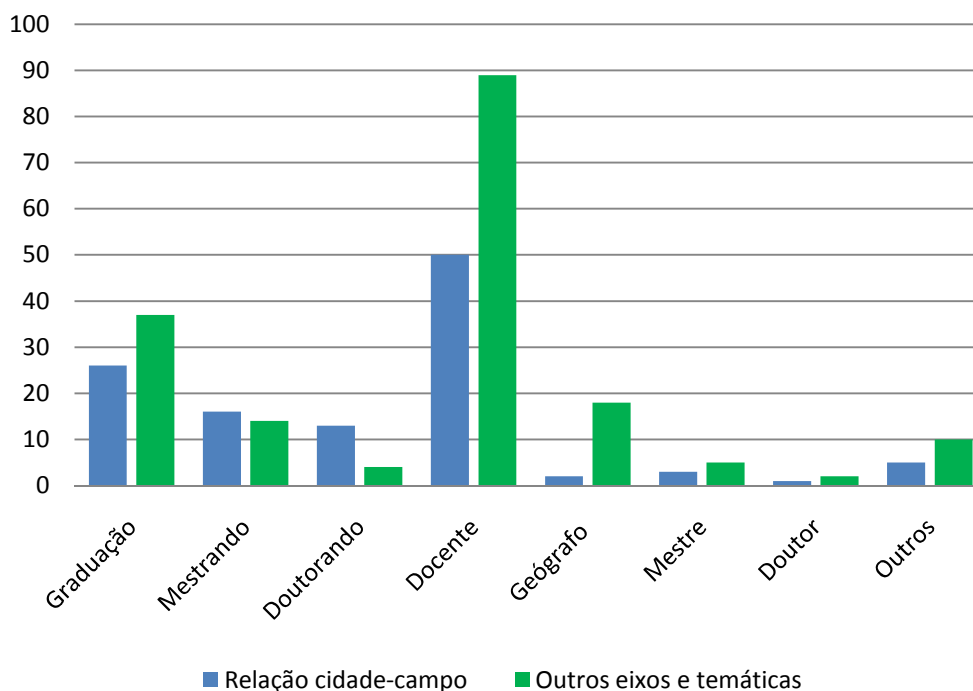


Figura 6 – Perfil dos profissionais de Geografia envolvidos no estudo da temática da relação cidade-campo nos ENGAs.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

A partir do gráfico da Figura 6 constatamos que, além da significativa participação dos docentes universitários e graduandos no conjunto de trabalhos diretamente relacionados ao estudo da temática da relação cidade-campo destacam-se também os estudos realizados por mestrandos e doutorandos, enquanto que nos demais eixos e temáticas observamos uma considerável participação de profissionais identificados como Geógrafos, atuando junto a universidades públicas e privadas, órgãos, instituições e fundações diversas⁴⁵, além dos estudantes do curso de Mestrado.

Na categoria “Outros”, representada na Figura 6, agrupamos trabalhos realizados por autores que se identificaram como “pós-graduandos em Geografia” sem identificar o nível do curso e outros profissionais⁴⁶.

⁴⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Instituto de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco (PE); Fundação de Ensino Superior de Pernambuco e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

⁴⁶ Dentre os “outros profissionais” identificamos, no conjunto “relação cidade-campo”, 1 professor da Educação Básica e 1 Bolsista Voluntário de um Grupo de Pesquisa e, nos demais eixos e temáticas, 2 Professores da Educação Básica, 2 técnicos e 1 Monitor.

Chamou-nos a atenção o número expressivo de trabalhos que não identificaram nenhuma informação do autor (e às vezes nem da instituição). Foram ao todo 45 trabalhos em que os autores não se identificaram, sendo 19 no conjunto “relação cidade-campo” e 26 nos demais eixos.

As demais áreas do conhecimento que investigaram a relação cidade-campo estão representadas graficamente na Figura 7.

Demais áreas do conhecimento

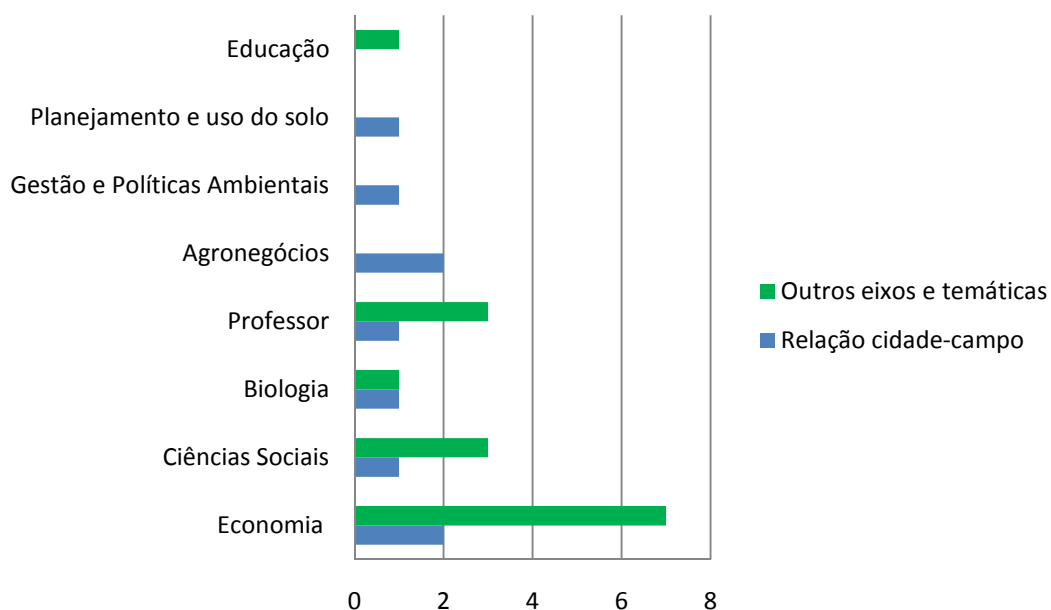


Figura 7 – Identificação das diferentes áreas de conhecimento envolvidas no estudo da temática da relação cidade-campo nos ENGAs.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

As contribuições das diversas áreas do conhecimento expressos no gráfico da Figura 7⁴⁷ estão publicadas principalmente em Comunicações (livres e vinculadas/coordenadas). No entanto, ao longo dos dezenove ENGAs foi expressiva a participação de docentes de Economia em outras atividades promovidas nos eventos. Isso, por um lado, explica a expressiva participação dessa área nos encontros e por outro demonstra a preocupação dos organizadores em dialogar com outras disciplinas desde o início dos eventos. Professores de Economia (e Economia Rural) foram

⁴⁷ Agrupamos na categoria “Professor” todos os profissionais que assim se identificaram sem especificar a área de atuação.

responsáveis pela elaboração de 3 Textos para a discussão e participaram de 2 Mesas e Conferências, tendo sido agrupados nos dados referentes a “outros eixos e temáticas”.

A significativa participação de professores de outras áreas do conhecimento na elaboração de textos e convidados a explanar sobre temas em Mesas Redondas e Conferências explica porque o conjunto “outros eixos e temáticas” supera em número o conjunto de trabalhos específicos da “relação cidade-campo”, que só teve uma Mesa Redonda específica e nenhum Texto Básico para discussão (quando eram comuns nos primeiros eventos).

Assim, no conjunto dos trabalhos que investigaram diretamente a temática da relação cidade-campo encontramos 9 trabalhos de outras áreas do conhecimento, a maioria nas Sessões de Comunicações, com exceção de 1 que foi fruto da participação de um docente de Economia na atividade Mesas e Conferências, desenvolvendo o tema mesmo sem ser uma mesa específica.

Percebemos que ao longo do desenvolvimento dos ENGA, as publicações em Comunicações, nos dois conjuntos analisados, além de se elevarem em número também passaram a se diversificar: nos primeiros quatro eventos a maior parte dos trabalhos analisados correspondia a pesquisas de docentes e profissionais⁴⁸.

Do V ENGA ao XIII ENGA observamos a publicação, ainda tímida de trabalhos de estudantes de todos os níveis do ensino superior, sendo que alguns deles eram bolsistas e/ou integrantes de Projetos de Pesquisa coordenados por docentes.

Somente a partir do XIV ENGA notamos maior e constante participação de estudantes de graduação, mestrado e doutorado, divulgando suas pesquisas juntamente com docentes, mestres, doutores e outros profissionais.

Nesse sentido preocupamo-nos também em identificar os diferentes tipos de trabalhos que caracterizaram a produção de conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo publicados nos anais dos ENGAS, independente da área de conhecimento.

Partindo da identificação da obra pelo autor, estabelecemos como categorias os seguintes tipos de produção: Iniciação Científica; Trabalho de Conclusão de Cur-

⁴⁸ A exceção foi o III ENGA, no qual identificamos um trabalho de um estudante bolsista de graduação (integrado ao desenvolvimento de um Projeto de Pesquisa).

so; Dissertação de Mestrado; Tese de Doutorado; Projetos de Pesquisa e Outros. Representamos a distribuição dos trabalhos nessas categorias na Figura 8.

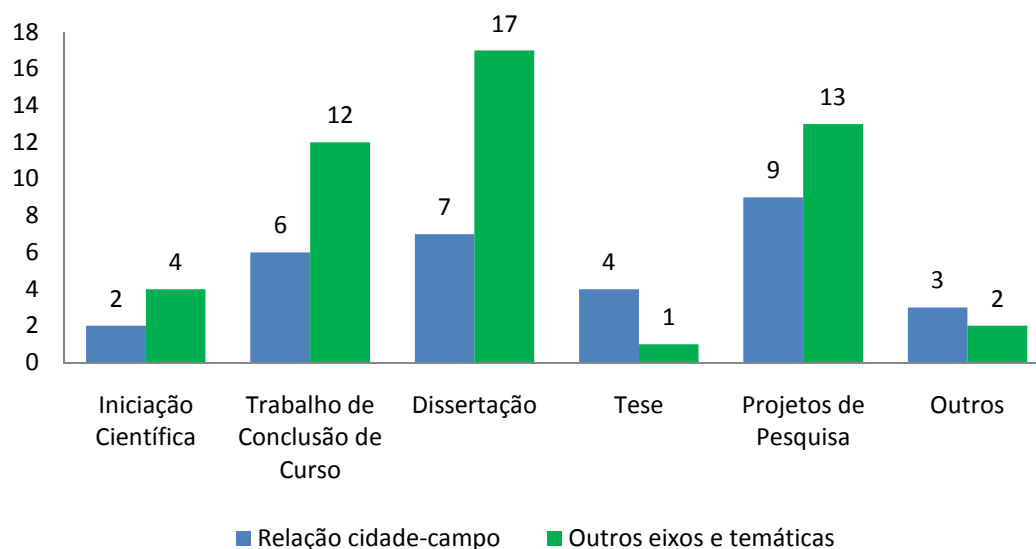


Figura 8 – Identificação dos diferentes tipos de trabalho sobre a temática da relação cidade-campo nos ENGAs.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Percebemos pela análise da figura 8 que os três tipos de trabalho mais publicados nos anais dos ENGAs no conjunto “outros eixos e temática” foram, nessa ordem: dissertação de mestrado, projetos de pesquisa e trabalho de conclusão de curso. No conjunto “relação cidade-campo” constatamos os mesmos três tipos de trabalho com maior número de publicação, sendo os projetos de pesquisa os mais comuns, seguidos de dissertações de mestrado e trabalhos de conclusão de curso.

Ao analisarmos a diversidade de tipos de pesquisa identificados nos anais dos ENGAs podemos constatar a importância desse evento como fórum de discussão e divulgação de conhecimentos. Consideramos particularmente importante a participação dos estudantes (de vários níveis do ensino superior) como meio de valorização da formação do profissional/pesquisador, fortalecimento da cultura acadêmica e socialização do saber.

Finalizando as análises das informações denominadas gerais, que se referem à caracterização da produção do conhecimento sobre a temática relação cidade-campo, gostaríamos ainda de destacar as principais instituições, os gru-

pos/núcleos/centros de pesquisa que analisaram a temática e a atuação de agências, órgãos e fundações de fomento à pesquisa.

Para apresentar os resultados referentes a esses três itens consideramos *todo o conjunto de trabalhos* que compuseram nossos dados bibliográficos (281) não efetuando a divisão de dados em dois conjuntos por eixo temático (relação cidade-campo e outros eixos e temáticas) como vínhamos fazendo até aqui.

Através da identificação das obras que compuseram a fonte de dados identificamos mais de 60 instituições entre universidades públicas e privadas, fundações, órgãos públicos e até empresas com as quais os autores declararam vínculos. Dividimos essas instituições em quatro grupos e citamos somente as que mais se destacaram em relação à quantidade de publicação de trabalhos nos ENGAs. Os grupos estão organizados em organizados em ordem decrescente segundo a quantidade de trabalhos publicados, por instituição, nos eventos:

- 1º Grupo: UFRJ, UFPE, UNESP/Presidente Prudente, UFU, UERJ e UEM;
- 2º Grupo: UNESP/Rio Claro, UFS, USP, UFG, Fundação Joaquim Nabuco e UFMG;
- 3º Grupo: UFBA, UFPB, UNESP⁴⁹, UFG/Catalão, UFRGS, UFSM, UEL, UFPR, UNESP/Araraquara, UFSC, UFF, PUC-Rio;
- 4º Grupo: demais instituições.

Notamos que a maior participação dos pesquisadores/instituições nos ENGAs está diretamente associada às sedes dos eventos. Se analisarmos somente o primeiro grupo, que reúne as instituições com maior quantidade de trabalhos publicados nos anais dos ENGAs, podemos confirmar essa relação.

Acreditamos que a relação sede/publicação pode ser explicada por dois movimentos complementares: de um lado, denota uma grande articulação local entre os pesquisadores, grupos de pesquisa e instituições que se propõe a sediar e organizar o evento e, de outro, a realização dos Encontros Nacionais retroalimenta a produção nos onde se realiza à medida que divulga a área de conhecimento e estimula a produção local (seja na forma de apresentação de trabalhos ou na criação de grupos de estudo/pesquisa sobre Geografia Agrária).

Analisando mais atentamente o primeiro grupo encontramos duas instituições do Rio de Janeiro – UFRJ e UERJ – sendo que o estado sediou três ENGAs. Além

⁴⁹ Trabalhos nos quais não foram identificados o *Campus*.

de ambas estarem sediadas na cidade do Rio de Janeiro (que recebeu um ENGA), essas instituições foram responsáveis pela realização de três eventos – dois organizados pela UFRJ e um pela UERJ.

Em relação ao número de publicações de trabalho que investigaram direta ou perifericamente a temática da relação cidade-campo, constatamos que a UFRJ foi a universidade que apresentou maior quantidade de trabalhos publicados nos anais dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária. A segunda instituição com maior número de publicações foi a UFPE. O estado de Pernambuco sediou dois ENGAs, sendo um organizado por essa instituição.

Os municípios de Presidente Prudente, Uberlândia e Maringá sediaram ENGAs e suas universidades estão relacionadas no grupo das tiveram maior participação nos eventos.

Se analisarmos o segundo grupo, que reúne instituições com média participação na publicação nos anais dos eventos, perceberemos também essa tendência: as instituições listadas nesse grupo sediaram ou foram responsáveis pela organização de algum dos eventos. A exceção é a UNESP/Rio Claro que embora nunca tenha sediado evento foi responsável pela organização dos dois ENGAs, ambos sediados no município de Águas de São Pedro (SP).

No terceiro grupo reunimos instituições com baixa quantidade de publicação em relação aos dois primeiros grupos. Nele só identificamos uma instituição que realizou o ENGA: a UFSM que organizou o evento sediado em Santa Maria⁵⁰.

No entanto, se investigarmos um pouco mais detidamente as outras instituições que compõe esse grupo podemos perceber que das doze instituições listadas somente duas – UFBA e UFPB – não se localizam em estados-sede. Essa constatação parece confirmar a influência das relações de proximidade entre as sedes e a participação de pesquisadores/instituições nos eventos. Para melhor ilustrarmos essa relação produzimos a Figura 9, no qual estão identificadas as sedes dos ENGAs.

A partir da análise do mapa podemos constatar a concentração espacial das sedes dos eventos. Dos dezenove eventos: 10 foram realizados na Região Sudeste, 4 na Região Sul, 4 na Região Nordeste e 1 na Região Centro-Oeste. Não foram realizados eventos na Região Norte.

⁵⁰ Com os dados que dispomos não temos condições de explicar porque uma instituição que organizou e sediou um ENGA não integra os grupos com maior quantidade de publicações sobre a temática.



Figura 9 – Mapa de localização das sedes dos dezenove ENGAs realizados.

Fonte: Dados da pesquisa.

Adaptação de IBGE “Brasil: Grandes Regiões” (2010a).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves, 2010.

Quando analisamos as cidades e capitais sedes mais atentamente percebemos uma concentração espacial ainda maior:

- Do total de 19 ENGAs já realizados 14 foram sediados nas Regiões Sul e Sudeste;

- Dos 10 ENGAs realizados na Região Sudeste 4 foram sediados no estado de São Paulo, 3 em Minas Gerais e 3 no Rio de Janeiro. O estado do Espírito Santo não sediou nenhum evento enquanto o município de Águas de São Pedro sediou o encontro por duas vezes (1979 e 1994);
- A Região Nordeste, com maior número de estados brasileiros, sediou apenas 4 eventos. No entanto esses foram realizados em somente dois estados: 2 em Sergipe e 2 em Pernambuco;
- A cidade de Francisco Beltrão (Paraná) será a sede do XX ENGA demonstrando a tendência de concentração dos eventos nas regiões Sul e Sudeste.

Sabe-se que normalmente a escolha das cidades-sedes se dá no último dia de evento, durante a Assembléia, quando as instituições se candidatam para organizar o próximo ENGA. Conforme citamos, acreditamos que o ato de candidatar determinada instituição/cidade revela uma articulação da comunidade acadêmica local.

No Quadro 9 organizamos os principais grupos/núcleos/centros de pesquisa identificados a partir dos dados bibliográficos.

Quadro 9 – Grupos, núcleos e centros de pesquisa envolvidos na investigação da temática relação cidade-campo nos ENGAs e identificados na pesquisa bibliográfica.

SIGLA	DENOMINAÇÃO	INSTITUIÇÃO
NERA	Núcleo de Estudos Regionais e Agrários	UNESP/ Presidente Prudente
GEDRA	Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária	UNESP/ Presidente Prudente
NEGeF	Núcleo de Estudos de Geografia Fluminense	UERJ
---	Laboratório de Geografia Agrária	USP
---	Pesquisa em Gestão das Organizações	UNIARA
LAGEA	Laboratório de Geografia Agrária	UFU
---	Grupo de Estudos e Pesquisa São Francisco	UFU
LEME	Laboratório de Estudos Metropolitanos	UERJ
CEGeT	Centro de Estudos de Geografia do Trabalho	UNESP/ Presidente Prudente
GETeM	Geografia, Trabalho e Movimentos Sociais	UFG/ Catalão
NUCLAMB	Núcleo de Estudos Geoambientais	UFRJ
NEPECAB	Núcleo de Estudos e Pesquisas das cidades na Amazônia Brasileira	UFAM
NESA	Núcleo de Estudos do Semi-Árido	UFS
GEA	Grupo de Estudos Agroambientais	UERJ
---	Base de Pesquisa em Estudos Sócio-espaciais e Representações Cartográficas	UFRN

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Como podemos notar, a grande maioria dos grupos identificados pertencem à instituições que já sediaram/organizaram algum evento. A partir desses dados bus-

camos demonstrar aquele duplo movimento a que nos referimos ao identificar a existência de uma relação entre as sedes dos eventos e as publicações nos anais.

A análise quantitativa dos dados também parece confirmar essa relação. Os integrantes de grupos de pesquisa que mais publicaram foram, em ordem decrescente: GEDRA, NEGeF, NERA, NESA, LEME e CEGeT.

Por fim, nos falta comentar a atuação de agências, órgãos e fundações no fomento às pesquisas que compuseram nossa fonte de dados. Das obras publicadas nos anais dos ENGAs 34% indicaram algum tipo de financiamento da pesquisa e/ou apoio para os pesquisadores envolvidos.

Dentre os trabalhos/pesquisadores que declararam apoio financeiro destacamos a expressiva atuação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). O apoio do CNPq foi declarado em 44% dos trabalhos, abrangendo diversas modalidades, desde bolsas de iniciação científica até financiamento de projetos de pesquisa.

As Universidades com diferentes tipos de apoio acadêmico e estudantil foram responsáveis por 15% dos financiamentos declarados. Dentre eles destacamos: o apoio aos Centros de Pesquisas e Pós-Graduação, as bolsas de Iniciação Científica e outras bolsas (PET– Programa de Educação Tutorial; PROLICEN – Programa de bolsas para a Licenciatura e PAE – Programa de Apoio ao Estudante).

As Fundações de Amparo à Pesquisa dos Estados (FAPESP, FAPEMIG E FAPERJ) contribuíram com o apoio de 14% das pesquisas e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) com 8%.

Identificamos 18 trabalhos vinculados a Projetos de Pesquisa, sendo que destes somente 3 não declararam nenhum tipo de apoio de agências, órgãos e fundações de incentivo à pesquisa.

Consideramos a criação desses projetos de pesquisa nas instituições é importante tanto para o estudo da realidade local/nacional quanto para a integração de novos pesquisadores à atividade científica. Por intermédio desses projetos, foram concedidas quase 10% das bolsas a estudantes de todos os níveis do ensino superior. Além de promover a formação científica e subsidiar o desenvolvimento das pesquisas acadêmicas, as bolsas de estudo são importantes meios para garantir a permanência do estudante no ensino superior, sobretudo nos cursos de graduação.

Em menor número identificamos a atuação da SUDENE e da Fundação Ford no apoio a projetos e pesquisadores em nível nacional e foram identificadas também

duas bolsas internacionais concedidas a estudantes das universidades brasileiras – *Fulbright-Hays e Universidade da Califórnia e Deutscher Akademischer Austausch Dienst*⁵¹.

Uma vez apresentadas as principais informações que caracterizam nossa fonte de dados discutiremos, no Capítulo 4, os referenciais teóricos e metodológicos que orientaram a produção dos trabalhos analisados.

⁵¹ Concedida a um estudante do Curso de Mestrado em Gestão e Políticas Ambientais da UFPE.

4 ANÁLISE DOS REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS IDENTIFICADOS NA PESQUISA BIBLIOGRÁFICA

Nesse capítulo discutiremos o segundo tipo de informação registrada na pesquisa bibliográfica – os referenciais teóricos e metodológicos utilizados pelos autores para investigação dos seus objetos de pesquisa.

Nosso objetivo ao investigar esses referenciais não é, de forma alguma, rotular as obras e os autores; nem tampouco pretendemos nos aprofundar nas discussões desses referenciais que, por si só, poderiam se constituir um objeto de estudo específico.

Pretendemos apenas vislumbrar a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo buscando associá-la aos elementos históricos e epistemológicos discutidos nos capítulos 1 e 2.

No entanto, sentimos necessidade de precisar, ainda que brevemente, o que entendemos por teoria e por método, tentando justificar por que ao invés de utilizar esses termos optamos pela denominação “referencial teórico” e “referencial metodológico”. Nossa visão de teoria se baseia no pensamento de Chauí (2000) que assim define a teoria científica

É um sistema ordenado e coerente de proposições ou enunciados baseados em um pequeno número de princípios, cuja finalidade é descrever, explicar e prever do modo mais completo possível um conjunto de fenômenos, oferecendo suas leis necessárias. A teoria científica permite que uma multiplicidade empírica de fatos aparentemente muito diferentes sejam compre-

endidos como semelhantes e submetidos às mesmas leis; e vice-versa, permite compreender por que fatos aparentemente semelhantes são diferentes e submetidos a leis diferentes (CHAUÍ, 2000, p. 251).

Admitimos, como a autora, que “A ciência é **conhecimento** que resulta de um trabalho racional” (CHAUÍ, 2000, p. 251). Esse trabalho racional visa compreender determinados fenômenos da realidade e envolve a seleção de teorias e métodos que sejam capazes de explicá-los.

No entanto, entendemos que no trabalho de investigação científica o pesquisador recorre a uma série de conceitos, teorias, métodos e procedimentos de pesquisa que normalmente são orientados pelos mesmos princípios (paradigmas), mas não necessariamente. Por essa razão preferimos utilizar os termos “referencial teórico” e “referencial metodológico” por acreditarmos que eles abrangem a multiplicidade e a diversidade de métodos e teorias através dos quais os autores produzem o conhecimento científico.

Em relação ao método, adotamos a definição de Mendonça (1992) para quem “o método científico, nada mais é que fruto da associação de concepções filosóficas à ciência” (p. 40). O autor ainda faz uma importante distinção entre as abordagens do método

Os métodos aplicados às ciências apresentam-se divididos em duas abordagens principais: os **métodos de interpretação** e os **métodos de pesquisa**. Os métodos de interpretação referem-se às posturas filosófica, lógica, ideológica e política do cientista (exemplo: método funcionalista, estruturalista, positivista, marxista, etc.); já os métodos de pesquisa referem-se às técnicas utilizadas em determinados estudos, sendo que cada ciência possui seus próprios métodos de pesquisa. Esta particularidade não exclui ou impede o intercâmbio dos vários métodos entre as diferentes ciências (MENDONÇA, 1992, p. 40, grifo nosso).

As reflexões do autor sobre “O problema metodológico” da Geografia (MENDONÇA, 1992, p. 40) foram valiosas para nosso trabalho porque, de um lado nos permitiu fugir do complexo debate que envolve a questão entre método e metodologia e, por outro, nos evidenciou as fortes inter-relações Geografia-Filosofia/teoria-método nas quais embasamos as análises efetuadas nesse capítulo.

Admitindo essa distinção entre métodos de interpretação e métodos de pesquisa elegemos as contribuições de dois autores – Spósito (2004) e Ferreira (2002) – para compor os parâmetros de análise dos referenciais teóricos e metodológicos

identificados na pesquisa bibliográfica (juntamente com outros elementos discutidos em capítulos anteriores).

Spósito (2004) define três grandes correntes teórico-metodológicas, agrupando nessas correntes as discussões entre Geografia e Filosofia e agregando, ao nosso ver, teoria e método de interpretação. Ferreira (2002), por sua vez, identifica e define as formas de análise que, acreditamos, podem ser associadas ao que Mendonça denominou métodos de pesquisa.

Organizamos esse quarto capítulo em três seções: na primeira explicitamos os parâmetros que utilizamos para analisar os referenciais teóricos e metodológicos identificados na pesquisa bibliográfica; na segunda apresentamos os referenciais que orientaram a produção dos trabalhos analisados e, a partir da análise desses referenciais aprofundamos as discussões a respeito das perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo, e, na terceira seção, expomos as principais formas de análise da temática segundo os trabalhos publicados nos anais dos ENGAs.

4.1 Parâmetros de análise

Ao analisar “A questão do método e a crítica do conhecimento”⁵² (p. 23) Spósito (2004) identifica três métodos distintos: o hipotético-dedutivo, o dialético e o fenomenológico-hermenêutico. A partir desses três métodos o autor identifica – baseado em Gamboa⁵³ – três correntes teórico-metodológicas, quais sejam: pesquisas empírico-analíticas, pesquisas crítico-dialéticas e pesquisas fenomenológico-hermenêuticas. Utilizamos essas três correntes como um dos parâmetros para a análise da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil e passaremos a explicitá-las.

Spósito (2004) esclarece que cada corrente teórico-metodológica está ligada a pressupostos gnosiológicos e ontológicos que orientam sua investigação científica⁵⁴. Como nosso objetivo é fornecer alguns elementos que contextualizem a produ-

⁵² O autor esclarece que “Essa proposta parte do pressuposto de que o método não pode ser abordado do ponto de vista disciplinar, mas como instrumento intelectual e racional que possibilite a apreensão da realidade objetiva pelo investigador, quando este pretende fazer uma leitura dessa realidade e estabelecer verdades científicas para a sua interpretação (SPÓSITO, 2004, p. 23).

⁵³ Spósito (2004) cita a obra: GAMBOA, S. A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (Org.) **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

⁵⁴ Para discutir esses pressupostos Spósito (2004) esclarece que se baseou em Gamboa (1989) mas que complementou “com outros elementos resultantes da leitura e da reflexão de outras obras (...)” (p. 55).

ção de conhecimento em cada corrente teórico-metodológica e não nos aprofundarmos em demasiado nessa discussão, optamos por destacar somente os pressupostos gnosiológicos por avaliarmos que eles apontam elementos centrais na distinção entre as correntes.

De acordo com o autor, o pressuposto gnosiológico das pesquisas empírico-analíticas seria a *objetividade*. Isso porque essas pesquisas estariam fundamentadas em um “processo cognitivo centralizado no objeto (dedução)” (SPÓSITO, 2004, p. 54).

Assim sendo, as pesquisas desenvolvidas a partir dessa corrente teórico-metodológica admitiriam a “existência de um dado imediato, despido de conotações subjetivas, analisado segundo as leis do raciocínio lógico dedutivo” (SPÓSITO, 2004, p. 55).

A corrente crítico-dialética, por sua vez, teria como pressuposto a *concreticidade* e estaria baseada num “processo cognitivo centrado na relação dinâmica sujeito-objeto (dialética)” (p. 54). Desta forma essa corrente reconheceria a necessidade da

Construção da síntese sujeito-objeto que acontece no ato de conhecer. Concreto como ponto de chegada, de um processo que tem origem empírico-objetiva, passa pelo abstrato, de características subjetivas e forma de síntese (SPÓSITO, 2004, p. 55).

Por fim, a corrente fenomenológico-hermenêutica teria a *racionalidade* como pressuposto gnosiológico definido a partir do “processo cognitivo centrado na racionalidade do sujeito (dialética ou indução)” (SPÓSITO, 2004, p. 54).

Segundo o autor, as pesquisas desenvolvidas nessa corrente se fundamentariam na “Construção da idéia na síntese sujeito-objeto que acontece no ato de reflexão. Racional como ponto de partida e de chegada, de um processo que tem como origem lógico-subjetiva de enfoque totalizante” (SPÓSITO, 2004, p. 54).

Spósito analisa a partir desses pressupostos o papel da História em cada corrente. De acordo o autor a História é empregada como categoria de análise pelas duas primeiras correntes – ainda que com enfoques diferentes⁵⁵ – enquanto que na terceira corrente – a fenomenológico-hermenêutica – a historicidade é ausente.

⁵⁵ Para o autor, em pesquisas analíticas a História é empregada com preocupação sincrônica enquanto em pesquisas crítico-dialéticas existe uma preocupação diacrônica na utilização dessa categoria (SPÓSITO, 2004, p. 55).

Analisando os pressupostos de cada corrente teórico-metodológica podemos inferir que essas três formas de interação sujeito-objeto partem de três concepções diferentes do ato de conhecer e implicam em diferentes práticas de pesquisa. Entendemos por prática de pesquisa as articulações entre problema/teoria/metodologia/análise na investigação científica de determinado objeto.

Desta forma, reconhecendo a distinção entre as três correntes teórico-metodológicas podemos observar a existência de certas práticas de pesquisa características da investigação científica em cada uma das correntes. Essas práticas exprimem, em sua essência, diferentes formas de compreensão do processo de produção do conhecimento e orientam, a partir delas, determinadas abordagens do objeto de estudo.

Spósito (2004) demonstra os níveis de articulação lógica de cada uma das três correntes teórico-metodológicas e suas principais características⁵⁶. Conforme indicamos, pretendemos utilizar essas contribuições de Spósito como um dos parâmetros para analisar os referenciais teóricos e metodológicos da produção do conhecimento geográfico sobre a relação cidade-campo registrada nos anais dos EN-GAs. Para tanto, buscamos relacionar os pressupostos e as correntes teórico-metodológicas identificadas pelo autor aos elementos históricos e epistemológicos abordados nos dois primeiros capítulos.

A seguir discutimos as principais características de cada corrente teórico-metodológica buscando estabelecer algumas relações com as correntes do pensamento geográfico que sintetizam, na nossa visão, os principais paradigmas da produção do conhecimento na Geografia.

De acordo com Spósito (2004), as pesquisas empírico-analíticas, fundamentadas na objetividade, se analisadas nos níveis técnico, teórico e epistemológico de sua articulação lógica apresentam as seguintes características:

- Utilização de técnicas descritivas
- Obtenção de dados por meio de dados secundários ou através da realização de questionários e entrevistas
- Fundamentação teórica na forma de revisão bibliográfica
- Utilização de autores clássicos do positivismo e da ciência analítica
- Tratamento dos temas a partir da definição de variáveis

⁵⁶ No anexo B reproduzimos um quadro elaborado por Spósito (2004, p. 52-53) com base em Gamboa (1989) cujo título é "Agrupamento abrangente das correntes teórico-metodológicas".

- Neutralidade do método científico e imparcialidade do pesquisador
- Utilização do conceito de causa como eixo da explicação científica.

Associando essas características às correntes do pensamento geográfico relacionamos as produções científicas da Geografia Clássica e da Nova Geografia (ou Geografia Quantitativa) à corrente teórico-metodológica empírico-analítica baseados nas suas respectivas práticas de pesquisa, ressaltadas a seguir.

De acordo com Diniz,

A Geografia científica iniciada no final do século XIX [...] viveu, apesar de pequenas e, às vezes, improdutivas rupturas, uma calmaria epistemológica de pouco mais de 70 anos. Os princípios e fatos geográficos estavam estabelecidos. O paradigma geográfico calcado na relação homem-natureza e nos conceitos derivados [...] se reforçavam e legitimavam com o acúmulo de evidências empíricas coletadas e sistematizadas pela observação geográfica em todo o mundo (DINIZ, 1996, p. 19).

Como vimos no primeiro capítulo, essa Geografia – que denominamos Clássica – estava fundada principalmente nas técnicas de observação e descrição, enumeradas como importantes características da corrente empírico-analítica.

Além disso, Oliveira (2004) afirma que a Geografia moderna nasceu “sob a égide do debate filosófico entre o *positivismo*, o *historicismo* e, por certo, a influência da *dialética*” (p.30) e que esse embate filosófico “tinha como centro a possibilidade de as ciências humanas possuírem estatuto científico próprio” (p. 31).

De acordo este autor, a grande difusão das idéias positivistas

particularmente do postulado de uma ciência axiologicamente neutra, apareceu também fora do quadro estrito do positivismo, alcançando mesmo o historicismo e o marxismo. Esse fenômeno revela, antes de tudo, uma certa *dimensão positivista* no interior de vertentes dessas escolas do pensamento (OLIVEIRA, 2004, p. 31).

A hegemonia dessa dimensão positivista orientou as práticas científicas da Geografia Clássica e perdurou mesmo quando houve “o rompimento com a idiografia e com o conhecimento clássico” (DINIZ, 1996, p. 19) com o surgimento da Nova Geografia, a partir dos anos 1960, fundamentada no neopositivismo.

Como vimos anteriormente essa nova corrente do pensamento incorporou à Geografia a utilização de modelos, estatísticas, geometria e princípios da economia para procurar “leis ou regularidades empíricas sob a forma de padrões espaciais” (CORRÊA, 1995a, p. 18).

Apesar de a Nova Geografia introduzir novas formas de investigação científica na ciência geográfica, Oliveira afirma “Parece óbvio insistir que o movimento neopositivista na Geografia, ou seja, o empirismo lógico, manteve praticamente intatos esses postulados básicos, sobretudo o da objetividade/neutralidade” (OLIVEIRA, 2004, p. 31). O autor ainda avalia que

Esse postulado da neutralidade valorativa das ciências humanas conduziu, inevitavelmente, à negação ou a que os seguidores ignorassem o condicionamento histórico-social do conhecimento. Por outro lado, reforçou sua base doutrinária na objetividade/neutralidade científico-social (p. 31).

Desta forma, associamos as correntes Clássica e Nova Geografia do pensamento geográfico à corrente teórico-metodológica empírico-analítica por acreditarmos que apesar das suas particularidades essas duas correntes se alicerçam no mesmo preceito, qual seja: “Concepção de ciência baseada na causalidade” (SPÓSITO, 2004, p. 53), sendo que a primeira está mais fortemente ligada à “percepção empírica” (p. 53) enquanto a segunda se vincula mais à “linguagem matemática” (p. 53).

Em outra direção, as pesquisas desenvolvidas a partir da corrente crítico-dialética são baseadas na concreticidade e partem de uma “Concepção de ciência como categoria histórica, mediação homem-natureza; origem empírica objetiva do conhecimento” (SPÓSITO, 2004, p. 53). O autor aponta as principais características desta corrente:

- A utilização de técnicas não quantitativas
- A incorporação de dados contraditórios na análise
- Obtenção de dados através de pesquisa-ação, entrevistas e observação
- Postura marcadamente crítica empenhada em desvendar conflitos de interesse
- Fundamentação teórica através da eleição de categorias de análise e na sua articulação com a realidade estudada
- Preocupação com a transformação da realidade
- Concepção da causalidade como inter-relação entre os fenômenos.

À essa corrente teórico-metodológica associamos as pesquisas desenvolvidas sob influência da Geografia Crítica que, como vimos, fundamentam suas práticas de pesquisa no materialismo histórico e na dialética marxista. Bray explica que

Em meados da década de 70 do século passado, a geografia agrária brasileira intensificou o processo de descolonização científica e ideológica, deixando de lado os paradigmas geográficos europeus e norte-americanos para se vincular aos patricios estudiosos da questão agrária nacional, principalmente economistas e sociólogos agrários. Entramos na década de 80 incorporando a ótica marxista e pós-marxista por meio de um discurso voltado para as transformações dos modos de produção capitalista no campo brasileiro (BRAY, 2007, p. 11).

Ao discutir a dialética como corrente filosófica na Geografia, Oliveira (2004) afirma que “Com o marxismo, começa a batalha pelo desmascaramento do discurso pretensamente neutro e objetivo presente no positivismo e no empirismo lógico [...] (p. 28).

Nessa mesma linha, Bray (2007) parece confirmar essa perspectiva ao declarar que “a teoria crítica é contrária à ciência neutra dos positivismos e neopositivismos” (p. 14).

Por fim, apresentamos as características listadas por Spósito para a corrente fenomenológico-hermenêutica. Essa corrente teórico-metodológica, fundamentada na racionalidade do sujeito envolve:

- Utilização de técnicas qualitativas como análise de histórias de vida
- Obtenção de dados a partir de pesquisa participante, entrevistas, relatos de vivência, observação e procedimentos alternativos e inovadores
- Utilização de autores da fenomenologia para desvendar as características do objeto
- Análise da individualidade do fenômeno
- Fundamentação teórica através da postura do pesquisador e da eleição das especificidades dos objetos
- Denúncia e explicitação das ideologias subjacentes através do deciframento de discursos, textos e comunicações
- Ausência de causalidade e privilegiamento do fenômeno.

De acordo com Spósito, a concepção de ciência dessa corrente teórico-metodológica funda-se em “variantes explicadas por uma invariante (estrutura cognitiva) e pela essência dos fenômenos” (2004, p. 53).

O autor entende que, enquanto o foco das pesquisas empírico-dialéticas recai sobre a causalidade e das pesquisas crítico-dialéticas sobre a ação, o ponto central das pesquisas fenomenológico-hermenêuticas é a interpretação (p. 53). Assim sen-

do, relacionamos à essa corrente teórico-metodológica a corrente do pensamento geográfico denominada Geografia da Percepção e do Comportamento.

Santos (2004, p. 92) declara que “A geografia da percepção e do comportamento é uma das novas tendências de nossa disciplina”, sendo que

As abordagens fundamentadas na percepção individual têm seu ponto de partida no processo de conhecimento. Este é o resultado da apreensão da realidade contida em um objeto (SANTOS, 2004, p. 92).

Oliveira (2004) menciona o avanço da fenomenologia na Geografia afirmando que “Pesquisas sobre percepção e modo de vida das populações do campo estão se tornando prática usual na Geografia Agrária” (p. 32).

Diferentemente do que nos aponta o autor, a respeito do avanço do referencial fenomenológico na Geografia Agrária, adiantamos que no que tange a investigação da temática da relação cidade-campo nos ENGAs, a contribuição desse referencial é pontual e dispersa, longe de ser considerada como uma prática usual no estudo da temática nesses eventos, conforme veremos na seção 4.2.

Antes de passarmos à análise dos referenciais teóricos e metodológicos identificados nos dados bibliográficos, resta-nos ainda explicar as formas pelas quais os autores analisaram a temática. Para isso, apoiamo-nos em Ferreira (2002).

A autora define as formas de análise como “O conjunto de princípios e práticas científicas que nortearam o desenvolvimento da pesquisa geográfica [...]” (FERREIRA, 2002, p. 160) e explica que elas “Dizem respeito às diferentes formas pelas quais o autor realiza o seu estudo e expõe o trabalho, explicitando uma visão de mundo que direciona a ênfase, o entendimento e a explicação” (p. 160).

A partir dessa definição, a autora identifica as seguintes formas de análise:

- Estudos de caso: “conjunto de textos do tipo monográfico” (p. 161) em diferentes escalas de análise;
- Estudos metodológicos⁵⁷: trabalhos que apresentam “discussões sobre novas técnicas de trabalho” (p.165)⁵⁸;
- Estudos teóricos: que dizem respeito “às propostas teóricas de análise [...]” (p.165);

⁵⁷ Em seu trabalho a autora denomina os estudos metodológicos como “trabalhos metodológicos” (FERREIRA, 2002, p. 165).

⁵⁸ Acrescentamos nessa categoria todos os trabalhos que discutem métodos e procedimentos, não somente **novas** técnicas.

- Estudos epistemológicos⁵⁹: cujo objeto de estudo é a própria produção do conhecimento na Geografia Agrária, “refletindo a preocupação dos encontros nacionais [...] que colocaram em xeque o prestígio e o desenvolvimento desse ramo da ciência geográfica, discutindo suas diretrizes e efetuando sua auto-avaliação” (p. 165);
- Outras formas⁶⁰: identificadas no decurso da pesquisa.

No que se refere aos estudos de caso, a autora classifica-os em quatro escalas de análise: local, estadual, regional e nacional.

De acordo com os dados coletados na pesquisa bibliográfica optamos por incluir as escalas: municipal, mesorregional, metropolitano e internacional, de forma que relacionamos em cada escala os seguintes tipos de estudo de caso:

- Local: trabalhos que analisaram realidades muito específicas⁶¹;
- Municipal: conjunto de trabalhos que utilizaram a delimitação político-administrativa do município para analisar os fenômenos que se propunham;
- Mesorregional: obras que estabeleceram como delimitação da pesquisa um conjunto de municípios contíguos que formavam mesorregiões⁶². Admitimos como mesorregiões, segundo a classificação proposta pelos autores, tanto as unidades identificadas pelo poder público quanto unidades culturalmente reconhecidas por suas características similares;
- Estadual: conjunto de trabalhos que investigaram fenômenos utilizando a delimitação político-administrativa estadual;
- Regional: trabalhos que focavam uma dada região⁶³. Consideramos como região não só a delimitação político-administrativa, que divide o Brasil em cinco regiões, mas também a classificação dos autores baseados em grandes unida-

⁵⁹ A autora analisa essa forma de análise, mas não apresenta nenhuma denominação (FERREIRA, 2002, p. 165).

⁶⁰ Na classificação de Ferreira (2002) “outras formas” correspondem ao conjunto de trabalhos que analisam o seu objeto de estudo: a agricultura e que “de maneira descritiva ou não, tratou de assuntos específicos [...]” (p. 166), não se enquadrando nas formas definidas anteriormente. Aproveitamos essa categoria definida pela autora para inserir outras contribuições identificadas no desenvolvimento da pesquisa.

⁶¹ Como exemplos podemos citar: feiras, bairros rurais, assentamentos, comunidades, distritos municipais, entre outros.

⁶² A maioria dos autores adotou a classificação do IBGE (2007) que define mesoregião geográfica como um “Conjunto de microrregiões geográficas, contíguas e contidas na mesma Unidade da Federação, definidas como base no quadro natural, no processo social e na rede de comunicações e de lugares (p. 190).

⁶³ Fundamentamo-nos em Corrêa (1995a) para quem “o conceito de região está ligado à noção fundamental de *diferenciação de área*, quer dizer, à aceitação da idéia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si” (p. 22).

des espaciais com características que as agrupam e diferenciam das demais unidades regionais;

- Metropolitana: obras que adotaram a região metropolitana como delimitação espacial de suas pesquisas⁶⁴;
- Nacional: conjunto de trabalhos que investigaram fenômenos em nível nacional;
- Internacional: trabalhos que se concentravam na investigação de realidades de outros países.

Para finalizar a apresentação dos elementos que utilizaremos como parâmetros de análise dos referenciais teóricos e metodológicos identificados na pesquisa, resgatamos algumas discussões apresentadas nos Capítulos 1 e 2 e as associamos aos parâmetros apresentados nesse quarto capítulo – as correntes teórico-metodológicas explicitadas por Spósito (2004) e as formas de análise definidas por Ferreira (2002). Para sintetizar, embasamos a investigação dos referenciais teóricos e metodológicos dos dados da pesquisa bibliográfica na análise e inter-relação dos seguintes elementos:

- Discussão epistemológica desenvolvida nos dois primeiros capítulos⁶⁵:
 - As correntes do pensamento geográfico
 - As escolas da Geografia Agrária
 - Os paradigmas científicos na Geografia Agrária e
 - As perspectivas de análise da relação cidade-campo na Geografia;
- Três correntes teórico-metodológicas identificadas por Spósito (2004):
 - Empírico-analítica;
 - Crítico-dialética e
 - Fenomenológico-hermenêutica;
- Formas de análise identificadas por Ferreira (2002):
 - Estudos de caso (em diferentes escalas)
 - Estudos metodológicos
 - Estudos teóricos

⁶⁴ Os autores reconheceram a definição oficial de região metropolitana em seus estudos. O IBGE define região metropolitana como “Região estabelecida por legislação estadual e constituída por agrupamentos de municípios limítrofes, com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum” (IBGE, 2007, p. 192).

⁶⁵ A discussão desses dois primeiros capítulos foi sintetizada no Quadro 4: “Síntese da discussão sobre a produção do conhecimento em Geografia Agrária com enfoque na análise da temática da relação cidade-campo” .

- Estudos epistemológicos e
- Outras formas;
- Dados coletados nos anais dos ENGAs referentes às teorias e métodos/procedimentos metodológicos utilizados pelos autores para investigar os seus objetos de estudo;
- Adaptações e complementos necessários dos elementos acima citados a partir dos dados da pesquisa bibliográfica.

Uma vez explicitados os parâmetros que utilizamos para orientar a análise dos dados referentes aos referenciais teóricos e metodológicos, passaremos a expor os resultados da pesquisa bibliográfica.

4.2 Referenciais teóricos e metodológicos da pesquisa bibliográfica nos ENGAs e as perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo

Analisando os referenciais teóricos e metodológicos dos dados bibliográficos, constatamos que, em termos absolutos, destacaram-se as pesquisas desenvolvidas pela corrente crítico-dialética, associada à corrente da Geografia Crítica. Mais de 50% dos trabalhos analisados foram orientados por essa corrente teórico-metodológica.

Em seguida observamos grande quantidade de trabalhos da corrente empírico-analítica: em destaque estão as obras desenvolvidas a partir das práticas de pesquisa da corrente Clássica da Geografia (30%) e em menor proporção identificamos os trabalhos influenciados pela corrente da Nova Geografia (9%).

A corrente teórico-metodológica fenomenológico-hermenêutica, associada à corrente da Geografia da Percepção e do Comportamento foi identificada em somente 2% dos trabalhos analisados. Sintetizamos a distribuição dos dados da pesquisa bibliográfica segundo as correntes teórico-metodológicas na Figura 10.

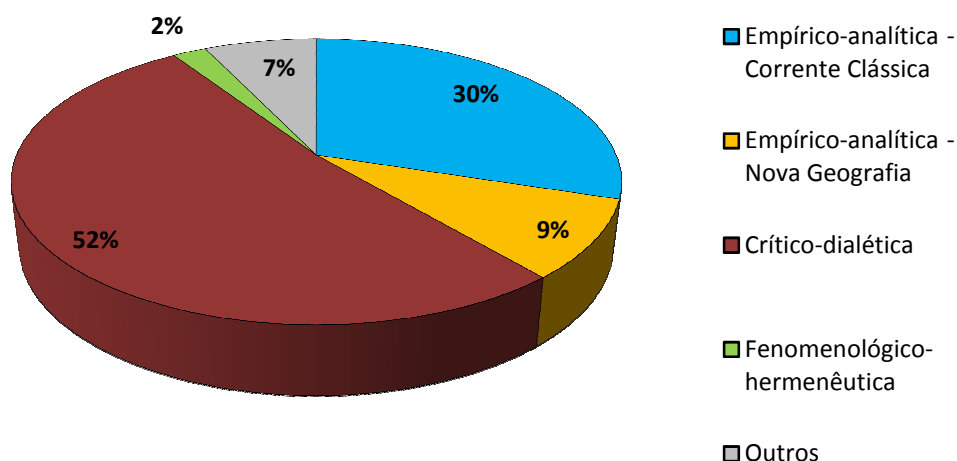


Figura 10 – Distribuição dos trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAs segundo as correntes teórico-metodológicas.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Na categoria “outros”, representada na Figura 10, agrupamos dois tipos de dados: no primeiro reunimos 13 trabalhos que não forneceram indícios para identificarmos a orientação teórico-metodológica⁶⁶ e no segundo tipo identificamos 2 trabalhos que apresentaram o que denominamos “orientação híbrida” porque fizeram dialogar, no desenvolvimento de suas pesquisas, dois referenciais teórico-metodológicos, nesses casos os referenciais crítico-dialético e fenomenológico-hermenêutico.

A análise quantitativa dos dados referentes à orientação teórico-metodológica é relevante pois nos indica a hegemonia da corrente crítico-dialética nos ENGAs. Bray (2007) nos esclarece que

A partir do final dos anos 70, os encontros nacionais de geografia agrária ganharam um papel importante na difusão dos estudos e das novas abordagens sobre a questão agrária e agrícola nacional. A influência da teoria crítica tornou-se um referencial para compreendermos as transformações pelas quais a agropecuária passou e passa sob o Estado industrial, o capitalismo monopolista e a internacionalização da economia e dos produtos agropecuários (p. 13).

⁶⁶ Em diversos tipos de trabalho não conseguimos identificar a corrente que orientou sua produção, mas destacamos entre eles os projetos de pesquisa (apresentação do plano preliminar de pesquisa científica) e os estudos epistemológicos.

No entanto, a mera indicação da preponderância dessa corrente nos dados bibliográficos pouco nos auxilia na tarefa de elucidar nossa questão de pesquisa. Para nos aproximarmos da proposta desse trabalho – sintetizada pelos dois objetivos gerais – se faz necessário compreender também a influência e as características da investigação científica dessas correntes ao longo dos encontros.

Para tanto, recorreremos à análise da distribuição dos trabalhos desenvolvidos sob influência de cada corrente teórico-metodológica ao longo dos ENGAS (figura 11), buscando identificar, para além da hegemonia da corrente crítico-dialética associada à Geografia Crítica, a contribuição e a importância das demais correntes na construção do conhecimento geográfico.

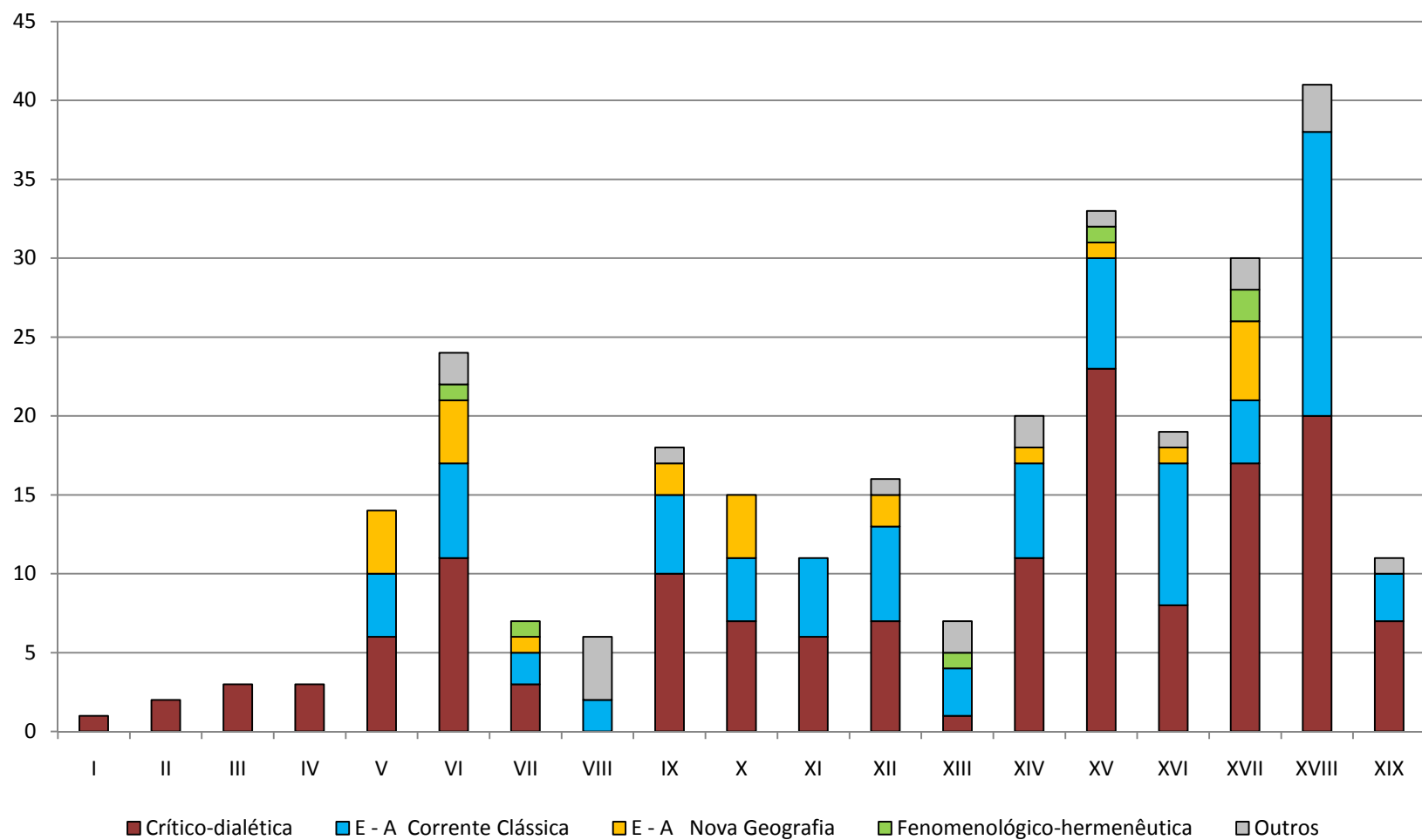


Figura 11 – Distribuição trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo por ENGA e segundo as correntes teórico-metodológicas.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Para interpretarmos esse gráfico da figura 11 a primeira observação relevante é a associação entre o período de realização dos ENGAs e as correntes teórico-metodológicas.

Muitos autores buscaram periodizar – ainda que com fins didáticos – o surgimento das correntes geográficas ao discutirem a história do pensamento geográfico. Grosso modo, os autores indicam o surgimento de cada corrente geográfica da seguinte maneira: a corrente Clássica teria surgido com a sistematização da Geografia – no caso brasileiro na década de 1930 –, a Nova Geografia a partir de 1960, a corrente Crítica, no Brasil, no final da década de 1970 e as novas abordagens geográficas, dentre as quais destacamos a Geografia da Percepção e do Comportamento, a partir dos anos 1980.

Relacionando essa periodização ao surgimento dos ENGAs, podemos associar o início da realização desses eventos à co-existência de duas correntes teórico-metodológicas: a corrente empírico-analítica – sob orientação das correntes geográficas Clássica e Nova Geografia – já se encontrava consolidada na ciência geográfica, enquanto que a corrente crítico-dialética, passava a ser mais amplamente divulgada a partir do encontro da AGB de 1978, de onde partiu a idéia do ENGA.

No entanto, analisando o gráfico da distribuição dos trabalhos por corrente teórico-metodológica em cada encontro identificamos somente trabalhos relacionados à corrente crítico-dialética nos primeiros quatro ENGAs.

Acreditamos que esse fato pode ser explicado por duas razões principais. Em primeiro lugar destacamos o momento histórico que vivia a Geografia brasileira iniciado na reunião da AGB de 1978, com a difusão e incorporação da teoria crítica marxista nos estudos geográficos. E, associado a esse momento de expansão de uma nova corrente na ciência – a Geografia Crítica – relembramos que esses primeiros eventos foram realizados com a participação quase exclusiva de docentes e profissionais, muitos dos quais eram os pesquisadores responsáveis por propagar, no cenário nacional, essa nova corrente que, nessa pesquisa, foi associada à corrente teórico-metodológica crítico-dialética.

Também não é por acaso que os trabalhos desenvolvidos por outras correntes teórico-metodológicas passam a ser registrados a partir do V ENGA (1984). Como vimos no capítulo anterior, é a partir desse evento que participação se eleva em quantidade e se diversifica. A partir desse ENGA os eventos passam, progressivamente, a aceitar os trabalhos dos estudantes de diversos níveis da educação supe-

rior. Além disso, devemos lembrar que à medida que o evento foi se consolidando no cenário nacional foi atraindo participantes de outras instituições. Esses fatos contribuíram para divulgar os trabalhos geográficos produzidos pelos diferentes centros de pesquisa/pesquisadores nacionais, demonstrando a diversidade de orientações teórico-metodológicas desses centros/pesquisadores e contribuindo para “abrandar” a hegemonia da corrente crítico-dialética.

No entanto não podemos negar a hegemonia dessa corrente na análise da temática da relação cidade-campo nos ENGAs. Já tínhamos exposto que mais da metade dos trabalhos analisados tinham sido produzidos segundo orientações dessa corrente teórico-metodológica. Agora, através da análise do gráfico da figura 11, podemos verificar que todos os eventos, com exceção do VIII ENGA (1987)⁶⁷, apresentaram trabalhos dessa corrente no estudo da temática relação cidade-campo e, em geral, em grande quantidade.

Percebemos que a corrente teórico-metodológica com menor participação nos dados analisados foi a fenomenológico-hermenêutica. Além de pequena quantidade de trabalhos publicados sobre orientação dessa corrente, sua produção está bastante pulverizada ao longo dos eventos.

Confirmando a periodização dos autores a respeito das correntes geográficas o primeiro registro de um trabalho orientado por essa corrente teórico-metodológica é do VI ENGA, realizado em 1985. Os outros eventos que publicaram trabalhos foram: VII (1986), XIII (1996), XV (2000) e XVII (2004), esse último com dois trabalhos registrados.

Durante a análise de dados bibliográficos ainda pudemos identificar dois trabalhos, no XV ENGA (2000) e no XVII ENGA (2004), que apresentaram o que denominamos “orientação híbrida”. Na investigação dos seus objetos de estudo os autores claramente utilizaram práticas de pesquisa das correntes crítico-dialética e fenomenológico-hermenêutica na realização de suas pesquisas.

Em ambos os casos o emprego da primeira corrente forneceu elementos para a compreensão dos fenômenos relacionados à investigação proposta, definida atra-

⁶⁷ Em relação a esse evento (VIII ENGA) podemos constatar, pela leitura da figura 11, que na maioria dos trabalhos analisados não foi possível identificar a corrente teórico-metodológica que influenciou a produção do conhecimento.

vés da questão de pesquisa, enquanto que a segunda corrente foi utilizada para subsidiar análises de objetos específicos inter-relacionados ao objeto principal⁶⁸.

Em relação à análise que vimos fazendo da distribuição de trabalhos segundo as correntes teórico-metodológicas e geográficas ao longo dos ENGAs, gostaríamos ainda de salientar que a análise dos dados bibliográficos nos forneceu elementos que permitiram, na maior parte dos casos, identificar as correntes teórico-metodológicas que orientaram o desenvolvimento das pesquisas. Para identificá-las, procuramos examinar a produção de conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo a partir das **práticas de pesquisa** que caracterizam cada corrente teórico-metodológica e geográfica associadas aos referenciais teóricos utilizados por elas.

Pelo menos no que tange nossa temática de estudo pudemos confirmar a asserção de Bray (2007)

[...] vejo na atualidade que as perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária no Brasil tendem a abarcar todo o conhecimento construído pelas gerações, com um grande respeito aos trabalhos que contribuíram para o crescimento desse ramo do conhecimento geográfico (p. 14).

Na investigação da temática da relação cidade-campo identificamos a utilização de autores clássicos da Geografia Agrária brasileira e mundial, juntamente com a análise, aplicação e/ou reinterpretação de teorias e métodos a muito utilizados por esse ramo da ciência geográfica ao longo de sua história.

Observamos também a grande quantidade de trabalhos orientados pelas práticas de pesquisa da Geografia Clássica. Esses trabalhos conservam, na essência, os princípios e práticas da Geografia denominada por muitos “Tradicional”, mas passam a incorporar novos olhares, técnicas e discussões. Nesse sentido discordamos da afirmação de Moraes (2007) para quem “A partir da década de 1970, a Geografia Tradicional está definitivamente enterrada; suas manifestações, dessa data em diante, vão soar como sobrevivências, resquícios de um passado já superado” (p. 103).

Conforme podemos ver através do gráfico da figura 11, as correntes teórico-metodológicas e geográficas coexistem. O surgimento de trabalhos de uma determi-

⁶⁸ Um dos trabalhos consistia num estudo epistemológico que investigava a organização do espaço agrário no contexto da urbanização enquanto o outro era um estudo de caso desenvolvido em escala municipal que visava analisar a percepção da relação rural-urbano. As práticas de pesquisa da corrente fenomenológico-hermenêutica foram empregadas principalmente nas análises efetuadas com os sujeitos de pesquisa.

nada corrente não implica, de forma alguma, a extinção das demais. A ciência, como atividade humana historicamente construída também passa por períodos de crise, transformação, adaptação, renovação. Fundamentados nessa compreensão dinâmica de ciência apresentamos, a seguir, a síntese dos principais referenciais teóricos e metodológicos identificados na pesquisa bibliográfica.

Embasados nos pressupostos das correntes teórico-metodológicas, explicitados na seção 4.1 a partir de Spósito (2004), procuramos expor os referenciais que orientaram a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo nos ENGAs. Analisando essa produção segundo as diferentes correntes teórico-metodológicas e geográficas esperamos reunir elementos que nos permitam aprofundar nossas reflexões a respeito das perspectivas de análise da temática na Geografia.

Na seção anterior (4.1), após analisarmos os pressupostos das três correntes teórico-metodológicas apresentadas por Spósito (2004) – empírico-analítica, crítico-dialética e fenomenológico-hermenêutica – inferimos que essas três correntes revelam três formas de interação sujeito-objeto e associamos a distinção dessas formas de interação à três diferentes concepções do ato de conhecer. Nesse raciocínio, reconhecemos que diferentes concepções do ato de conhecer implicariam diferentes práticas de pesquisa.

A partir dessa compreensão detalhamos, naquele momento, que compreendíamos por prática de pesquisa as articulações entre problema/teoria/metodologia/análise na investigação científica de determinado objeto e buscamos associar os pressupostos das três correntes teórico-metodológicas às características das correntes do pensamento geográfico, buscando evidenciar suas relações.

Nesse momento, recorreremos aos dados relativos aos referenciais teóricos e metodológicos identificados na pesquisa bibliográfica para tentar explicar, a partir da explicitação das práticas de pesquisa de cada corrente teórico-metodológica e geográfica, a distinção de enfoques no estudo da temática da relação cidade-campo nos anais dos ENGAs.

Também é nosso propósito demonstrar, a partir da análise dos dados bibliográficos, a existência de certas práticas de pesquisa que são características da investigação científica sob influência de cada corrente teórico-metodológica e geográfica na investigação da temática. São essas práticas, mais ou menos coerentes de pesquisa, que distinguem a produção das diferentes correntes e que nos fornecerá

elementos para aprofundarmos as discussões a respeito das perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo na Geografia Agrária brasileira.

Iniciamos nossas análises com a síntese dos referenciais de cada corrente teórico-metodológica e geográfica por ordem de sua relevância na composição dos dados bibliográficos.

Como vimos, o maior número de trabalhos identificados na pesquisa bibliográfica realizada nos anos dos ENGAS foi orientado pela corrente crítico-dialética. Essa corrente teórico-metodológica, associada à corrente da Geografia Crítica, foi também a maior responsável pela investigação da temática específica “relação cidade-campo”, tendo produzido mais da metade dos trabalhos analisados nesse eixo temático. A seguir identificamos os principais objetos de pesquisa dessa corrente, agrupando-os em grandes eixos temáticos:

- *Relação cidade-campo*: trabalhos que investigaram as transformações *estruturais* das relações entre cidade e campo a partir do contexto de transformações ocorridas no campo brasileiro;
- *Condições sociais e de trabalho do homem rural*: estudos sobre os processos de expropriação e proletarização do pequeno produtor; êxodo rural; fixação dos migrantes do campo nas periferias das cidades (geralmente em condições precárias de habitação) e o aumento do trabalho volante com migração diária entre o campo e a cidade;
- *Agricultura familiar e campesinato*: pesquisas que discutiram a questão do desaparecimento (ou não) do campesinato; as estratégias de sobrevivência dos pequenos produtores diante do avanço do capitalismo e da modernização no campo e o embate ideológico agricultura familiar X campesinato;
- *Políticas públicas, estrutura fundiária e desenvolvimento rural*: trabalhos que analisaram o papel do Estado como promotor das grandes transformações no campo brasileiro, legitimador da estrutura agrária brasileira fundada na concentração de terra e como responsável por elaborar e implementar estratégias de desenvolvimento rural;
- *Movimentos sociais*: estudos que analisaram a história, a organização, as formas de apropriação do espaço e as reivindicações dos diferentes movimentos sociais rurais e urbanos e/ou suas articulações. Alguns estudos focaram também as instituições e/ou organizações que apoiavam e estruturavam esses movimentos;

- *Organização do espaço agrário*: estudos sobre os mais variados temas que buscavam compreender a difusão das novas formas de produção e trabalho no campo brasileiro e a sua interação com os elementos historicamente consolidados.

Dentre os procedimentos metodológicos mais utilizados pelos trabalhos desenvolvidos sob influência da Geografia Crítica para a investigação de seus objetos de pesquisa destacamos: pesquisa bibliográfica, pesquisa-ação, trabalho de campo, realização de entrevistas, análise documental e a utilização de dados secundários. Em menor proporção identificamos também: utilização de questionários, realização de pesquisa estatística e emprego de técnicas cartográficas.

Compondo o referencial teórico da investigação científica na Geografia Crítica destacaram-se os seguintes autores e suas contribuições, por ordem de relevância no conjunto dos trabalhos analisados:

- Santos (Milton): meio técnico-científico-informacional; dois circuitos da economia; processo, estrutura, função e forma; regiões agrícolas e regiões urbanas; forma-conteúdo; verticalidades e horizontalidades; agricultura científica; rugosidades; globalização;
- Lefebvre: cidade e urbano; fenômeno urbano; urbanização;
- Gaudemar: mobilidade vertical e horizontal da força de trabalho;
- Marx: estrutura de classes sociais; tríade terra-capital-trabalho; pauperização crescente; mais-valia; exército industrial de reserva; proletarização;
- Silva (José Graziano): novo rural; continuum rural-urbano; características da pequena produção; atividade não-agrícolas no campo; famílias pluriativas; inovações na agricultura;
- Müller: constituição e características do Complexo Agroindustrial.

Em menor número de trabalhos também foram citados: Abromovay, Kautsky, Chayanov, Lenin, Perroux, Beaujeu-Garnier, Singer, Oliveira (Ariovaldo U.), Chauí e Sinclair.

Enfim, ao analisarmos elementos relacionados ao tipo de análise da temática da relação cidade-campo, articulando-o com os objetos de pesquisa e os referenciais teóricos e metodológicos identificados na pesquisa bibliográfica, verificamos que os trabalhos desenvolvidos sob influência da Corrente Crítica apresentavam como enfoque de estudo predominante a discussão de questões políticas referentes à apropriação do espaço.

Por meio da investigação dialética e através da perspectiva processual de análise das relações entre a cidade e o campo as pesquisas crítico-dialéticas geralmente estudaram, na análise de seus objetos, as relações de poder e as contradições existentes na apropriação e organização do espaço geográfico brasileiro, com destaque para a atuação do Estado e para a distinção na apropriação do espaço segundo as diferentes classes/grupos sociais.

Na composição dos dados bibliográficos, depois dos trabalhos desenvolvidos pela corrente crítico-dialética destacam-se os trabalhos orientados pela corrente empírico-analítica. Para lembrar, às características que definem essa corrente teórico-metodológica relacionamos duas correntes geográficas – a Geografia Clássica e a Nova Geografia.

Sob influência da Geografia Clássica foram produzidos cerca de 30% dos estudos analisados. Os objetos mais pesquisados por trabalhos orientados por essa corrente foram:

- *Relação cidade-campo*: investigação das transformações nas relações entre a cidade e o campo, a partir das transformações ocorridas no campo brasileiro (geralmente com abordagem conjuntural);
- *Agricultura familiar e campesinato*: análise das atividades desenvolvidas na pequena e média propriedade de exploração familiar; discussão das dificuldades enfrentadas por esses estabelecimentos diante do desenvolvimento do capitalismo no campo; investigação do embate entre agricultura tradicional e moderna; êxodo rural; moradores fixados nas periferias das cidades e problemas urbanos decorrentes;
- *Organização do espaço agrário*: análise dos novos elementos inseridos no espaço agrário, bem como sua organização e as modificações decorrentes;
- *Uso do solo e regionalização agrícola*: estudo dos usos do solo, geralmente referenciados no processo de modernização agrícola, comparando a evolução dos períodos anteriores ao período de desenvolvimento da pesquisa e estudos que buscavam estabelecer regionalizações baseadas na produção agropecuária.

Dentre os procedimentos metodológicos mais utilizados por pesquisas realizadas sob influência dessa corrente estão: pesquisa bibliográfica, trabalhos de cam-

po, realização de entrevistas e questionários, análise de dados secundários e censitários e utilização de técnicas cartográficas⁶⁹.

Em alguns trabalhos dos eventos mais recentes – XV e XVI ENGAs (2000 e 2002) –, observamos a análise de fotografias aéreas e imagens de satélite, indicando que essa corrente tem se adaptado ao contexto científico, incorporando novos olhares, técnicas e discussões, como supomos anteriormente.

Diferentemente do referencial teórico que embasou a discussão objetos de pesquisa da Geografia Crítica (o referencial com maior quantidade de autores identificados na pesquisa bibliográfica) o referencial teórico que orientou a investigação científica dos diferentes objetos de pesquisa influenciados pela Geografia Clássica foram menos numerosos. Os autores e suas contribuições identificados nos textos analisados foram:

- von Thünen: análise, aplicações e adaptações da Teoria do Estado Isolado;
- Silva (José Graziano): novo rural e atividades não-agrícolas no campo;
- Santos (Milton): processo, estrutura, função e forma; meio técnico-científico-informacional;
- Lefebvre: processo de urbanização;
- Gaudemar: mobilidade da força de trabalho;
- Müller: constituição e características do Complexo Agroindustrial.

Ao contrário do referencial teórico da Geografia Crítica, em que pudemos identificar um grupo de autores que se sobressaiu nas pesquisas analisadas, a referência aos autores acima identificados por compor o referencial teórico dos trabalhos orientados pela Geografia Clássica foram utilizados, grosso modo, pela mesma quantidade de trabalhos analisados na pesquisa bibliográfica, fato que nos impede de destacar uma ou outra referência dentre as listadas.

Relacionando os objetos de pesquisa, os referenciais teóricos e metodológicos identificados nos trabalhos orientados pela corrente Clássica ao tipo de análise da temática da relação cidade-campo observada nesses trabalhos, salientamos a predominância do enfoque de estudo histórico.

⁶⁹ Em relação à utilização da Cartografia por pesquisas orientadas pela corrente empírico-analítica sob influência da corrente da Geografia Clássica destacaram-se os levantamentos cartográficos e a elaboração de mapas do uso do solo.

Por meio de descrição e através da perspectiva de análise dicotômica da relação cidade-campo, os trabalhos influenciados pela Geografia Clássica desenvolveram geralmente uma análise da história e evolução da organização do espaço geográfico destacando, no momento de realização de seus estudos, os elementos sócio-culturais, políticos, econômicos e/ou ambientais responsáveis pela configuração espacial observada.

Conforme vimos, outra corrente geográfica – a Nova Geografia (ou Geografia Quantitativa) – foi também associada nesse trabalho à corrente empírico-analítica por apresentar, basicamente, os mesmos pressupostos de interação sujeito-objeto. Entretanto, como veremos a seguir, essas correntes divergem no estudo da temática da relação cidade-campo tanto no que tange os referenciais teóricos e metodológicos que utilizam quanto no que se refere aos enfoques de estudo da temática, ainda que predomine o mesmo tipo de análise – a descrição.

Os trabalhos orientados pela Nova Geografia, que investigaram as relações entre cidade e campo nos ENGAs discutiram, fundamentalmente, os seguintes objetos de pesquisa:

- *Capitalização do campo*: estudos sobre o desenvolvimento e expansão de formas de produção tipicamente capitalistas no campo brasileiro e seus efeitos;
- *Organização do espaço agrário*: trabalhos que procuraram identificar e interpretar as novas formas de organização do espaço agrário brasileiro, geralmente comparando-as a períodos anteriores e tendo como referência o processo de modernização agrícola;
- *Uso do solo e regionalização agrícola*: pesquisas que buscavam identificar os usos do solo em determinadas porções do espaço geralmente procurando demonstrar sua evolução histórica. Também identificamos vários trabalhos que procuraram estabelecer critérios para a regionalização agrária (em diversas escalas);
- *Agricultura e meio ambiente*: estudos que evidenciavam os impactos ambientais provocados pelas novas técnicas introduzidas na agricultura brasileira pelo processo de modernização agrícola.

Os procedimentos metodológicos identificados nos trabalhos influenciados por essa corrente incluem: pesquisa bibliográfica; análise de dados secundários, censitários e documentais; descrição, classificação e comparação de lugares; aplicação

de diversos métodos estatísticos e matemáticos⁷⁰; utilização e aplicação de modelos; definição de variáveis e desenvolvimento de estudos com abordagem temporal (evolução das variáveis em diferentes períodos e/ou lugares) e emprego de *softwares* diversos na análise de dados.

Na constituição dos referenciais teóricos dos trabalhos desenvolvidos nessa corrente identificamos:

- von Thünen: aplicações da Teoria do Estado Isolado em diversos estudos de caso (em várias escalas);
- Diniz: definição e discussão do processo de pecuarização;
- Teoria Geral dos Sistemas: utilização dos princípios gerais de análise sistêmica;
- Aplicação de metodologias diversas para quantificar e classificar os lugares⁷¹.

A articulação entre os objetos estudados pela Nova Geografia e os referenciais teóricos e metodológicos identificados nos estudos analisados nos revelou, em relação ao tipo de análise da temática da relação cidade-campo, dois enfoques de estudo predominantes: evolutivo e classificatório. Assim como nos trabalhos desenvolvidos pela corrente da Geografia Clássica, entre os trabalhos influenciados pela Nova Geografia prevaleceu a descrição como o principal tipo de análise.

As pesquisas influenciadas por essa corrente foram desenvolvidas a partir da perspectiva de análise ecossistêmica no estudo da temática da relação cidade-campo e geralmente procuravam investigar a história da organização do espaço de dado lugar, buscando compreender a evolução dos seus usos e/ou classificar a inserção desse lugar no território nacional ou regional, segundo as atividades (econômicas) desenvolvidas.

Desta forma, identificamos tanto o desenvolvimento de trabalhos que apresentavam somente um dos enfoques de estudo identificados para essa corrente – evolutivo ou classificatório – quanto trabalhos nos quais foram observados ambos os enfoques.

Por fim, na composição dos dados da pesquisa bibliográfica, a corrente com menor número de trabalhos foi a corrente fenomenológico-hermenêutica que reúne os estudos desenvolvidos pela corrente da Geografia da Percepção e do Compor-

⁷⁰ Os principais métodos estatísticos e matemáticos identificados foram: taxas, índices, indicadores, médias, desvio-padrão, síntese de relações por meio da elaboração de equações e quocientes.

⁷¹ Algumas das variáveis identificadas nos trabalhos analisados foram: urbanização, estudo da população, modernização, migração, ordenação do espaço, concentração de terras, etc.

tamento. Os trabalhos orientados por essa corrente apresentaram como principais objetos de estudo:

- *Diversos*: os primeiros trabalhos produzidos sob orientação dessa corrente foram identificados no eixo “diversos” provavelmente por apresentarem uma abordagem diferenciada que não se enquadrava na estrutura previamente estabelecida pelos organizadores desses eventos;
- *Relação cidade-campo*: trabalhos que procuraram, em geral, investigar a percepção e/ou o comportamento dos sujeitos a respeito de temas definidos pelos autores para estudar a cidade e o campo. Também identificamos estudos que visavam investigar a temática a partir do estudo de manifestações culturais específicas.

As pesquisas fenomenológico-hermenêuticas empregaram, na realização dos seus estudos, os seguintes procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, trabalho de campo, fichas de observação, diagnóstico sócio-econômico, técnicas cartográficas⁷² e princípios da investigação etnogeográfica.

O referencial teórico dos trabalhos que analisaram a temática da relação cidade-campo a partir dessa corrente se baseou fundamentalmente em duas contribuições:

- as discussões apresentadas na obra “Introdução a Geografia Cultural”, organizada por Rosendahl e Corrêa e,
- as reflexões de Carlos a respeito do conceito de lugar.

Ao relacionarmos os objetos de pesquisa aos referenciais teóricos e metodológicos, optamos por destacar a interpretação como o tipo de análise predominante nas pesquisas fenomenológico-hermenêuticas. Observamos que, ainda que a descrição seja o principal meio utilizado pelo pesquisador para investigar seu objeto de estudo, o tipo de análise realizada pelas pesquisas fenomenológico-hermenêuticas difere essencialmente das efetuadas pelos trabalhos orientados pelas correntes da Geografia Clássica e Nova Geografia, que também se utilizam da descrição em seus trabalhos.

A análise das pesquisas fenomenológico-hermenêuticas recai fundamentalmente sobre a interpretação, realizada pelo pesquisador, das várias dimensões do fenômeno estudado na busca pela sua compreensão.

⁷² Na utilização da Cartografia pela corrente fenomenológico-hermenêutica destacaram-se a produção de mapas mentais, mapas de fluxos e mapas cognitivos (de forma individual ou coletiva).

Por meio da perspectiva da percepção mútua na análise da temática da relação cidade-campo, os estudos orientados pela corrente teórico-metodológica fenomenológico-hermenêutica procuravam investigar questões relacionadas à: identidade espacial e cultural dos sujeitos de pesquisa; as formas e os graus de percepção dos sujeitos em relação a algum fenômeno; e ainda sociabilidades, aspirações e manifestações culturais expressas por determinados indivíduos/grupos de indivíduos/grupos sociais investigados.

Nesses trabalhos identificamos dois enfoques de estudo que, à semelhança dos enfoques definidos para a corrente da Nova Geografia, foram observados no interior dos trabalhos tanto de forma isolada quanto inter-relacionados, dependendo do fenômeno estudado. Os enfoques de estudo da corrente da Geografia da Percepção e do Comportamento são os enfoques intersubjetivo e cultural.

Como pudemos observar nas Figuras 10 e 11a produção dessa corrente na investigação da temática da relação cidade-campo nos ENGAs é quantitativamente pouco relevante e bastante dispersa ao longo dos eventos, de forma que não podemos identificar um período em que sua produção foi mais expressiva.

A despeito da quantidade de trabalhos orientados por essa corrente, destacamos sua relevância, uma vez que ela traz à tona outras dimensões de análise da temática até então pouco estudadas nas demais correntes teórico-metodológicas e geográficas.

Se tomarmos como exemplo o estudo da pequena propriedade familiar, que se revelou um importante objeto de investigação no conjunto dos dados da pesquisa bibliográfica, elementos outros estão envolvidos nas decisões de produção da família que não meramente questões de mercado (ainda que essas questões sejam muito significativas). São elementos como as tradições familiares de cultivo, a construção da auto-imagem de produtor e a constituição das necessidades da família que, muitas vezes, não são problematizados pelos trabalhos de outras correntes.

É nesse sentido que consideramos a baixa produção científica da corrente fenomenológico-hermenêutica como uma lacuna na produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo nos ENGAs, visto que pesquisas orientadas por essa corrente poderiam questionar e evidenciar outras dimensões da temática que não são objeto de investigação das outras correntes.

Sabemos que a abordagem cultural tem se firmado como uma importante dimensão da análise geográfica. Acreditamos que a difusão dessa abordagem nos

currículos dos cursos de graduação e a criação de linhas de pesquisa específicas em programas de pós-graduação podem contribuir para a propagação de trabalhos com essa abordagem também na Geografia Agrária.

Nesse trabalho reconhecemos a existência de uma abordagem cultural bastante incipiente no estudo da temática da relação cidade-campo nos ENGAs. Seria necessário acompanhar a produção dessa corrente nos próximos anos, para constatar se essa abordagem irá se consolidar e delinear um novo paradigma científico ou se continuará pulverizada em alguns poucos trabalhos como temos observado até o momento.

Antes de passarmos à próxima seção (4.3), na qual vamos apresentar as principais formas de análise da temática identificadas na pesquisa bibliográfica, gostaríamos de nos aprofundar na discussão das perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo, tomando como base a exposição que vimos fazendo das principais articulações entre problema/teoria/metodologia/análise que caracterizaram a produção do conhecimento sobre a temática nos ENGAs, segundo cada corrente geográfica.

Na seção 1.2, recorrendo às avaliações de Marques (2002) e Carlos (2004) estabelecemos três perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo: dicotômica, ecossistêmica e processual, e as relacionamos, respectivamente, às correntes: Geografia Clássica, Nova Geografia e Geografia Crítica.

Posteriormente, na sessão 2.2, nos apropriamos das reflexões de Galvão (1985) para agregar outras duas perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo: trocas e percepção mútua. Associamos a perspectiva denominada percepção mútua à corrente Geografia da Percepção e do Comportamento (que até então não tinha nenhuma perspectiva definida) e agregamos a perspectiva denominada trocas às perspectivas anteriormente atribuídas às demais correntes.

Naquela ocasião, afirmamos que considerávamos que a Geografia da Percepção e do Comportamento tinha seu foco de análise da temática voltado para a investigação da *percepção mútua* dos sujeitos na cidade e no campo; enquanto que as correntes da Geografia Clássica, Nova Geografia e Geografia Crítica enfatizavam o estudo das *trocas*, ainda que reconhecêssemos divergências teóricas e metodológicas em suas práticas de pesquisa.

Agora, após termos explorado, a partir dos dados bibliográficos, as características das práticas de pesquisa de cada corrente na investigação da temática acreditamos ter melhores condições de explicar essas divergências.

Agrupamos as correntes da Geografia Clássica, Geografia Quantitativa e Geografia Crítica na perspectiva “trocas” por compreendermos que, as análises da temática recaem, fundamentalmente, sobre as diversas dimensões de trocas estabelecidas entre a cidade e o campo e na organização do espaço decorrente dessas relações.

Embora tenhamos ampliado a noção de trocas para englobar as trocas materiais e imateriais, no conjunto analisado, entre os trabalhos desenvolvidos sob influência dessas três correntes predominaram os estudos que enfatizavam as *relações econômicas* entre essas duas realidades do espaço geográfico e as implicações sociais, políticas e espaciais decorrentes dessas relações.

Ainda que com perspectivas de análise e enfoques de estudo diferenciados, os trabalhos orientados por essas três correntes geográficas (duas correntes teórico-metodológicas) têm seus objetos de pesquisa definidos a partir da investigação de fenômenos hegemônicos de produção e reprodução do espaço geográfico, fenômenos estes mais ou menos associados à questões econômicas.

Diferentemente dessas correntes, a Geografia da Percepção e do Comportamento visa compreender e interpretar outra ordem de problemas. Nos estudos analisados, as práticas de pesquisa dessa corrente foram voltadas para a investigação de “relações marginais” entre a cidade e o campo. Denominamos “relações marginais” as diferentes dimensões e fenômenos que integram as relações estabelecidas entre a cidade e o campo, mas que basicamente não são problematizadas na análise científica das outras correntes teórico-metodológicas e geográficas, ou então são abordadas de forma periférica/superficial, em meio as análises de outros problemas de pesquisa.

Para exemplificar, na pesquisa bibliográfica os estudos desenvolvidos pela corrente fenomenológico-hermenêutica tiveram como principais focos de investigação as seguintes “relações marginais”:

- Diferentes formas de sociabilidade em bairros rurais e a importância das festas religiosas como manifestação cultural;
- Interações cotidianas entre cidade e campo e suas implicações na constituição da identidade espaço-temporal dos indivíduos;

- Identidade feminina, cultura, migração e questões de gênero no campo;
- Diferentes dimensões da relação entre o pequeno produtor e o espaço vivido;
- Trabalho, cultura e aspirações da população rural;
- Construção de barragens associada à inserção do turismo rural no campo e a constituição do “não-lugar” (no sentido de falta de identidade, sensação de não-pertencimento) sob a ótica dos moradores.

No conjunto dos dados bibliográficos, notamos que as pesquisas fenomenológico-hermenêuticas desenvolveram estudos circunscritos em pequenas frações do espaço geográfico – propriedade rural, comunidade, bairro ou município. Somente um trabalho se propôs a utilizar esse referencial para pesquisar uma escala pouco menor – a microrregião.

Por não termos elementos suficientes para discutir essa questão em profundidade, deixamos registrado o seguinte questionamento: Quais seriam as possibilidades, as limitações e as vantagens de se utilizar o referencial teórico-metodológico fenomenológico-hermenêutico para compreender e interpretar fenômenos associados a temática da relação cidade-campo em escalas menores que as local e municipal?

Cientes das dificuldades de estabelecer uma classificação da produção do conhecimento científico que seja representativa sem incorrer nos riscos de simplificação exagerada da complexidade epistemológica, construímos um quadro (quadro 10) no qual pretendemos sistematizar as discussões efetivadas a respeito das perspectivas de análise da temática da relação cidade-campo pela Geografia Agrária.

Nosso objetivo, ao elaborarmos esse quadro é sintetizar o processo de produção do conhecimento sobre a temática na Geografia Agrária a partir da análise que fizemos dos anais dos ENGAs. Para tanto apresentamos um panorama das discussões referentes às perspectivas de análise da temática. Essas discussões foram iniciadas em seções anteriores e foram resgatadas e complementadas nessa seção com base na análise dos dados da pesquisa bibliográfica.

Esperamos que essa síntese, que consiste numa tentativa de compreender e sistematizar as diferentes nuances de produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo segundo as correntes teórico-metodológicas e geográficas, possa ser futuramente debatida e complementada por estudiosos do tema que apresentem reflexões sobre esse processo de produção geográfica e que não estejam restritos apenas à uma fonte de dados.

Quadro 10 – Síntese dos elementos envolvidos no estudo da temática da relação cidade-campo na Geografia Agrária.

Correntes teórico-metodológicas	Correntes Geográficas	Paradigmas científicos	Perspectivas de análise da temática	Enfoques de estudo*	Tipo de análise*
Spósito (2004)	Corrêa(1995); Santos (2004)	Gusmão (2006)	Galvão (1985), Marques (2002) e Carlos (2004)	Neves (2010)	Neves (2010)
Empírico-analítica	Geografia Clássica	Diferenciação de áreas	Dicotômica (trocas) (oposição comunidade/sociedade) ♦	Histórico	Descritivo
	Nova Geografia	Classificatório	Ecossistêmica (trocas)	Evolutivo e/ou Classificatório	Descritivo
Crítico-dialética	Geografia Crítica	Interação e ação sobre o espaço	Processual (trocas)	Político	Dialético
Fenomenológico-hermenêutica	Geografia da Percepção e do Comportamento	<i>Abordagem cultural</i> *	Percepção mútua	Inter-subjetivo e/ou Cultural	Interpretativo

Fonte: Identificadas na tabela por autor e ano.

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2010).

♦ Conforme citado em nota anterior, a abordagem baseada na distinção comunidade-sociedade foi formulada pela Sociologia Rural e é analisada no texto de Blume (2004). Essa abordagem será melhor apresentada na seção 5.4, no momento em que expusermos as contribuições do texto desse autor.

* Sínteses da pesquisadora baseadas na análise dos dados da pesquisa bibliográfica.

Gostaríamos de finalizar essa seção com a citação de Bray (2007). Diante da coexistência de diferentes referenciais, o autor alerta que “O pesquisador pode utilizar este ou aquele referencial teórico-metodológico, mas é preciso defini-lo e segui-lo com coerência dependendo do enfoque e do objeto de análise” (p. 14).

4.3. As formas de análise da temática da relação cidade-campo nos ENGAs

Apresentados os parâmetros de análise e os referenciais teórico-metodológicos que orientaram a produção de conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo nos ENGAs, resta-nos agora expor as formas de análise identificadas na pesquisa bibliográfica.

Investigando os dados segundo a classificação proposta por Ferreira (2002), verificamos que a maior parte dos trabalhos analisados (85%) foi produzida sob a forma de estudos de caso, nas mais variadas escalas de análise.

As demais formas de análise identificadas a partir da pesquisa foram: estudos teóricos (9%), estudos epistemológicos (5%), estudos metodológicos (1%) e estudo histórico, com apenas um trabalho identificado.

Apresentamos as principais formas de análise da temática da relação cidade-campo no gráfico da Figura 12, destacando as escalas de análise identificadas nos estudos de caso⁷³.

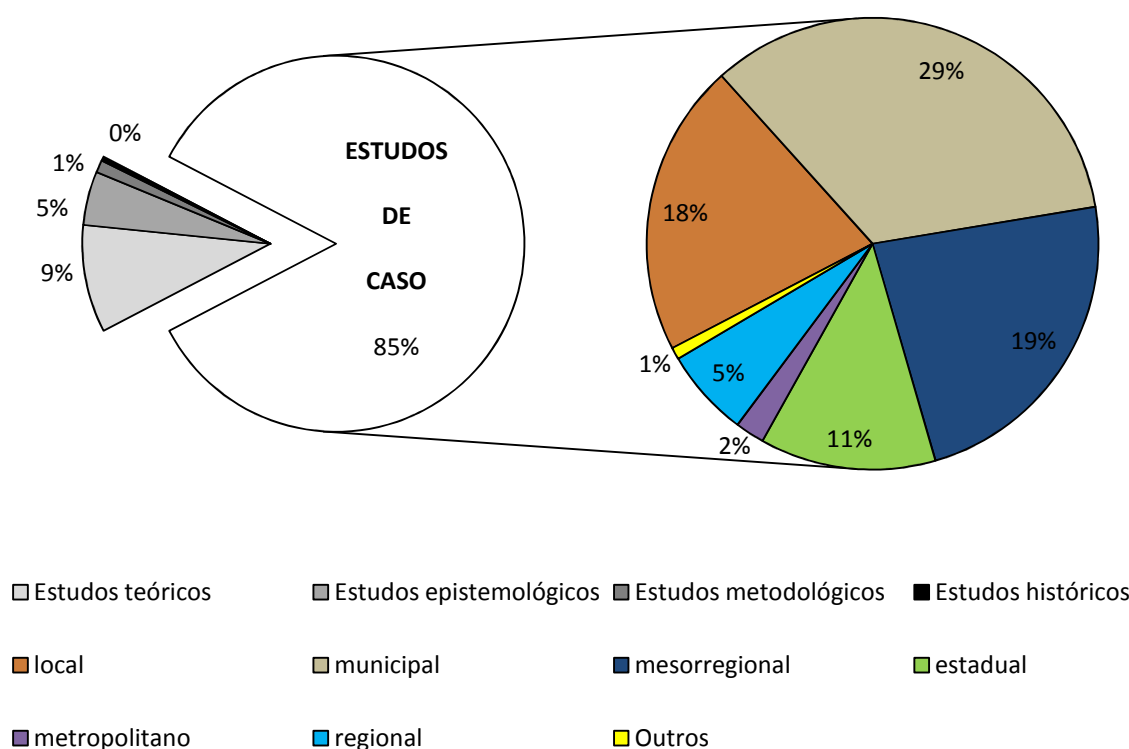


Figura 12 – Distribuição dos trabalhos que investigaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAs segundo as formas e escalas de análise.

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Com relação às escalas de análise identificadas a partir dos estudos de caso verificamos a predominância da investigação de realidades mais próximas dos pesquisadores e/ou de suas instituições. As investigações de municípios (29%), mesor-

⁷³ Para facilitar a visualização, a escala nacional está representada no gráfico na categoria “outros” juntamente com um estudo de caso internacional identificado na pesquisa bibliográfica.

regiões (19%), realidades locais (18%) e estados (11%) representam mais de três quartos dos estudos de caso analisados.

Em relação aos estudos de caso, nos chamou a atenção o fato de a maioria das análises “esgotar-se em si mesmas”, isto é, servirem ao propósito de análise daquela realidade específica (o caso), sem a preocupação em discutir os elementos que seriam centrais para investigação do mesmo objeto de estudo em outros contextos sócio-econômicos e espaciais. Apontamos essa como a principal lacuna na produção do conhecimento sobre a temática nos ENGAs.

Outra lacuna, também relacionada à forma de análise estudos de caso se refere à escassa análise inter-escalar. Notamos que muitas pesquisas se restringiram à investigação dos processos e fenômenos observados na unidade geográfica selecionada para a realização do estudo sem recorrer à investigação da articulação da unidade estudada com outras escalas geográficas. Essa questão é particularmente preocupante se considerarmos que, na composição dos dados bibliográficos, 47% dos estudos de caso foram realizadas em grandes escalas – local e municipal.

Normalmente os estudos de caso que selecionaram escalas menores – metropolitana, estadual, regional e a nacional – foram realizados por dois tipos de trabalhos:

- Trabalhos realizados por membros de grupos de pesquisa: a produção pretérita de grupos de pesquisa tradicionais em algumas universidades reúne considerável quantidade de pesquisas em diversas escalas. Essas constituem verdadeiros “bancos de dados” para as pesquisas em desenvolvimento. Em muitos casos, os atuais membros desses grupos (tanto docentes quanto estudantes) recorrem aos estudos que já concluídos anteriormente e para ampliar a discussões em torno de uma realidade já estudada anteriormente, formulando e investigando outros objetos de estudos;
- Trabalhos produzidos por grandes projetos de pesquisa: esses projetos, que geralmente apresentam algum tipo de financiamento ou apoio, são capazes de agregar grande número de docentes e estudantes de vários níveis do ensino superior que, juntos, são capazes de investigar grandes unidades espaciais, definindo áreas de estudo e/ou objetos articulados.

Associando a predominância de estudos de caso no conjunto de dados bibliográficos aos fatos de que, por um lado, a maior parte desses estudos de caso se desenvolveu a partir de realidades próximas ao pesquisador/instituição e, por outro,

de que muitos trabalhos apresentam análises extremamente específicas, podemos concluir que a produção do conhecimento sobre a relação cidade-campo no Brasil, registrada nos anais dos ENGAs, é formada por um mosaico pouco definido.

Compondo esse mosaico identificamos trabalhos em 4 regiões brasileiras, 13 estados, 2 regiões metropolitanas, 28 mesorregiões e cerca de 80 municípios, sem contar inúmeras realidades locais que não serão abordadas nesse trabalho por consistirem em realidades muito específicas, de difícil representação cartográfica.

A seguir – nas tabelas 1, 2, 3 e 4 e nas figuras 13, 14, 15 e 16 – apresentamos as unidades espaciais identificadas nos estudos de caso. Utilizamos como base para o registro das informações os cartogramas produzidos pelo IBGE (2010b e 2010c) denominados “Brasil: Mesorregiões” e “Brasil: Microrregiões”. Foi necessário realizamos uma adaptação do cartograma “Mesorregiões” para representar as unidades estudadas nas escalas regional e estadual e para localizar os locais dos ENGAs⁷⁴. Para identificar as unidades mesorregionais utilizamos o cartograma “Brasil: Mesorregiões” e para representarmos as unidades espaciais estudadas nas escalas municipal e metropolitana utilizamos o cartograma “Brasil: Microrregiões”.

Para representar as unidades espaciais identificadas nos estudos de caso analisados, utilizamos o recurso conhecido como “coleção de mapas” que consiste na reprodução de vários mapas de uma mesma área de estudo em que cada dado é representado em um dos mapas, evitando a sobreposição de vários caracteres e possibilitando clareza na leitura e a interpretação correta das informações (BERTIN, 1980).

Na Tabela 1 relacionamos as regiões brasileiras identificadas nos estudos de caso analisados na pesquisa bibliográfica. Essa tabela serviu de base para a representação gráfica da Figura 13.

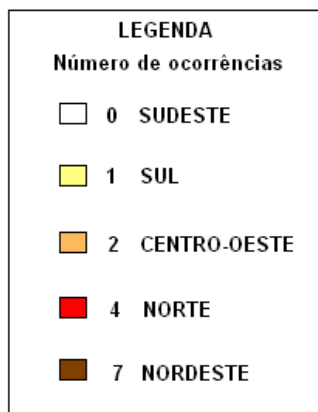
Tabela 1 – Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala regional.

Regiões	Número de trabalhos
Nordeste	7
Norte	4
Centro-Oeste	2
Sul	1
Sudeste	0

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

⁷⁴ Nesses casos utilizamos o cartograma como base, mas conservamos apenas os limites estaduais.

LOCAIS DOS ENGAS



ESTUDOS DE CASO – ESCALA REGIONAL

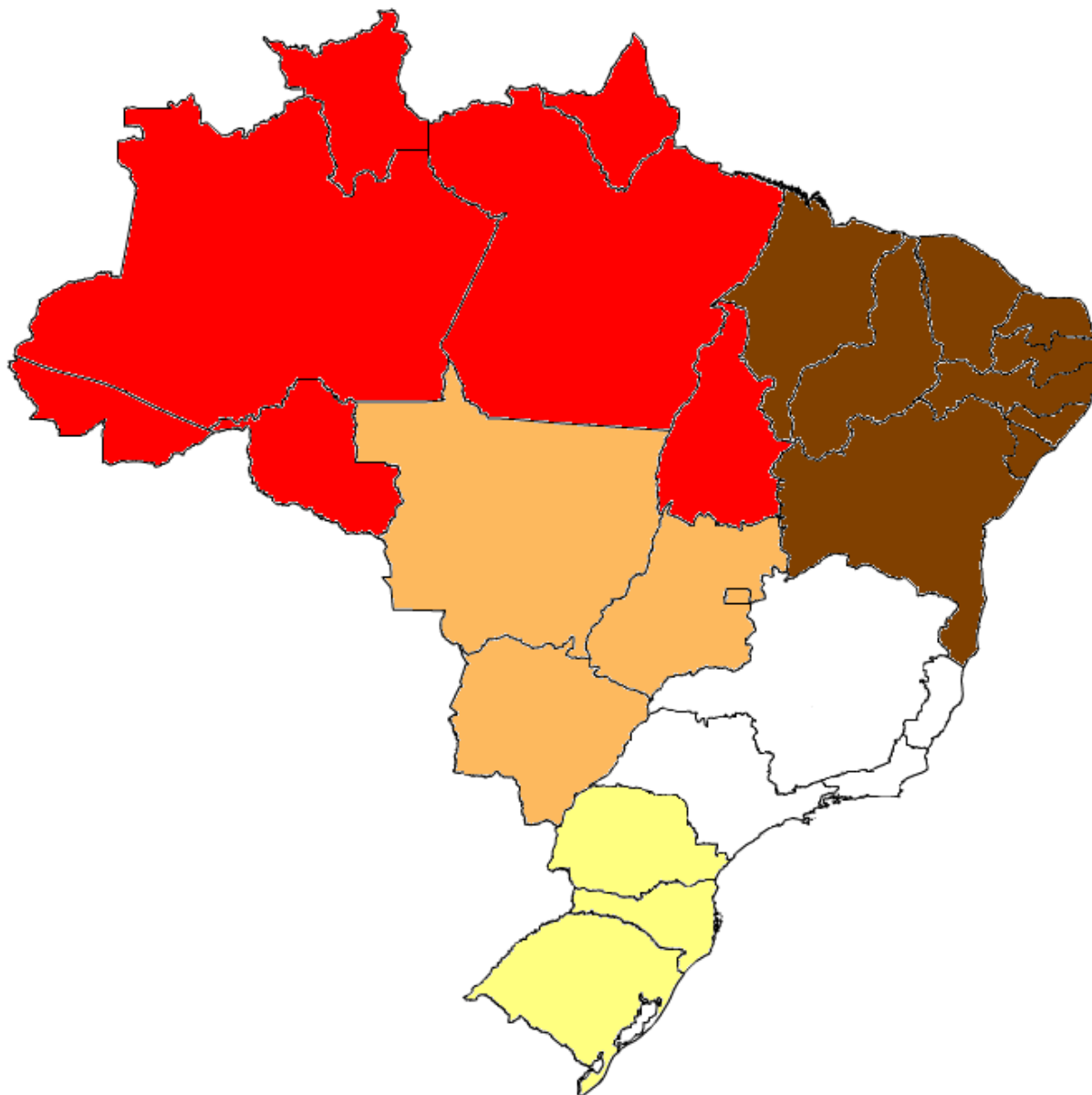


Figura 13 – Estudos de caso – escala regional

Fonte: Dados da pesquisa.

Adaptação de IBGE (2010b).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2010)

Como podemos perceber pela análise da tabela 1 e da figura 13, os estudos de caso que desenvolveram análises nessa escala priorizaram as regiões: Nordeste, Amazônica e Centro-Oeste. Vale destacar que todos os estudos realizados em escala regional foram identificados no interior de eixos e temáticas não-específicos da temática da relação cidade-campo. Curiosamente as regiões Sul e Sudeste, que foram as que mais realizaram ENGAs foram as regiões menos estudadas nessa escala, tendo sido identificado somente um trabalho sobre a região Sul. Essa constatação pode ser explicada pela forte atuação de pesquisadores de instituições dessas duas regiões na investigação de fenômenos típicos de outras regiões – como a colonização e a expansão da fronteira agrícola.

Além disso, como vimos anteriormente, em geral os estudos desenvolvidos em escala regional demandam grande quantidade de pesquisadores. Na nossa fonte de dados notamos que geralmente os estudos nessa escala envolviam pesquisadores e estudantes associados a projetos e/ou grupos de pesquisa.

No caso da Região Nordeste os objetos de pesquisa identificados nos estudos de caso relacionavam-se principalmente às transformações no espaço agrário. Encontramos estudos sobre: a evolução da agricultura na região; a intervenção do estado, a implantação do POLONORDESTE e os reflexos no campo; tentativas de identificar e de classificar as cidades e os espaços rurais; relações entre as pequenas e médias indústrias do Nordeste com o mundo rural e identificação das áreas hortigranjeiras na região.

Já na região Amazônica, os objetos de estudo buscavam compreender a ocupação dessa região a partir da análise: das Políticas de Colonização, da mobilidade do trabalho e dos diversos mecanismos de apropriação de terras na região. As discussões desses objetos geralmente envolveram questionamentos sobre a questão da reforma agrária.

Na região Centro-Oeste, a preocupação dos autores recaía sob as novas formas de apropriação do espaço agrário, com a introdução das novas tecnologias de produção e com o desenvolvimento do capitalismo. Nesse contexto, os dois trabalhos desenvolvidos nessa escala buscaram analisar, respectivamente, a evolução da agricultura na região e a questão da produção familiar.

O estudo realizado na região Sul buscou analisar as relações entre os pequenos produtores e a agroindústria a partir da análise das atividades da fumicultura.

Na Tabela 2, identificamos os estudos de caso desenvolvidos em escala estadual. A representação cartográfica dos dados dessa tabela encontram-se na Figura 14.

Tabela 2 – Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala estadual.

Estados	Número de trabalhos
Rio de Janeiro	6
Pernambuco	4
São Paulo	4
Goiás	3
Minas Gerais	3
Acre	2
Rio Grande do Sul	2
Amazonas	1
Mato Grosso	1
Paraíba	1
Paraná	1
Roraima	1
Sergipe	1
Alagoas	0
Amapá	0
Bahia	0
Ceará	0
Distrito Federal	0
Espírito Santo	0
Maranhão	0
Mato Grosso do Sul	0
Pará	0
Piauí	0
Rio Grande do Norte	0
Rondônia	0
Santa Catarina	0
Tocantins	0

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

LOCAIS DOS ENGAs



ESTUDOS DE CASO – ESCALA ESTADUAL

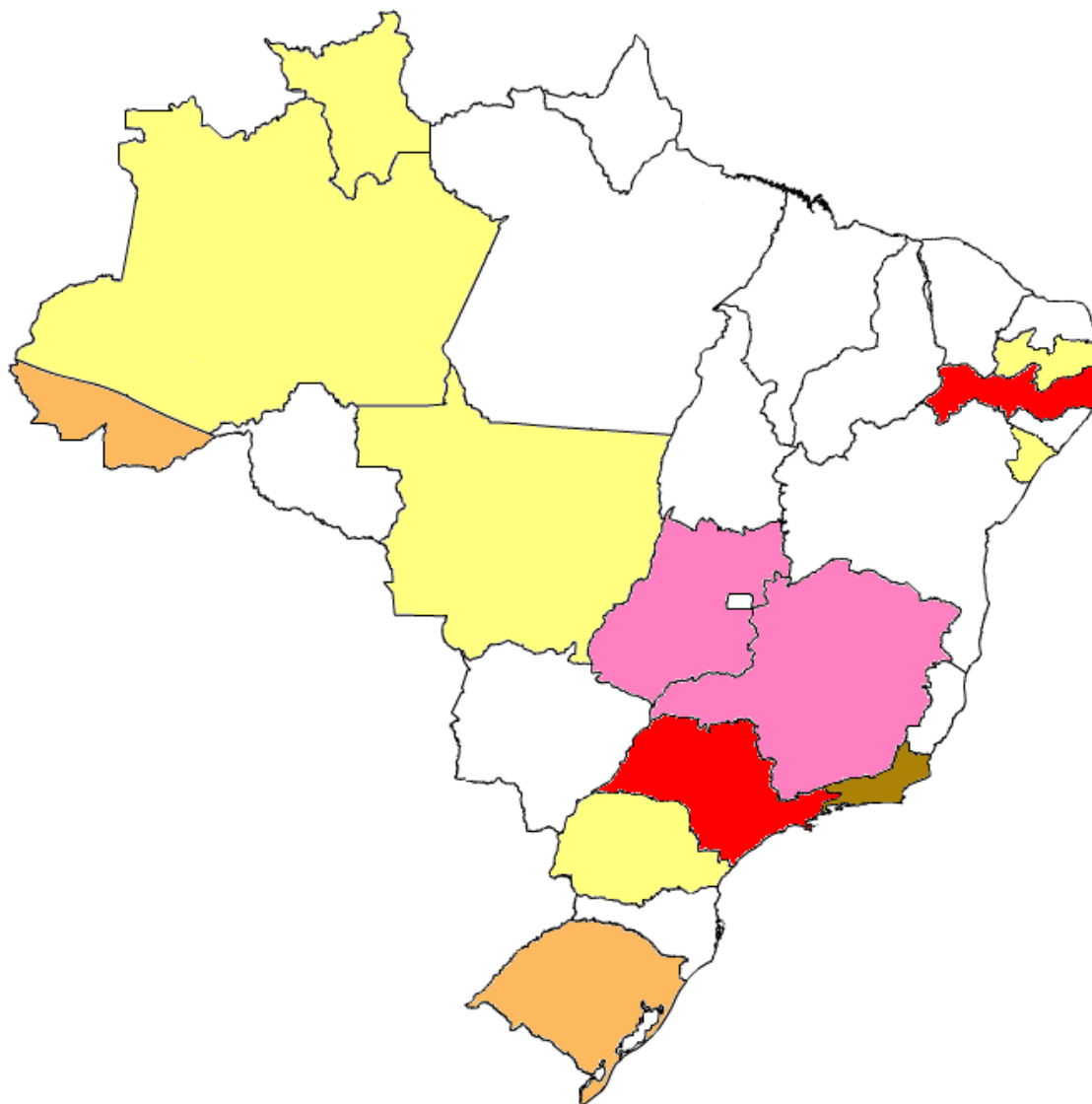


Figura 14 – Estudos de caso – escala estadual

Fonte: Dados da pesquisa.

Adaptação de IBGE (2010b).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2010)

Identificamos estudos na escala estadual, tanto nos eixos específicos de relação cidade-campo quanto nos demais eixos e temáticas, sendo que em cada estado identificamos os seguintes objetos de estudo:

- Rio de Janeiro: integração das atividades agrícolas ao Complexo Agroindustrial; investigação da relação entre cidade e campo em áreas de ocupação consolidada; crescimento econômico e disparidades regionais; transformações sócio-espaciais no espaço agrário; alimentos orgânicos e comercialização agrícola;
- São Paulo: trabalho volante; processos de modernização agrícola e urbanização; produção, consumo e consumo rural de energia elétrica; políticas públicas e os pequenos municípios;
- Pernambuco: identificação dos centros rurais; atuação das ligas camponesas no espaço canavieiro; dinâmica demográfica e áreas hortifrutigranjeiras;
- Goiás: luta pela reforma agrária; modernização da agricultura; trabalho rural;
- Minas Gerais: análise das políticas públicas de desenvolvimento e da guerra fiscal entre os estados; investigação das redes de comércio solidário no estado; processos de modernização agrícola e urbanização;
- Acre: origem da pequena produção no estado; expansão do processo de pecuarização;
- Rio Grande do Sul: emigração rural e pequena produção; CAI da soja.

Nessa escala também observamos tanto a presença de pesquisadores vinculados a projetos e/ou grupos de pesquisa quanto a atuação de pesquisadores não vinculados a nenhum grupo, prioritariamente estudantes de mestrado e doutorado, geralmente com apoio de bolsas de estudo.

Percebemos que de todos os estados que tiveram maior número de estudos na escala estadual, somente o Acre não sediou nenhum evento. No entanto, ao avaliarmos a produção de trabalhos sobre o estado, descobrimos que um dos trabalhos foi realizado por um Mestre formado pela UNESP (titulação da época de realização do estudo)⁷⁵.

⁷⁵ O outro estudo de caso realizado no Acre, nessa escala estadual, não identificou a instituição de origem do pesquisador.

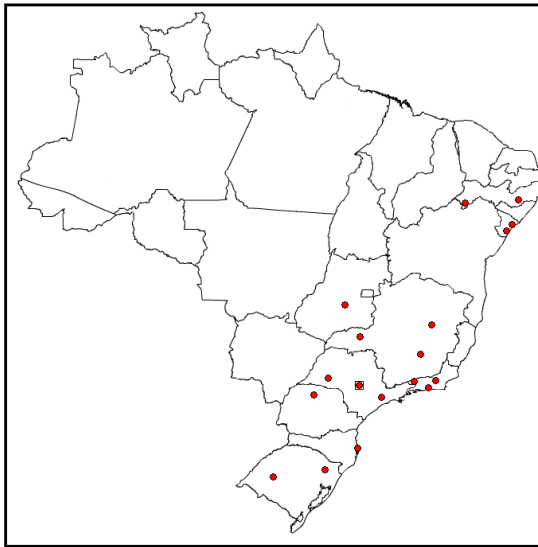
Na Tabela 3, reunimos as áreas identificadas nos estudos de caso desenvolvidos em escala mesorregional. Essas informações foram cartograficamente representadas na Figura 15.

Tabela 3 – Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala mesorregional.

Mesorregiões	Número de trabalhos
Agreste Pernambucano	7
Norte Central Paranaense	7
Norte Pioneiro Paranaense	6
Baixas	4
Mata Pernambucana	4
Agreste Paraibano	3
Araçatuba	3
Piracicaba	3
Borborema	2
Leste Sergipano	2
Agreste Potiguar	1
Central Potiguar	1
Centro Norte Baiano	1
Centro-Oriental Rio-Grandense	1
Extremo Oeste Baiano	1
Nordeste Rio-Grandense	1
Noroeste Fluminense	1
Norte de Minas	1
Norte Fluminense	1
Norte Goiano	1
Oeste Paranaense	1
Região Metropolitana de Belo Horizonte	1
Região Metropolitana de Recife	1
Ribeirão Preto	1
Sertão Sergipano	1
Sudeste Paraense	1
Sul-Sudoeste de Minas	1
Triângulo Mineiro Alto Paranaíba	1

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

LOCAIS DOS ENGAs



ESTUDOS DE CASO – ESCALA MESORREGIONAL

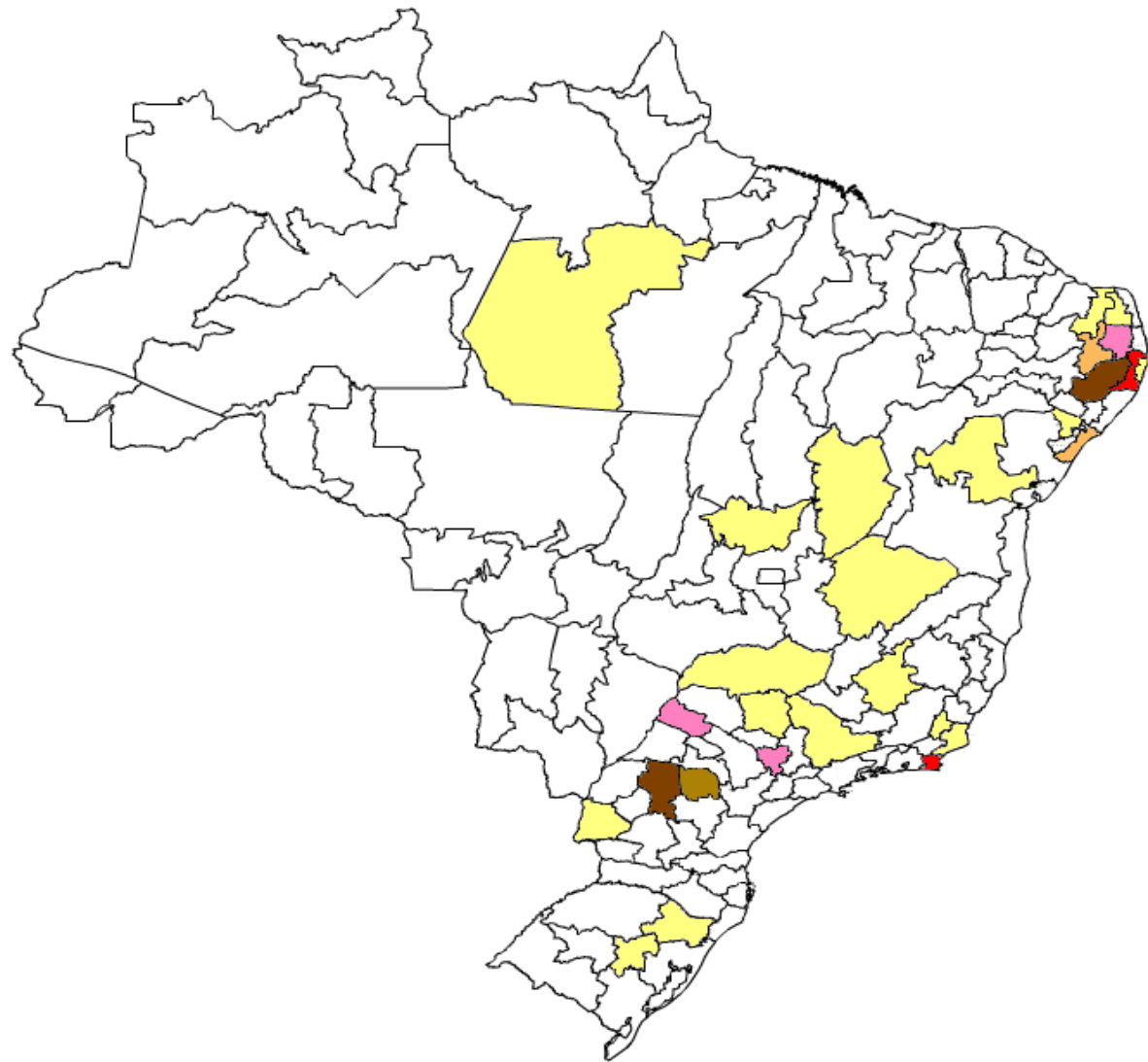


Figura 15 – Estudos de caso – escala mesorregional

Fonte: Dados da pesquisa.

Adaptação de IBGE (2010b).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2010).

As mesorregiões mais estudadas e seus respectivos objetos de estudo foram:

- Agreste pernambucano (PE): pequenas indústrias de confecção, expansão da atividade canavieira e horticultura;
- Norte Central e Norte Pioneiro paranaense (PR): questões relacionadas à dinâmica populacional e à mobilidade do trabalho;
- Baixadas (RJ): transformações no uso da terra nas áreas litorânea e agrária;
- Mata pernambucana (PE): turismo no espaço rural e questão ambiental;
- Agreste paraibano (PB): transformações no espaço agrário e no uso do solo, condições de vida da população rural e feira de Campina Grande;
- Piracicaba (SP): relação cidade-campo, mercado de trabalho, olarias, movimentos migratórios, relação entre o pequeno produtor e CAI;
- Araçatuba (SP): relação rural-urbano, políticas públicas e agricultura familiar;

Na tabela 4, listamos as localidades identificadas nos estudos de caso. Resaltamos que agrupamos nessa escala os municípios e algumas microrregiões identificadas nos estudos analisados. A partir dessa tabela, construímos a Figura 16, para representar essas áreas estudadas.

Tabela 4 – Áreas de estudo identificadas na pesquisa bibliográfica e quantidade de trabalhos: escala municipal/microrregional.

Microrregiões	Nº de trabalhos	Microrregiões	Nº de trabalhos	Microrregiões	Nº de trabalhos
Presidente Prudente	6	Fortaleza	1	São Joaquim da Barra	1
Rio de Janeiro	5	Seridó Oriental	1	Pirassununga	1
Feira de Santana	3	Petrolina	1	Tobias Barreto	1
Macaé	3	Manaus	1	Aracaju	1
Recife	3	Vale do Açu	1	Nova Friburgo	1
Uberlândia	3	Natal	1	Pirapora	1
Brasília	2	Primavera do Leste	1	Campo Mourão	1
Catalão	2	Alto Pantanal	1	Francisco Beltrão	1
Garanhuns	2	Tangará da Serra	1	Dourados	1
Montes Claros	2	Ceres	1	Ijuí	1
São Paulo	2	Rio Vermelho	1	Cerro Largo	1
Sudoeste de Goiás	2	Rondonópolis	1	Palmas	1
Vale do Ipanema	1	Ituiutaba	1	Porto Alegre	1
Médio Capibaribe	1	Maringá	1	Pelotas	1
Alto Capibaribe	1	Londrina	1	São Jerônimo	1
Vale do Ipojuca	1	Lins	1	Araranguá	1
Umbuzeiro	1	Bauru	1	Passo Fundo	1
Brejo Pernambucano	1	Rio Claro	1	Florianópolis	1
Vitória de Santo Antão	1	Ribeirão Preto	1	Joinville	1
Bacia de São João	1	Juiz de Fora	1	Três Rios	1

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

LOCAIS DOS ENGAS



ESTUDOS DE CASO – ESCALA MUNICIPAL/MICRORREGIONAL

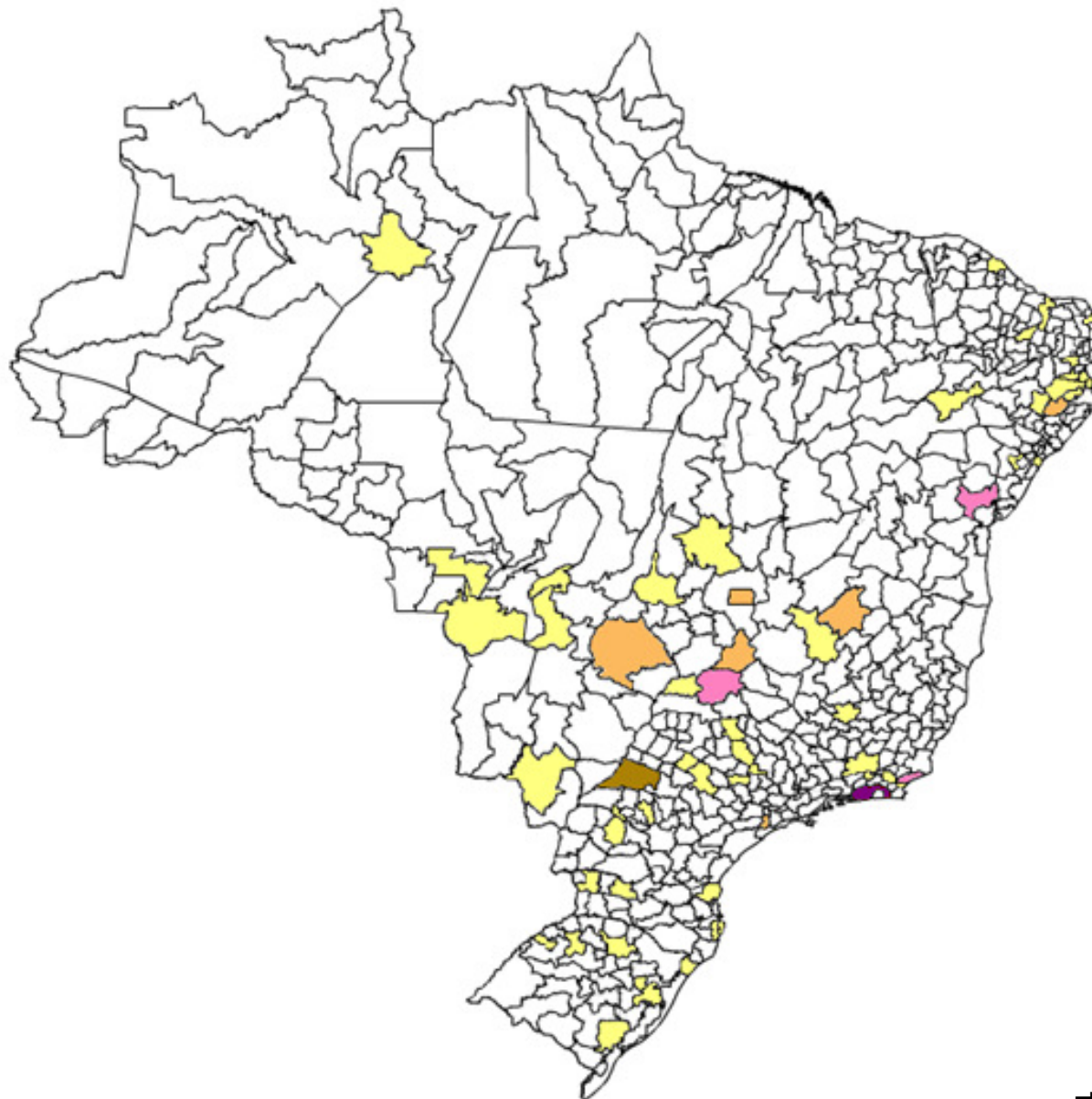


Figura 16 – Estudos de caso – escala municipal/microrregional

Fonte: Dados da pesquisa.

Adaptação de IBGE (2010c).

Elaboração: Karina F. T. V. Neves (2010)

Analisando o conjunto composto pelas microrregiões e municípios mais estudados destacamos:

- Presidente Prudente (SP): estrutura fundiária; estrutura econômica; reprodução social;
- Rio de Janeiro (RJ): dimensão rural e transição rural-urbano; agricultura; agricultura metropolitana;
- Macaé (RJ): exploração de petróleo; transformações territoriais e espaço rural;
- Uberlândia (MG): mudanças nas relações entre o rural e o urbano e trabalho volante;
- Feira de Santana (BA): processo de pecuarização; dinâmica populacional; movimentos sociais;
- Recife (PE): metropolização; relação cidade-campo; espaço agrário; expansão urbana e abastecimento urbano.

Como pudemos perceber ao longo desse capítulo, há grande diversidade de objetos de estudo, formas de análise e referenciais teórico-metodológicos na análise da temática da relação cidade-campo. No capítulo seguinte buscamos sintetizar as principais contribuições dos autores no que se refere ao estudo dessa temática.

5 A INVESTIGAÇÃO DA TEMÁTICA DA RELAÇÃO CIDADE-CAMPO NOS ENCONTROS NACIONAIS DE GEOGRAFIA AGRÁRIA

Nesse último capítulo buscamos levantar os elementos que nortearam o estudo da temática da relação cidade-campo ao longo dos ENGAs. Devido à amplitude da temática nos focamos na análise dos elementos explicitados como objetivos específicos para o desenvolvimento dessa pesquisa, procurando sintetizar as principais discussões que permearam a investigação dessa temática na Geografia Agrária brasileira.

Através dessa abordagem esperamos construir um panorama da produção do conhecimento geográfico sobre a temática da relação cidade-campo que possa vir a subsidiar futuros trabalhos científicos ao fornecer uma visão abrangente das discussões que envolvem sua compreensão no âmbito dessa ciência, mas especificamente no ramo da Geografia Agrária.

No entanto, alertamos que não temos condições de nos aprofundarmos na investigação dos elementos considerados relevantes para o estudo das relações entre a cidade e o campo, mesmo porque essas discussões se desenrolam há mais de 30 anos, somente considerando a nossa fonte de dados – os ENGAs.

Assim, buscamos levantar e sintetizar as principais contribuições identificadas na pesquisa bibliográfica referentes à:

- Fenômenos relacionados à compreensão da temática;

- Conceitos e definições mais utilizados na investigação das relações entre a cidade e o campo;
- Propostas de modelos e/ou tipologias de classificação de espaços rurais e urbanos;
- Avaliações e reflexões sobre a investigação geográfica das relações entre a cidade e o campo no Brasil.

Organizamos esse capítulo em quatro seções para discutir cada um dos elementos explicitados acima. É importante destacar que apesar de termos identificado que a temática da relação cidade-campo foi investigada de forma direta e periférica ao longo dos ENGAs e em diversos tipos de atividade realizadas nos eventos, não efetuamos essa distinção nesse tipo de abordagem dos dados. Desta forma, reunimos e analisamos indistintamente os conhecimentos produzidos pelos autores em Mesas Redondas, Conferências, Comunicações e Painéis, independente da obra apresentar análises centrais ou auxiliares das relações entre cidade e campo.

Também não realizamos a distinção entre a produção científica das diferentes correntes teórico-metodológicas e geográficas por duas razões: em primeiro lugar, por se tratar de uma *síntese* dos principais elementos identificados na pesquisa e, em segundo lugar, por termos exposto, no capítulo anterior, as principais nuances no processo de produção do conhecimento segundo as diferentes correntes.

Assim, referenciados nos objetivos específicos definidos para essa pesquisa buscamos caracterizar a produção de conhecimento sobre a temática a partir da síntese das contribuições dos autores analisados nos anais dos ENGAs.

5.1 Fenômenos analisados no estudo da temática da relação cidade-campo

Conforme exposto nos capítulos anteriores, o volume dos dados bibliográficos analisados neste trabalho é grande e sua composição é bastante heterogênea. A maioria das obras que estudaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAs foi desenvolvida a partir de estudos de caso, com objetos de estudos os mais variados, nos contextos socioeconômicos e políticos mais diversos.

Como nosso objetivo nessa seção é construir um panorama das principais discussões relacionadas aos diversos fenômenos envolvidos no estudo da temática da relação cidade-campo que nos possibilite a compreensão das importantes transformações ocorridas na organização do espaço geográfico brasileiro ao longo do

tempo, trataremos especificamente dos *fenômenos hegemônicos* que foram identificados na pesquisa bibliográfica, embora reconheçamos, como Santos (1997), que

A existência de geografias desiguais no mundo (baseadas em estruturas específicas que demandam certas funções e formas) leva ao surgimento de determinadas configurações, melhor preparadas para certas inovações que outras (SANTOS, 1997, p. 50).

Assim, para apresentarmos as discussões referentes aos fenômenos apontados pelos autores analisados como relevantes para a compreensão e investigação da temática da relação cidade-campo optamos por agrupar as contribuições identificadas na pesquisa bibliográfica nas categorias *estrutura, processo, função e forma* definidas por Santos (1997; 2004).

Acreditamos que essa abordagem permitirá identificar e reunir fenômenos considerados relevantes para o estudo da temática mas que, na pesquisa bibliográfica, foram identificados a partir do estudo de questões regionais e locais bem definidas.

Como vimos, muitas vezes os estudos de caso limitaram-se ao estudo de realidades muito específicas sem preocupar-se com a integração dessas realidades ao contexto nacional. Além disso, reconhecemos que as transformações ocorridas nas relações entre a cidade e o campo no Brasil ocorreram em diferentes dimensões.

Se admitirmos como Santos (1997) que o espaço é “uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação (p. 49)”, então podemos aceitar que

[...] para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (p. 49).

É importante destacar que o autor propõe a análise das categorias estrutura, função, processo e forma como meio de analisar a *totalidade* a partir de um ponto de vista holístico. Ele explica que “Como a totalidade é um conceito abrangente, importa fragmentá-lo em suas partes constituintes para um exame mais restrito e concreto” (SANTOS, 1997, p. 51). O autor sintetiza a complexa inter-relação entre as categorias explicando que

[...] sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos como os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. Todavia, se examinarmos apenas uma fatia de tempo homogêneo, carecemos de um contexto em que possamos basear nossas observações, uma vez que a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos (SANTOS, 1997, p. 49).

Apoiados nessa proposta, agrupamos nossos dados bibliográficos referentes aos diferentes fenômenos identificados no estudo das relações entre cidade e campo nessas quatro categorias definidas pelo autor como “categorias do método geográfico” (SANTOS, 1997, p.49).

Ressaltamos que na redação dessa seção evitamos a larga utilização de citações. Buscamos discorrer da forma mais livre possível sobre o levantamento dos elementos investigados, pautando nossas análises nos pontos de ampla investigação identificadas nos textos analisados.

5.1.1 Estrutura

De acordo com Santos (2004, p. 219)

A noção de totalidade é inseparável da noção de estrutura, sem o que estaremos trabalhando com uma totalidade cega e confusa. Como a totalidade de que falamos é a totalidade social, as estruturas correspondentes são as estruturas sociais.

Assim, a “*Estrutura* implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção” (SANTOS, 1997, p. 50).

Para abordarmos a categoria “estrutura” no estudo da relação cidade-campo partiremos da caracterização da sociedade agrária brasileira, isto é, a sociedade historicamente organizada a partir do campo. Baseados nos dados da pesquisa bibliográfica apresentamos algumas características dessa organização da sociedade para, a partir delas, expormos as transformações ocorridas e a emergência da sociedade urbana.

A partir do levantamento dos dados bibliográficos organizamos essa caracterização em dois níveis: familiar⁷⁶ e social. Procuraremos contrapor e analisar esses

⁷⁶ Referimo-nos aqui à unidade familiar dedicada ao trabalho rural na sua propriedade ou na propriedade de terceiros.

dois níveis da estrutura social buscando identificar a estrutura pretérita, as transformações ocorridas e os aspectos de permanência, mudança, resistência e adaptação identificados no novo contexto.

De acordo com os autores consultados, a sociedade agrária no Brasil tinha como principais características: o predomínio da população rural; a concentração de terras e riquezas; a subordinação das atividades agropecuárias ao tempo da natureza (ou tempo ecológico) e a forte sociabilidade.

A maior parte da população residia no campo em propriedades familiares ou de terceiros. Nos latifúndios/grandes propriedades habitavam tanto as oligarquias agrárias quanto grande número de trabalhadores que viviam sob diferentes relações de trabalho, tanto relações capitalistas quanto relações não-capitalistas de trabalho.

Geralmente, os trabalhadores que residiam nesses latifúndios tinham permissão de manter “sítios” ou “roças” onde podiam cultivar para subsistência e comercializar o excedente.

As atividades agrícolas tanto no latifúndio/grande propriedade quanto nas pequenas e médias propriedades familiares eram planejadas e executadas a partir das características naturais do local de produção, sobretudo as ligadas ao solo e ao clima aliadas, naturalmente, à questões político-econômicas, culturais e de mercado.

Outra característica da sociedade agrária identificada nos textos analisados diz respeito à forte sociabilidade. Através das relações de parentesco, compadrio, amizade e vizinhança os moradores se conheciam e se ajudavam. Nesse processo, a organização dos habitantes em torno da realização de atividades lúdicas e religiosas fortaleciam ainda mais as redes de sociabilidade pré-existentes.

Quando analisamos as contribuições referentes ao nível familiar da sociedade agrária percebemos também a presença de famílias numerosas. Os autores indicam que a necessidade de numerosos membros se associava diretamente à questão do trabalho no campo, isso porque a família era a unidade de produção rural por excelência.

No caso das propriedades familiares a sobrevivência da família dependia basicamente do trabalho dos seus membros. Mas também no caso de trabalhadores não-proprietários havia uma forte relação entre a família e o trabalho já que, normalmente, as médias e grandes propriedades “contratavam” o trabalho da unidade familiar e não dos indivíduos.

Nos dois casos os membros trabalhavam para a satisfação das necessidades da família. O nível de vida da família estava basicamente relacionado à capacidade de trabalho dos seus membros, às condições naturais da propriedade e aos tipos de atividades agropecuárias selecionadas/desenvolvidas pela família.

Em relação à estrutura da sociedade agrária brasileira vale destacar também que mesmo estando nos domínios do latifúndio, a unidade familiar produzia a maior parte dos bens necessários a sua sobrevivência e, em geral, só se dirigia às cidades para comercializar o excedente e/ou adquirir bens e serviços que não podiam produzir na propriedade/unidade de trabalho. Como resultado, os autores analisam que as famílias trabalhadoras rurais viviam em certo isolamento, uma vez que eram quase auto-suficientes em suas necessidades.

Muitas dessas características da sociedade agrária se modificaram a partir de 1950/60 quando ocorreram importantes transformações no contexto nacional. Essas transformações foram decorrentes principalmente do desenvolvimento do capitalismo no campo e da modernização agrícola, sendo ambos processos impulsionados pelo Estado brasileiro, como veremos mais adiante.

Alguns dos principais fenômenos observados a partir desse período foram: o êxodo rural, os grandes fluxos migratórios, a luta pela terra, a emergência dos movimentos sociais e as transformações nas relações cidade-campo.

Em decorrência dessas transformações observamos a emergência e a consolidação de uma nova forma de organização da sociedade, caracterizada pela predominância da população urbana; intensificação da concentração de terras e de renda; utilização da ciência e tecnologia nas atividades agropecuárias (que favoreceu o sobrepujamento do tempo social sobre o tempo ecológico); a expansão de cultivos de exportação e as transformações nas relações de sociabilidade.

Através do processo de transformação da sociedade agrária numa sociedade urbana, processo este no qual observamos o deslocamento das oligarquias agrárias para a cidade, juntamente com o deslocamento de grande parte dos trabalhadores residentes nas grandes propriedades/latifúndios (as unidades rurais predominantes na estrutura agrária brasileira desde o período colonial) se consolidou a predominância da população urbana sobre a população rural no Brasil.

Além das diversas facilidades de residir nas cidades, que construíram o imaginário popular e se tornaram importantes elementos na migração rural-urbana, a expulsão e expropriação rural são de extrema importância para compreender o êxo-

do rural. A oligarquia agrária, pressionada pelos encargos sociais relativos aos trabalhadores rurais e interessada na expansão das lavouras comerciais – sobretudo dos lucrativos cultivos de exportação – passou a diminuir as diversas relações de trabalho não-capitalistas de produção e a extinguir as áreas de cultivos de subsistência, dispensando numerosa quantidade de famílias que viviam nos latifúndios.

Para aumentar a produção e a produtividade, os grandes proprietários começaram a investir na mecanização e modernização das propriedades, promovendo significativas transformações nas relações de produção e trabalho historicamente construídas no campo brasileiro. Em muitos casos passaram a pressionar os pequenos proprietários do entorno a venderem suas propriedades a fim de ampliar os domínios do latifúndio/grande propriedade.

O regime de trabalho passou a ser prioritariamente individual e teve início uma grande demanda pela contratação de trabalhadores qualificados e altamente qualificados que executassem/orientassem a produção de cultivos altamente lucrativos, geralmente os produtos de exportação, por meio das novas técnicas e tecnologias agropecuárias.

Os estabelecimentos rurais passaram a se especializar nesses cultivos/criações lucrativos mantendo somente o mínimo de pessoal necessário para a sua manutenção, a fim de ampliar sua margem de lucro. Geralmente, nos períodos de maior demanda são “contratados” trabalhadores temporários sem nenhum tipo de vínculo ou de direito trabalhista.

Com o desenvolvimento da sociedade urbana, seus problemas e suas demandas, a sociabilidade, que antes era caracterizada pela presença de redes sociais que fortaleciam a união dos grupos, vai gradativamente se dissolvendo, dando lugar ao individualismo, tanto na cidade quanto no campo.

Diante de tantas transformações na estrutura social observamos, nos lugares, diversos elementos que indicam aspectos de permanência, mudança, resistência e adaptação das relações entre a cidade e o campo. Foram muitos os elementos levantados na pesquisa bibliográfica. Dentre eles destacamos os que consideramos mais relevantes para a compreensão da temática, quais sejam: as estratégias de reprodução da unidade familiar no campo; a migração campo-cidade; a emergência dos movimentos sociais e a interpenetração de elementos dos mundos rural e urbano no campo e na cidade.

As grandes transformações que ocorrem no contexto nacional afetaram diretamente as relações de produção e de trabalho das famílias que conseguiram permanecer no campo graças à propriedade da terra. As pequenas propriedades familiares passaram a ter crescentes dificuldades de acesso às novas tecnologias de produção devido aos altos custos. Em geral essas unidades não podem contratar mão-de-obra e dependem da escassa assistência técnica oferecida por órgãos governamentais; assistência essa que normalmente é insuficiente para atender a demanda.

Sem condições de aumentar a produção, a produtividade e/ou a qualidade dos produtos, as pequenas unidades familiares não tem como concorrer com os estabelecimentos agrícolas modernos. Visando a satisfação de suas necessidades através do trabalho, muitas unidades familiares passaram a adotar outras estratégias de sobrevivência além da dedicação às atividades agropecuárias na unidade de produção.

As estratégias mais comuns que identificamos nos dados bibliográficos foram: a intensificação da pluriatividade com fins comerciais; o assalariamento rural ou urbano de membros da família; a alternância entre trabalhos eventuais na cidade e no campo e a migração compulsória de membros da família, principalmente os jovens.

A necessidade de desenvolver outras atividades além das realizadas na unidade familiar aliada à maior mobilidade entre cidade e campo e à facilidade de obtenção de gêneros alimentícios nos estabelecimentos comerciais têm levado os membros da família a diminuir a produção de auto-sustento aumentando cada vez mais os gastos com a sua reprodução social.

A família rural, que na sociedade agrária era basicamente uma unidade de produção tornou-se também uma unidade de consumo na sociedade urbana. Nessa nova estrutura o nível de vida da família passou a depender cada vez mais do trabalho individual remunerado e, diante dessa nova realidade, o tamanho das famílias tende a diminuir.

Isso também ocorre com os trabalhadores rurais não-proprietários que foram expulsos dos latifúndios e com os expropriados do campo. Em sua maioria eles fixaram-se nas periferias urbanas em condições precárias de infra-estrutura e serviços sociais.

Segundo Rossini (1990), esses trabalhadores vindos do campo juntaram-se à grande massa de trabalhadores urbanos sem qualificação, unificando o mercado de trabalho urbano-rural e formando um exército geral de reserva.

Esse exército de trabalhadores desqualificados passa a competir por trabalho tanto no campo quanto na cidade. No campo podem trabalhar como contratados, deslocando-se diariamente num movimento de migração pendular ou como trabalhadores sazonais, contratados temporariamente para executar tarefas específicas, geralmente no período de colheitas.

Nesse último caso os trabalhadores são geralmente “recrutados” por intermediários e transportados diariamente até o local de trabalho. Também foram relatados casos em que são construídos alojamentos dentro das propriedades rurais. Estes alojamentos geralmente apresentam péssimas condições de higiene e moradia e são destinados aos trabalhadores vindos de outras áreas que não os municípios do entorno.

Esses trabalhadores de locais distantes vêm especificamente para o trabalho sazonal e representam uma ameaça aos trabalhadores locais (igualmente não-qualificados) porque concorrem pelos postos de trabalhos disponíveis no período de maior contratação. Dependendo da situação encontrada no local de trabalho os trabalhadores provenientes da migração sazonal podem permanecer na cidade a procura de trabalho ou retornar para sua região de origem.

Na cidade, os trabalhadores vindos do campo podem atuar como assalariados em diversas funções. Muitos autores destacam que a vivência no meio urbano obriga à mobilidade ocupacional, isto é, o indivíduo historicamente ligado ao trabalho agropecuário se vê obrigado a aprender novos ofícios para conseguir se inserir no mercado de trabalho. Mas, em grande parte dos casos analisados, os trabalhadores provenientes do campo acabaram se inserindo no mercado de trabalho informal, isso porque, costumam ter uma desvantagem em relação aos trabalhadores não qualificados urbanos – a privação ou a deficiência da educação formal.

Assim, grande número de famílias que antes trabalhavam no campo passam a sobreviver na cidade graças à realização de trabalhos eventuais, chamados “biscates” ou “bicos”, sem que nenhum membro tenha um trabalho ou emprego fixo.

Em presença de tamanha dificuldade de sobrevivência e diante do aumento da concentração de renda e de terra na sociedade urbana, emergem os movimentos sociais tanto no campo como nas cidades.

Mendonça (2006) explica que camponeses e trabalhadores da terra ao perderem suas condições de existência no campo buscam reconquistar o acesso à terra deslocando-se para áreas de fronteira agrícola ou intensificando a ocupação de ter-

ras via movimentos sociais. Os movimentos sociais do campo normalmente estão ligados à luta pela terra; por meio deles diferentes grupos reivindicam condições de acesso e permanência na terra, demarcação de áreas indígenas e quilombolas e políticas públicas de reforma agrária. Na articulação e apoio a esses movimentos é notável a atuação da Comissão Pastoral da Terra (CPT), ligada a Igreja Católica, que tem sido um importante objeto de estudo, sobretudo na análise da organização do espaço agrário nas regiões Norte e Nordeste.

Lima (2006) nos evidencia um importante elemento para reflexão a respeito da questão dos movimentos sociais na sociedade urbana ao explicar que muitas vezes a “consciência de luta e de justiça social é sobretudo deturpada pela ideologia urbana, sendo as ações de luta pela terra consideradas levianas e vândalas por muitos dos habitantes das cidades (p. 6).

Enquanto os movimentos sociais rurais estão ligados à luta pela terra, os movimentos sociais urbanos identificados nos textos organizavam-se em torno da questão habitacional reclamando, dos poderes públicos, moradias e infra-estrutura que proporcione melhores condições de vida e saúde.

Por fim, na discussão dos “elementos de resistência” aos fenômenos hegemônicos, resta-nos comentar ainda a interpenetração de elementos urbanos e rurais na cidade e no campo a partir da consolidação da sociedade urbana. Com o desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicação aumentou a interação, em vários níveis, entre a população urbana e a população rural. Isso permitiu o embate, a ressignificação e a apropriação de valores de ambos os meios de vida (urbano e rural) em ambos os espaços geográficos (cidade e campo).

As duas figuras que melhor evocam essa inter-relação são, de um lado, o cultivo de hábitos rurais nas cidades pela população migrante, que encontra em determinadas ações – como a agricultura urbana, a criação de pequenos animais ou o cultivo de hortas – uma forma de permanecer ligada à terra, e, de outro lado, o deslocamento da população urbana em direção ao campo como forma de fugir dos problemas das grandes cidades, principalmente barulho, poluição e violência.

Além disso, observamos outras formas mais sutis de interpenetração de elementos dos mundos rural e urbano: o crescimento do turismo rural como forma de lazer para a população urbana; o contato constante dos migrantes com o local de

origem⁷⁷; maior acesso da população rural a produtos, serviços e infra-estruturas tipicamente urbanos; a influência dos padrões de consumo urbano na população rural; as transformações dos hábitos alimentares⁷⁸ e as inúmeras manifestações de afirmação de identidade⁷⁹ em ambas as realidades.

Os principais fenômenos agrupados na categoria estrutura estão organizados no Quadro 11, no final da seção 5.1, juntamente com os fenômenos identificados como relevantes para a compreensão da temática da relação cidade-campo e discutidos em outras categorias definidas por Santos (1997; 2004).

5.1.2 Processo

Nesse item buscamos identificar os principais processos que desencadearam as transformações nas estruturas sociais. Para Santos “*Processo* pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança” (1997, p. 50).

A delimitação temporal da nossa pesquisa bibliográfica foi definida entre 1978 e 2009 (período de realização dos ENGAs). No entanto, muitos processos decisivos para a compreensão da temática não estão compreendidos no período estabelecido. Buscamos reunir os processos mais relevantes e apresentá-los a partir de uma perspectiva histórica, demonstrando sua importância para o estudo da relação cidade-campo na Geografia Agrária brasileira.

Os inúmeros processos identificados nos dados bibliográficos parecem estar fundamentalmente relacionados ao processo de desenvolvimento do capitalismo. Associado a esse processo central, destacamos outros que identificamos nas análises dos autores como processos relevantes para a compreensão da temática, quais sejam: modernização agrícola, industrialização, urbanização e globalização.

⁷⁷ Saquet (2004) observou, com base em um estudo de caso, que mesmo quando os indivíduos migravam definitivamente para as cidades, eles costumam manter inter-relações contínuas com os locais de origem através de parentes e amigos. Essas inter-relações envolviam as dimensões afetiva, simbólica e até mesmo política.

⁷⁸ Souza e Almeida (2006) realizaram um estudo do tipo teórico em que analisaram as mudanças nos hábitos alimentares no contexto da urbanização. Segundo os autores, quanto maior a quantidade de elementos que atuam num lugar, maior será a tendência de diferenciação nas práticas alimentares da sua população. Disso eles concluem que a cidade tende a ter práticas alimentares mais complexas e variadas que o campo.

⁷⁹ De acordo com análise de Rúa (2000) as manifestações da urbanidade em meios rurais coexistem com manifestações de afirmação local como pares dialéticos. Acreditamos que o mesmo ocorre com manifestações de ruralidade nas cidades.

Optamos por construir a narrativa histórica desses processos a partir da discussão do papel do Estado por compreendermos que, no caso brasileiro, o Estado foi o principal agente promotor e legitimador das transformações nas relações sociais de produção e trabalho no campo e na cidade..

A maioria dos autores, ao discutir o processo de modernização agrícola, o relacionam à implantação dos princípios da Revolução Verde a partir de 1950/1960. No entanto, alguns autores indicam que, no Brasil, as origens desse processo estariam associadas à Revolução de 1930, quando foram lançadas as novas bases estruturais da economia. Se partirmos dessa perspectiva, poderemos verificar que, no Brasil, os processos de modernização agrícola e de industrialização estiveram atrelados desde o início.

De acordo com Schmidt e Farret⁸⁰ citado por Mendes (1990) as mudanças promovidas por essa revolução obedeceram

a um padrão nitidamente urbano, satisfazendo os interesses de uma modernização por adaptação aos ditames internacionais, que estavam baseados no consumo de bens duráveis calcados na industrialização por “substituição de importações” (SCHIMIDT & FARRET *apud* MENDES, 1990, p. 124).

Prates e Corrêa (1992) explicam que após a crise de 1929 o Brasil intensificou o processo de industrialização quando “Os esforços do país se concentraram no sentido de alcançar uma industrialização rápida substituindo muitos produtos que até então foram importados através de incentivos governamentais” (p. 291).

Salamoni e Gerardi (1990) identificam este período, pós 1930, como a *primeira etapa da reorganização produtiva* brasileira: a fase de industrialização de bens leves e de consumo.

Em decorrência das ações do Estado em torno da industrialização o Brasil conheceu, a partir desse período, grande desenvolvimento econômico e urbano. Apesar da sua importância no cenário nacional, a agricultura passou a ser considerada como um obstáculo ao crescimento econômico, principalmente a partir do governo militar.

No início desse governo instaurado a partir de 1964 iniciou-se a *segunda etapa da reorganização produtiva* fundada na expansão industrial e na produção de

⁸⁰ Mendes (1990) se refere à obra: SMIDTH, Benício V. & FARRET, Ricardo L. **A Questão Urbana**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

bens duráveis (SALAMONI & GERARDI, 1990). De acordo com as autoras nesse momento “o capital industrial e o financeiro voltam-se mais decisivamente para a agricultura” (SALAMONI & GERARDI, 1990p. 274).

Cabe destacar que em ambas as etapas de reorganização produtiva as autoras destacam que “o Estado assume o encargo de patrocinar as mudanças radicais operadas no processo produtivo” (SALAMONI & GERARDI, 1990, p. 278). As autoras explicam ainda que as principais ações do Estado nesse sentido se concentraram na concessão de crédito rural⁸¹, no desenvolvimento de pesquisas tecnológicas⁸² e na promoção de atividades de assistência técnica.

Retornando à análise da segunda etapa da reorganização produtiva, Salomoni e Gerardi (1990) destacam que essa deveria promover a modernização do setor agrícola e, para tanto, estava fundamentada em dois pilares: o modelo da Revolução Verde e a implantação do Complexo Agro-Industrial (CAI).

Souza e Bray (1992) esclarecem que a denominação “Revolução Verde” se refere ao “modelo agrícola americano que visava a elevação da produtividade média através do uso de sementes melhoradas, condicionado ao uso de máquinas e insumos químicos em geral” (p. 327). Os autores explicam que a implantação desse modelo pelo governo militar gerou duas grandes ordens de problemas

- a social, como o êxodo rural descontrolado e a intensificação dos conflitos pela posse de terra; e
- a ambiental, como o erosionamento do solo causado pelo uso de maquinaria pesada própria para as regiões temperadas ou a contaminação dos solos, da água e dos alimentos por agrotóxicos (SOUZA & BRAY, 1992, p. 326-327).

Em relação ao Complexo Agro-Industrial, Fonseca Netto (1990) afirma que este é

caracterizado pelo conjunto de organizações fabris e comerciais que têm nas atividades agrárias o seu principal mercado tanto de fornecimento de insumos de produção (Fertilizantes, matrizes, sementes, defensivos agrícolas etc...) quanto de compra de matérias-primas do campo (Agroindústria, indústria de alimentos, rede de supermercados) completando assim, juntamente com o próprio setor agropecuário, uma cadeia de negócios (p. 104).

⁸¹ A partir da pesquisa bibliográfica destacamos a forte atuação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal como as principais instituições de crédito em escala nacional.

⁸² Especialmente através da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

A associação do novo modelo econômico, implantado pós 1964, com os processos de industrialização e modernização agrícola foram responsáveis por desencadear um intenso processo de urbanização.

Os autores apontam que no Brasil esse processo foi impulsionado inicialmente pelo êxodo rural e pela oferta de empregos na indústria, sendo esses os principais fenômenos responsáveis pelo deslocamento de grandes contingentes de população dos campos para as cidades (sobretudo o primeiro).

Embora a urbanização seja identificada como um processo geral que caracteriza o capitalismo atual (RUA, 2000) e se constituir um processo predominante no cenário nacional – a ponto de já no final da década de 1960 a maior parte da população ser considerada urbana (FONSECA NETTO, 1990) – esse processo, que já era espacialmente desigual passou, no novo contexto, a alterar de forma significativa a rede urbana nacional e suas relações historicamente consolidadas.

Isso aconteceu principalmente porque as ações no sentido de promover e implantar o novo modelo de desenvolvimento tenderam a priorizar as regiões mais capitalizadas e industrializadas do país, acentuando as desigualdades. Bacelar (2004) explica que

Quando as relações capitalistas se aprofundam, no chamado período pós-industrial, a partir da década de 1970, a rede urbana evidencia um maior grau de especialização/articulação e, assim, as diferenças econômicas e sociais entre os núcleos urbanos acentuam-se, e a hegemonia imposta por um centro urbano passa a ser mais aguda e incisiva, desdobrando num ritmo de fluxo migracional intra-regional intenso, nunca observado anteriormente. Com isso, as relações hierárquicas piramidais dão lugar a uma mais complexa relação entre os núcleos urbanos ocasionando o crescimento da importância das redes (p. 145).

Partindo das reflexões de Bacelar, percebemos que com o “aprofundamento” do capitalismo ganham importância outros elementos que passam a estar associados à urbanização. Dentre eles destacamos, com base nos dados bibliográficos, o surgimento e a expansão da indústria cultural que, ao explorar os elementos da sociedade de consumo, acaba influenciando o imaginário popular e atraindo a população que ainda permanece no campo para a cidade.

Muitos autores apontam que, de forma geral, o fenômeno do êxodo rural tem diminuído, a partir da década de 1990, e que a idéia de melhores condições de vida nas grandes cidades (principalmente nas metrópoles) tem sido desmistificada por experiências mal sucedidas de amigos e familiares que voltam ao local de origem

(migração de retorno) por não terem encontrado condições satisfatórias de reprodução social. (Muitas vezes os autores relatam também que ao invés de retornarem aos seus locais de origem esses migrantes dirigem-se para cidades médias de destaque regional)

Silva, D. (2004) chama a atenção para três fatores que caracterizam as migrações rural-urbanas no atual período. Em primeiro lugar a autora destaca, analisando o trabalho de Camarano e Abramovay⁸³, que “É do Nordeste que saem quase 55% dos migrantes rurais brasileiros nos anos 1990” (SILVA, D., 2004, p. 94), enquanto esse fenômeno claramente diminui nas regiões Sul e Sudeste.

Um segundo fator apontado é o de que “Os migrantes rurais brasileiros são cada vez mais jovens e em seu interior o peso das moças é superior ao dos rapazes” (SILVA, D. 2004, p. 94). Segundo sua análise, atualmente a faixa etária que mais migra para as cidades é de 15 a 19 anos e, sobretudo mulheres que se inserem mais facilmente no mercado urbano como empregadas domésticas (SILVA, D., 2004).

A última característica relacionada pela autora à migração rural-urbana a partir de 1990 está relacionada às condições de vida da população migrante nas cidades. Ela afirma que

mesmo que de maneira precária, o crescimento urbano e metropolitano dos anos 1970 oferecia uma possibilidade real de melhoria de vida a um vasto contingente da população que saía do campo. Tanto mais que as condições de vida no interior nem de longe ofereciam as oportunidades apresentadas nas cidades por uma economia em forte expansão. Este horizonte se inverte a partir dos anos 1980 [...] por maior que seja o dinamismo das cidades brasileiras elas serão cada vez menos propícias à chegada de migrantes com formação escolar e profissional precária (SILVA, D., 2004, p. 94-95).

Concomitante a todos esses processos discutidos até aqui – modernização agrícola, industrialização e urbanização – observamos a inserção da economia brasileira na economia mundial. De acordo com Geiger (1990) “Desde a descoberta, o Brasil vinha se inserindo no Mundo como fornecedor de produção vegetal e mineral a países hegemônicos” (p 134). No entanto,

⁸³ Silva, D. (2004) faz referência à obra: CAMARANO, Ana Amélia e ABRAMOVAY, Ricardo - Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 21., 1997, Caxambu. **Anais...** Caxambu: 1997 [mimeografado].

A chamada “internacionalização” da economia brasileira, cujo marco é a política de Juscelino Kubitschek, refere-se inicialmente à instalação de indústrias de capital estrangeiro para abastecer o mercado interno de bens duráveis (GEIGER, 1990, p. 135).

Esse período de expansão produtiva correspondente aos anos de 1960 e 1970 teria criado as condições para a modernização tecnológica da agricultura brasileira ao mesmo tempo em que teria possibilitado “a procura pelos mercados externos, inclusive por setores industriais dos bens duráveis” (GEIGER, 1990, p. 136).

Em relação à exportação o autor destaca duas questões que consideramos centrais para a compreensão das novas relações entre cidade e campo. Em primeiro lugar, ele afirma que a integração da economia brasileira aos mercados mundiais envolveu não só a modernização tecnológica como também a modernização empresarial⁸⁴, sendo esta um importante elemento modificador das estruturas sociais no campo.

Em segundo lugar, a partir da intensificação da integração dos mercados, Geiger declara que já nos anos 80 “o Mundo acelerava os passos da chamada ‘globalização’” (GEIGER, 1990, p. 139) e, nesse processo “Cada área geográfica apresenta sua forma de convergência para a globalização e sociedade urbana” (GEIGER, 1990, p. 139).

No Brasil, a globalização da economia e o desenvolvimento de atividades agropecuárias voltadas para a exportação têm influenciado novas formas de organização do espaço geográfico. Exemplos bastante ilustrativos são os grandes rojetos de Colonização nas regiões Centro-Oeste e Norte e os Projetos de Integração Nacional, com a construção de infra-estruturas de transportes e comunicações necessárias ao escoamento da produção. Esses projetos foram criados pelo Estado brasileiro para promover a ocupação e a integração dessas áreas visando a expansão de áreas de cultivo.

Associadas a essas ações governamentais de expansão das fronteiras agrícolas observamos grandes fluxos migratórios para as regiões de colonização e a crescente criação/emancipação de municípios que alteraram a distribuição urbano-rural e regional da população brasileira.

⁸⁴ “Exportação pressupõe o domínio de uma série de práticas do marketing, financiamentos, assistência técnica, e outras que foram incorporadas por uma série de empresas, inclusive do setor agrícola” (GEIGER, 1990, p. 137).

Além disso, outro elemento de extrema significância para o estudo da temática é o reconhecimento de que

Dentro das novas relações cidade-campo, tem-se o centro urbano se interagindo não apenas com suas áreas circunvizinhas, mas com áreas cada vez mais longínquas segundo suas funções industriais, comerciais e de serviços. Neste contexto, as áreas rurais, com suas novas tecnologias, agroindustriais, nem sempre se relacionam com o centro urbano imediato; elas passam a se relacionar, também, com áreas e centros cada vez mais distantes. Deste modo, a produção se dá a nível local, mas seu destino são os grandes centros urbanos brasileiros e/ou o exterior (ANTÔNIO & FRANCISCO, 1990, p. 109).

A partir do momento em que a economia nacional passou a estar devidamente inserida na economia global, o Estado passou a retirar gradativamente os subsídios monetários e a assistência técnica, além de liberar as importações com o objetivo de baixar os preços do mercado (GEIGER, 1990).

Como resultado desse processo, os pequenos produtores são “lançados a própria sorte”. Eles não conseguem recursos para modernizar sua produção e sem modernizá-la não conseguem competir com as demais propriedades, inviabilizando, desta forma, a sua reprodução social no campo.

Nesse contexto de globalização, a “retirada do Estado” também afeta a organização do espaço geográfico, contribuindo para o acirramento das desigualdades via guerra fiscal. Gonçalves e Cleps Júnior (2004) adotaram a definição de Varsano⁸⁵ para quem a chamada “guerra fiscal”

consiste numa situação de conflito interno na Federação em que, quando um ente federado ganha, impõem-se, na maioria dos casos, uma perda a algum ou alguns dos demais. Desta forma, essa guerra raramente se torna um jogo de “soma positiva”, abalando as relações de cooperação implícita no federalismo, concomitantemente resultando em perda, se considerando o conjunto da nação (VARSANO apud GONÇALVES & CLEPS JUNIOR, 2004, p. 151).

Graças à guerra fiscal, empresas de diversos setores buscam se fixar em estados e municípios que lhes oferecem melhores incentivos fiscais. No entanto, somente esses incentivos não bastam; as unidades territoriais têm que garantir também condições de produção e de escoamento da produção superiores às oferecidas pelas suas “concorrentes”.

⁸⁵ Gonçalves e Cleps Júnior (2004) citam: VARSANO, R. **A guerra fiscal do ICMS: quem ganha e quem perde**. Rio de Janeiro, IPEA, 1997. (Texto para discussão nº 500).

Novamente, é o Estado, em suas diversas instâncias, que deve criar condições propícias para atrair os investimentos. E em geral, os governos optam pelas atividades ligadas ao setor industrial que supostamente oferecem maiores vantagens na criação de empregos diretos e indiretos, na circulação monetária local e na arrecadação de impostos. A exceção são as áreas nas quais o agronegócio exportador oferece as mesmas oportunidades de ganho.

As empresas, por sua vez, parecem preferir as áreas mais dinâmicas do país para se instalar, contribuindo assim para o crescimento das desigualdades espaciais uma vez que serão ainda maiores os investimentos públicos em infra-estruturas nessas áreas em decorrência da implantação de novas empresas.

Na realidade a guerra fiscal contribui com o círculo vicioso do binômio investimento-desenvolvimento. Parece ser nesse mesmo sentido que Mesquita (2009) afirma

Efetivamente não houve uma descentralização espacial da indústria ao longo de todo território nacional, mas sim uma “expansão da concentração” econômica estabelecida na cidade de São Paulo para o interior paulista, e pouco além dessa fronteira, atingindo o norte do Paraná e de forma bastante intensa o Triângulo Mineiro [...] (MESQUITA, 2009, p. 02).

Os principais fenômenos agrupados na categoria processo estão organizados no Quadro 11, no final da seção 5.1, juntamente com os fenômenos identificados como relevantes para a compreensão da temática da relação cidade-campo e discutidos em outras categorias definidas por Santos (1997; 2004).

5.1.3 Forma

Conforme podemos imaginar muitos dos fenômenos analisados nas categorias estrutura e processo, refletiram-se na organização do espaço geográfico. Nessa seção iremos abordar as transformações ocorridas nas formas pré-existentes e a emergência de novas formas. Segundo a definição de Santos (1997)

Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo (p. 50).

Abordar essa categoria nesse tipo de trabalho traz uma série de complicações já que as formas são expressões concretas do espaço geográfico e nossa pesquisa reuniu estudos não-articulados que tinham como objeto de estudo diversas frações do território brasileiro. Além disso, a análise e descrição da forma são, em geral, muito escassas nos estudos analisados, assim como sua representação por meio de fotografias, cartas e mapas.

Cientes da dificuldade em abordar essa categoria nesse contexto de limitações optamos por indicar as formas que, a partir da pesquisa bibliográfica, pareciam recorrentes nas análises efetuadas em diversas realidades do espaço geográfico.

Iniciamos a exposição dessa categoria com as reflexões de Specht e Blume (2004). Os autores, fundamentados em Le Goff⁸⁶, explicam as transformações ocorridas nas formas da interface cidade-campo. Segundo os autores, a nível mundial, poderíamos considerar os limites entre a cidade e o campo como fixos até o final do século XVIII, sendo que esses espaços eram isolados tanto pelas práticas sociais como pela estrutura física e tinham o comércio como único ponto de contato. A partir desse período

O isolamento cedeu espaço a uma faixa de transição, de limites móveis e abstratos, implementada pelos novos ritmos e fluxos das sociedades industriais. Estas, devido a rápida ascensão, demandavam de espaço para a ampliação das atividades. Assim os centros urbanos começaram a se expandir, conforme a sua necessidade, em direção aos campos (SPECHT e BLUME, 2004, p. 260).

Passando à análise do caso brasileiro, alguns trabalhos que compuseram nossa fonte de dados indicam que durante o predomínio da sociedade agrária a feira representava um importante ponto de contato social e comercial entre a cidade e o campo. A partir desses textos pudemos constatar que ainda hoje, em muitas localidades brasileiras, essa forma é bastante representativa e tem sido objeto de muito interesse da comunidade acadêmica geográfica.

Em nossa pesquisa bibliográfica verificamos que essa forma foi investigada em inúmeros estudos de caso, sendo que os autores sempre ressaltavam sua importância como elo entre os mundos rural e urbano.

A forma feira é associada a dois tipos principais: o tipo fixo, em que a estrutura da feira está materializada na cidade (as expressões mais representativas são os

⁸⁶ Specht e Blume (2004) citam: LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: Unesp, 1988.

mercados municipais ou “mercadoes” e as Centrais de Abastecimento); e o tipo móvel, que consiste nas feiras (itinerantes ou não) que são realizadas em diferentes intervalos de tempo (diário, semanal, quinzenal, etc.) e que normalmente são “desmontadas” ao final do expediente.

Independente de seu tipo, a feira representa para a população rural uma oportunidade de venda da produção excedente (podendo ser por meio de venda direta ou repassada a intermediários), enquanto que para população urbana a feira é local de sociabilidade e também de adquirir produtos diversos, além de ser local de trabalho para alguns indivíduos.

Conforme afirmam Costa e Sá (2006), até meados dos anos 1940, a feira se caracterizava por “atender a ricos e pobres, com todas as mercadorias as quais necessitavam” (p. 05). Depois disso, com a emergência das “modernizações” os autores explicam, recorrendo à Santos⁸⁷, que ocorre uma “cisão entre um comércio mais sofisticado destinado a uma classe mais abastada e um comércio mais popular”⁸⁸ (p. 06).

Em muitas regiões, principalmente no Nordeste, a centralidade da feira foi responsável pelo surgimento de inúmeros núcleos urbanos. No caso de grandes feiras – a exemplo de Campina Grande, Caruaru e Feira de Santana – os autores relatam que elas foram responsáveis também pelo destaque regional das localidades onde se realizavam.

Apesar de a feira ser uma forma relevante em meio à investigação da temática da relação cidade-campo, a forma do *meio urbano* mais estudada nos trabalhos analisados foi a expansão urbana e suas conseqüências para o campo. Esse fenômeno está diretamente relacionado ao processo de urbanização e refere-se ao crescimento da malha urbana em direção ao campo.

Retornando às análises de Specht e Blume, os autores afirmam que, ao contrário das cidades européias estudadas por Le Goff,

No caso brasileiro, a expansão física dos centros urbanos ocorreu mais tardiamente, pois até o final da década de 1940 apenas 30% da população vivia em cidades. A partir da década de 1950, os centros urbanos começam a

⁸⁷ Costa e Sá (2006) citam a obra: SANTOS, Milton. **O Espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1979.

⁸⁸ “A Feira se delineia como parcela tipicamente do circuito inferior, enquanto que os supermercados, ainda que comercializando os mesmos produtos, destina-se claramente a uma clientela selecionada, com maior poder de compra e fácil acesso ao crédito pessoal, portanto, configurando-se como uma atividade do circuito superior da economia” (COSTA & SÁ, 2006, p.8).

se expandir de forma mais acelerada, devido as modificações estruturais por que passou o país, empurrando a faixa de transição em direção ao campo. Segundo o Censo Demográfico 2000 – IBGE o grau de urbanização brasileira é de 81,25% (SPECHT & BLUME, 2004, p. 260).

A expansão da malha urbana, impulsionada inicialmente pelo intenso êxodo rural e pela criação de postos de trabalhos nas indústrias, acarretou uma série de mudanças no uso do solo (tanto na cidade quanto no campo) que, por sua vez, têm modificado as formas pré-existentes e criado novas formas.

Segundo os trabalhos analisados nos anais dos ENGAs a principal forma da expansão urbana é o aumento das periferias. Embora esse aumento possa estar relacionado ao planejamento e à gestão pública do espaço urbano – com a delimitação de loteamentos ou a construção de bairros populares – a maioria dos casos analisados revelou que o aumento das periferias urbanas se efetiva por meio de ocupações espontâneas e invasões (na forma de loteamentos irregulares e favelas).

Associados a esses tipos de ocupação foram identificados inúmeros problemas sócio-ambientais nas periferias urbanas. Os problemas mais abordados nos estudos de caso se relacionavam às péssimas condições de habitação e infraestrutura (notadamente esgotamento sanitário) e à precariedade/ausência dos serviços sociais, principalmente no que tange o acesso da população à educação e à saúde.

Além da questão do aumento das periferias, os textos analisados revelam que a expansão urbana também está relacionada a questões político-econômicas que, muitas vezes, antecedem a expansão física das cidades. Dentre elas destacamos a ampliação do perímetro urbano pelos poderes públicos municipais que, interessados em aumentar a arrecadação de impostos via IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana), expandem os limites oficiais do espaço urbano.

Nesse contexto de crescente expansão urbana Moura (2006) afirma que

As chamadas franjas urbanas ou espaços periurbanos inserem-se nesse processo como alvo da apropriação do capital, que vai em busca, principalmente da subordinação do trabalho, proporcionando as condições ideais para produção e ampliação da mais-valia [...] Todo esse processo faz parte do movimento de reprodução ampliada do capital que se materializa no espaço, redefinindo territórios, homogeneizando a paisagem a partir da apropriação da natureza e intensificando a exploração da força de trabalho via atuação do Estado, dos promotores imobiliários, construtoras e outros setores privados (p. 02).

Identificamos muitas formas associadas à valorização dessas áreas de transição e à transformação do espaço agrário e para que possamos compreendê-las devemos reconhecer que o processo de urbanização, associado à expansão/melhoria das vias de acesso e ao progresso dos meios de transportes e comunicações, tem permitido maior interação entre as populações urbana e rural, bem como facilitado o deslocamento entre cidade e campo⁸⁹. Também acreditamos que a expansão dessas “novas” formas se deve à forte atuação do capital imobiliário. Esse capital, que tinha no espaço urbano sua principal fonte de acumulação passou a orientar a produção, reprodução e ressignificação também dos espaços periurbanos e agrários.

Como resultado da intensificação das interações cidade-campo e da atuação do capital imobiliário observamos o embate, a ressignificação e a apropriação de espaços e valores dos dois mundos – rural e urbano – pelos indivíduos, pelo capital e pela mídia, sendo todos responsáveis pela propagação/legitimação das novas idéias referentes ao campo e a cidade.

Parece-nos que é no bojo desse tipo de reflexão, da complexidade das relações cidade-campo na atualidade, que RUA (2000), fundamentado nas discussões de Lefebvre, propõe

um conceito de urbanização que ultrapasse a dimensão física do processo (expansão da área construída) e incorpore as dimensões ideológica e cultural. Valores, atitudes e padrões de comportamento são modificados, a partir das cidades, e espalham-se pelo território num movimento, simultaneamente, extensivo e intensivo, como uma nova fronteira para o capitalismo onde se combinam, desigualmente, em cada localidade, o rural e o urbano (RUA, 2000, p. 419-420).

Ressaltamos que, para analisar as formas que se consolidam como hegemônicas no espaço geográfico contemporâneo necessitamos reconhecer a complexidade das intencionalidades que motivam a apropriação desse espaço.

É nesse cenário de forte atuação da indústria cultural e do capital imobiliário que identificamos o que Castro (2009) denominou de êxodo rural às avessas⁹⁰ que

⁸⁹ Lembramos que nesse trabalho estamos destacando fenômenos hegemônicos, não abordando as desigualdades espaciais. Compartilhamos o ponto de vista de Menegati e Hespanhol (2004) que indicam que “apesar das transformações em curso, o espaço rural continua a ser identificado com o atraso, com o fraco. As descontinuidades entre as cidades e o meio rural continuam a marcar as características das relações campo-cidade no Brasil (p. 8).

⁹⁰ Ao utilizar esse termo, a autora se referia especificamente ao retorno ao campo relativo à fixação de residência no meio rural. Estamos nos apropriando do termo e ampliando seu significado para abranger também o “retorno cultural”, enquanto valorização dos elementos ligados ao campo e que levam a sua apropriação (mesmo que esporádica).

representa o retorno da população ao campo, obviamente em condições diferenciadas das observadas na sociedade agrária.

Assim, nas *áreas adjacentes ao espaço urbano* identificamos, a partir dos dados bibliográficos, as seguintes formas: áreas de parcelamento fundiário destinadas a edificações diversas⁹¹, construção de distritos industriais, presença de condomínios de alto padrão, áreas destinadas à produção de hortícola e a presença de terras livres ou subutilizadas.

Através da análise das formas identificadas no espaço urbano, no seu entorno e no espaço agrário a partir da pesquisa bibliográfica, indicamos a estreita relação entre a valorização do solo, a capacidade de mobilidade e a disseminação de certos valores associados ao mundo rural.

Em geral, o alto valor do solo impede a aquisição de propriedades no núcleo urbano pela camada mais pobre da população. Essa população tende a se fixar nas periferias de forma legal ou irregular, como já comentamos anteriormente.

Ao mesmo tempo, o valor reduzido desse solo nas periferias urbanas associado à disponibilidade de espaço e à relativa proximidade do espaço urbano faz com que muitos municípios optem por criar nessas “franjas urbanas” seus distritos industriais. Em geral, essa medida permite a redução de custos com a instalação de infraestrutura (água, eletricidade, asfaltamento, rede de comunicações) e a diminuição, no centro urbano, da poluição e de fluxos de transportes ligados à atividade industrial.

Por outro lado, o relativo afastamento da cidade associado à disseminação de valores ligados ao meio rural e opostos a elementos considerados negativos do meio urbano (violência, barulho, poluição) favorece a instalação de condomínios de alto padrão que são habitados por uma parcela da população com alta mobilidade, capaz de arcar com os custos de deslocamento diário para as cidades.

Essas novas formas passaram a incorporar espaços historicamente ligados à exploração agropecuária integrando-as às atividades urbanas e favorecendo a proliferação de atividades não-agrícolas no campo que são geralmente mais lucrativas que as atividades agropecuárias tradicionais.

As áreas próximas ao centro urbano também são muito valorizadas pelo setor hortigranjeiro, devido à natureza das atividades desenvolvidas. Os produtos decor-

⁹¹ Principalmente residências e casas populares – construídas com ou sem apoio do Estado – e casas secundárias.

rentes dessa atividade são perecíveis e necessitam de cuidado no acondicionamento e transporte. A demanda desse setor é por produtos frescos, fato que leva o fornecedor a manter fluxos constantes com os pontos de abastecimento.

Outra forma bastante comum em áreas do entorno urbano é a presença de terras livres ou subutilizadas. Essas áreas servem à especulação imobiliária como reserva de valor. Os textos analisados na pesquisa bibliográfica indicam que a pecuária extensiva seria a principal forma de subutilização dessas terras, uma vez que essa atividade promove a ocupação legal da terra e, no geral, exige escasso investimento e pouca mão-de-obra para manutenção.

Antes de analisarmos as formas identificadas no espaço agrário, julgamos interessante abrir um pequeno parêntese para destacar questões relativas à proximidade de pequenas propriedades familiares de exploração agropecuária com o espaço urbano.

Vimos que já em 1826 von Thünen destacava as vantagens locacionais das propriedades mais próximas ao núcleo urbano (mercado) em relação as demais. Essas vantagens seriam provenientes principalmente dos baixos custos de transporte que tornariam o produto mais competitivo. Muitos autores analisados nessa pesquisa não só reconheceram as vantagens dessa proximidade como se propuseram a aplicar e/ou adaptar o modelo thüniano nas suas áreas de estudos.

No entanto, outros autores ressaltaram que, no contexto de transformações nas relações sociais de produção e de trabalho, a proximidade de pequenas propriedades com centros urbanos pode ser problemática para sua permanência no campo. Isso porque, ao mesmo tempo em que conserva vantagens para o escoamento e comercialização da produção, representa uma ameaça à reprodução social do campesinato constantemente pressionado pelo capital imobiliário a vender sua propriedade. Além disso, os produtores familiares rurais que residem e trabalham em propriedades próximas à cidade encontram diante de si várias possibilidades de assalariamento urbano. O assalariamento urbano diminui significativamente a capacidade de trabalho na propriedade familiar a ponto de, muitas vezes, a família arrendá-la ou mesmo abandoná-la para residir nas cidades.

Voltando a análise das formas identificadas nos dados bibliográficos, no *espaço agrário* as principais formas foram: propriedades de exploração agropecuária; estabelecimentos rurais não-agropecuários; áreas de preservação natural; implantação de assentamentos e minifundização.

Os estabelecimentos rurais denominados nesse trabalho como propriedades de exploração agropecuária são as propriedades destinadas à produção de gêneros alimentícios e criação animal. Junto aos pequenos, médios e grandes proprietários historicamente dedicados à produção no campo, são cada vez mais comuns os investimentos de indivíduos e setores urbanos nessas atividades como forma de obtenção e/ou complementação de renda.

Nos estudos de caso analisados esses investimentos foram provenientes principalmente de profissionais liberais – investindo em setores tradicionais ou em inovações⁹² – e grandes redes de supermercados – atuando principalmente no setor hortigranjeiro. Desta forma, observamos que as atividades agropecuárias deixaram de ser atividades praticadas exclusivamente por agricultores e criadores.

Como estabelecimentos rurais não-agropecuários denominamos as unidades do espaço agrário que não têm a produção agropecuária como função principal. Normalmente os proprietários desses estabelecimentos têm outras fontes de renda (em geral renda obtida em atividades urbanas) ou então, utilizam as atividades não-agrícolas desenvolvidas na propriedade para gerar ou complementar sua renda.

No primeiro caso, em que os grupos/indivíduos têm outra fonte de renda, encontramos as residências principais – com destaque para os aposentados e para famílias de classe média e alta que optam viver no campo e se deslocar diariamente para as cidades – e residências secundárias destinadas ao lazer esporádico.

Já no segundo caso, em que a propriedade rural gera ou complementa renda, identificamos inúmeros tipos de estabelecimentos rurais que oferecem diversos produtos e serviços: pesque-pagues, clubes de lazer, restaurantes, hotéis-fazenda, artesanato, sendo esses serviços integrados ou não ao turismo rural e/ou ecológico, além de residências destinadas a aluguel para eventos e lazer.

Dentro as novas relações cidade-campo, ideologicamente cabe ao meio rural a responsabilidade pela proteção de áreas naturais. Assim, são criadas inúmeras áreas de preservação natural, por iniciativa pública e/ou privada, sendo abertas ou não à visitação de acordo com suas características naturais e legais.

Outra forma normalmente associada ao espaço agrário é a implantação de assentamentos rurais. Normalmente a criação desses assentamentos está institu-

⁹² Destaque para os produtos considerados “nobres” que são altamente lucrativos, a exemplo, na agricultura, do cultivo de ervas finas, cogumelos, produtos orgânicos e agroecológicos, e, a criação de avestruzes, escargots, rãs, peixes e aves raras bem como a pecuária de animais selecionados para fins diversos (reprodução, competição, abate, leite, etc.).

cionalmente ligada a políticas públicas de reforma agrária. No entanto, na maior parte dos casos relatados essas políticas resumiam-se no acesso à terra uma vez que não ofereciam aos assentados mínimas condições de produção que garantissem a subsistência da família e a permanência do homem no campo.

Por fim, outra forma identificada no espaço agrário que preocupa os estudiosos é a minifundização que corresponde ao fracionamento da terra. Esse fracionamento se dá principalmente por meio de venda ou divisão de herança e acarreta a diminuição da capacidade da propriedade em reter sua força de trabalho levando, muitas vezes, à migração compulsória dos membros da família.

Se associarmos essas formas no espaço agrário a outras formas identificadas em realidades específicas – como a construção de hidroelétricas, o aumento de áreas de pastagens, a construção e ampliação de redes viárias, entre outros – perceberemos que as novas formas do espaço geográfico brasileiro concorrem para a diminuição das áreas agricultáveis.

Esse fato associado à expansão do agronegócio, dedicada aos cultivos de exportação, pode explicar o desabastecimento alimentar investigado por muitos autores. Esse desabastecimento ocorre principalmente nos grandes centros metropolitanos e apresenta-se sob duas formas principais: a ausência de alguns gêneros alimentícios – principalmente hortifrutigranjeiros – e o alto custo dos gêneros escassos.

Os principais fenômenos agrupados na categoria forma estão organizados no Quadro 11, no final da seção 5.1, juntamente com os fenômenos identificados como relevantes para a compreensão da temática da relação cidade-campo e discutidos em outras categorias definidas por Santos (1997; 2004).

5.1.4 Função

Baseado na definição da categoria forma, Santos conceituou a categoria função explicando que “a função está diretamente relacionada com sua forma; portanto, a função é a atividade elementar que a forma se reveste” (1997, p. 51).

Nesse item pretendemos analisar as modificações ocorridas nas funções de cidade e campo no contexto das transformações nas relações de produção e emergência de novas formas em ambos espaços. Para tanto adotamos a mesma abordagem da categoria anterior, procurando destacar as funções que pareciam mais comuns nos estudos de caso realizados em diversas escalas.

Ao analisar as funções, atributos e articulações do campo e da cidade Galvão (1985) explica que o campo ao cumprir a função de “geração de excedentes alimentares” (p. 278) esteve “na base mesma das relações sociais entre os homens, como pilar fundamental da própria organização da sociedade” (p. 278).

No entanto, com o advento da modernização agrícola,

a agricultura passa a ocupar posição de segundo plano na sociedade moderna, à medida em que avançam, de forma mais acelerada, setores industriais e de serviços. Esta posição secundária é particularmente assumida nos países em desenvolvimento, como o Brasil, onde a opção pelo crescimento calcado na industrialização deixou a agricultura entregue à própria sorte (GALVÃO, 1985, p. 278-279).

Se o campo é visto primordialmente como *locus* da produção agropecuária, a cidade é historicamente associada ao *locus* do poder. Saquet e outros (2004), ao investigarem um estudo de caso, construíram uma revisão bibliográfica que ora utilizamos como forma de sintetizar as principais funções da cidade, historicamente construídas na relação cidade-campo.

Segundo os autores, para Engels e Marx (na Ideologia Alemã), a cidade era vista como *locus* de articulação dos interesses das classes dominantes, uma vez que “a cidade desempenha o papel fundamental de permitir/sustentar o arranjo e manutenção das hierarquias de classes” (SAQUET et. al., 2004, p. 183).

Saquet et. al. (2004) ressaltam que Singer também destaca essa função ao sugerir que a cidade é o lugar, por excelência, dos arranjos de poder, uma vez que é na cidade “as classes dominantes estabelecem, administram, expandem seus poderes políticos, aos quais se amarram os interesses e as definições econômicas, culturais, etc.” (SAQUET et. al., 2004, p. 183).

Os autores afirmam que

Se quisermos buscar algumas bases para discussões consistentes sobre a relação entre rural e urbano, haveremos de perceber, como afirmara Lefebvre (1999), que as cidades concentram, não só a população, mas instrumentos de produção, capital (constante e variável), prazeres (simbolicamente instituídos), o Estado como mediação e seus mediadores, religiões, etc., que são distribuídos socialmente. É destacadamente lugar de produção e consumo em maior intensidade, velocidade, complexidade (SAQUET et. al., 2004, p. 183).

Acreditamos que essa contribuição, fundamentada em Lefebvre, resume as características da cidade e podem servir como base para a análise das funções que cidade e campo assumem ao longo do tempo.

Sendo *lócus* de concentração a cidade tem problemas para produzir os alimentos e matérias-primas dos quais precisa, relegando essa função ao campo. Historicamente se consolidaram visões dicotômicas dessas duas realidades do espaço geográfico baseados nas suas formas e funções.

Spósito (2006) explica que

certos atributos estiveram sempre associados aos espaços urbanos, tendo perpassado a Antiguidade, a Idade Média, tendo sido mantidos durante o Renascimento, acompanharam a Modernidade e, com ela, chegaram ao século XX [...] Esses atributos são: concentração demográfica, diferenciação social e unidade espacial (p. 112-113).

Na visão dicotômica essas três características do espaço urbano são contrapostas principalmente à “dispersão populacional” (Spósito, 2006, p.113) esta associada à extensão territorial na qual são realizadas as atividades tipicamente rurais – produção de alimentos e criação de animais.

Como resultado dessa visão dicotômica e reducionista da cidade e do campo observamos, ideologicamente, a valorização do urbano como *lócus* da modernidade e da produção de riquezas e o “combate ao rural”⁹³ visto como *lócus* do atraso e obstáculo ao desenvolvimento da economia nacional.

Conforme procuramos defender nessa primeira seção do quinto capítulo, as novas formas e funções que têm modificado as históricas relações entre a cidade e o campo estão associadas às transformações estruturais ocorridas nas relações sociais de produção e trabalho no campo tendo sido estas desencadeadas pelo processo de desenvolvimento do capitalismo (e processos inter-relacionados). Nesse contexto de transformações Galvão (1985) explica que a relação de mercado entre cidade e campo também se modifica

Fonte geradora até agora insubstituível de alimentos, e manancial de matérias primas industriais, o campo representa para a cidade também o papel de fornecedor de força de trabalho e de capital necessários à atividades urbanas. Em contrapartida desempenha a função de mercado consumidor de produtos industriais e de serviços urbanos necessários ao produtor rural e

⁹³ Referimo-nos aqui ao combate ao rural agropecuário tradicional que não incorpora as modernas técnicas/tecnologias de produção normalmente empregadas no agronegócio.

sobretudo à produção agro-pastoril, constituindo ainda base de aplicação para o capital urbano com vistas à produção ou à especulação. Os problemas operacionais da produção que requerem tecnologias avançadas, capazes de atender as especificidades da demanda urbana, constituem objeto de investigação na cidade, cabendo a esta resolvê-los e difundirlos. Cria-se aqui outra cadeia de relações campo/cidade que pressupõe o esforço e ajustamento de ambos (GALVÃO, 1985, p. 279-280).

Em geral, os autores analisados na pesquisa bibliográfica indicam que a partir da emergência das novas tecnologias de produção, circulação e comunicações a divisão territorial do trabalho teria se aprofundado, de forma que cidade e campo passaram a exercer novas funções (assim como apresentar novas formas) concomitantemente com as funções (e formas) tradicionalmente identificadas em cada uma dessas realidades do espaço geográfico. É nesse sentido que Lopes e Gomes (2006) explicam

No bojo dessa complexa organização territorial, as relações cidade-campo são cada vez mais coincidentes/simultâneas/complementares, tendo em vista que a modernização aproximou esses espaços no sentido da complementaridade, tornando-os cada vez mais interdependentes (p. 12).

No entanto, convém ressaltar como Menegati e Hespanhol (2004, p. 05) que

estas mudanças não alcançam todos os lugares da mesma forma, já que, cada lugar recebe influências de variáveis internas (que são características locais) e externas, combinando variáveis de tempos diferentes, aceitando ou rejeitando o “novo” a partir da organização política, econômica, social e cultural do espaço.

Reconhecendo a coexistência de diversas formas e funções no espaço geográfico, Costa e Sá (2006) ressaltam que “Mesmo diante da emergência de um meio técnico-científico e informacional, os grupos sociais vivem tempos sociais diferentes” (p. 01). Com base nessas considerações apresentamos a seguir as novas funções hegemônicas identificadas na cidade e, a seguir, no campo.

Avaliamos que historicamente, no Brasil, as cidades têm sido caracterizadas por três funções principais: concentrar produtos, serviços e população; centralizar/gerir a produção de riquezas e produzir/receber e irradiar inovações.

Os autores analisados indicam que a partir da consolidação do meio técnico-científico-informacional, as cidades assumem [também] funções informacionais e globalizadas que podem, dependendo das atividades econômicas desenvolvidas, alterar essas funções a partir da interação local/global.

Para abordar as novas funções dos núcleos urbanos, optamos por agrupar as contribuições dos autores em três portes de cidades: metrópoles e grandes cidades, cidades médias e cidades pequenas. Realizamos essa distinção por acreditarmos que cada tipologia de cidade assume determinadas funções na dinâmica territorial brasileira.

Analisando a metrópole no contexto brasileiro, Silva e outros (2006) afirmam que a metrópole é um “espaço corporificado, complexo e diversificado [...] lugar da realização primeira da difusão das inovações e, ao mesmo tempo, o lugar de abrigo do migrante pobre” (p. 9). Assim, no caso de grandes cidades – sobretudo as metrópoles – tende a haver sobreposição entre as funções tradicionais e novas funções, as informacionais e globalizadas.

No entanto, se reconhecermos, como os autores analisados, que nem todos os espaços da metrópole/grande cidade assumem essas novas funções e que nem todos os grupos sociais tem acesso a elas, podemos compreender a razão pela qual seu espaço geográfico materializa diferentes situações temporais.

Em outra perspectiva Silva e outros (2006) explicam que

os espaços urbano-metropolitanos, enquanto categoria da existência da vida coletiva, são detentores da aceleração dos ritmos do tempo social, apresentam alto grau de expressão da modernização capitalista, por meio de sua arquitetura, dos fluxos de mercadorias, de dinheiro, de pessoas e de idéias e convivem e interagem com a massa de excluídos (SILVA et. al, 2006, p. 07).

Isso significa, ao nosso ver, que o conjunto de espaços integrados à nova realidade, por ser hegemônico, é responsável pela propagação e integração de outras porções do território nacional à lógica capitalista globalizada, incluindo os espaços rurais e alterando, assim, a tradicional rede urbana, fundada em lógicas pretéritas.

Nesse contexto, em que se destaca a lógica capitalista globalizada, Araújo e outros (2009) indicam que as cidades médias vêm apresentando importância crescente no território brasileiro. Elas surgem e/ou se desenvolvem “Favorecidas pelo progresso técnico da produção e circulação” (ARAÚJO et. al., 2009, p. 05).

Ainda em relação às cidades médias, Silva, D. (2004) explica que

As funções positivas que o meio rural pode desempenhar para a sociedade brasileira fundamentam-se, primeiramente, no processo real de descentrali-

zação do crescimento econômico e no fortalecimento das cidades médias (SILVA, D., 2004, p. 91).

Para a autora, as cidades médias no contexto das transformações das relações sociais de produção e de trabalho desempenham um duplo papel

Por um lado, atraindo parte da população rural e sobretudo seus segmentos mais jovens. Por outro lado, entretanto, conforme se diversifica o tecido econômico destas cidades médias, suas demandas com relação ao meio rural também tendem a se ampliar o que abre o caminho para a formação de uma rede territorial que pode estimular atividades variadas no próprio campo (SILVA, D., 2004, p. 93).

Os autores revelam que o fortalecimento das cidades médias está relacionado a uma peculiar articulação com o campo. De forma geral, na dinâmica territorial brasileira, essas cidades apresentam ações e objetos centrais para atender a demanda regional.

Em alguns casos, as cidades médias se especializam de tal forma em determinados produtos e serviços que chegam a se opor às grandes cidades/metrópoles na propagação de inovações ligadas a esse(s) setor(es) especializado(s) no âmbito nacional.

Araújo e outros (2009) sintetizam a função principal das cidades médias ao explicarem que

Suas atividades urbanas estão ligadas ao consumo produtivo e, desse modo cumprem seu papel relacional, reunindo estabelecimentos e profissionais envolvidos com a técnica e a ciência (p.5)

Diante das transformações nas relações cidade-campo e na rede urbana em geral, os autores tendem a associar as cidades pequenas como “refúgio do modo de vida rural” (BACELAR, 2004), exceto em ocasiões que esse tipo de cidade se integra de alguma forma significativa à dinâmica capitalista globalizada. Normalmente os autores reconhecem essas pequenas cidades como refúgio do modo de vida rural porque elas são a grande maioria de localidades excluídas do processo de globalização; ou então, são casos de localidades integradas verticalmente no processo de globalização em detrimento do desenvolvimento social e econômico dos seus habitantes. Nos dois casos, a dinâmica sócio-espacial não é significativamente orientada pela lógica hegemônica e as funções (assim como as formas) da cidade e do campo conservam-se mais próximas do processo histórico de sua constituição.

Independente do seu porte – grandes, médias ou pequenas – fato é que as cidades geralmente assumem a centralidade local/regional. Nessa direção, Pinto e outros (2006) destacam que

as cidades consonantes com um processo mais amplo de urbanização no Brasil, vêm assumindo sobre o espaço rural circunvizinho uma espécie de **tutela**, impondo, muitas vezes, sobre este espaço transformações de seu caráter social e de suas funções (PINTO et. al., 2006, p. 01, [grifo nosso]).

Mas a recíproca também é verdadeira: em alguns casos, o bom desempenho das atividades rurais (principalmente as ligadas ao agronegócio) tem influenciado significativamente as atividades urbanas provocando sua “refuncionalização”.

Para exemplificar, em muitos estudos de caso analisados, os autores relatam que a partir do desenvolvimento do setor agropecuário em determinado município (e especialmente do setor agroindustrial) a cidade passa a ser lócus do desenvolvimento de produtos e serviços ligados ao abastecimento desses setores, especializando sua produção. Nesses casos, são as atividades do campo e suas demandas promovem a diversificação do comércio e serviços provocando a “refuncionalização” das atividades tradicionalmente desenvolvidas na cidade e/ou surgimento de novas funcionalidades urbanas.

Esses movimentos de refuncionalização urbana ou de surgimento de novas funções urbanas podem ocorrer a partir da (re)organização interna ou por meio de atração de empresas, profissionais e investimentos de outros lugares.

Em relação às funções do espaço agrário, tradicionalmente visto como fornecedor de matéria-prima, capital e mão-de-obra, observamos a emergência do campo como um significativo mercado consumidor que passou a se destacar não só pelo consumo consumptivo como também e principalmente pelo consumo produtivo⁹⁴.

O campo também passa a ser visto como uma opção rentável para investimento do capital urbano. Além da aquisição de estabelecimentos rurais para mora-

⁹⁴ Santos explica que: “Na medida em que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais, indispensáveis à produção, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas em função da importância dos rendimentos e salários e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas. A presença de agroindústrias é um fator suplementar de complexidade” (SANTOS, 2005, p. 126).

dia ou lazer, é crescente o número de indivíduos e empresas urbanas que passam a gerar ou complementar renda desenvolvendo atividades no campo. Assim, o campo, como uma realidade do espaço geográfico historicamente construída, passa a assumir novas funções (e formas) para atender às novas demandas da sociedade urbana por produtos e serviços.

Dentre as novas funções do campo identificadas na pesquisa bibliográfica, citamos: oferta de condições favoráveis à moradia de cidadãos e seu deslocamento diário para a cidade; abastecimento do mercado urbano com gêneros agropecuários cada vez mais diversificados em produtos e qualidade (englobando os novos processos de produção para o mercado); atendimento à crescente necessidade por matérias-primas para o desenvolvimento industrial e agroindustrial; desenvolvimento de serviços diversos para atender as demandas das populações urbanas no campo (com destaque àquelas relacionados ao lazer); e consolidação e ampliação do mercado consumidor rural, caracterizado tanto pelo consumo consumptivo das populações rurais quanto pelo consumo produtivo (de grande vulto econômico nos últimos anos).

Nesse contexto de transformações nas funções da cidade e do campo, vale destacar também a influência dos diferentes tipos de mídia na propagação dos valores relacionados à valorização do campo, impulsionando sua refuncionalização. Sanfelici e outros (2004) demonstram a importância dos meios de comunicação nesse processo ao afirmar que

Em dois sentidos podemos dizer que o modo de vida urbano se expandiu no país. Em primeiro lugar, verifica-se, de 1940 a 2000, quase uma inversão nos dados sobre distribuição da população entre o meio rural e o meio urbano. Se, em 1940, a taxa de urbanização brasileira era de 31%, em 2000, esta mesma taxa salta para 81%. Por outro lado, os meios de comunicação e a indústria cultural integram ao modo de vida urbano aqueles que permaneceram no campo (na maior parte das vezes induzindo os habitantes do campo a migrarem para a cidade) (SANFELICI et. al., 2004, p. 174).

Os principais fenômenos apontados nos trabalhos analisados como relevantes para a compreensão da temática da relação cidade-campo e analisados nessa seção com base nas categorias estrutura, processo, forma e função definidas por Santos (1997; 2004) estão organizados no Quadro 11.

Quadro 11 – Síntese dos fenômenos relevantes para a compreensão da temática da relação cidade-campo, organizados nas categorias estrutura, processo, forma e função definidas por Santos (1997; 2004), segundo análise dos trabalhos publicados nos anais dos ENGAS.

ESTRUTURA		PROCESSO	FORMA			FUNÇÃO	
Sociedade Agrária	Sociedade Urbana	Processos hegemônicos	Espaço urbano	Entorno urbano	Espaço Agrário	Tradicionais	Novas (agregadas as tradicionais)
Relações de trabalho capitalistas e não-capitalistas; “Contrato” familiar	Predomínio do trabalho individual assalariado	Desenvolvimento do capitalismo no campo	<u>Feira:</u> ▪ Forma fixa: mercados municipais e centrais de abastecimento ▪ Forma móvel: feiras itinerantes (realização diária, semanal e outras)	Parcelamento fundiário Distritos Industriais Condomínios de alto e médio padrão	Propriedades de exploração agropecuária Estabelecimentos rurais não-agropecuários	Cidade* ▪ Concentração de produtos, serviços e população ▪ Centralização da produção de riquezas ▪ Produção e difusão de inovações técnicas e culturais	Cidade ▪ Funções informacionais ▪ Funções globalizadas
Subordinação das atividades agropecuárias ao tempo da natureza	Preponderância do tempo social sobre o tempo da natureza	Modernização agrícola	<u>Expansão urbana:</u> ▪ Crescimento da malha urbana	Áreas de produção horti-granjeira	Áreas de preservação natural	Campo ▪ <i>Lócus</i> da produção agropecuária ▪ Fonte de alimentos e matérias-primas	Campo ▪ Oferta de condições de moradia aos cidadãos ▪ Abastecimento com produtos e matérias-primas cada vez mais diversificados
Concentração de riquezas e terras	Intensificação da concentração de riquezas e terras	Industrialização					
Predomínio de população rural	Êxodo rural e predomínio de população urbana	Urbanização	▪ Aumento das periferias urbanas	Terras livres ou subutilizadas	Assentamentos rurais	▪ Fornecedor de força de trabalho e capital para o meio urbano	▪ Oferta de produtos e serviços diversos as populações urbanas ▪ Importante mercado consumidor
Forte sociabilidade (principalmente entre a população camponesa)	▪ Dissolução das redes de sociabilidade ▪ Aspectos de permanência, mudança, resistência e adaptação das relações entre a cidade e o campo	Globalização	▪ Ampliação do perímetro urbano pelos poderes públicos municipais (IPTU)		Minifundização		

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

* Síntese da pesquisadora com base em leituras diversas e na contraposição com as novas funções identificadas na pesquisa bibliográfica.

Diante das transformações nas relações sociais de produção e trabalho, da valorização ideológica do campo, da materialização de novas formas e do desempenho de novas funções no campo e na cidade, a ciência geográfica, e em especial a Geografia Agrária, tem utilizado uma gama de conceitos e definições para compreender e explicar a organização do espaço geográfico na atualidade. Na próxima sessão vamos investigar os conceitos e definições mais empregados nos trabalhos analisados.

5.2 Conceitos e definições empregados na investigação da temática da relação cidade-campo

Organizamos a exposição dos resultados referentes aos conceitos e definições identificados na análise da temática em estudo em dois blocos: no primeiro analisamos os conceitos geográficos utilizados para investigar as relações entre cidade e campo e posteriormente apresentamos as definições diversas relacionados ao estudo da temática da relação cidade-campo.

5.2.1 A utilização dos conceitos geográficos

Em seu famoso texto “Espaço, um conceito-chave da Geografia”, Corrêa (1995b) indica cinco conceitos que considera conceitos-chave da ciência geográfica, quais sejam: paisagem, região, espaço, lugar e território.

Aos cinco conceitos indicados pelo autor, acrescentamos o conceito rede por termos identificado sua utilização em alguns trabalhos analisados na pesquisa bibliográfica e compreendermos este como outro importante conceito para a análise do espaço geográfico.

Ao analisarmos o referencial conceitual dos trabalhos que compuseram nossa fonte de dados notamos que menos de 10% deles definiram algum dos seis conceitos geográficos citados acima para subsidiar a análise dos fenômenos relacionados aos seus objetos de estudo.

No montante dos 281 trabalhos selecionados como fonte de dados da pesquisa bibliográfica somente 24 (8,5 %) utilizaram os conceitos geográficos investigados nesse item.

Esse nos parece um dado preocupante, porque demonstra que numerosos estudos geográficos – realizados sob diversas formas de análise e em diferentes escalas – publicados nos anais de um evento científico de caráter nacional foram produzidos sem exploração de conceitos considerados fundamentais para o estudo do espaço geográfico brasileiro.

Observamos dentre esses trabalhos algumas situações distintas: numerosos trabalhos não empregam *nenhum* dos conceitos geográficos listados nessa seção na análise dos seus objetos de estudo; outros utilizam apenas definições relacionadas à investigação dos fenômenos propostos (definições analisadas no item 5.2.2); outros ainda incorporam definições e conceitos de outras áreas de estudo sem fazê-los dialogar com os conceitos já consolidados na ciência geográfica e por fim, muitos trabalhos analisados utilizaram a denominação dos conceitos – paisagem, região, espaço, lugar, território e rede – sem defini-los ou precisar sua compreensão a respeito deles.

De toda forma, consideramos o relativo “abandono” dos conceitos geográficos nos estudos analisados um fato preocupante para o processo de produção do conhecimento porque estes conceitos compõem a estrutura da articulação teórica da disciplina geográfica. A nosso ver, é essa articulação teórica que garante à Geografia um olhar científico peculiar sobre o objeto de estudo espaço, objeto esse que é compartilhado por muitas outras áreas do conhecimento.

Acreditamos que a não-utilização dos conceitos geográficos na maioria dos estudos analisados pode estar no cerne da nebulosidade de algumas definições utilizadas para explicar as relações entre a cidade e o campo, conforme detalharemos na seção 5.2.2.

Por ora, nessa seção, iremos apresentar os conceitos geográficos utilizados nos trabalhos que compuseram nossa fonte de dados. Os conceitos geográficos mais utilizados na investigação da temática da relação cidade-campo foram, nessa ordem: território; espaço; paisagem; lugar e rede; e região.

Construímos a tabela 5 para identificar a utilização desses conceitos geográficos no processo de produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo nos ENGAs.

Tabela 5 – Distribuição da utilização dos conceitos geográficos no estudo da temática da relação cidade-campo ao longo dos ENGAs.

Conceitos	ENGAs																			Σ
	I	II	III	IV	V	VI	VII	VIII	IX	X	XI	XII	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	
Território	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-	2	3	-	7
Espaço	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4	-	5
Paisagem	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	1	4
Lugar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	2	-	3
Rede	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	1	3
Região	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	2
Total	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	2	-	-	1	-	3	15	2	24

Fonte: Dados da pesquisa (2010).

Podemos perceber pela análise da Tabela 1 que a maior parte dos trabalhos que utilizaram os conceitos geográficos na investigação da temática está concentrada nos três eventos mais recentes (já tínhamos adiantado esse dado na seção 3.2, ao interpretarmos a produção científica do XIX ENGA).

Acreditamos que esse fato pode estar relacionado à ação de pelo menos dois movimentos no contexto científico nacional. O primeiro consistiria num movimento de conscientização da importância do emprego desses conceitos nos estudos geográficos, promovido pela comunidade acadêmica nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia, nos eventos e nos textos científicos especializados. O segundo movimento estaria ligado à diversidade de abordagens dos conceitos geográficos. A proliferação de abordagens e definições desses conceitos no meio acadêmico nos últimos anos estaria impelindo os pesquisadores a precisar sua compreensão a respeito deles nas ocasiões em que fazem uso de algum desses conceitos geográfico no interior dos seus trabalhos.

De todo jeito, serão necessárias novas observações acerca da utilização desses conceitos nos próximos eventos para constatar se essa tendência de emprego dos conceitos geográficos no estudo da temática da relação cidade-campo irá se confirmar como uma nova tendência de produção do conhecimento sobre a temática.

A seguir, baseados nos textos analisados na pesquisa bibliográfica, passamos a comentar utilização dos conceitos geográficos identificados no início dessa seção sem, contudo, recorrer às conceituações identificadas na fonte de dados, fato que tornaria nosso trabalho ainda mais extenso.

Uma vez que já identificamos o emprego desses conceitos ao longo dos ENGAs e analisamos sua distribuição, nosso objetivo, nesse momento, é explorar os

elementos centrais que foram associados a cada um desses conceitos geográficos e, na medida do possível, demonstrar nuances e aproximações nas abordagens desses conceitos. Iniciaremos pelo conceito de território que foi o mais utilizado nos estudos analisados.

Todos os textos que utilizavam o conceito “território” o relacionavam, de alguma forma, à apropriação do espaço geográfico pela prática social. Isso significa que os grupos sociais, ao (re)produzirem sua existência, se apropriam de determinadas porções do espaço geográfico.

Apesar desse ponto de convergência na definição desse conceito identificamos, nas conceituações analisadas, três diferentes dimensões de apropriação do território:

- a dimensão simbólica – relacionada às lutas ocorridas pelo/no território e às múltiplas relações de poder exercidas pelos diferentes grupos sociais na apropriação e controle do espaço (com destaque para a questão da luta de classes);
- a dimensão político-institucional, referente às diferentes ações e políticas do Estado na regulação e legitimação do território nacional e das territorialidades dos grupos sociais;
- a dimensão cultural – relacionada aos vínculos estabelecidos pelos indivíduos/grupos sociais com o espaço geográfico apropriado, sendo esses vínculos mediados por elementos culturais, pelo contrato social e pelas identidades territoriais.

Gostaríamos de ressaltar que, apesar de termos verificado a existência dessas três dimensões na abordagem do conceito território, alguns dos textos analisados reconhecem e trabalham com pelo menos duas dessas dimensões. Esses foram os casos de Oliveira (1994); Azevedo e Pessôa (2004) – que recorrem ao conceito de Abramovay; Ferraz (2006) e Sousa et. al., (2006) – esses dois últimos trabalhos utilizaram o conceito de Haesbaert.

Abromovay e Haesbaert foram os autores mais citados pelos trabalhos analisados que utilizaram o conceito geográfico de território. Outros autores cujas conceituações de território também foram citadas: Becker – citada por Magina (1994); Raffestin – citado por Silva, A. (2004); Souza – citado por Ferraz (2006) e Marques citado por Castro (2006).

Somente o estudo de Silva, A. (2004) desenvolveu uma conceituação própria de território. Ainda no início do seu trabalho o autor esclarece

Este trabalho parte da concepção de que o território é o espaço da ação humana, apropriado efetivamente por meio de organizações sociais. Dessa forma, a Geografia que tem o território produzido pelo homem, como objeto, tem na ação, sempre social, o seu papel central (SILVA, A., 2004, p. 162).

Analisando a definição do autor verificamos que o elemento que consideramos central a partir da análise das conceituações de território, qual seja: a apropriação do espaço pela sociedade – se faz presente na concepção do autor.

Tendo analisado brevemente a utilização do conceito geográfico de território, passaremos a comentar o emprego dos outros conceitos geográficos, apresentando-os na ordem decrescente segundo sua relevância na composição dos dados bibliográficos.

Diferentemente do conceito território, que apresentou diferentes dimensões de análise, o conceito de espaço nos pareceu apresentar uma abordagem mais convergente. Nos diversos textos analisados, o espaço foi apresentado como o resultado dinâmico da materialização do trabalho humano acrescido da própria sociedade que o produz, num movimento constante de reprodução sócio-espacial.

Acreditamos que para a aproximação das abordagens do conceito de espaço contribuiu o fato de que a maioria dos estudos que o emprega faz referência a algum dos trabalhos em que o Prof. Milton Santos discute esse conceito, ainda que fazendo dialogar as proposições deste autor com conceituações de outros autores.

Assim, embora alguns estudos tenham conceituado o espaço como “um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações”; outros como o “casamento da sociedade com a paisagem”; outros ainda como “forma-conteúdo em constante movimento”; essas contribuições partem de uma mesma proposição teórica que consiste nas reflexões de Santos sobre o espaço, reflexões estas que foram publicadas em várias de suas obras.

Além de Santos, outros autores que serviram como referências no estudo do conceito espaço foram: Moraes – citado por Pereira et. al. (2006) e Moreira – citado por Borges e Silva (2006).

Foram dois os trabalhos que propuseram uma conceituação própria de espaço: Azevedo (2004) e Borges e Silva (2006).

Para Azevedo

O espaço corresponde à materialização das atividades econômicas desenvolvidas pelo trabalho social humano num determinado interstício de tempo.

Logo, é historicamente produzido pelo homem enquanto este se organiza econômica e socialmente (AZEVEDO, 2004, p. 69).

O trabalho de Borges e Silva (2006), além de recorrer a outros autores na revisão bibliográfica também propõe um conceito de espaço. Para eles

O espaço geográfico é o espaço produzido e ao mesmo tempo reproduzido pela sociedade. Nele busca-se entender como a sociedade se desenvolve, como se dá a produção e a reprodução deste espaço (p. 03).

Observamos, nas duas definições de espaço que foram desenvolvidas por trabalhos que compõem nossa fonte de dados, que o elemento central anteriormente relacionado à investigação deste conceito, qual seja: a produção do espaço através do trabalho produzido pela sociedade no processo de reprodução social, foi destacado pelos autores.

Uma perspectiva semelhante a do conceito de espaço, surgiu quando investigamos a utilização do conceito de paisagem nos trabalhos que analisaram a temática da relação cidade-campo nos ENGAs. Notamos também a aproximação das interpretações desse conceito devido, novamente, à ampla utilização das definições desenvolvidas por Santos.

De forma geral, a paisagem é conceituada como “a porção visível do espaço geográfico”, sendo esta composta por elementos naturais e culturais. Como forma historicamente construída a paisagem também é associada ao acúmulo (ou materialização) de elementos de tempos distintos. Essas conceituações são frutos de algumas reflexões de Santos sobre o conceito paisagem.

No entanto, identificamos também algumas abordagens diferenciadas no emprego desse conceito. Além das definições de paisagem presentes nas obras de Santos, os estudos analisados recorreram às definições de outros autores para precisar sua compreensão acerca desse conceito. Foram eles: Castrogiovanni, Rosendahl, Sauer, Cosgrove, Macedo e Maximiano – citados no trabalho de Pereira et. al. (2006); Neves e Berque – citados em Rosas (2009).

Além dos elementos apontados anteriormente como centrais para a compreensão a respeito da paisagem, alguns dos autores acima citados ressaltaram outras dimensões de análise desse conceito. Pereira et. al. (2006) indicaram essas dimensões a partir de sua interpretação da obra de Rosendahl. Resumindo essas dimensões, eles afirmam, que

A retomada do conceito de paisagem geográfica após os anos de 1970 trouxe novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. Tem a dimensão *morfológica* como um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana; outra dimensão é a *funcional*, apresentando relações entre as suas diversas partes. E ainda a dimensão *histórica* como um produto da ação humana ao longo do tempo. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre apresenta uma dimensão *espacial*. A paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos, utopias: tem assim uma dimensão simbólica [...] (PEREIRA et. al., 2006, p. 09).

Apesar de ser o terceiro conceito geográfico mais utilizado na investigação da temática da relação cidade-campo nos ENGAs, foi na conceituação da paisagem que encontramos a mais extensa revisão bibliográfica entre os conceitos geográficos.

Se os conceitos geográficos apresentados até aqui – território, espaço e paisagem – foram discutidos a partir da sociedade, o conceito de lugar está diretamente relacionado à ótica do indivíduo e de sua interação com o espaço o circunda. Nesse sentido os textos que adotaram o conceito de lugar costumavam se referir ao “espaço do cotidiano”, à “base da reprodução da vida social” e/ou ao “espaço vivido”.

Os textos analisados na pesquisa bibliográfica que empregam esse conceito ressaltaram a importância das experiências vivenciadas pelos indivíduos/grupos sociais no espaço do cotidiano, no lugar, como a base do processo de construção de identidade com o espaço geográfico.

Dois dos três textos que adotaram o conceito de lugar para investigar seu objeto de estudo recorreram à “tríade habitante-identidade-lugar” desenvolvida por Carlos⁹⁵ para analisar as relações observadas no lugar.

No texto de Santos e Chaves (2006) coletamos uma contribuição que consideramos interessante destacar na discussão do conceito geográfico de lugar. A partir da leitura de Machado, os autores apresentaram, em linhas gerais, o processo social em que o espaço e a paisagem, ao se tornarem conhecidos, se tornam lugar na perspectiva do indivíduo. Para eles

É no limite experiencial dos indivíduos que o espaço se funde com o lugar. Para Machado (1996), o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar a medida que o conhecemos e o dotamos de valor. Portanto, a compreensão da experiência dos indivíduos em sua relação com as paisagens próximas, através da correta abordagem da percepção do sujeito, pode fornecer importantes elementos de entendimento da construção da

⁹⁵ As análises de Carlos a respeito do conceito de lugar são citadas nos trabalhos de Felipe & Avelar (2000) e Miralha & Hespanhol (2006).

realidade. As condutas e atitudes das pessoas em relação ao seu espaço de vivência estão relacionadas aos valores que elas atribuem às paisagens (SANTOS & CHAVES, 2006, p. 05).

Se a análise do conceito de lugar nos levou ao nível de investigação relacionada aos indivíduos e/ou grupos de indivíduos, o conceito geográfico de rede nos remete novamente ao nível de análise da sociedade.

Na fonte de dados bibliográficos, identificamos três trabalhos que utilizaram esse conceito. De acordo com esses textos, a configuração de redes no espaço geográfico está relacionada aos avanços nos meios de comunicação que, por sua vez, permitem a interação entre os lugares com extrema facilidade. Desta forma, as redes representam as inter-relações entre os lugares e a imagem mais utilizada para representá-las é a de um “conjunto de nós interconectados”.

Os autores que utilizaram esse conceito geográfico na análise da temática da relação cidade-campo afirmam que a constituição de redes tornou-se hegemônica sobretudo nos processos produtivos, envolvendo as esferas de produção, circulação, distribuição e consumo de mercadorias. Esta hegemonia possibilitou a emergência do que Castells⁹⁶ denomina “sociedade em rede”. Como explica Oliveira (2006)

Os meios de comunicação cada vez mais intensos e condutores comportamentais das sociedades hegemônicas interligam-se e interagem com as mais recônditas regiões e levam consigo, atrelados ao processo produtivo, uma gama de informações, e ao mesmo tempo recolhem matérias e idéias potenciais, armazenam, estudam, processam, readaptam o que é do seu interesse, cria-se uma nova roupagem e desenvolvem formatos que facilitam o controle para distribuí-los nos diversos lugares. Esse aspecto do poder globalizante é denominado de “sociedade em rede” por Castells (1999), quando a hegemonia é apresentada sob a forma de inovações tecnológicas e apresentadas como essenciais para a vida dos indivíduos, para a melhoria dos processos produtivos e conseqüentemente para o desenvolvimento dos lugares (p. 05-06).

Segundo os estudos analisados, a intensificação da comunicação entre os lugares e a constituição de redes teria permitido a descentralização da produção, o encurtamento das distâncias e a diminuição dos custos de produção e transporte.

Por fim, após termos indicado, em linhas gerais, o emprego dos conceitos geográficos território, espaço, paisagem, lugar e rede resta-nos ainda apresentar os

⁹⁶ Citado por Oliveira (2006) e Lirbório e Gomes (2009).

trabalhos da fonte de dados que utilizaram o conceito região para investigação da temática da relação cidade-campo.

Na fonte de dados bibliográficos, os dois trabalhos que adotaram esse conceito investigaram objetos peculiares no conjunto dos dados da pesquisa. No VIII EN-GA (1987), Leão participou de uma Mesa Redonda cujo objeto de investigação foi “Regionalização agrária e seus problemas teórico-metodológicos”. No contexto proposto, as tentativas de regionalização do espaço agrário eram bastante difundidas no meio acadêmico.

No texto, Leão realiza uma revisão sobre a regionalização agrária nas diferentes correntes do pensamento geográfico. A autora destaca que a Geografia Tradicional norteou a formulação dos conceitos clássicos de região natural e região geográfica “que serviram de fundamento teórico à execução dos primeiros trabalhos de regionalização agrária” (Leão, 1987, p. 57).

Baseada em várias leituras, a autora esclarece em nota

Entende-se por região natural uma parte da superfície terrestre homogeneizada pela integração espacial dos elementos da natureza como o clima, o relevo, a geologia, a vegetação, etc [...] (LEÃO, 1987, p. 77).

Também aponta que

O conceito de região geográfica, surgiu como uma reação ao determinismo ambiental, sendo elaborado inicialmente por Vidal de La Blache. Para este geógrafo, região e paisagem são conceitos equivalentes, ambos expressando a interrelação espacial de múltiplos fenômenos (LEÃO, 1987, p. 77).

Leão expõe ainda uma série de definições para o conceito região, relacionando-os ao paradigma por ela denominado “outras abordagens alternativas” (p.69) que passou a orientar a produção do conhecimento sobre regionalização agrária na Geografia. Para efeito de registro citamos: Duarte, Santos e Côrrea.

O outro trabalho que utiliza o conceito de região foi produzido por Roberto Jr. et. al. (2006) e consiste num estudo teórico que se utiliza da História Ambiental para “pensar as relações entre cidade e campo, a partir da leitura da obra ‘O homem e a Serra’, de Alberto Lamego, autor clássico da geografia brasileira [...]” (p. 01).

Em relação à Lamago, os autores explicam que

Em todas as suas obras, inclusive em “O Homem e a Serra”, foco maior de nossa análise no presente trabalho, encontramos forte influência de geógrafos advindos da Escola Francesa de Geografia (ROBERTO JR. et. al., 2006, p. 02).

Devido à influência francesa, os autores apontam que Lamago utilizava-se de muitos critérios naturais para estabelecer a delimitação da Região Serrana do Rio de Janeiro e destacam também que “quando este aprofunda sua análise do espaço regional na verdade, passa a considerar o espaço como uma síntese do ambiente natural com o do uso que o homem dele faz, a partir de uma perspectiva histórica” (ROBERTO JR. et. al., 2006, p. 04), ou seja, ele passa a considerar o conceito de região geográfica.

Uma vez apresentados os conceitos geográficos utilizados na fonte de dados bibliográficos, passaremos a apresentar as diversas definições relacionadas ao estudo da temática.

5.2.2 As definições empregadas no estudo da temática da relação cidade-campo

Ao longo da pesquisa bibliográfica identificamos mais de uma centena de definições que foram empregadas no estudo da temática da relação cidade-campo. Não teríamos condições de explorar cada uma delas, e nem é esse nosso propósito. À semelhança da seção anterior (na qual expomos a utilização dos conceitos geográficos no estudo da temática), nessa seção vamos indicar apenas as principais definições empregadas na investigação da temática da relação cidade-campo nos ENGAs, indicando os principais elementos a elas relacionados tomando como base os estudos analisados. Nos casos em que for possível pretendemos também pontuar as divergências na abordagem dessas definições.

Seguindo essa abordagem, agrupamos os resultados da pesquisa bibliográfica referente às definições em dois grupos: os estudos que focalizaram as formas existentes na cidade e no campo (e seus arredores) e os que enfatizaram os fenômenos observados nas relações entre essas duas realidades do espaço geográfico.

Iniciamos nossa exposição com os estudos que procuraram definir as formas encontradas na cidade e no campo.

Numa primeira aproximação dos dados bibliográficos pudemos identificar a equivalência entre algumas definições. Por exemplo, analisando os termos e as definições percebemos que cidade, núcleo urbano e espaço urbano referem-se à mesma unidade espacial – a sede dos municípios; essa caracterizada, principalmente, pela concentração de população e a contigüidade das edificações.

No entanto, alguns estudos analisados ressaltam outras características que também definem o espaço urbano como: a predominância de atividades não-agrícolas, com destaque para as atividades terciárias públicas e privadas; a concentração de produtos e serviços; ponto de concentração e redistribuição de força de trabalho; unidade de gestão pública, e, local de convivência de numerosos grupos sociais. A nosso ver, Leite e Pereira (2006) reúnem todas essas características ao concluírem que “A cidade é, em síntese, o espaço da diversidade, seja produtiva, social ou cultural (p. 126)”.

Ainda em relação às definições associadas ao espaço urbano, percebemos que a expressão área urbana é comumente utilizada para designar o espaço ocupado pela cidade, ou então, o espaço definido legalmente como urbano pelos poderes públicos.

Expressão semelhante é a de área rural, normalmente utilizada para indicar a área ocupada por espaços rurais, ou ainda, os espaços que não são urbanos.

Diferentemente do que acontece com a definição de espaço urbano, observamos grande dificuldade em conceituar o espaço rural nos estudos analisados. Apesar de todo esforço dos pesquisadores em “fugir” da perspectiva dicotômica, o espaço rural é quase sempre definido em oposição ao urbano, seja por suas características morfológicas, funcionais ou culturais.

Tal qual expomos na definição do espaço urbano observamos, na definição de espaço rural, algumas denominações equivalentes. Assim, espaço rural, meio rural e mundo rural designam, de forma geral, um modo particular de utilização do espaço geográfico, sendo caracterizado espacial e historicamente em função de atividades agropecuárias e extrativistas.

Enquanto alguns dos trabalhos analisados definiram o espaço rural a partir de uma perspectiva locacional, relacionando-o ao espaço do campo⁹⁷ ou ainda ao espaço não-urbano, outros se utilizaram de uma perspectiva sistêmica, associando-o ao grande sistema ambiental da agricultura. No entanto a maior parte dos trabalhos definiu o espaço rural a partir da utilização do espaço associada à sua peculiar organização da vida social.

Nessa abordagem destacou-se a referência à Kayser, citado em muitos estudos. Nas palavras de Teixeira (1998)

Kayser (1994) nos diz que espaço rural se define por um modo particular de utilização do espaço e de vida social, caracterizado por uma densidade relativamente baixa da população, por usos econômicos de dominância agro-silvo-pastoril, por um modo de vida particularmente marcado pelas relações com o espaço e uma identidade e representações específicas, fortemente conotadas pela cultura camponesa ou ligada às atividades agrícolas (p. 54).

Não obstante a larga utilização da definição de Kayser identificamos somente um trabalho que se propôs à questioná-la. Teixeira, analisando a definição supra-citada à luz das transformações ocorridas no rural (e no urbano), avalia que

O espaço rural não é mais o que ele era, daí a pertinência de nos referirmos a espaços rurais, pois existe uma gama de estruturas agrárias e níveis tecnológicos, evocando formas de agricultura das mais “primitivas” até outras ligadas às técnicas mais modernas do mundo contemporâneo. Existem espaços rurais diversificados, dinâmicos e em permanente mutação. As paisagens e as populações rurais se transformaram profundamente. O rural torna-se polifuncional, daí rural polissêmico. A imagem do rural associado e confundido à imagem do agrícola (em virtude do peso da agricultura) não mais se aplica hoje em dia, sobretudo nos países industrializados da Europa (p. 56).

Outra definição bastante utilizada nos textos que compuseram nossa fonte de dados foi a de espaço agrário. Segundo as definições apresentadas nos textos o espaço agrário consiste num sub-espaço ou sub-sistema do espaço rural, este último representando a totalidade, o campo.

No entanto, a partir desse núcleo comum existe uma imprecisão na definição de espaço agrário:

a) alguns trabalhos destacam que esse espaço é formado pelo conjunto de estabelecimentos rurais e o associam à atividade agrícola;

⁹⁷ Curiosamente, dentre tantos trabalhos analisados que se propuseram a estudar a temática da relação cidade-campo, nenhum apresentou a definição de “campo”.

b) outros trabalhos mencionam a distinção entre espaços rurais agrícolas e agrários sem, contudo explicitar as diferenças e.

c) outros trabalhos ainda parecem ressaltar a organização interna dos estabelecimentos e a sua articulação externa como características importantes para a definição do espaço agrário.

A seguir indicamos as principais referências identificadas para cada uma dessas três abordagens.

Na primeira, destacamos o trabalho de Ribeiro (1987) que compreende o espaço agrário como “área total das unidades de produção na agricultura” (p. 34) e, comparando-o com o espaço rural, conclui que “O espaço agrário é, então, o conjunto dos sistemas fazenda ou estabelecimento agrícola” (p. 35).

Na segunda abordagem selecionamos o trabalho de Teixeira (1998). Ele parece indicar uma distinção entre espaços rurais agrícolas e agrários ao discutir se “Os estudos rurais estão em crise?” no XIV ENGA. Para o autor,

Os estudos rurais (agrários e agrícolas) devem ser vistos como um “lócus” de investigação especialíssimo por colocar de forma flagrante, frente a frente, cotidianamente – homem e natureza. Falo da necessidade de examinar a especificidade e os objetos dos estudos rurais (TEIXEIRA, 1998, p. 52).

Mais adiante, o autor, nos fornece novos indícios dessa distinção entre agrário e agrícola. Ao precisar sua compreensão a respeito do “rural” Teixeira, adotando a definição de Brunet et. al., destaca que, segundo sua leitura desse autor, o rural “qualifica tudo que pertence ao campo-ager englobando o que é agrícola e não agrícola: população, habitat, espaço” (TEIXEIRA, 1998, p. 53).

Por fim, para sintetizar a terceira abordagem, selecionamos os trabalhos de Rosas (2009) e Alves et. al. (2009). Esses autores adotam a definição de Galvão, para quem o

O espaço agrário define-se como um sub-espaço que se identifica por peculiaridades de organização, geradas não apenas pelas atividades produtivas nele exercidas num determinado momento, mas também por efeito de ações externas a ele, anteriores a essas mesmas atividades e consubstanciadas na natureza transformada (GALVÃO *apud* ALVES et. al., 2009, p 11).

Com relação aos espaços localizados no entorno urbano identificamos a utilização das seguintes definições: rurano, rururbano, espaços peri-urbanos e franjas urbanas.

Acreditamos que o emprego dessas definições representa uma tentativa de interpretação da complexidade crescente nas interações entre a cidade e o campo. Parece-nos que essas definições procuram abarcar não somente as transformações espaciais observadas nessas duas realidades do espaço geográfico brasileiro, como também, a interpenetração dos mundos rural e urbano, cujos elementos foram apontados na seção 5.1. Passaremos então a comentá-las.

Os estudos que adotam o rururbano na investigação dos seus objetos explicam que essa expressão foi desenvolvido por Gilberto Freire para designar um meio termo entre as duas realidades – o urbano e o rural. Andrade explica que

Os contrastes entre o campo e a cidade vêm desaparecendo, de vez que, com as facilidades de transporte e de comunicação, o campo penetra cada vez mais a cidade e a cidade cada vez mais o campo [...] Daí, haver o sociólogo-antropólogo Gilberto Freyre, usado a expressão “rurbano” para definir o que ainda não deixou de ser rural, mas que ainda não é urbano (ANDRADE, 1994, p. 55).

De acordo com a interpretação de Boscaglia e Loss (2006) o rururbano consiste numa tentativa de estabelecer uma mediatriz entre o rural e o urbano e representaria uma outra situação caracterizada pela “conjugação de valores e funções de duas situações originais a às vezes contraditórias ou desarmônicas” (p. 5).

Os principais fenômenos elencados nos textos que comprovariam a viabilidade de se referir a um rururbano são: a residência de cidadãos nos espaços do entorno urbano – tanto em condomínios de luxo quanto nas periferias populares em expansão; a construção de segundas residências no campo e a proliferação de atividades não agrícolas no espaço rural, principalmente as associadas ao lazer e a agroindústria.

Esses são os mesmos fenômenos apontados como justificativas para o emprego de uma outra definição, a de rururbano. A diferença entre as duas definições está associada ao fato de que o termo rururbano procura explicar também as transformações ocorridas no espaço urbano, considerando, principalmente, o intenso êxodo rural que deslocou a maior parte da população residente no campo para as cidades. Neste contexto Silva e Diniz (2009), esclarecem que

O termo rururbano refere-se ainda a localidades situadas dentro dos limites urbanos, mas que apresentam características predominantemente rurais, a exemplo da prática de pequenos cultivos de subsistência, do emprego de trabalhadores em fazendas etc. (p. 2)

Assim como as definições de urbano e rururbano, a definição das expressões espaços peri-urbanos e franjas urbanas procuram explicar as transformações sócio-espaciais observadas nas relações entre a cidade e o campo no contexto de consolidação das novas relações sociais de trabalho e produção. No entanto, podemos perceber que essas duas últimas expressões destacam o caráter locacional na delimitação desses espaços. Assim, podemos dizer que os espaços peri-urbanos ou franjas urbanas referem-se, necessariamente, às áreas contíguas ao espaço urbano.

Bragança e Porcino, por exemplo, adotam a definição de Dascal e Villagran e a partir dela definem o espaço peri-urbano como

uma superfície contígua à cidade, com uma extensão variável, caracterizada por uma forte pressão demográfica, importantes transformações sociais e culturais, assim como por mudanças no uso do solo no contexto de grandes mutações no mercado de terras (BRAGANÇA & PORCINO, 2002, p. 459).

Moura (2006), após apresentar a definição de espaço periurbano, destaca a utilização da expressão franja urbana como sinônimo explicando que

Na geografia, usa-se também o termo franja urbana quando se trata de áreas com crescimento periférico e onde se misturam usos do solo urbanos e agrícolas. Seria uma zona de transição entre o campo e a cidade. Quanto maior a cidade, em geral, mais complexa tende a ser o espaço periurbano (p. 17)

Uma vez indicadas as principais definições relacionadas às formas dos espaços urbanos, rurais e entornos, abordaremos, em seguida, as principais definições utilizadas para explicar os fenômenos que caracterizariam as novas relações entre a cidade e o campo.

A partir da análise da nossa fonte de dados, organizamos a exposição dos resultados referentes às definições de fenômenos sobre a temática em três blocos:

- a) ruralização e desruralização;
- b) urbanização, desurbanização e rururbanização e
- c) urbanização do campo, ruralidades e urbanidades.

De acordo com Leite e Pereira (2006), o fenômeno de ruralização teria sido empregado, pela primeira vez, por Armstrong e McGee para designar a invasão de praxis rurais no meio urbano; invasão esta impulsionada pelo intenso êxodo rural.

Os autores apontam que, originalmente, a definição desse fenômeno previa que como a maioria da população que passou a residir nas cidades era proveniente do campo então “o modo de vida rural iria se sobrepor ao modo de vida urbano” (LEITE & PEREIRA, 2006, p. 130). No entanto, os autores avaliam que

A evolução da sociedade urbana mostrou que isso não ocorreu, pois o modo de vida urbano foi paulatinamente sendo incorporado pelos migrantes. Vários estudos contemporâneos têm demonstrado que o que vem ocorrendo é a expansão da lógica urbana, com a extensão de estilos culturais, do modo de pensar, agir e produzir típico da cidade sobre o espaço rural facilitada, principalmente, pelos modernos meios de comunicação (LEITE & PEREIRA, 2006, p. 130-131).

O fenômeno de desruralização, por sua vez, está associado ao “forte esvaziamento do campo” (GRABOIS et. al., 2000, p. 112) através do intenso processo de êxodo rural.

Numa perspectiva pouco mais abrangente, Rosas (2009) analisando a definição de Sachs (1995), aponta que o termo desruralização é aplicado por esse autor para designar o que normalmente é denominado urbanização. Essa proposta de análise se vincula à investigação das condições de sobrevivência dos trabalhadores que viviam no campo e a constatação de que “o processo migratório para as cidades, conhecido como êxodo rural, não significa que estes consigam sua integração no meio urbano, ficando mais uma vez, marginalizados (ROSAS, 2009, p. 08).

Passando ao segundo bloco de definições relacionadas aos fenômenos envolvidos na relação cidade-campo, observamos, a partir dos estudos analisados, que a definição de urbanização refere-se, ao mesmo tempo ao processo de transferência de população do campo para a cidade por meio do intenso êxodo rural e ao processo de expansão da cidade e do urbano.

De acordo com a análise de Rua (2000), já citada anteriormente nesse trabalho, o processo de urbanização pode ser definido por sua dimensão física – a expansão da área construída – e/ou por suas dimensões ideológicas e culturais.

As definições levantadas nos estudos analisados reconhecem que o fenômeno de urbanização ultrapassa a dimensão física da cidade e enfatizam principalmente à expansão da lógica urbana. Nessa perspectiva destacamos, entre os textos analisados, a referência às análises realizadas por Wanderley. Conforme explicam Menegati e Hespanhol (2004)

para Wanderley (2001) a difusão de expressões culturais da cidade para a população rural está associada à cidade e não à forma espacial urbana, sendo que a expansão da cultura urbana fora da cidade pode ocorrer, sem que, no entanto, ela destrua a dualidade de formas ecológicas representadas pelo rural e pelo urbano. Essas características refletem mudanças que vem ocorrendo, que levam para o fim da tradicional dicotomia rural – urbano, marcadas pelo isolamento e pela oposição total entre essas duas realidades (MENEGATI & HESPANHOL, 2004, p. 09).

Já o fenômeno de desurbanização é citado somente no trabalho de Grabois et. al. (2000) e estaria relacionado à uma forma distorcida da produção do espaço em que o processo de urbanização é fixado num único núcleo de importância regional, levando à perda de funções urbanas na maioria de cidades e vilas ao seu redor, ocasionando a criação de cidades/vilas-dormitório.

Para encerrar esse segundo bloco, falta-nos ainda comentar o processo de rururbanização. Costa et. al. (adotando as análises de Coelho) explicam que o “processo de saída do urbano para residir no rural pode ser denominado de fenômeno de rururbanização” (COSTA et. al., 2002, p. 167). Os autores concluem que

a rururbanização se traduz na fixação nos campos peri-urbanos de residências de habitantes das cidades que passam a morar um pouco mais distante retornando em razão do seu trabalho. Essa ocupação em áreas de fronteiras rural-urbano é consequência da fuga dos problemas das grandes cidades, ou seja, deixa-se o urbano para residir no sossego do rural (p. 167).

Por fim, encerramos essa seção apresentamos o terceiro bloco de definições relacionadas aos fenômenos observados nas relações entre a cidade e o campo. Nesse terceiro bloco, organizamos as discussões referentes aos seguintes fenômenos: urbanização do campo, ruralidades e urbanidades, sendo que estes estão diretamente relacionados ao processo de urbanização, em suas dimensões física, ideológica e cultural.

Os autores analisados indicam que o processo de urbanização, associado às novas tecnologias de comunicação e transporte, estaria alterando as tradicionais relações sócio-espaciais que historicamente têm caracterizado a inter-relação entre a cidade e o campo, consolidando novas formas de organização espacial e social.

Desta forma, as definições dos três fenômenos acima identificados – urbanização do campo, ruralidades e urbanidades – correspondem a três formas de interpretação das transformações sócio-espaciais. Dentre os principais elementos reconhecidos por essas três definições, destacamos os seguintes: a expansão das cida-

des em direção ao campo; a instalação de infra-estruturas e de serviços tipicamente urbanos no meio rural; o crescimento de atividades não agrícolas no campo e a propagação de valores e lógicas urbanas no meio rural.

Assim, os estudos que trabalham com a perspectiva de urbanização do campo (também denominada “urbanização da agricultura” ou “urbanização de áreas rurais”) entendem que essas transformações são decorrentes de um duplo movimento de urbanização do campo

de uma parte, os cidadãos indo se instalar no meio rural suas residências secundárias, quando não sua própria residência principal, resultando na urbanização física do meio; de outra, a difusão de bens de consumo, os avanços tecnológicos na área de comunicação e transportes engendraram mudanças no modo de vida, urbanizando-o (TEIXEIRA, 1998, p. 56).

As principais referências apontadas para a compreensão do fenômeno da urbanização do campo no Brasil são as obras do Prof. Graziano da Silva.

Com relação às definições de ruralidade e a urbanidade identificadas na fonte de dados identificamos que, no geral, elas estão atreladas à abordagem cultural. Essas definições envolvem, respectivamente, a caracterização das condições (materiais e imateriais) da reprodução social das populações rurais e urbanas. Rosas (2009) explica

Embora cada espaço possua seus valores, hábitos, práticas e comportamentos específicos, estes são produzidos e reproduzidos por pessoas, de maneira harmoniosa ou na maioria das vezes, conflituosa, podendo ser representadas em espaços diversos, como um homem ou o conjunto desses em uma cidade, ou pessoas habituadas à vida da cidade, com suas prerrogativas urbanas, vivendo no espaço rural. A expressão e materialização desse conjunto de relações do rural e do urbano, cada qual em seu determinado espaço, são consideradas ruralidades e urbanidades, porém, essa lógica acaba transcendendo os “limites” do campo e da cidade, podendo ocorrer urbanidades no campo e ruralidades na cidade (p. 10).

No que tange as definições de ruralidade e urbanidade, o autor mais utilizado foi Rua. Gobbi et. al. (2004) explicam que

Em seu artigo Urbanidades e Novas Ruralidades no Estado do Rio de Janeiro: Algumas considerações Teóricas Rua (2001), desenvolve um rico debate a respeito das teses definidas pelos diversos autores que discutem o espaço rural hoje e seu processo de transformação em função do avanço da lógica urbana. Nesse sentido, o autor defende a idéia de que a urbanização não destrói por completo o rural, justamente em função do processo de desenvolvimento do capitalismo que ocorreu de maneira desigual no espaço. Nasce aí a idéia de “novas urbanidades”, que seriam nada mais do que

elementos tipicamente urbanos que penetram no mundo rural e que são absorvidos por este e integram-se a “novas ruralidades” (GOBBI et. al., 2004, p. 229).

Entre as definições de ruralidade, destacamos também as referências às interpretações de Brunet et. al., para quem a ruralidade refere-se a “tudo aquilo que se relaciona à vida rural, em particular às condições materiais e morais da existência das populações rurais” (TEIXEIRA, 1998, p. 53).

Encerramos esse debate a respeito das ruralidades e urbanidades com uma importante citação de Teixeira (2008), através da qual o autor conclui que “[...] é um certo tipo de relação (de produção) entre uma população e seu meio que caracteriza a ruralidade ou a urbanidade, e não as características do meio natural” (p. 53).

Finalizamos assim a discussão a respeito dos conceitos (seção 5.1) e definições (seção 5.2) que foram utilizados na investigação da temática da relação cidade-campo e passamos, na próxima seção, a relacionar os principais modelos e tipologias identificados nos estudos analisados nos anais dos ENGAs.

5.3 Modelos e/ou tipologias de espaços rurais e urbanos

A partir da pesquisa bibliográfica identificamos alguns modelos e tipologias apresentados para explicar e classificar a organização dos espaços rurais e urbanos. Vamos apresentá-los nessa seção, seguindo a ordem de sua publicação nos ENGAs.

Esperamos que a apresentação desse panorama da produção de modelos e tipologias possa auxiliar futuros pesquisadores do tema e estudiosos de diversos ramos da Geografia a refletir sobre os desafios, os limites e as possibilidades de teorização, classificação e proposição de modelos sobre o espaço geográfico.

Iniciamos com a apresentação de um primeiro grupo de modelos e tipologias propostos para compreender a organização do espaço geográfico brasileiro de uma forma bastante abrangente. A maioria dos trabalhos que compõe esse primeiro grupo é de estudos do tipo teórico. São eles: Souza e Sader (1979); Konzen (1984); Lins e Burgos (1985); Hees e Aguiar (1990); Prates e Corrêa (1992) e Lages (1998).

Já no II ENGA encontramos no trabalho de Souza e Sader (1979) uma proposta de zoneamento, visando discutir a questão do desenvolvimento rural no Brasil. As autoras definem quatro tipos de zonas rurais:

- *Zonas Rurais que sofrem pressão urbana*: áreas de expansão das cidades cujo problema essencial se resume aos conflitos relacionados ao uso do solo;
- *Zonas Rurais Dinâmicas*: áreas mais dinâmicas e capitalizadas do ponto de vista do desenvolvimento agrícola;
- *Zonas Rurais Decadentes*: zonas abandonadas, desgastadas, que apresentam decréscimo demográfico, abandono de espaços agrícolas e enfraquecimento da vida local;
- *Zonas Rurais não-ocupadas*⁹⁸: nessas áreas alguns aspectos são normalmente discutidos como: a ocupação racional, a proteção do patrimônio natural e o respeito as populações que as habitam.

No V ENGA localizamos o trabalho de Konzen (1984), no qual o autor adota a classificação de Molina⁹⁹ para identificar quatro grupos de unidades produtivas existentes no Brasil, quais sejam:

- *A unidade camponesa*: associada à pequena unidade de subsistência dedicada primeiramente a produção de alimento para o consumo familiar e secundariamente à produção de excedentes para o mercado;
- *A empresa familiar*: refere-se à unidade agrária familiar organizada de forma empresarial e voltada para o mercado, englobando tanto as unidades sob controle da família quanto as propriedades familiares;
- *A empresa capitalista*: empresa rural dedicada à lavoura, à pecuária ou à forma mista que opera com predominância do trabalho assalariado. Nesse caso os interesses do capital se distinguem daqueles da mão-de-obra;
- *Os latifúndios*: apresentam diferentes formas de existência e de organização, mas são sempre caracterizados pela ociosidade e sub-utilização do fator terra.

Konzen (1984) destaca que “Os grupos são bastante genéricos, mas fundamentais dentro da realidade nacional” (p. 8) e ainda complementa essa afirmação indicando que esses grupos “podem facilmente ser subdivididos em outros mais específicos” (p. 9).

⁹⁸ Considerando o período histórico em que foi escrito o texto, as autoras se referiam às regiões Centro-Oeste e a Amazônica.

⁹⁹ Konzen (1984) cita o trabalho: MOLINA, José F. Um Modelo Estrutural-Cultural para os Estudos de Inovações na Agricultura Brasileira. In: **Rev. De Ec. Rural**. SOBER, Vol 19, no Especial, 1981.

No evento seguinte – o VI ENGA – coletamos o trabalho de Lins e Burgos (1985). Ao desenvolver uma proposta de tipologia para identificar e caracterizar os espaços a região Nordeste os autores propõe uma classificação baseada na discriminação das unidades de produção por tamanho, que poderia, de forma geral, ser aplicada ou adaptada em outras áreas de estudo:

- *Muito pequenas*: de 0 a 10 ha;
- *Pequenas propriedades*: de 10 a 50 ha;
- *Propriedades submédias*: de 50 a 100 ha;
- *Propriedades médias*: de 100 a 500 ha;
- *Propriedades grandes*: de 500 a 1.000 ha;
- *Propriedades muito grandes*: acima de 1.000 ha.

Recolhemos nos anais do X ENGA o texto de Hees e Aguiar (1990) que se apóia na classificação da Tipologia dos Municípios Brasileiros desenvolvida pelo IBGE (1987). A partir dessa classificação do IBGE, as autoras propõem uma contribuição metodológica cujo objetivo seria “definir uma tipologia que demonstrasse, com certo grau de generalização, a forma pela qual os municípios se inserem na totalidade territorial brasileira [...]” (p.193).

Nesse intuito, os elementos selecionados como significativos na construção da tipologia foram a dimensão demográfica, a dimensão econômica e o grau de urbanização. A partir da operacionalização da proposta metodológica Hees e Aguiar (1990) definiram três tipos de municípios:

- *Municípios urbanos*: “engloba municípios fortemente urbanos, de grande expressão demográfica e de estrutura produtiva complexa” (p. 193-194);
- *Municípios em transição para o urbano*: “reúne municípios que se apresentam em diferentes estágios de inserção no processo de urbanização e que se diferenciam entre si pela maior ou menor expressão das atividades agropecuárias” (p. 194);
- *Municípios rurais*: são os municípios “com pequeno grau de inserção no processo de urbanização, voltando-se basicamente para as atividades agropecuárias” (p. 194).

Num outro trabalho, publicado no XI ENGA, Prates e Corrêa (1992) afirmam que “No espaço rural brasileiro, em decorrência da própria expansão capitalista, coexistem diferentes formas de produção” (p. 294). As autoras adotam a classificação

desenvolvida por Lopes¹⁰⁰ que, à semelhança da classificação apresentada por Konzen (1984), identifica quatro tipos de unidades de produção:

- *A unidade camponesa*: refere-se às explorações de pequenos produtores, proprietários ou não. São voltados basicamente para sua reprodução social, com a realização de atividades de subsistência por meio do emprego de mão-de-obra familiar, vendendo o excedente para o mercado;
- *A unidade familiar produtora de mercadorias*: engloba pequenos proprietários que se caracterizam pela exploração agrária mercantil e utilizam fundamentalmente mão-de-obra familiar, sendo que podem empregar, eventualmente, trabalho assalariado;
- *A empresa agropecuária capitalista*;
- *O latifúndio*.

Os dois últimos tipos de unidades agrárias não são detalhados porque não se relacionam ao objeto de estudo apresentado no trabalho. Mas as autoras explicitam uma importante relação a respeito da produção de alimentos e as unidades agrárias que caracterizam a estrutura fundiária brasileira

Considerando-se que os grandes produtores capitalistas, normalmente produzem produtos de exportação e que, as pequenas propriedades são responsáveis pela produção alimentar interna, o modelo de desenvolvimento adotado pelo Brasil, leva as pequenas propriedades, no decorrer do tempo, a modificar o seu papel, passando de unidade camponesa de subsistência, para produtora de mercadoria” (PRATES & CORRÊA, 1992, p. 295).

As autoras, citando Lopes, indicam que a unidade familiar produtora de mercadorias apresenta uma “tendência para a especialização da produção, estreitando-se os vínculos com o mercado, tanto para a venda, como para a compra” (LOPES *apud* PRATES & CORRÊA, 1992, p. 295).

Essa transformação da unidade produtiva camponesa para uma unidade produtora de mercadorias (ou para uma empresa familiar segundo a nomenclatura proposta em Konzen (1984)), é particularmente problemática para a reprodução familiar. Isso porque, como explicam Araujo e outros (2009), a partir das contribuições de Oliveira Neto

¹⁰⁰ LOPES, Juarez Rubens Brandão. **Do Latifúndio à Empresa: unidade e diversidade do capitalismo no campo**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

produções especializadas [...] implicam em maior necessidade de complementaridade, gerando maior mercado de trocas. Ainda segundo o autor, o consumo de novas mercadorias traz a incorporação de novas idéias e valores, que garantidas pelas vias de comunicação (sejam vias de transporte ou informacionais), territorializam novas relações (ARAÚJO et.al., 2009, p. 19).

E como já vimos na seção 5.1., a necessidade de adquirir produtos fora da unidade de produção eleva, e muito, os custos de reprodução familiar.

Após esse breve esclarecimento, retornamos à apresentação dos modelos e tipologias identificados na pesquisa bibliográfica. Através do trabalho de Lages (1998), no XIV ENGA, tivemos acesso à classificação da estrutura fundiária do INCRA vigente na época¹⁰¹. De acordo com o trabalho do autor, a estrutura fundiária brasileira definida pelo INCRA se baseava em classes de área, divididas da seguinte forma:

- Classe < 10 ha;
- Classe 10 < 100 ha;
- Classe 100 < 1.000 ha;
- Classe 1.000 < 10.000 ha;
- Classe > 10.000 ha.

Finalizamos, com esse trabalho de Lages, a apresentação do primeiro grupo de modelos e tipologias, grupo esse que concentrou os estudos do tipo teórico.

A seguir, apresentamos o segundo grupo, que reúne, principalmente, pesquisas do tipo estudo de caso, sendo caracterizadas pela construção de modelos e tipologias para estudo de realidades específicas. São eles: Becker (1983); Baumfeld (1984); Tubaldini e Junqueira (1984); Lins e Burgos (1985) e Monteiro (1986). Mais uma vez, vamos apresentar esses trabalhos por ordem de publicação nos ENGAs.

Ao debater, no IV ENGA, a questão da ação estatal e privada na fronteira amazônica Becker (1983) propôs a diferenciação de duas unidades regionais:

- *Amazônia Oriental* – englobando o centro-leste e o sul do Pará, o norte de Goiás e o extremo Sudoeste do Maranhão;
- *Amazônia Meridional* – compreendendo os estados Acre, Rondônia e Mato Grosso.

A autora destaca que ambas as unidades regionais sofreram influência dominante de São Paulo e que “Na Amazônia Oriental o papel do Estado na indução das formas de povoamento é preponderante. Na Amazônia meridional, em Mato Grosso,

¹⁰¹ O autor adotou como fonte os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural do INCRA (1996).

domina a iniciativa privada, a que o Estado delegou o processo de integração” (BECKER, 1983, p. 25).

A autora ainda aprofunda sua análise, estabelecendo a diferenciação sub-regional das duas unidades regionais definidas anteriormente:

- Amazônia Oriental: “o peso da ação Estatal” (BECKER, 1983, p. 25)
 - a. “O espaço de ocupação induzida da mata do norte de Goiás” (p. 25): onde predomina o povoamento através de grandes fazendas individuais de gado (induzidas pela possibilidade de acesso à terra e ao crédito);
 - b. “O espaço de ocupação incentivada” (p. 26): espaço valorizados por grupos econômicos de capital multinacional;
 - c. “O espaço de ocupação dirigida” (p. 27): área de colonização oficial do INCRA (geralmente distribuição de lotes de 100 ha);
 - d. “enclaves de ocupação antiga” (p. 28): espaços construídos pela iniciativa estatal ameaçados por grileiros, grandes posseiros e empresários devido à valorização da terra.
- Amazônia Meridional (Norte de Mato Grosso): “o peso da iniciativa privada” (BECKER, 1983, p. 28). Diferenciação de três espaços:
 - a. O espaço da grande empresa agropecuária
 - b. O espaço da colonização particular
 - c. O espaço da associação Estado-iniciativa privada (atuação de colonizadoras com apoio do INCRA).

No V ENGA, selecionamos no texto de Baumfeld (1984). O autor, que também estudou os processos de ocupação na Amazônia, propõe a classificação de unidades familiares em quatro grupos:

- *Residuais e Complementares*: correspondem às unidades precarizadas que geralmente vendem a força de trabalho familiar externamente;
- *Mercantis ou Mercantis-Empresariais*: equivalem às unidades em processo de capitalização;
- *Complementar*: são aquelas em que parte dos membros trabalham eventualmente em outras explorações;
- *Mercantis-Empresarias*: são as que utilizam o trabalho de meeiros e assalariados eventuais – principalmente na implantação de culturas perenes.

No mesmo evento, Tubaldini e Junqueira (1984) publicaram um trabalho, baseado num estudo de caso, no qual classificavam a estrutura fundiária de propriedades hortícolas¹⁰² em quatro categorias:

- *Muito pequenas*: 0,2 a 1,5 ha;
- *Pequenas*: 1,5 a 3,5 ha;
- *Médias*: 3,5 a 18,0 ha;
- *Grandes*: 18 a 33 ha.

Ao compararmos a estrutura das áreas rurais apresentadas no primeiro grupo com a estrutura das propriedades hortícolas exposta acima, percebemos a necessidade de flexibilização da classificação de áreas agrárias, adequando-as às atividades agropecuárias desenvolvidas e demais fatores sócio-econômicos, naturais e culturais.

No caso específico da produção hortícola nas unidades familiares, um elemento que pode explicar o tamanho das propriedades é destacado pelas autoras ao afirmar que essa é “uma cultura altamente comercial e intensiva” (TUBALDINI e JUNQUEIRA, 1984, p. 197).

Outros fatores exigem também maior reflexão a respeito do tamanho das propriedades, principalmente quando se trata de políticas públicas de planejamento e gestão de espaços rurais, reforma agrária e/ou implantação de assentamentos. Alguns desses fatores explorados nos textos consultados se referiam: às condições naturais da propriedade (principalmente solo, clima e recursos hídricos); ao tamanho da propriedade segundo o número de membros da família que ela deve prover sustento e às questões de produção e circulação das mercadorias.

No evento seguinte – o VI ENGA – identificamos, mesmo estudo parcialmente apresentado no primeiro grupo, o texto de Lins e Burgos (1985). Os autores definem 12 tipos de espaços rurais na região Nordeste, segundo “combinações agropecuárias e extrativistas vegetais predominantes” (p.128). São eles:

- Áreas Hortigranjeiras
- Áreas Canavieiras
- Áreas Subcosteiras
- Áreas Cacaueiras
- Áreas dos Agrestes

¹⁰² As autoras estudaram a “Estrutura fundiária e relação de trabalhos na horticultura em Ibirité – MG” (TUBALDINI & JUNQUEIRA, 1984, p. 197), conforme o título do trabalho.

- Área do Sertão Norte
- Áreas do Sertão Sul
- Área do Meio-Norte
- Área da Pré-Amazônia
- Área dos Cerrados
- Manchas Úmidas
- Vales Irrigados

Esse é o único trabalho que utiliza a Cartografia para especializar a tipologia proposta, segundo sua escala de análise¹⁰³.

Por fim, o último texto apresentado nessa seção foi coletado nos anais do VII ENGA. Nele, o autor procurou “analisar o desenvolvimento retardado de uma economia agrícola municipal¹⁰⁴ a partir do comportamento, das aspirações e do modo de vida do proprietário rural” (MONTEIRO, 1986, p. 59). A partir da investigação do seu objeto de estudo o autor construiu um modelo, baseado no relacionamento do proprietário com o seu entorno.

Para analisar a interação do proprietário com o seu estabelecimento, Monteiro definiu um modelo no qual a casa sede seria “um ponto a partir do qual se desenvolveriam anéis concêntricos, representando uma área cada vez maior, marcados por uma obscuridade crescente” (MONTEIRO, 1986, p. 61). Desta forma, temos quatro níveis/anéis de relacionamento:

- *Casa sede*: primeira delimitação do horizonte geográfico;
- *Complexo de equipamentos*: espaço circunscrito à casa sede que geralmente comporta quintal, curral de ordenha, paiol, engenho;
- *Áreas de cultivo*: presença ativa do proprietário mas em ritmo de frequência e permanência inferiores aos espaços descritos nos dois primeiros níveis;
- *Áreas de pastagem*: geralmente com relações mais restritas, sendo que algumas vezes o proprietário passa certos períodos de tempo sem visitá-las;
- *Áreas de mata*: o relacionamento do proprietário com essas áreas geralmente se restringe a derrubadas para obtenção de lenha.

¹⁰³ O mapa apresentado no trabalho de Lins e Burgos (1985) encontra-se no Anexo C.

¹⁰⁴ Município de Dom Joaquim – MG.

O autor prossegue sua exposição demonstrando que o relacionamento do proprietário com o espaço fora dos limites do seu estabelecimento obedece a mesma lógica explicitada acima, sendo mais freqüentes as interações com os espaços identificados a seguir, nessa ordem:

- Bairro rural
- A cidade
- Espaço regional
- Espaço extra-regional.

Uma análise interessante a respeito do bairro rural é explicitada por Monteiro nesses termos:

O bairro rural [...] desempenha a mesma função do complexo de equipamentos de cada propriedade, isto é, representa uma espécie de transição entre o lugar, inspirando conforto e segurança, e o espaço engendrando medo e liberdade ao mesmo tempo (MONTEIRO, 1986, p. 61).

Tendo finalizado a exposição dos resultados sobre os modelos e tipologias propostos para compreender os espaços rurais e urbanos passaremos, na seção 5.4, a expor as avaliações sobre o processo de produção do conhecimento identificadas em alguns textos analisados.

5.4 Avaliação da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo

Para finalizar nossa dissertação, gostaríamos de apresentar alguns pontos de reflexão sobre o processo de produção do conhecimento sobre a nossa temática de estudo na Geografia, na Geografia Agrária.

As discussões que serão apresentadas nessa seção foram coletadas nos textos consultados nos anais dos ENGAs e consistem na avaliação dos autores acerca da produção científica da Geografia (e Sociologia Rural) acerca do campo brasileiro. A explicitação dessas avaliações epistemológicas pode nos fornecer elementos teóricos para compreendermos alguns dos embates conceituais apresentados na seção 5.2., ao mesmo tempo em que pode também nos apontar algumas tendências da produção científica.

Uma vez que essas avaliações foram produzidas pelos autores no processo de investigação dos seus objetos de estudo e raramente apresentam a epistemologia da Geografia como problema central de análise, optamos por apresentar essas contribuições de forma descritiva considerando sua ordem de publicação nos eventos. Através de notas de rodapé procuramos identificar o objetivo do estudo realizado pelo autor como forma de contextualizar minimamente o foco da sua produção.

A primeira vez que identificamos um trabalho que procurou refletir sobre a produção do conhecimento sobre a temática na Geografia foi no VI ENGA (1985) em um estudo teórico desenvolvido por Galvão¹⁰⁵. Em relação à questão das relações cidade-campo¹⁰⁶, a autora afirma que

A amplitude do tema, a complexidade dos marcos conceituais em que encontra fundamento, as múltiplas nuances de seu envolvimento teórico e operacional estão a exigir o aprofundamento de estudos sobre a questão (GALVÃO, 1985, p. 276).

Essa observação nos atinge particularmente em relação às motivações que nos levaram a desenvolver nossa dissertação sobre esse tema. Conforme explicitamos na introdução desse trabalho, uma das justificativas apresentadas para a realização dessa pesquisa foi justamente o reconhecimento da complexidade conceitual que nos fala a autora. Durante o processo reflexão para construção do anteprojeto de pesquisa acreditamos que essa complexidade poderia estar relacionada ao envolvimento teórico e conceitual dos pesquisadores, de forma que nos propomos a investigar os referenciais que orientaram a produção científica, definindo essa investigação epistemológica como um dos objetivos específicos da pesquisa.

Após o trabalho de Galvão, no evento seguinte (o VII ENGA), identificamos um texto que, para investigar o estudo de caso¹⁰⁷ cuja proposta central era investigar a percepção espacial, realizou uma análise sobre a produção científica da corrente da Geografia da Percepção. Para Monteiro

¹⁰⁵ “O trabalho não trata especificamente de mudanças sociais no campo mas focaliza diferentes formas sob as quais tais mudanças se manifestam no contexto das relações entre o rural e o urbano” (GALVÃO, 1985, p. 276).

¹⁰⁶ Destacamos também a importante avaliação da autora sobre a interação campo-cidade em que ela afirma que “Troca e percepção mútua sintetizam a relação” (Galvão, 1985, p. 278). Não retornaremos a essa discussão uma vez que ela já foi abordada nos Capítulos 2 e 4 quando discutimos as perspectivas de análise da temática.

¹⁰⁷ “O presente trabalho, o primeiro do gênero realizado no IGC da UFMG, a nível de graduação, procurou retratar a percepção espacial dos proprietários rurais do Município de D. Joaquim, em Minas Gerais” (MONTEIRO, 1986, p. 59).

Espaço vivido e Geografia da Percepção são termos em moda nos estudos geográficos. [...] Nos estudos rurais o tema tem merecido uma menor concentração de esforços dos pesquisadores em Geografia [...] (MONTEIRO, 1986, p. 59).

Monteiro destaca que essa corrente geográfica se sobressai entre os pesquisadores franceses, com uma produção significativa sobre o espaço vivido, mas que “No Brasil, os estudos sobre percepção no meio rural são ainda numericamente muito limitados, e ao nosso conhecimento não preenchem sequer uma mão” (MONTEIRO, 1986, p. 59).

Conforme constatamos no Capítulo 4, a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo utilizando o referencial teórico-metodológico fenomenológico-hermenêutico, ainda hoje, quase vinte e cinco anos depois dessa avaliação de Monteiro, ainda é incipiente.

Já ressaltamos que consideramos importante a coexistência de várias correntes do pensamento e correntes teórico-metodológicas na ciência, à medida que essa coexistência garante múltiplos olhares sobre os fenômenos estudados, levantando questionamentos e promovendo o debate entre as diversas correntes, assegurando a dinâmica do processo de produção de conhecimento.

Alguns anos após essa contribuição de Monteiro, no X ENGA, coletamos outro texto que refletia sobre a produção do conhecimento. A partir de um estudo de caso¹⁰⁸ a autora abordou a produção científica a respeito dos temas: mudança agrícola, migração e trabalho no campo brasileiro. Chase (1990) examina que

A literatura sobre as mudanças na agricultura brasileira enfatiza, quase sem exceção, os efeitos desorganizadores da modernização sobre as populações rurais, referenciando, em seguida à explosão da classe assalariada e sua migração semi-forçada à cidade [...] Quase inevitavelmente a urbanização hoje, em áreas agrícolas, é vista como um sintoma do êxodo rural e o fracasso de assentamento rural. Esta visão essencialmente dualista da mobilidade do trabalho não consegue captar a natureza específica de mudanças agrícolas e sua relação com a migração urbana, com a dinâmica política urbana e com a complexa formação de renda feita pela unidade doméstica (CHASE, 1990, p. 319).

Mais adiante a autora complementa seu raciocínio, indicando que

¹⁰⁸ “O objetivo desta pesquisa é examinar o processo de migração rural-urbana e as estratégias políticas e econômicas subseqüentes adotadas pelas famílias de trabalhadores agrícolas numa região marcada profundamente pela expansão da soja: Rio Verde, no sudoeste goiano” (CHASE, 1990, p. 316-317).

Os trabalhos mais relevantes já publicados no Brasil sobre o trabalhador assalariado rural tendem a subestimar as complexas formas de participação múltipla em mercados rurais e urbanas, apesar de reconhecerem a importância do fenômeno (CHASE, 1990, p. 324).

Pudemos perceber através da análise da nossa fonte de dados que os primeiros quatro eventos (1978-1983) dedicaram-se especialmente a discussão das transformações agrícolas relacionando-as, principalmente, à questão do trabalho no campo e à temática da fronteira agrícola, com ênfase nas migrações. Nesses trabalhos, e em muitos outros que o sucederam, predominaram os elementos de investigação ressaltados pela autora.

Mais recentemente, verificamos que os estudos geográficos têm procurado incorporar em suas análises a crescente complexidade das inter-relações entre as mudanças agrícolas, o trabalho e a migração, a partir da discussão teórica que envolve a intensa interpenetração do trabalho nos mercados rural e urbano.

Nessa mesma perspectiva encontramos, a partir do XII ENGA (1994), alguns trabalhos que buscam analisar as estratégias de sobrevivência de populações rurais a partir da ótica de complementaridade de mercados urbanos e rurais. Muitos dos autores que desenvolvem essa questão indicam que as famílias rurais não distinguem atividades rurais ou urbanas na composição da renda familiar, uma vez que visam a satisfação das necessidades de seus membros.

Esse fato é visto por muitos estudiosos como uma forma significativa de fixação do homem no campo e, em alguns casos, de retardo da completa proletarização do trabalhador rural. De forma geral, podemos dizer que já no XVI ENGA (2002) essas análises pareciam consolidadas no meio acadêmico geográfico, se firmando como importantes vertentes de análise, identificadas em inúmeros trabalhos a partir de então.

Foi nesse mesmo evento, o XVI, que identificamos mais uma contribuição à análise da produção do conhecimento. No texto que constitui um estudo de caso¹⁰⁹, Silva reflete sobre a visão dicotômica que caracterizou durante muito tempo o estudo da relação cidade-campo. O autor destaca que “Essa concepção se baseava na escassez de relações de um como outro, de forma que a divisão setorial era a marca do que era rural e do que era urbano” (SILVA, 2002, p. 264) e perdurou até o contex-

¹⁰⁹ “O objetivo deste trabalho é analisar as transformações ocorridas na relação cidade-campo no município de Três Rios” (SILVA, 2002, p. 264).

to das transformações que levaram à dinamização da interação entre a cidade e o campo.

No mesmo sentido indicado pelo autor também nós apresentamos uma análise, nas seções 5.3 e 5.4, que relacionava a interpretação dicotômica das relações cidade-campo às tradicionais formas e funções desses dois sub-espacos. No contexto anterior à modernização agrícola e ao desenvolvimento do capitalismo no campo as formas e funções apresentadas na cidade e no campo eram aparentemente singulares de modo que eram capazes de distinguir essas duas realidades e salientar um único ponto de contato evidente – o comércio.

No novo contexto caracterizado pela inserção de novas formas e funções ao longo dos últimos anos no Brasil, esse tipo de visão reducionista já não encontra facilmente pontos de diferenciação entre cidade e campo pois essas transformações passaram a aproximar, em várias dimensões, essas duas realidades do espaço geográfico.

No XVII ENGA (2004), recolhemos mais dois textos com contribuições relevantes para compor essa seção. O primeiro – produzido pelos autores Specht e Blume – consiste num estudo de caso, enquanto que o segundo – escrito por Blume – é um estudo epistemológico (o primeiro dessa natureza apresentado nessa seção).

Considerando a emergência das novas dinâmicas rurais, dentre os elementos discutidos na revisão bibliográfica, Specht e Blume¹¹⁰ avaliam que a produção do conhecimento sobre a ruralidade, no meio acadêmico brasileiro, pode ser agrupada em duas vertentes de análise: a desenvolvida por Silva¹¹¹ que compreende o rural *como continuum* do urbano e a defendida por Carneiro¹¹², que trabalha com a perspectiva da representação simbólica.

Segundo a avaliação dos autores, Silva

[...] considera que o meio rural brasileiro nas últimas décadas vem sofrendo um processo de urbanização acelerada, a “urbanização do campo”, através do incremento das atividades industriais na agricultura. Desta forma, a agricultura integrou-se ao restante da economia a ponto de não poderem mais

¹¹⁰ Um dos objetivos explicitados pelos autores é “verificar como as novas dinâmicas sociais proporcionadas pelos estudos da ruralidade, têm influenciado na percepção do rural e do urbano” (SPECHT & BLUME, 2004, p. 264). Eles estudaram o município de Salvador do Sul, no Rio Grande do Sul.

¹¹¹ A obra desse autor mais citada na fonte de dados é: SILVA, J. G. da. **O novo rural Brasileiro**. Unicamp, Instituto de Economia (Coleção de pesquisas, 1). Campinas: 1999.

¹¹² A obra dessa autora mais utilizada na fonte de dados é: CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. In: Estudos Sociedade e Agricultura - n° 11. Rio de Janeiro, 1998.

ser diferenciados os setores de fornecimento de insumos ou compra de produtos. Este também observa, que parte das modificações são relativas as atividades urbanas que estão se adentrando no rural, transformando o espaço. Estes novos tipos de ocupações que ganham destaque nos estudos do rural podem ser denominados como as atividades formadoras do “novo rural” brasileiro (SPECHT & BLUME, 2004, p. 262).

Destacando outros elementos, de acordo com os autores Carneiro

[...] trabalha na perspectiva da ruralidade como uma “representação simbólica”, construída a partir das representações sociais, marcadas pela diversidade cultural, diluída tanto no ambiente rural como urbano, o que reduz a distinção entre os ambientes. O rural passa a ser incorporado de novas identidades, “as novas ruralidades”. Estes novos espaços delimitados arbitrariamente por estas identidades, marcam descontinuidades que travam o avanço das “modernidades” e a homogeneização determinante da leitura do fim do rural. Segundo a pesquisadora, novas formas alternativas de reprodução social surgem no espaço rural como a “pluriatividade”, sendo que estas carecem de estudos mais acurados por parte dos pesquisadores a fim de evitar generalização das interpretações (SPECHT & BLUME, 2004, p. 262-263).

Vimos, na seção 5.2., a complexidade conceitual que permeia os estudos geográficos sobre a temática da relação cidade-campo. Acreditamos que esses autores, ao definir duas vertentes de análise do conceito de ruralidade podem contribuir, ao menos, para compreendermos melhor as divergências em torno desse conceito.

No segundo estudo selecionado nos anais do XVII ENGA, Blume se propõe a investigar as vertentes da Sociologia Rural norte-americana¹¹³, ao reconhecer que

No caso específico das ciências sociais, a sociologia mostrou-se particularmente profícua em criar e desenvolver conceitos analíticos sobre o rural. Indubitavelmente, foi a partir da sociologia rural norte-americana, da década de 1920 a 1930, que este tornou-se um problema de pesquisa particularizado recebendo influência de enfoques diferenciados (BLUME, 2004, p. 273).

Apoiado na classificação de Schneider¹¹⁴, o autor identifica três momentos distintos de investigação: vertente clássica, contexto da modernização e Sociologia da agricultura. Cada um desses momentos levantaria um conjunto de questões que se constituiria o cerne da investigação sociológica sobre o rural.

¹¹³ “O propósito desta discussão é ressaltar como é desenvolvida a abordagem nesta linha de pesquisa, quais as bases teóricas que influenciaram e continuam influenciando os fundamentos para o entendimento do que é o rural como problema de pesquisa” (BLUME, 2004, p. 273).

¹¹⁴ Blume (2004) cita: SCHNEIDER, S. Da Crise da Sociologia Rural a Emergência da Sociologia da Agricultura: reflexos a partir da experiência Norte-Americana. In: **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 14, n° 2, 1977, p. 225 – 256.

Blume (2004) expõe que o primeiro momento definido por Schneider corresponde à vertente da Sociologia Clássica, na qual são identificadas duas abordagens analíticas: a dicotômica e a de *continuum*.

O autor explica que as primeiras pesquisas que estudaram o rural estavam calcadas na “perspectiva da dicotomia ‘gemeinschaft-gesellschaft’/comunidade-sociedade, de Ferdinand Tönnies para a leitura dos processos que diferenciavam socialmente os espaços rurais dos urbanos” (BLUME, 2004, p. 274). De acordo com ele

o estudo do rural proposto pelo enfoque dicotômico clássico se preocupava em determinar evidências que distinguíssem a realidade rural da urbana baseando-se na polarização “comunidade/sociedade”, não se preocupando em identificar possíveis relações de influência que poderiam ocorrer entre as mesmas (BLUME, 2004, p. 275).

Blume (2004) expõe a outra abordagem analítica da vertente clássica explicando que “A partir de 1930, surge a perspectiva do *continuum* rural/urbano que é uma variação analítica do enfoque dicotômico. Este enfoque, de caráter pioneiro e original, foi alavancado pelos autores Sorokin, Zimmermann e Galpin” (p. 275). Segundo ele

Nesta perspectiva a polarização antagônica passou a ser substituída por um gradiente de variações espaciais que vão de uma situação típica (o rural) à outra (o urbano), formando o que os autores denominaram de *continuum* rural-urbano (BLUME, 2004, p. 275).

A relevância dessas contribuições identificadas em Blume, referentes ao primeiro momento definido por Schneider, se relacionam diretamente com nosso trabalho em dois pontos.

No primeiro, podemos complementar a visão dicotômica baseada na distinção comunidade-sociedade como uma sub-divisão da perspectiva dicotômica de análise da temática da relação cidade-campo anteriormente explicitada no Capítulo 1 e aprofundada no Capítulo 4.

Esse foco é particularmente estudado pelos autores que analisaram estudos de caso locais, com destaque para a investigação de bairros rurais e distritos urbanos. Em muitos desses estudos os autores abordam a questão das redes de sociabilidade do campo em oposição àquela identificada no meio urbano, ainda que reco-

nheçam que as primeiras têm sofrido muitas transformações devido as novas dinâmicas sócio-espaciais.

O outro ponto dessa análise que se relaciona com nosso trabalho é a constatação de que a perspectiva de *continuum* rural-urbano que fundamenta as análises do “novo rural” proposto por José Graziano Silva, não é uma perspectiva tão recente quanto alguns autores fazem parecer. Como podemos verificar no trabalho de Blume, essa perspectiva surgiu nos anos 1930, no âmbito da Sociologia.

Passando ao segundo momento da investigação sociológica identificado por Schneider e adotado por Blume, notamos que este está relacionado ao contexto da modernização agrícola americana. Blume explica que nesse momento, pós Segunda Guerra Mundial, ocorreram mudanças importantes na sociedade americana “relacionadas com a modernização tecnológica e a mercantilização das relações sociais no campo” (2004, p. 277).

O autor acrescenta que essas mudanças ocorridas no campo fizeram com que os pressupostos analíticos do rural anteriormente expostos demonstrassem sinais de crise explicativa e possibilitasse o surgimento de outro enfoque. Ele explica que

O novo enfoque teórico passa a centrar-se no agrícola, mais especificamente nos estudos dos processos de difusão e adoção de novas tecnologias, deslocando-se as análises antes pautadas nos indivíduos, para as propriedades. Este modelo de análise ficou conhecido como difusionismo [...] A quantificação passa a assumir um papel destacado, pois efetiva o controle das propriedades. Estes números passaram a esboçar a imagem do rural, tornando-o sinônimo de agrícola. Logo, o rigor teórico passou a ser suplantado por uma definição normativa operacional pois o rural não era mais significativo como objeto de pesquisa, mas apenas como palco da inovação tecnológica [...] (BLUME, 2004, p. 278).

Vemos aqui o gérmen da quantificação nas ciências humanas que atingiria também a Geografia e se firmaria a partir da corrente da Nova Geografia. Como vimos, Corrêa (1995a) afirma que essa corrente surgiu simultaneamente na Suécia, na Inglaterra e nos Estados Unidos.

Podemos compreender algumas razões que permitiram que essa corrente surgisse em lugares diferentes ao mesmo tempo através das seguintes observações de Santos (2004)

[...] encontramos-nos diante de uma escola metodológica que, tentando sobrepor-se aos exclusivismos locais, se manifesta através de organizações e

publicações próprias e busca difundir-se por meio de congressos, colóquios, intercâmbio de professores etc., cobrindo uma área geográfica que desconhecia os limites nacionais. Se o centro de dispersão dessa tendência se confundia com o mundo anglo-saxão, os poderosos meios de difusão de que dispôs fizeram com que se tornasse internacional (SANTOS, 2004, p. 61).

A consolidação dessa tendência da perspectiva difusionista no meio acadêmico sociológico norte-americano corresponde ao terceiro momento identificado por Schneider. Segundo Blume, ele representa a vertente da Sociologia da Agricultura, na qual “o rural como tema é suplantado pela agricultura” (2004, p. 273). O autor esclarece que

Neste sentido, o que se destaca não é mais o recorte físico-geográfico, mas a análise dos processos sociais. Esta leitura passou a se apoiar em novas perspectivas de investigação social, que ainda eram inéditas em termos de análise para o contexto teórico americano, como o marxismo e o estruturalismo. Desta forma, o estudo do rural passa a ser pensado a partir de processos como a divisão social do trabalho e da diferenciação social e econômica das classes. Conseqüentemente o foco analítico desloca-se para a agricultura e o sistema agroalimentar. Em decorrência disto, esta perspectiva teórica denominou-se e definiu-se como sendo da sociologia da agricultura (BLUME, 2004, p. 279).

Vemos a partir daí o surgimento da vertente crítica na Sociologia Rural, que, como vimos no Capítulo 2, esteve essencialmente relacionada à superação da crise epistemológica da Geografia Agrária no Brasil.

Ao nosso ver, Blume estaria propondo adicionar mais um momento da investigação sociológica complementando, assim, a classificação de Schneider. O autor expõe que, no contexto de desenvolvimento do capitalismo contemporâneo, o rural reaparece como tema de interesse da comunidade acadêmica. Ele explica que

Atualmente, diante do ressurgimento do tema da ruralidade, o rural surge como um espaço diferenciado do agrícola. Esta diferenciação passa a ser condicionada pelo fato de que para uma larga camada da população o rural se mantém carregado de um simbolismo, geralmente quando associado ao meio ambiente, sendo que este significado não pode ser simplesmente ignorado. Assim, o rural como um tema que não despertava mais o interesse dos pesquisadores da sociologia da agricultura, retorna aos debates revigorado pela importância que a sociedade atribui a ruralidade (BLUME, 2004, p. 274).

Acreditamos que as influências desse novo modelo de investigação podem ser associadas a muitos trabalhos que exploraram as transformações abordadas na seção 5.1, que discutiu os fenômenos envolvidos no estudo da temática da relação

cidade campo, e suas subdivisões (nas categorias estrutura, processo, forma e função).

Nos detivemos um pouco mais na exposição da avaliação de Blume por considerarmos uma excelente oportunidade para demonstrar a já evidenciada relação entre a Geografia Agrária e a Sociologia Rural a partir das relevantes contribuições salientadas pelo autor.

Seguindo com a exposição das avaliações sobre a produção do conhecimento identificadas na fonte de dados, destacamos o XVIII ENGA (2006) como o evento no qual coletamos maior número desses trabalhos, totalizando quatro textos.

Primeiramente apresentamos o estudo de Souza e Almeida (2006) que desenvolveram um estudo teórico¹¹⁵ no qual identificamos importantes contribuições para essa seção. Os autores apresentam duas posições que, segundo eles, se opõem a perspectiva do “novo rural brasileiro” defendido por Silva¹¹⁶. São elas: a de Carneiro¹¹⁷ e de Wanderley¹¹⁸.

De acordo com Souza e Almeida (2006), Carneiro reconhece que

torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou povoados a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmos em hábitos culturais. No entanto, tal processo, afirma ela, não resulta numa homogeneização que reduziria a distinção entre o rural e o urbano a um *continuum* dominado pela cena urbana. A expansão da “racionalidade urbana” sobre o campo, para a autora, não resulta na dissolução do agrário, nem na tendência à transformação uniformizadora das condições de vida no campo (SOUZA & ALMEIDA, 2006, p. 04-05).

Os autores prosseguem, declarando que

Nesse sentido também são as colocações de Wanderley (2001). Para ela, o rural permanece nas sociedades modernas, como um espaço específico e diferenciado. Essa autora diz que o rural é socialmente integrado ao conjunto da sociedade brasileira e ao contexto atual das relações internacionais. Entretanto, o mundo rural mantém particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas, que o recortam como uma realidade própria, da qual fazem parte, inclusive, as próprias formas de inserção na sociedade que o engloba (SOUZA & ALMEIDA, 2006, p. 05).

¹¹⁵ “O objetivo deste estudo é evidenciar as diferenciações nas práticas alimentares em função dos elementos contidos nas distintas espacialidades” (SOUZA & ALMEIDA, 2006, p. 03).

¹¹⁶ A referência utilizada por Souza e Almeida (2006) encontra-se discriminada na nota 111.

¹¹⁷ A referência utilizada por Souza e Almeida (2006) encontra-se discriminada na nota 112.

¹¹⁸ Souza e Almeida (2006) citam: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRACCA, Norma (coord.). **Uma nueva ruralidad en América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001.

Não nos aprofundaremos nesse debate, gostaríamos somente de ressaltar que, segundo a avaliação dos autores Souza e Almeida, as perspectivas desenvolvidas por Carneiro e Wanderley se opõe as formulações teóricas do “novo rural” de Silva.

Entretanto gostaríamos de pontuar ainda que esses autores identificam duas vertentes antagônicas de oposição ao *continuum* rural-urbano evidenciadas no trabalho de Wanderley: uma que “privilegia o pólo urbano do *continuum* como a fonte do progresso e dos valores dominantes que se impõe ao conjunto da sociedade” e outra que “considera o *continuum* rural-urbano como uma relação que aproxima e integra os dois pólos extremos” (SOUZA & ALMEIDA, 2006, p. 05).

Outro trabalho selecionado no XVIII ENGA para compor essa seção foi o de Lopes e Gomes (2006)¹¹⁹. Essas autoras utilizam as contribuições de Blume¹²⁰ (evidenciadas a pouco) apoiando-se na definição das abordagens da Sociologia Rural norte-americana com o objetivo de “explicitar melhor como essa discussão da relação urbano-rural se processou no Brasil, a partir da década de 1980” (p. 15).

De acordo com as autoras, as discussões sobre as novas ruralidades no Brasil podem ser agrupadas em três grandes correntes teóricas representadas nos estudos desenvolvidos por Silva¹²¹, Wanderley¹²² e Veiga¹²³.

As autoras avaliam que embora essas três correntes apresentem como ponto em comum a discussão sobre as novas dinâmicas das relações cidade-campo, a partir das transformações ocorridas no campo, elas divergem em relação à explicação dessas dinâmicas.

Elas resumem as perspectivas dos três autores relacionando-os aos elementos centrais de sua análise nos seguintes termos:

¹¹⁹ “Esse trabalho tem por objetivo, discutir como a ruralidade, em consonância com os frágeis aspectos urbanos da Região Metropolitana de Natal reproduz de forma complementar e contraditória esse formato territorial” (LOPES E GOMES, 2006, p. 01).

¹²⁰ BLUME, Roni. **Território e ruralidade**: a desmistificação do fim do rural. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, 2004.

¹²¹ Lopes e Gomes (2006) citam: SILVA, José G. O novo rural brasileiro. In: **Nova economia**. Belo Horizonte, maio de 1997. e SILVA, José G. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL DA USP. BRASIL, MÉXICO, ÁFRICA DO SUL, ÍNDIA E CHINA: ESTRATÉGIAS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. São Paulo, 27 e 28 ago. 2001. **Anais...**

¹²² Lopes e Gomes (2006) citam: WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: XX Encontro Anual da ANPOCS. Caxambu, 1996. **Anais...**

¹²³ Lopes e Gomes (2006) citam: VEIGA, José Eli da. A relação rural/urbano no desenvolvimento regional. In: II SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul, 28 set. a 01 out. de 2002. **Anais...**

as contribuições de José Graziano da Silva e suas proposições acerca da urbanização do campo; as contribuições da Maria Nazareth Baudel Wanderley, com a concepção da permanência das representações sociais construídas historicamente no processo de produção específico dos espaços rurais; e ainda as contribuições do José Eli da Veiga, que vem desenvolvendo uma discussão baseada no enfoque territorial, fundamentado numa metodologia normativa que aponta para classificações de aglomerados humanos de acordo com dados estatísticos, como de densidade populacional (LOPES E GOMES, 2006, p. 16-17).

Novamente não comentaremos essas perspectivas para não estendermos ainda mais nosso trabalho. Todavia, vale destacar que, segundo a avaliação de Lopes e Gomes, três importantes autores brasileiros – Silva, Wanderley e Veiga – representariam três correntes teóricas sobre as novas ruralidades.

Ainda no XVIII ENGA encontramos o trabalho Miralha e Hespanhol (2006)¹²⁴ Nele os autores afirmam a existência de “diferentes linhas interpretativas sobre a questão do desenvolvimento das atividades não-agrícolas” (p. 10). Analisando o contexto brasileiro os autores agrupam essas linhas em duas vertentes, exemplificando-as através das análises das obras de Silva¹²⁵ e Baccarin e Souza¹²⁶.

Segundo a análise de Miralha e Hespanhol (2006), enquanto a perspectiva de Silva compreende a realização de atividades não-agrícolas no campo como uma alternativa que permite a dinamização e o fortalecimento da produção familiar, Baccarin e Souza a relacionam como um “sinal de desestabilização e desestruturação interna da unidade produtiva” (p.10).

Esse quadro indicaria um duplo movimento: de um lado a baixa valorização dos produtos agrícolas e, de outro, as constantes altas dos insumos que, desta forma, estaria “inviabilizando o desenvolvimento da atividade agropecuária, que acaba forçando a busca de outras fontes de rendas para complementar a renda agropecuária, que não é mais suficiente para a reprodução familiar” (MIRALHA e HESPANHOL, 2006, p. 10).

¹²⁴ “O trabalho tem como objetivo principal analisar as relações e articulações externas dos assentados entrevistados dos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes” (MIRALHA E HESPANHOL, 2006, p. 01).

¹²⁵ A referência utilizada por Miralha e Hespanhol (2006) encontra-se discriminada na nota 97.

¹²⁶ Miralha e Hespanhol (2006) citam: BACCARIN, José Giacomo; SOUZA, José Gilberto. **Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de “pluriatividade” em uma região de pequena agricultura diversificada.** Jaboticabal: 2004. (mimeografado).

Para finalizar, apresentamos outra reflexão sobre a produção do conhecimento, também no XVIII ENGA, reflexão essa extraída de Souza e outros (2006)¹²⁷. Os autores adotam e explicitam a avaliação de Rúa¹²⁸, cujas reflexões apontam para a distinção de “duas vertentes teóricas que nos auxiliam ao entendimento das atuais dinâmicas nos espaços rurais” (p. 01).

Os autores discorrem sobre a proposta de Rúa, demonstrando que o autor propõe uma linha denominada “abordagem clássica” para agrupar as leituras marxistas e marxistas das relações cidade-campo. Essa abordagem considera

[...] o desaparecimento do rural como uma sina inexorável, ou seja, tendenciam a um ideário homogenizante do espaço geográfico, frente ao processo incessante de urbanização que apresenta seu núcleo difusor no meio citadino (SOUZA et. al., 2006, p. 04).

A outra vertente, na qual o próprio Rúa desenvolve inúmeros trabalhos, não compartilha desse pressuposto de desaparecimento do rural. Ao contrário, admite a existência de novas ruralidades que comporta elementos de permanência do rural frente a expansão do urbano. Isso porque compreende que

apesar de haver realmente uma escala de urbanização que abrange todo território, isso não exclui o rebatimento deste processo quando consideramos um outra escala, a local, que apresenta suas próprias apreensões e/ou *representações* de local/global, interno/externo e rural/urbano (SOUZA et. al., 2006, p. 04) .

Finalizamos, nessa seção, o quinto capítulo, que investigou, a partir dos estudos analisados, os principais fenômenos, conceitos e definições apontados como relevantes para o estudo da temática da relação cidade-campo. Também apresentamos os principais modelos e tipologias adotados/desenvolvidos nesses estudos, além de abordarmos as principais reflexões sobre o processo de produção do conhecimento sobre a temática, efetuadas pelos autores dos textos que compuseram nossa fonte de dados. Desta forma, passamos a seguir a tecer as considerações finais do nosso trabalho.

¹²⁷ “A atual pesquisa apresenta como principal objetivo a (re) formulação de diretrizes para uma melhor inteligibilidade tanto do conceito de espaço rural quanto das atuais políticas de gestão do/ no mesmo, (particularmente no Município de Macaé) [...]” (SOUZA et. al., 2006, p. 01).

¹²⁸ Os autores indicam os trabalhos de Rúa (2002) e (2005) mas não listam a bibliografia consultada.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal da pesquisa que desenvolvemos foi investigar as formas pelas quais a Geografia Agrária tem compreendido e estudado as transformações ocorridas na inter-relação entre o campo e a cidade a partir da difusão e incorporação das novas tecnologias no campo; transformações essas que alteraram significativamente as relações sócio-espaciais e a organização do espaço geográfico brasileiro.

Para finalizar esse trabalho, pretendemos enfatizar algumas análises realizadas ao longo do texto como forma de reunir e sistematizar os principais resultados obtidos através da realização da pesquisa bibliográfica. A guisa de síntese optamos por relacionar esses resultados aos dois objetivos gerais definidos para orientar nossas análises.

O primeiro objetivo geral da pesquisa foi definido como “Investigar a produção do conhecimento no âmbito da ciência geográfica sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil a partir da análise dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (1978-2009)”.

Em relação a esse objetivo, ressaltamos inicialmente que reconhecemos os Encontros Nacionais de Geografia Agrária como importantes fóruns de debate, divulgação de pesquisas e instâncias potenciais para decisão política e epistemológica dos rumos da produção acadêmica nacional.

Ao longo do texto exploramos alguns fatores que podem exprimir a representatividade desses eventos no meio acadêmico geográfico nacional, tais como: sua importância epistemológica para a consolidação da Geografia Agrária como área do conhecimento geográfico; seu significado histórico para a Geografia, ao se tornar a primeira reunião científica especializada dessa ciência; seu engajamento social, ao propor o debate de questões que afligem a sociedade brasileira; sua abrangência espacial, divulgando trabalhos de instituições e pesquisadores de várias regiões do país e a significativa produção acadêmica, uma vez que numerosa quantidade de trabalhos tem sido publicada nos anais desses eventos.

A partir dos dados coletados pudemos constatar que, apesar da predominância de profissionais de Geografia no estudo da temática da relação cidade-campo, observamos uma considerável participação de profissionais de outras áreas do conhecimento. Esse fato parece apontar, por um lado, para o reconhecimento – por parte de pesquisadores de outras ciências – da importância dos ENGAs no estudo do campo brasileiro e, por outro, para a preocupação dos organizadores em promover um diálogo interdisciplinar na abordagem das temáticas definidas para cada evento – tanto nas Sessões de Comunicações, como em Mesas, Conferências, Painéis e outras atividades.

Salientamos que a discussão da temática da relação cidade-campo em um evento de abrangência nacional e de forte articulação interdisciplinar pode ter contribuído também para a difusão do potencial da ciência geográfica na sua discussão.

Identificamos também, no conjunto de dados bibliográficos, grande heterogeneidade quanto aos tipos de trabalhos apresentados – iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, dissertação de Mestrado, tese de Doutorado, projetos de pesquisa, entre outros – e o perfil dos profissionais envolvidos na discussão da temática – docentes universitários, profissionais, técnicos, estudantes do ensino superior (graduação e pós-graduação) e outros.

Ressaltamos, a partir dessa constatação, a importância desse evento como fórum de discussão e divulgação de conhecimentos e consideramos importante a participação de pesquisadores, estudantes e docentes como forma de socialização do saber científico.

Em meio as nossas análises alertamos para a concentração espacial das cidades-sede do evento nas regiões Sul e Sudeste brasileiras (nas quais foram sediados mais de 70% dos ENGAs) e apontamos para uma relação entre a localização

dos eventos e a publicação de trabalhos por pesquisadores/instituições ao analisarmos a produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo.

Com relação à concentração dos eventos, avaliamos que deve estar relacionada à articulação da comunidade acadêmica local, já que normalmente a escolha das cidades-sedes se dá por meio de candidatura. No entanto apontamos a necessidade de promover a descentralização dos ENGAs, como meio de fortalecer a produção de outras instituições e proporcionar aos participantes do evento o conhecimento de outras realidades do espaço geográfico brasileiro.

Já no que se refere à relação sede/publicação buscamos associar dois movimentos complementares: de um lado, a boa articulação local entre os pesquisadores, grupos de pesquisa e instituições parece despertar o interesse em sediar o evento e, de outro, a própria realização dos Encontros Nacionais retroalimentaria a produção desses centros à medida que estimularia a produção local do conhecimento.

Em relação aos referenciais teórico-metodológicos que orientaram os trabalhos analisados pudemos verificar a coexistência das diferentes correntes do pensamento geográfico na investigação da temática em estudo. A Geografia Crítica, sob influência da corrente crítico-dialética, se destacou no conjunto dos trabalhos analisados, entretanto, trabalhos de outras correntes estiveram presentes ao longo dos os ENGAs, inclusive nos eventos mais recentes.

Para encerrar as considerações relativas ao primeiro objetivo dessa pesquisa ainda gostaríamos de reavaliar um pressuposto apresentado na seção “introdução” e destacar uma síntese que consideramos uma das principais contribuições desse trabalho.

No início do nosso texto sugerimos que a temática da relação cidade-campo teria ganhado destaque como objeto de pesquisa na Geografia Agrária a partir do reconhecimento, por parte dos pesquisadores, das dimensões do processo de modernização agrícola.

Agora, após termos concluído a pesquisa, podemos afirmar que a temática realmente foi evidenciada a partir do estudo desse processo (embora o tenhamos relacionado ao processo de desenvolvimento do capitalismo, que consideramos um processo central na discussão da temática).

De modo geral, observamos que a modernização agrícola se configurou como o “pano de fundo” das pesquisas geográficas estudadas nesse trabalho, o principal elemento “problematizador” dos objetos de estudo.

A busca por compreender, interpretar e analisar as transformações sócio-espaciais engendradas por esse processo acabou dando visibilidade à discussão da temática ao evidenciar as profundas relações entre o campo e as cidades brasileiras, vistos até então, como realidades distintas e opostas.

Baseados nas análises efetuadas, enfatizamos que a compreensão da crescente complexidade na interação entre a cidade e o campo perpassa, necessariamente, a compreensão das transformações nas relações sociais de produção e de trabalho e, nesse contexto, seria indispensável a investigação dos processos de modernização agrícola e desenvolvimento do capitalismo no campo.

Avaliamos que uma das principais contribuições dessa pesquisa no sentido de “investigar a produção do conhecimento no âmbito da ciência geográfica sobre a temática da relação cidade-campo no Brasil a partir da análise dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (1978-2009)” é a tentativa de identificar e sistematizar as nuances de produção do conhecimento sobre a temática considerando as peculiaridades da investigação científica nas diferentes correntes teórico-metodológicas e geográficas.

Mesmo reconhecendo as limitações e os riscos de uma sistematização dessa natureza, construímos uma síntese apresentada no quadro 10 (Capítulo 4, seção 4.2). Esperamos que essa síntese possa vir a fomentar o debate e a reflexão a respeito da produção do conhecimento sobre a temática na Geografia e possa servir de base para a investigação de outros objetos e/ou outras fontes de análise.

Por fim, passamos a tecer nossas considerações referentes ao segundo objetivo geral da pesquisa, qual seja: “Avaliar o movimento da Geografia Agrária brasileira no estudo da temática da relação cidade-campo, buscando mapear as lacunas e as tendências para a produção de conhecimento sobre a temática”.

Analisando inicialmente as lacunas identificamos que as perspectivas de análise sobre a temática se concentraram fundamentalmente na análise das *trocas* (sobretudo as materiais) entre essas duas realidades do espaço geográfico. Foram poucos os trabalhos que se propuseram a investigar a temática a partir da perspectiva da *percepção mútua* e sua contribuição ao longo dos eventos é muito pontual.

Acreditamos que essa é uma lacuna na produção do conhecimento porque importantes dimensões do fenômeno “relação cidade-campo”, não estão sendo problematizadas. Enquanto a maioria das correntes geográficas investiga fenômenos e processos hegemônicos envolvidos na compreensão das relações entre a cidade e o campo, algumas relações são quase que completamente ignoradas (ou abordadas superficialmente). Essas relações, denominadas nesse trabalho como “relações marginais”, também integram o fenômeno e revelam outras dimensões de sua investigação científica.

Outra lacuna que pudemos perceber na análise dos anais dos ENGAs está relacionada à questão metodológica. A maioria dos estudos analisados, com raras exceções, não se preocupa em discutir (às vezes sequer a relacionar) a metodologia utilizada. Os trabalhos apresentam, em geral, uma lista de procedimentos metodológicos, sem detalhar as formas de aplicação desses procedimentos, nem suas relações com as questões de pesquisa e os objetivos propostos pelo estudo.

Também identificamos como lacuna a escassa análise inter-escalar no conjunto dos dados bibliográficos. Muitos trabalhos analisados restringiram sua análise aos processos e fenômenos observados na unidade geográfica em estudo sem articulá-la aos processos e fenômenos de outras escalas geográficas.

Embora essas sejam lacunas significativas apontamos como a principal lacuna da produção do conhecimento sobre a temática da relação cidade-campo nos ENGAs a predominância de estudos de caso “isolados”.

Os estudos de caso são uma importante forma de análise dos estudos geográficos e reconhecemos seu potencial de análise científica mas, a nosso ver, precisam discutir elementos, a partir da realidade estudada, que possam ser investigados em outras realidades sócio-espaciais e não “esgotar-se em si mesmos”, ficando restritos à área de estudo.

Nos casos de estudos “isolados”, as pesquisas produzidas são importantes para a formação do pesquisador e para a produção de conhecimento sobre a realidade estudada, mas pouco contribuem com o desenvolvimento da ciência na medida em que não propõem análises gerais, conceitos, teorias e/ou metodologias que possam ser debatidos, complementados e modificados pela comunidade científica.

Com relação às tendências identificadas a partir da pesquisa bibliográfica, destacamos o progressivo aumento na quantidade de trabalhos que analisaram a temática ao longo dos ENGAs. Esse fato parece indicar que o interesse pela temáti-

ca acompanha a complexidade crescente das inter-relações sócio-espaciais entre a cidade e o campo no Brasil.

A partir dessa observação citamos como tendência a provável consolidação da temática da relação nos ENGAs, uma vez que os eventos mais recentes – XVII, XVIII e XIX (2004, 2006 e 2009) – apresentaram eixos temáticos específicos para a discussão da temática, com grande quantidade de trabalhos inscritos.

Outra tendência, também identificada a partir desses três eventos, é a crescente utilização dos seis conceitos geográficos considerados centrais nesse trabalho, quais sejam: espaço, território, paisagem, lugar, região e rede, no estudo da temática da relação cidade-campo.

Obviamente serão necessárias novas observações acerca da consolidação da temática e da utilização desses conceitos nos próximos eventos para constatar-mos se essas tendências vão se confirmar no processo de produção do conhecimento sobre a temática.

Através dessa pesquisa bibliográfica produzimos um trabalho nos moldes de um “estado-da-arte”, que reúne importantes obras e autores que discutiram as relações entre a cidade e o campo no Brasil nos ENGAs a partir do contexto proposto.

Reconhecemos a importância desses encontros nacionais para a Geografia Agrária brasileira e o consideramos representativo para investigar o processo de produção do conhecimento das diversas temáticas relacionadas ao mundo rural.

Esperamos que nosso trabalho possa contribuir para estimular a realização de outros trabalhos científicos sobre o tema e subsidiar futuras pesquisas, ao sistematizar os conhecimentos produzidos na discussão da temática da relação cidade-campo e analisar o processo de produção desses conhecimentos pela Geografia Agrária brasileira.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENTEJANO, Paulo R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 87-112, 2000.

_____. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 2, n. 21, p. 25-39, jul./dez. 2003.

ALVES, Juliana A. et. al. A cadeia produtiva da agricultura na Costa do Arapapá – Manacapuru/AM: uma relação entre o campo e a cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. pp. 1-16.

ALVES-MAZZOTTI Alda J. e GEWANDSZNAJDER, Fernando. Uma Visão Geral do Método nas Ciências Naturais. In: _____. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

ANDERY, Maria A. P. A. et al. **Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica**. 13 ed. Rio de Janeiro: Garamond; São Paulo: EDUC, 2004.

ANDRADE, Manuel C. de. A geografia como ciência. In: _____. **Geografia: Ciência da Sociedade**. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. Geografia Rural: Questões teórico-metodológicas e técnicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Mesas Redondas) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 52.

ANTÔNIO, Armando P.; FRANCISCO, Maria L. O. A dinâmica do mercado de trabalho rural e as novas relações campo-cidade: um exemplo na depressão periférica paulista – Rio Claro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 104.

ARAÚJO, Ana Gabriela J. et. al. Relações entre campo e cidade: a expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro e a transformação do espaço do município de Dourados. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. pp. 1-30.

ARISTÓTELES. **Metafísica**. Trad. Leonel Vallandro. Porto Alegre: Globo, 1969.

AZEVEDO, Francisco F. de. Organização do espaço agrário semi-árido potiguar: ações e inter-relações de agentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 68.

_____; PESSÔA, Vera L. S. Políticas públicas para a agricultura e desenvolvimento rural no Brasil: uma avaliação do período de 1950 a 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 58.

BACELAR, Winston K. A transformação produtiva dos cerrados na região do Triângulo Mineiro e as relações com a pequena cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 141.

BAUMFELD, Carlos M. Notas de um estudo comparativo dos recentes processos de ocupação do espaço na Amazônia Oriental e Ocidental. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 82.

BECKER, Berta K. A fronteira em fins do século XX – Proposições para um debate sobre a Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...** (Tema 1) Uberlândia: UFU, 1983. p. 01.

BERTIN, Jacques. Voir ou Lire. In: **Cartes et Figures de la Terre**, Centre George Pompidou, Paris, 1980. Tradução de Margarida M. de Andrade [Material apostilado].

BLUME, Roni. O rural no contexto analítico da sociologia rural norteamericana: a evolução de uma problemática de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 272.

BRAGANÇA, Mário T. R.; PORCINO, Sylvania do Nascimento. Uma área de agricultura peri-urbana sob pressão ambiental: sub-bacia do Córrego do Quebra, Betim/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** Petrolina: UFPE, 2002. p. 459.

BOSCAGLIA, Fabiano; LOSS, Robson F. Rural *versus* urbano: a rurbanização no Distrito de São Jacinto – ES. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-21.

BORGES, José A.; SILVA, Márcio R. Geografia histórica de Jataí In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-20.

BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Plataforma Lattes: Histórico.** Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/conteudo/historico.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

BRAY, Silvio. Perspectivas teórico-metodológicas da geografia agrária. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 2007. p. 11-16.

CALADO, Aurílio S. C.; SANTOS, Sarah M. M. Fim da dicotomia rural-urbano? Um olhar sobre os processos socioespaciais. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, n. 17, p. 115-124, mar./abr. 2003.

CAMARGO, José Carlos Godoy. História do Pensamento Geográfico: da Pré-História até o século XIX. **Material apostilado.** Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, Curso de Graduação em Geografia, fev./jun. 2003.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida.** 9 ed. São Paulo: Duas Cidades, 2001.

CARLOS, Ana Fani A. A questão da cidade e do campo: teorias e políticas. **Mercator**, Fortaleza, ano 3, n. 5, p. 07-13, 2004.

CARNEIRO, Auner P.; RÊGO FILHO, Luiz de M. **Desenvolvimento municipal/regional: as relações entre o mundo rural e o mundo urbano: legislação, desenvolvimento, dicotomia e superação tecnológica.** Campos de Goytacazes, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fdc.br/arquivos/artigos/3/desenvolvimentomunicipalregional.pdf>>. Acesso em 06 nov. 2007.

CASTRO, Maria C. A. Relação campo-cidade e a dinâmica capitalista: um estudo no oeste do estado do Pará – município de Santarém. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. pp. 1-30.

CHASE, Jacquelyn R. Espaço e Mobilidade no Sudoeste Goiano: uma proposta de pesquisa sobre trabalhadores agrícolas assalariados no município de Rio Verde. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 315.

CHAUÍ, Marilena et. al. **Primeira Filosofia: lições introdutórias.** 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

_____. Convite à Filosofia. 12 ed. São Paulo: Ática, 2000.

CLARK, David. **Introdução à Geografia Urbana.** São Paulo. DIFEL, 1985.

CORRÊA, Roberto Lobato. As correntes do pensamento geográfico. In: _____. **Região e Organização Espacial.** São Paulo: Ática, 1995a.

_____. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995b.

COSTA, Antonio A.; SÁ, Alcindo J. As modernizações agrícolas na reorganização espacial da feira central de Campina Grande – PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-22.

COSTA, Zoraia et. al. Transformações no espaço rural e a situação do pequeno proprietário: o caso de Louveira e Vinhedo no estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** Petrolina: UFPE, 2002. p. 167.

DINIZ, José A. F. Evolução dos conceitos geográficos e o estudo da agricultura. In: _____. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

DINIZ, José A. F. et. al. ENGA ANO 10: Subsídio ao Estudo da História da Geografia Agrária Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Anexo) Aracaju: Editores, 1987. pp. 1-57.

DINIZ, José A. F. O estado da arte da Geografia Agrária na Pós-Graduação em Geografia no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume 1 - Mesa Redonda) Diamantina: UFMG, 1996. p. 19.

DUBY, Georges. **Economia Rural e Vida no Campo no Ocidente Medieval**. vol II. São Paulo: Edições 70, 1988.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1., 1978, Salgado. **Anais...** Salgado: AGB/Núcleo Aracajú, 1978.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 1979, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: Associação de Geografia Teorética e UNESP/Rio Claro, 1979.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Itatiaia. **Anais...** Itatiaia: UFRJ, 1980.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: UFU, 1983.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 1984.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 1986.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** Barra dos Coqueiros: UFS, 1987.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** Teresópolis: UFRJ, 1990.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** Maringá: UEM, 1992.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** Diamantina: UFMG, 1996.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** Goiânia: UFG, 2000.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** Petrolina: UFPE, 2002.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPÓSITO, M. Encarnação Beltrão; WHITACKER, Artur Magon. **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

FELIPE, Clenilda E.; AVELAR, Gilmar A. Expropriação fundiária e exclusão social decorrente do represamento de água para geração de energia elétrica o caso de Três Ranchos – GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Volume 1) Goiânia: UFG, 2000. p. 422.

FERNANDES, Bernardo M.; PONTE, Karina F. As vilas rurais do Estado do Paraná e as novas ruralidades. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n.19, p. 113-126, jul./dez. 2002.

FERNANDES, Bernardo M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **OSAL**, Buenos Aires, ano 06, n. 16, p. 279-285, jan./abr. 2005.

FERRÃO, João. Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro. **Eure**, Santiago, v. 26, n. 78, set. 2000.

FERRAZ, Rafael A. Revisitando o Vale do Ciclo do Café Fluminense: uma análise turística e patrimonial do meio rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA

AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-13.

FERREIRA, Darlene Ap. de Oliveira. **Mundo rural e Geografia: Geografia Agrária no Brasil: 1930-1990.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FONSECA NETTO, Henrique. Mudanças nas estruturas produtivas agrárias: efeitos sobre as relações territoriais, sob a ótica das redes de circulação de produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume II) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 104.

GALVÃO, Maria do Carmo C. A relação campo/cidade no estudo do espaço agrário. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 276.

_____. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** (Anexo) Florianópolis: UFSC, 1988.

GEIGER, Pedro. Estrutura produtiva e novas articulações entre escalas geográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume II) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 133.

GOBBI, Wanderléia A. O. et. al. As transformações no rural e urbano no município de Ituiutaba-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 226.

GRABOIS, José et. al. Rastreamento o habitat tradicional do noroeste fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Volume 1) Goiânia: UFG, 2000. p. 109.

GONÇALVES, Glaudecir; CLEPS JÚNIOR João. A consolidação agroindustrial de Goiás a partir das políticas públicas e da guerra fiscal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 149.

GUSMÃO, Rivaldo P. Os estudos de Geografia rural no Brasil: revisão e tendências. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 3-11, ago. 2006.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxista. In: _____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HEES, Dora R.; AGUIAR, Tereza C. Proposta de Estudo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 133.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Atlas Geográfico Escolar.** 4 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: Grandes Regiões**. Brasil, 2010a. 1 mapa. Escala 1: 250.000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/7a12/mapas/brasil/brasil_grandes_regioes.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2010.

_____. **Brasil: Mesorregiões**. Brasil, 2010b. 1 cartograma. Sem escala. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/mesorregiao.html>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

_____. **Brasil: Microrregiões**. Brasil, 2010c. 1 cartograma. Sem escala. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartogramas/microrregiao.html>>. Acesso em: 21 mar. 2010.

KONZEN, Otto G. Reforma Agrária: O limite mínimo de área para pequenas propriedades viáveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Reforma Agrária) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 07.

LAGES, Vinícius N. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume II) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 31.

LEÃO, Sônia O. Uma visão histórico-crítica das abordagens sobre regionalização agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 57.

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LEITE, Marcos E.; PEREIRA, Anete M. O rural no contexto da vida urbana: considerações sobre Montes Claros In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 125.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LIMA, Aline B. Novas territorialidades na Zona da Mata Paraibana: espaços de construção e de utopia nas relações campo e cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-12.

LINS, Carlos J. C.; BURGOS, Ivonete S.. Tipos de Espaços Rurais no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 127.

LIRBÓRIO, Lúcia F.; GOMES, Edvânia T. A. Análise das técnicas e tecnologias utilizadas pelo setor primário agroexportador de manga em Petrolina (PE) ênfase nas redes de produção e comercialização e seus impactos na estrutura urbana da região. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. pp. 1-21.

LOPES; Rosa M. R.; GOMES, Rita de C. da C.. Ruralidade e urbanização: faces complementares e contraditórias do processo de metropolização de Natal – RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-24.

LUZ, Adilson Bastos. O urbano-rural. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n. 106, p. 30-34, mar. 2003.

MAGINA, Manoel A. A. Espaço agrário e investimentos públicos – o caso do Vale do Rio São João (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: U- NESP/Rio Claro, 1994. p. 24.

MARQUES, Marta Inez M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. In: _____. **O capital**. 10 ed., v. II. São Paulo: DIFEL, 1985.

MENDES, Cesar M. A relação cidade-campo e a produção do território palmense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 120.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia física: ciência humana?** 3 ed. São Paulo: Contexto, 1992.

MENDONÇA, Marcelo R. A urdidura espacial do capital e do trabalho: a ação política construída pelos *trabalhadores da terra e pelos trabalhadores urbanos* na luta pela reforma agrária em Goiás – Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-30.

MENEGATI, Regiane Ap.; HESPANHOL, Rosângela Ap. M. Relação campo – cidade: um estudo do espaço rural no município de Indiana - SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 03.

MESQUITA, Fernando C. A configuração do território para o setor agroindustrial na cidade de Uberlândia-MG no período da descentralização industrial In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. pp. 1-25.

MIRALHA, Wagner; HESPANHOL, Rosângela Ap. M. As relações e articulações externas dos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-21.

MONTEIRO, Vicente F. Percepção no meio rural: estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Volume II) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 59.

MONTE-MÓR, Roberto L. M. O que é o urbano, no mundo contemporâneo. Belo Horizonte, **Centro de desenvolvimento e planejamento regional**, UFMG/Cedeplar, 2006.

MORAES, Antônio C. Robert de. **Geografia: pequena história Crítica**. 21 ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MOREIRA, Ruy. A Geografia Clássica. In: _____. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes clássicas originárias**. v. 1. São Paulo: Contexto, 2008.

MOURA, Marcléia E. A permanência de atividades rurais nos espaços periurbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-21.

MURITIBA, M. J. S.; ALENCAR, C. M. M.; GERMANI, G. I. Luta pela terra, territorialização e a nova geografia de municípios baianos. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 31., 2007, Caxambu. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://201.48.149.89/anpocs/arquivos/10_10_2007_14_12_15.pdf>. Acesso em 22 nov. 2007.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, dez. 2001.

_____. Mobilização sem emancipação: as lutas sociais dos sem terra no Brasil. IN: SOUZA, Boaventura (org.). **Reinventando a emancipação social**. Rio de Janeiro: Lisboa, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. Geografia e Território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Mesas Redondas) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 24.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 185-206, 2001.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U e MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

OLIVEIRA, Victor P. Lugar rural: processo em curso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-16.

PÁDUA, Elisabete M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas: Papirus, 1997.

PRATES, Arlene M. M.; CORRÊA, Walquíria K. Modernização – uso de insumos químicos na horticultura, cuidados e preocupações do agribultor: o caso de Antônio Carlos – SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 286.

PEREIRA, Lídia M. et. al. As relações cidade x campo na produção do espaço: o município de Minaçu- GO In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-12.

PINTO, Vicente P. et. al. Entre o rural e o urbano: os limites dos dados oficiais e a experiência de produtores rurais em Juiz de Fora (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-23.

QUAINI, **Marxismo e Geografia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1979.

REIS FILHO, P. R.; SILVA, J.V.; MESQUITA, H. A. A questão cidade/campo em Catalão-GO: uma leitura a partir da experiência dos atingidos pela barragem Serra do Facão – Rio São Marcos. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., - SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais eletrônicos...** Disponível em:<[http://www2.prudente.unesp.br/agraria/Tabalhos/Artigos/Pedro%20Ricardo%20Reis%20Filho.pdf](http://www2.prudente.unesp.br/agraria/Trabalhos/Artigos/Pedro%20Ricardo%20Reis%20Filho.pdf)>. Acesso em 06 nov. 2007.

RIBEIRO, Marcos R. M. Ordenação do espaço agrário: uma metodologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 31.

ROBERTO JR, Moacir C. et. al. História ambiental e a análise do espaço agrário do Rio de Janeiro em Alberto Lamego In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-15.

ROSAS, Celso A. F. A (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. pp. 1-32.

ROSSINI, Rosa Ester. Mulher e família: Dinâmica do mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume II) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 116.

RUA, João. Urbanização rural ou novas ruralidades? Uma contribuição geográfica para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Volume 1) Goiânia: UFG, 2000. p. 418.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lúcia H. O. Produção familiar integrada ao CAI brasileiro – a produção de pêssego no município de Pelotas – RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p 264.

SAQUET, Danielli B. et. al. Elementos da relação rural-urbano em São Jorge d'Oeste/PR In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 182.

SANFELICI, Daniel. et. al. Análise espaço-temporal das relações rural-urbano no município Terra de Areia/RS In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 170.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. **Boletim Paulista de Geografia**, Rio Claro, n. 54, p. 81-100, jun. 1977.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e Método**. 4 ed. São Paulo: Nobel, 1997.

_____. **Por uma Geografia Nova: da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. 6 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

_____. **Manual de Geografia Urbana**. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

SANTOS, Juliana J.; CHAVES, Manoel R. Valorização do ambiente rural e o ensino de Geografia: produção de material didático para escolas do município de Catalão (GO). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-14.

SERAFINI, Flávio Alves. **Disputas pela terra e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: o caso do vale do São João**. Disponível em <http://www.nead.gov.br/tmp/encontro/cdrom/gt/1/flavio_alves_serafini.pdf>. Acesso em 06. nov. 2007.

SILVA, André Eduardo Ribeiro. A territorialização da agroindústria canavieira: a antiga Usina Amália em Santa Rosa do Viterbo – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 89.

SILVA, Cátia A. et. al. A dimensão rural da metrópole: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-23.

SILVA, Dianice O. A agricultura familiar como viabilidade de desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 89.

SILVA, João Luiz F. Relação cidade-campo: as vertentes teóricas da teoria social-crítica e o caso do município de Três Rios – RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** Petrolina: UFPE, 2002. p. 264.

SILVA, José Graziano da. O Novo rural Brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, ano 7, v. 1, p. 43-81, mai. 1997.

SILVA, Joseleide B.; DINIZ, Lincoln S. O binômio engenho-pobreza no brejo paraibano: uma análise sócio-espacial da relação campo-cidade na produção das periferias rururbanas do município de Areia/PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: USP, 2009. pp. 1-15.

SILVA, Lenyra Rique. **Do senso comum à geografia científica**. São Paulo: Contexto, 2004.

SILVA, Sylvio C. B. de Mello. Teorias de localização e de desenvolvimento regional. **Geografia**, Rio Claro, v 1. n. 2, p. 1-23, out. 1976.

SILVA, Tânia P. As Redefinições do “Rural”: breve abordagem. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 7, n.4, p. 50-55, jan./jul. 2004.

SODRÉ, N. W. A formação da Geografia. In: _____. **Introdução à Geografia (Geografia e Ideologia)**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1993.

SOUZA, Fábio C.; ALMEIDA, Maria G. Do rural ao urbano: alimentação e mudanças nas práticas alimentares. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-21.

SOUSA, João V. F. et. al. O Espaço rural e suas novas dinâmicas: Macaé como estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-18.

SOUZA, Rita C. M. de; BRAY, Sílvio Carlos. Algumas considerações sobre o uso de agrotóxicos nos assentamentos rurais de Casa Branca e Araras – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 325.

SOUZA, Maria Adélia Ap.; SADER Maria R. Toledo. Políticas de Planejamento rural no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 1979, Águas de São Pedro. **Anais...** (Tema 3) Águas de São Pedro: Associação de Geografia Teórica e UNESP/Rio Claro, 1979. p. 01.

SPECHT, Rozimary; BLUME, Roni. A ruralidade e a percepção do binômio rural-urbano no município de Salvador do Sul – RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** Gramado: UFRGS, 2004. p. 259.

SPÓSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPÓSITO, M. Encarnação Beltrão. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: _____; WHITACKER, Artur Magon. **Cidade e campo: relações e tradições entre urbano e rural**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SUZUKI, Júlio César. Geografia Agrária: gênese e diversidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 01-24.

TEIXEIRA, Márcio A. Os estudos rurais estão em crise? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume II) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 52.

TUBALDINI, Maria Ap. S.; JUNQUEIRA, Úrsula P. M. Estrutura fundiária e relação de trabalhos na horticultura em Ibareté = M.G. – um estudo da pequena produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 197.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da Geografia Agrária. In: _____. **Geografia Agrária do Brasil**. vol 1. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1964.

_____. **Estudos de Geografia Agrária Brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1985.

VEIGA, José Eli da. A dimensão rural do Brasil. **Programa de Seminários Acadêmicos**. São Paulo: FEA/USP, abr. 2004. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/se-minarios/artigos/dimensao_rural.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Modelo da ficha-resumo utilizada na pesquisa bibliográfica

BIBLIOGRAFIA	
TEMÁTICA	NATUREZA DA OBRA
	<input type="checkbox"/> Resumo <input type="checkbox"/> Resumo expandido <input type="checkbox"/> Resumo pôster <input type="checkbox"/> Artigo <input type="checkbox"/> Mesas e Conferências <input type="checkbox"/> Outros _____
PESQUISADORES	
<input type="checkbox"/> Estudantes Geografia <input type="checkbox"/> G <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> D <input type="checkbox"/> Docentes de Geografia <input type="checkbox"/> Órgãos oficiais _____ <input type="checkbox"/> Profissional de Geografia _____	<input type="checkbox"/> Estudante - outras áreas <input type="checkbox"/> G <input type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> D _____ <input type="checkbox"/> Professor de outras áreas _____ <input type="checkbox"/> Outros _____
INSTITUIÇÕES DOS PESQUISADORES/GRUPOS DE PESQUISA	
STATUS DA PESQUISA	AGÊNCIAS DE FOMENTO
<input type="checkbox"/> Inicial/Projeto <input type="checkbox"/> Parcial/Em andamento <input type="checkbox"/> Concluída	<input type="checkbox"/> CNPq <input type="checkbox"/> Estaduais. Qual? _____ <input type="checkbox"/> Outros _____
INFORMAÇÕES SOBRE O(S) AUTOR(ES)	
OBJETO DE ESTUDO E OBJETIVOS DO ESTUDO	
PROBLEMÁTICA	
REFERENCIAL TEÓRICO	

METODOLOGIAS/PROEDIMENTOS METODOLÓGICOS EMPREGADOS	
INVESTIGAÇÃO DAS RELAÇÕES CIDADE-CAMPO	
FENÔMENOS E PROCESSOS ANALISADOS	CONCEITOS ADOTADOS/ DESENVOLVIDOS
MODELOS E/OU TIPOLOGIAS DE ESPAÇOS RURAIS E URBANOS	AValiação DA PRODUÇÃO NA ÁREA
INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	ANOTAÇÕES RELEVANTES
OUTRAS ANOTAÇÕES PERTINENTES	
FONTE:	

APÊNDICE B – Síntese da produção de conhecimento geográfico

Nesse apêndice iremos relatar alguns fatores que influenciaram a produção do conhecimento geográfico antes do desenvolvimento da Geografia como ciência.

De acordo com Camargo (2003), durante a Pré-História os conhecimentos geográficos e cartográficos praticamente se desenvolveram juntos e surgiram a partir das necessidades conhecimento, localização e representação dos lugares.

Essas necessidades eram fruto do próprio contexto social da época, caracterizado pelas intensas migrações decorrentes do modo de vida nômade. O nomadismo definia a necessidade de se conhecer a fauna, a flora e os acidentes geográficos do mundo a ser constantemente percorrido como forma de garantir a sobrevivência.

Com a descoberta da agricultura e a progressiva sedentarização dos grupos humanos, novos conhecimentos geográficos foram sendo construídos de acordo com as demandas das diversas sociedades: calendários agrícolas, dinâmicas fluviais, técnicas de navegação, entre outros.

Sodré (1987) esclarece que durante a Antiguidade Clássica, foram reunidos e registrados muitos dos conhecimentos geográficos produzidos até então de maneira isolada pelas diferentes sociedades.

Isso ocorreu principalmente em decorrência das inúmeras guerras que caracterizaram esse período. Os povos derrotados eram incorporados como escravos à civilização vencedora que, muitas vezes, se apropriavam dos conhecimentos dos grupos vencidos.

A civilização grega era social e culturalmente muito diversificada devido às inúmeras guerras travadas. Os gregos absorveram muitos dos conhecimentos desenvolvidos pelos povos com os quais tiveram contato. A Biblioteca de Alexandria era um dos centros que reunia os saberes das diversas áreas do conhecimento. Estima-se que essa biblioteca, destruída em 676 d.C. por um incêndio, continha mais de 400.000 rolos de papiro, reunindo obras dos pensadores gregos e diversas civilizações.

No mundo antigo os filósofos eram os principais responsáveis pela interpretação do mundo e buscavam interpretá-lo através do pensamento racional. Reunidos, em sua maioria em escolas de pensadores, os filósofos buscavam desenvolver idéias e raciocínios baseados na abstração, lançando as bases investigativas do que mais tarde viria a ser a ciência.

Como as principais atividades econômicas dos gregos eram ligadas ao comércio e à navegação, os conhecimentos geográficos produzidos objetivavam, principalmente, a identificação e a localização dos lugares, dos recursos que eles apresentavam e das rotas para chegar até eles (SODRÉ, 1987).

Assim, se por um lado, no interior das Escolas de Pensadores observamos a produção de conhecimentos geográficos fundamentados na abstração¹²⁹, observamos simultaneamente o desenvolvimento de conhecimentos geográficos empíricos¹³⁰, destinados a ampliar o conhecimento dos lugares e de seus recursos.

A partir do século II, os romanos passaram a dominar o mundo antigo, assimilando grande parte dos conhecimentos reunidos pelos gregos. Para Lencioni (1999) esse fato “significou um declínio no desenvolvimento do conhecimento *científico*”¹³¹ na Grécia e, paulatinamente, a adoção do latim como meio de comunicação” (p. 44, grifo nosso).

De acordo com Camargo (2003), devido à própria dimensão do império romano e as reais demandas de sua manutenção, os conhecimentos geográficos produzidos/reunidos pelos gregos referentes ao domínio empírico foram muito explorados pelos romanos. Mas, de maneira geral, os pensadores romanos não ampliaram esses conhecimentos, dedicando-se geralmente às áreas de administração, direito, organização militar e construções.

Com as invasões bárbaras e a queda do império romano, por volta do ano 467, a sociedade européia passou a se organizar em feudos, iniciando-se o período conhecido como Idade Média.

Os feudos eram imensas propriedades agrárias mantidas principalmente pelo regime de servidão. Eram auto-sustentáveis e, por essa razão, os feudos eram praticamente isolados uns dos outros. Cada um deles abrigava imensos contingentes populacionais que residiam e trabalhavam nos feudos em troca de proteção do senhor feudal contra os constantes ataques bárbaros.

¹²⁹ Para citar somente alguns exemplos: Medida da circunferência da terra por Tales de Mileto (640-546 a.C.); Definição de cinco zonas climáticas estabelecida por Pitágoras (582 a.C.); Descrição das influências do meio ambiente sobre o homem feita por Hipócrates (460-377 a.C.); Cálculo da superfície terrestre e estabelecimento das coordenadas geográficas realizados por Eratóstenes (275-194 a.C.) (LENCIONI, 1999).

¹³⁰ Lencioni (1999) cita algumas contribuições importantes: Obra “Descrição da Terra” de Anaximandro (610-546 a.C.); Produção do primeiro mapa-múndi por Hecateu (550-475 a.C.); Definição do conceito de ecúmeno por Aristóteles (384-324 a.C.).

¹³¹ A partir da distinção entre “conhecimento geográfico” e “ciência geográfica” que adotamos nesse trabalho, utilizando inclusive a perspectiva da autora, sugerimos ao leitor que na citação em questão a palavra “científico” seja substituída pela palavra “geográfico”, para evitar interpretação errôneas.

Duby (1988) esclarece que a lavra era realizada pelos servidores domésticos¹³² e que as charruas, isto é, “o grupo de trabalho constituído pelo instrumento, pelos animais de tiro e pelos criados que os conduzem” (p. 50) eram os equipamentos de base da produção e a medida do poder econômico dos senhores.

A Igreja Católica, grande senhora feudal, ficou responsável pela cultura e pelo conhecimento. Através da difusão das explicações teleológicas ou finalistas, a natureza adquiriu um caráter sagrado e sua investigação passou a ser condenável (CAMARGO, 2003).

A igreja adotou algumas explicações desenvolvidas por pensadores da Antiguidade Clássica, principalmente Aristóteles¹³³ e Ptolomeu¹³⁴. Seus pensamentos foram adaptados à crença cristã e transformados em verdadeiros dogmas durante a Idade Média. A única fonte legítima de conhecimento era a Bíblia e a única capaz de interpretá-la era a igreja. A contestação das idéias difundidas pela igreja era considerada heresia e submetida ao julgamento da Santa Inquisição, cujo veredicto ia desde a abjuração até a morte.

Enquanto a Europa se isolava em feudos e resumia suas explicações da natureza à Bíblia Sagrada, os muçulmanos expandiram seu império e se apropriaram dos conhecimentos geográficos produzidos até então. Foram os grandes responsáveis por construir, por volta do ano 800, grandes obras de arquitetura, irrigação e inúmeras vias de transporte. Também tiveram contato com a Biblioteca de Alexandria e traduziram importantes obras escritas por pensadores gregos (CAMARGO, 2003).

Lencioni (1999) explica que durante os séculos de domínio árabe, o horizonte geográfico se ampliou: “um quarto da África, um terço da Ásia e metade da Europa foram conhecidos” (p. 47). Para a autora esse domínio tinha duas características importantes:

¹³² Os servidores domésticos eram compostos basicamente por servos, embora também existissem, em menor número trabalhadores contratados: domésticos permanentes, mercenários, assalariados parciais e trabalhadores de corvéias (reforços sazonais de mão-de-obra).

¹³³ Entre as principais contribuições de Aristóteles adotadas pela Igreja Católica está a sua explicação do universo. Aristóteles dividia o mundo em três: o *mundo sublunar* (mundo sensível da matéria e dos seres compostos de matéria e forma); o *mundo celeste* (constituído de uma matéria especial, incorruptível - o éter) e o *Primeiro Motor Imóvel* (Deus: perfeito; imóvel; causa final do universo – *télos*; regulador dos movimentos dos mundos sublunar e celeste).

¹³⁴ Ptolomeu propôs a Teoria Geocêntrica através da qual a Terra é compreendida como centro do universo.

de um lado, o conhecimento geográfico e, de outro, a peregrinação; ambas características referenciadas na mobilidade territorial. A primeira diz respeito ao caráter de uma civilização com presença de povos nômades que, necessariamente, precisam desenvolver o sentido de orientação e de conhecimento dos lugares. a segunda vincula-se diretamente à religião muçulmana, que sugere que todo muçulmano deve proceder, ao menos uma vez na vida, à peregrinação até a cidade sagrada de Meca. Orar, voltando-se sempre para Meca, exigia orientação constante (LENCIONI, 1999, P. 47).

Entre os séculos XIII e XV, passou a se desenvolver gradualmente uma abertura no modo de produção feudal, com a introdução de alguns elementos, muitos dos quais, foram frutos das sociedades árabes. Destacam-se: a alquimia, os instrumentos feitos por artesãos e o interesse mercantil (CAMARGO, 2003).

Se analisarmos um pouco mais profundamente esses três elementos mencionados por Camargo poderemos constatar que eles representam contradições fundamentais ao modo de produção feudal. Acreditamos que a difusão desses elementos conduziram, alguns séculos mais tarde, à extinção do feudalismo, como procuramos explicar a seguir.

A alquimia consiste num conjunto de técnicas, práticas e conhecimentos para a manipulação de elementos químicos. Essas práticas contrariam o caráter sagrado da natureza determinado pela Igreja Católica à medida que promove a investigação de seus elementos.

Os variados instrumentos artesanais representaram meios que permitiram ao homem certo domínio sobre a natureza e sobre o tempo. Ao utilizar esses instrumentos o homem poderia alterar os ritmos de produção favorecendo o aumento no volume de excedentes, que seriam trocados ou comercializados.

Associado à produção de excedentes está o comércio que progressivamente se instaura na sociedade feudal e que futuramente seria o principal elemento para a sua deteriorização. O comércio se baseia em práticas que encerram importantes conflitos com valores difundidos pela Igreja – usura, ambição, apego aos bens materiais, entre outros.

Esse processo de abertura do modo de produção feudal, obviamente associado a outros fatores políticos e econômicos que não nos aprofundaremos nesse texto, se acelerou na primeira metade do século XV, quando os turcos conquistaram Constantinopla, interrompendo o comércio entre o Oriente e o Ocidente. Essa conquista obrigou a busca por novas rotas de comércio, que por sua vez exigiu o aprimoramento das técnicas de navegação e a necessidade de precisar a localização

dos lugares. Assim, gradualmente a natureza foi sendo dessacralizada estimulada, em grande parte, pelas necessidades das Grandes Navegações e pelo crescimento econômico que elas possibilitavam.

Essa perspectiva foi mantida e impulsionada durante os séculos XVI e XVII apoiada pelo Renascimento¹³⁵. Fundamentada na valorização do homem e no resgate dos ideais da Antiguidade Clássica, esse movimento artístico e científico subsidiou a laicização do conhecimento a partir do desenvolvimento da “Ciência Experimental” e das Artes. Sodré (1987) explica que

Os chamados descobrimentos – isto é, o contato dos europeus com terras e gentes distantes, que desconheciam – prossegue, no século XVII. Como acontece nas fases em que o ritmo do processo histórico se acelera, aprofunda-se a relação dialética entre esses <<descobrimientos>> e as chamadas invenções, quer dizer, as inovações técnicas que os ajudam ou deles dependem (p. 21).

Graças ao aperfeiçoamento das técnicas da imprensa a Cartografia também observou grande desenvolvimento dos conhecimentos geográficos a partir desse período, com maior precisão na representação dos lugares descobertos pelas Grandes Navegações. No final do século XVIII

essa extraordinária acumulação de conhecimentos, empíricos ou não, não resultou apenas das grandes expedições científicas da época, ou mesmo das viagens desprovidas desse caráter. Resultou também do trabalho organizados, particularmente nas academias (SODRÉ, 1987, p. 24).

Nesse contexto em que começa a surgir a sistematização dos conhecimentos geográficos e a se desenvolver a Geografia científica, finalizamos esse apêndice, pois esse processo será investigado no corpo do texto da dissertação.

¹³⁵ Chauí (1986) afirma que para muitos historiadores da filosofia o Renascimento seria “um período de transição para a modernidade ou a ruptura inicial face ao saber medieval [...] O Renascimento teria sido época de grande efervescência intelectual e artística, de grande paixão pelas novas descobertas quanto à Natureza e ao Homem, de redescoberta do saber greco-romano liberado da crosta interpretativa com que o cristianismo medieval o recobriria, de desejo de demolir tudo quanto viera do passado, desejo favorecido tanto pela chamada *Devoção Moderna* (a tentativa de reformar a religião católica romana sem romper com a autoridade papal) quanto pela *Reforma Protestante* e pelas guerras de religião, que abalaram a idéia de unidade européia como unidade político-religiosa e abriram as portas para o surgimento dos Estados Territoriais Modernos” (p. 62).

APÊNDICE C – Eixos temáticos de Comunicações dos Encontros Nacionais de Geografia Agrária (ENGA).

ENGA	ANO	EIXOS TEMÁTICOS
I	1978	Sem eixos temáticos definidos.
II	1979	Sem eixos temáticos definidos.
III	1980	Sem eixos temáticos definidos.
IV	1983	Sem eixos temáticos definidos.
V	1984	Capitalização agrícola Planejamento dos recursos naturais Condições sociais do homem rural Utilização da terra Organização do espaço Tecnologia no campo
VI	1985	Processo de modernização agrícola Pecuarização Grande lavoura canavieira Pequena produção agrícola Regionalização agrária Estrutura fundiária Abastecimento urbano Diversos
VII	1986	Reforma agrária e colonização Pequena produção Organização do espaço agrário Comunicações (livre)
VIII	1987	Metodologia e Geografia Agrária: novas perspectivas Estado e agricultura Agricultura e mudança Estruturas agrária e fundiária Cooperativismo e pequena produção Migrações e relações de produção no campo Relações cidade-campo Orientação da agricultura e zoneamento agrário Organização e produção do espaço agrário Meio-ambiente e agricultura
IX	1988	Organização do espaço Uso da terra Pequena produção Meio ambiente O homem rural Censo agropecuário
X	1990	<i>Não identificado</i>
XI	1992	Organização do espaço Desenvolvimento rural Meio ambiente Trabalhador rural Uso da terra Reforma agrária e conflitos rurais
XII	1994	<ul style="list-style-type: none"> • COMUNICAÇÕES LIVRES Sem eixos temáticos/temáticas definidos. <ul style="list-style-type: none"> • COMUNICAÇÕES VINCULADAS: Agricultura, Meio Ambiente e Modernização Perspectivas da Agricultura Brasileira face à integração econômica regional – MERCOSUL Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas
XIII	1996	MERCOSUL Reforma agrária, assentamentos rurais e colonização dirigida Modernização da agricultura

ENGA	ANO	EIXOS TEMÁTICOS
XIII (Cont.)	1996	Ensino de Geografia Agrária Pequena produção Citricultura e organização do espaço agrário Agricultura, meio ambiente e uso da terra Dinâmica populacional e agricultura Diversos
XIV	1998	<ul style="list-style-type: none"> • COMUNICAÇÕES LIVRES Sem temas/eixos temáticos definidos • COMUNICAÇÕES VINCULADAS Agricultura empresarial e relações de trabalho Movimentos sociais e reforma agrária Agricultura familiar e sustentabilidade ambiental Questões teórico-metodológicas da Geografia Agrária
XV	2000	Agricultura e desenvolvimento sustentável Agricultura e meio ambiente Agricultura e políticas públicas Agricultura familiar e campesinato Agricultura e territorialidade Agroindústria e modernização da agricultura Assentamentos rurais O MST e a luta pela terra Reforma agrária e conflitos sociais no campo Relações de trabalho no campo Temas diversos
XVI	2002	Agricultura brasileira: unidade na diversidade Modernidade no agrobrasileiro e inovação tecnológica Agricultura tradicional brasileira: o velho na funcionalidade do novo Questões teóricas e metodológicas da geografia agrária Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações no campo brasileiro Agricultura e meio ambiente
XVII	2004	<ul style="list-style-type: none"> • COMUNICAÇÕES LIVRES Agricultura familiar e pluriatividade Agricultura e meio ambiente Assentamentos rurais Modernização e territorialidade Educação no campo Relação cidade-campo Turismo rural • COMUNICAÇÕES COORDENADAS Agricultura, pequena propriedade e meio ambiente... Geografia e educação no campo... Modelos de desenvolvimento em conflito... Multifuncionalidade do espaço rural... Reflexões sobre as transformações no espaço agrário brasileiro... Transformações no rural fluminense...
XVIII	2006	O meio técnico-científico informacional e a reorganização do espaço agrário Relações cidade X campo A produção familiar Movimentos sociais no campo Agricultura, desenvolvimento e sustentabilidade O agronegócio e a política agrícola no Brasil
XIX	2009	Produção agrícola e pecuária no Brasil Desenvolvimento e territorialidades Produção sucroalcooleira Práticas sócio-territoriais na agricultura brasileira: tensões e diálogos entre o tradicionalismo e inovações Agricultura familiar no campo brasileiro Relações campo/cidade: rompendo a dicotomia

ENGA	ANO	EIXOS TEMÁTICOS
XIX (Cont.)	2009	Assentamentos rurais: reflexões sobre os impactos sócio-econômicos e territoriais Abordagens teóricas Movimentos camponeses no Brasil Reforma agrária: possibilidades e realidades Assentamentos rurais e camponesinato: deságios e perspectivas Questões sócio-ambientais no campo brasileiro Dinâmica regional no campo brasileiro Energia e infra-estrutura Assentamentos rurais: a organização do trabalho Populações tradicionais Campo e desenvolvimento Transformações produtivas regionais no campo brasileiro Relações solidárias no campo brasileiro Violência e escravidão no campo brasileiro Água no campo brasileiro Extensão: olhares sobre o campo brasileiro Saberes sociais e conhecimentos científicos: perspectivas e possibilidades no/do campo Territorialidade e reprodução camponesa: estratégia de luta Encontros e desencontros entre o rural e o urbano Campo/Cidade: transformações e permanências O papel das redes e dos complexos no espaço agrário brasileiro Atividade turística no campo brasileiro Campo, sujeitos e representações Questão agrária A escola do/no campo brasileiro: possibilidades e entraves Movimentos socioterritoriais de luta pela terra Desenvolvimento e sustentabilidade Transformações na produção agrícola Luta pela terra e realidades regionais diversas Relações de gênero e de trabalho: inovações para a luta O campo brasileiro: modernização e tradição Relação rural e urbano: a perspectiva cultural Acesso à terra, expropriação e exploração no campo brasileiro Territórios e redes no campo brasileiro

Fonte: Dados da Pesquisa (2009).

APÊNDICE D – Lista dos trabalhos analisados nos anais dos ENGAs que compuseram a fonte de dados da pesquisa bibliográfica.

ACIOLI, Andréa. Território e atuação da organização não-governamental Instituto De Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO) no espaço rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-13.

ALCÂNTARA, Denilson Moreira de. Fundos de pasto do estado da Bahia: uma análise cartográfica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 209.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. Assentamentos rurais e pluriatividade no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 139.

ALMEIDA, Adriana C.; FERREIRA, Maria Eunice G. Processo de integração da indústria alimentícia Moinho Globo ao setor agrícola de Sertanópolis. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 01.

ALMEIDA, Luciene Santos de et. al. Análise dos problemas no setor rural do município de Feira de Santana e os reflexos nos movimentos sociais urbanos por habitação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 355.

ALMEIDA, Maria Geralda. Pecuarização no Estado do Acre: Algumas Considerações sobre o Processo e Conseqüências Sociais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 45.

_____; VARGAS, Maria Augusta M. Trabalho artesanal da mulher na reprodução do espaço rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 548.

ALVES, Adriana F.; MAGINA, Manoel A. A integração do estado do Rio de Janeiro ao CAI: alternativas possíveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 20.

ALVES, Genilda do Rosário; SILVA, Marcos Nicolau Santos. As novas atividades no meio rural do município de Montes Claros – MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-13.

ALVES, Juliana A. et. al. A cadeia produtiva da agricultura na Costa do Arapapá – Manacapuru/AM: uma relação entre o campo e a cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-16.

ALVES, Maurício; CORRÊA, Walquíria Krüger. A degradação ambiental no espaço rural e o descaso do poder público: o exemplo do município de São Ludgero (SC). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 106.

ANDRADE, Ana Karina N. et. al. Meio de transporte e relação cidade/campo perfil: dos usuários de “Toyota” entre os municípios de João Alfredo-PE e a cidade do Recife-PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 416.

ANDRADE, Áurea A. A. Viana; MASSOQUIM, Nair Glória. Vila Rural: uma nova modalidade na organização espacial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 181.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia Rural: questões teórico-metodológicas e técnicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Mesas Redondas) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 52.

ANDRADE, Thaís de L. Correia de. A produção do espaço agrário de Pajeú. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 252.

ANDRADE NETO, Joaquim Correia Xavier. O reordamento do espaço produzido e a questão ambiental na zona da mata de Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 74.

_____. A criação e recriação da pequena produção em Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Conferências) Petrolina: UFPE, 2002. p. 71.

ANTONELO, Ideni Terezinha. A metamorfose do trabalho e a mutação do campesinato. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 179.

_____. De camponês à profissional – o caso francês. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 224.

ANTÔNIO, Armando Pereira. Organização do espaço agrário no Projeto Integrado de Colonização REBOJO-IN CRA. Município de Estrela do Norte-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p.07.

_____. A gestão do Estado no território para incorporação e expansão da agricultura capitalista: o exemplo na Alta Sorocabana – sudoeste paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 89.

ANTÔNIO, Armando Pereira; FRANCISCO, Maria Luiza Oliveira. A dinâmica do mercado de trabalho rural e as novas relações campo-cidade: um exemplo na depressão periférica paulista – Rio Claro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 104.

AQUINO, Denize Tomaz. Mudança no Campo e Fenômeno de Urbanização: o Caso de Garanhuns. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 49.

ARAÚJO, Ana Gabriela J. et. al. Relações entre campo e cidade: a expansão da soja no Centro-Oeste brasileiro e a transformação do espaço do município de Dourados. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-30.

ARAÚJO, M. J. R.; SILVA, M. C.; CALAÇA, M. PRODECER II: Políticas agrícolas no estado de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 107.

ARAÚJO, Ruy Belém. Processo de territorialização do capital: Projeto Platô de Neópolis. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 103.

ARESI, Cláudia; SILVA, Ana Maria R. O município de Ronda Alta: os conflitos no campo e as transformações socioespaciais no rural e no urbano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 310.

ARRUZZO, Roberta Carvalho. Técnica e mudanças no mundo do trabalho: o caso da soja em Mato Grosso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 318.

ASSARI, A. Y.; STIER, K. K.; TSUKAMOTO, R. Y. Considerações sobre o papel do 'cinturão verde' no abastecimento de Londrina – Pr. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 222.

ASSARI, Alice Yatiyo et. al. Migração rural-urbana e organização espacial do norte do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 317.

AZEVEDO, Francisco F. de. Organização do espaço agrário semi-árido potiguar: ações e inter-relações de agentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 68.

_____.; PESSÔA, Vera L. S. Políticas públicas para a agricultura e desenvolvimento rural no Brasil: uma avaliação do período de 1950 a 1980. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 58.

BACCARIN, J. G.; GEBARA, J. J.; THOMAZ JR, A. Expansão da cultura da cana na região de Ribeirão Preto-SP e os efeitos sobre a mão de obra. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 138.

BACELAR, Winston K. A transformação produtiva dos cerrados na região do Triângulo Mineiro e as relações com a pequena cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 141.

BARBOSA, Aldemir Dantas. Classificação dos Municípios Segundo a Variação no Uso do Solo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 136.

BARREIRA, Celene Cunha Monteiro Antunes et. al. Urbanidades e ruralidades: a relação cidade-campo nos municípios Água Fria e Padre Bernardo no entorno do Distrito Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-18.

BAUMFELD, Carlos M. Notas de um estudo comparativo dos recentes processos de ocupação do espaço na Amazônia Oriental e Ocidental. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 82.

BECKER, Berta Koiffmann; MACHADO, Lia Osório. Mobilidade do trabalho: proletarização e conservação do campesinato na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Itatiaia. **Anais...** (Comunicações) Itatiaia: UFRJ, 1980. p. 25.

_____. A fronteira em fins do século XX – Proposições para um debate sobre a Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...** (Tema 1) Uberlândia: UFU, 1983. p. 01.

_____. A via brasileira de desenvolvimento no campo e a diferenciação social do campesinato. O caso da fronteira amazônica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 59.

_____. Expansão do Povoamento e Mudança Social: o caso de Rondônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Conferências) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 91.

BERNARDES, Nilo. A Modernização da Agricultura e Suas Conseqüências. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Conferências) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 07.

BEZZI, M. L.; MARIANOF, L. A. Santa Rosa: a modernização da agricultura e a constituição dos complexos agroindustriais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 27.

BICALHO, A. M. S. M.; ARAUJO, A. P.; RIBEIRO, J. C. Comercialização da agricultura metropolitana – o Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 115.

_____. Desenvolvimento rural sustentável e Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 177.

BINSZTOK, Jacob; SOUZA, Leonardo Ferreira e. Itaboraí: Paradigma de uma transição entre o rural/urbano na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 616.

_____; GOMES, V. R.; AZEVEDO, M. C. “Currais clandestinos” e circuito formal na organização da produção leiteira na região metropolitana do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 335.

BITOUN, Jacqueline Pernette G. Notas Sobre o Avanço da Cana-de-Açúcar no Agreste Pernambucano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 75.

_____; SILVA, Marlene Maria. O artesanato cerâmico numa comunidade camponesa do Agreste Pernambucano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 110.

BLUME, Roni. O rural no contexto analítico da sociologia rural norteamericana: a evolução de uma problemática de pesquisa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 272.

BOMBARDI, Larissa Mies. De assentamento a Bairro Reforma Agrária: a construção/reprodução da territorialização camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 192.

BORDALO, Carlos Alexandre. O uso do solo e a transformação do espaço nas bacias dos igarapés Murutucum e Água Preta – PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 337.

BORGES, José A.; SILVA, Márcio R. Geografia histórica de Jataí In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-20.

BOSCAGLIA, Fabiano; LOSS, Robson F. Rural *versus* urbano: a rurbanização no Distrito de São Jacinto – ES. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-21.

BRAGANÇA, Mário Teixeira Rodrigues. Estudo de uma paisagem rural: o alto vale do Rio José Pedro (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 403.

_____.; PORCINO, Silvania do Nascimento. Uma área de agricultura peri-urbana sob pressão ambiental: sub-bacia do Córrego do Quebra, Betim/MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 459.

BRANDÃO FILHO, José Bertoldo. Nova divisão do trabalho e mudanças nas relações rural-urbano na fronteira Mato Grosso/Bolívia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-18.

BRAY, Silvio Carlos. Aspectos da trajetória teórico-metodológica da Geografia Agrária no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 04.

BRITO, M. A.; OLIVEIRA, T.M.; CHMATALIK, M.L. Evolução da agricultura na região Nordeste na década de 1970. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 92.

BRITO, Maria Socorro; UNE, Mitiko Yanaga. A agropecuária da região Norte na década de setenta. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 88.

BROIETTI, Marcos Henrique. A problemática dos bóias-frias em Florestópolis-PR. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 310.

CALAÇA, Manoel. A Origem da Pequena Produção Agrícola no Estado do Acre. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 110.

_____. Considerações Gerais sobre o Plano Regional de Reforma Agrária – Ac. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume II) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 46.

_____. A Questão da terra no Acre e a intensificação dos fluxos migratórios. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 156.

_____. Modernização da agricultura e dinâmica territorial no sul do estado de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 372.

CAMPELLO, Glauce Maria da C. A Atividade de Confecções e a Produção do Espaço em Santa Cruz do Capibaribe – PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 228.

CAMPOS, Edilza. A dinâmica espacial da produção de borracha no povoado de Borracha-Vicência/PE, nas últimas duas décadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 187.

CAMPOS, Fábio Ferreira; FONSECA, Ma. Fernanda. O mercado dos alimentos orgânicos no estado do Rio de Janeiro: opção para os agricultores familiares na busca pela competitividade no setor de grutas, legumes e verduras *in natura*. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 167.

CASSERES, Maetê; CHIAPPINI, Priscila. Tendências da urbanização Fluminense: Uma análise sobre a dinâmica da metrópole. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-9.

CARTAXO, Maria Auxiliadora. A Questão do Comércio de Leite em Campina Grande – PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 218.

CARVALHO, José Pereira. A atividade farinheira em Vitória de Santo Antão/PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 259.

CARVALHO, Márcia Siqueira. Ocupações e assentamentos no norte do Paraná: Fazenda Ingá. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 67.

CARVALHO, Márcia S. et. al. Situação recente da mão-de-obra volante urbanizada nos municípios de Londrina, Cambé e Assaí (Norte do Paraná). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 22.

CASARIN, Rosália. A horticultura em Cáceres/MT. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 220.

CASTRO, Demian Garcia. As transformações sócio-espaciais na região das Baixadas Litorâneas – RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 258.

CASTRO, Eduardo. Território e territorialidades na reforma agrária: a constituição de um território camponês pelos assentados da Fazenda Ipanema. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-15.

CASTRO, Maria C. A. Relação campo-cidade e a dinâmica capitalista: um estudo no oeste do estado do Pará – município de Santarém. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-30.

COSTA, Edgar Aparecido da. Estudo das relações entre as agroindústrias abatedouros de frango e os pequenos produtores familiares em Terenos – MS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 334.

CASTILHO, Cláudio Jorge M. Relação campesinato-pequena indústria urbana e produção do tempo na área de influência da cidade de Toritama/PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 279

CASTILHO, Ricardo. Tecnologias da informação no campo e nova organização do território brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 370.

CAVALARI, Fillipe Fascolim; CANÔNICO, Carlos Eduardo R. Êxodo rural e suas conseqüências: o estudo de caso da prostituição feminina no município de Maringá-Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 321.

CAVALCANTI, Helenilda. Síndrome da Falta de Poder da Classe Pobre. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 249.

CAVALCANTI, Zaida M. Costa; COSTA, Maria Lúcia F. A Mulher do Campo e Seus Alunos – uma contribuição ao estudo da educação no meio rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 245.

CAVALINI, Maria Benedita; PESSOA, Vera Lúcia S. O espaço rural no triângulo mineiro: principais transformações ocorridas nas últimas décadas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 117.

CHASE, Jacquelyn R. Espaço e Mobilidade no Sudoeste Goiano: uma proposta de pesquisa sobre trabalhadores agrícolas assalariados no município de Rio Verde. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 315.

CHELOTTI, Marcelo Cervo; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. As estratégias de produção/reprodução dos assentados no município de Sant'Ana do Livramento – RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 105.

CLEPS, Geisa Daise Gumiero; SILVA, Renata Rodrigues. As redes do comércio solidário em Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-15.

CLEPS JÚNIOR, João; OLIVEIRA, Sandra da Silva. A dinâmica do segmento agro-industrial das empresas ligadas ao processamento de frutas e vegetais tropicais do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 30.

_____. Dinâmica e estratégias do setor agroindustrial no Cerrado: o caso do Triângulo Mineiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 33.

CORRÊA, Tânia Mara; TUBALDINI, Maria Ap. dos Santos. Influência da urbanização na modernização rural do sul de Minas Gerais – 1980 – resultados preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 138.

CORRÊA, Walquiria Kruger; PRATES, Arlene Maria M. As implicações do progresso técnico na horticultura: o caso de Antônio Carlos – SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 128.

COSTA, Ana Luiza dos Santos; CLEPS, Geisa Daise Gumiero. A influência da migração no município de Morro Agudo (SP) e as relações campo-cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-15.

COSTA, Antonio Albuquerque da. A relação campo/cidade na feira de Campina Grande: herança que resiste as modernizações do espaço globalizado. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 176.

_____; SÁ, Alcindo J. As modernizações agrícolas na reorganização espacial da feira central de Campina Grande – PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-22.

COSTA, Eda Maranhão P. Centros Urbanos Canavieiros: Proposta de Classificação das Cidades Situadas no Espaço Nordeste Intitulado Área Canaveira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 70.

_____. Metropolização recifense: expansão urbana X espaço rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 169.

COSTA, M. R. Jr.; FREITAS, I. A.; MOURA, R. A. História Ambiental e a Análise do Espaço Agrário do Rio de Janeiro em Alberto Lamego. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-15.

COSTA, Rinalda C. S.; ANDRADE NETO, Joaquim C. X. A ocupação desordenada do espaço produzido no Brejo dos Ventos no município de Belo Jardim/PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 228.

COSTA, Vera Mariza H. de Miranda. A modernização da agricultura no contexto da constituição do Complexo Agroindustrial no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume II – Mesas Redondas) Maringá: UEM, 1992. p. 02.

_____. A reforma agrária perante a nova constituição. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** (Anexo) Florianópolis: UFSC, 1988. pp. 1-9.

COSTA, Z.; DORANTE, A.; PEREIRA, S. C. Transformações no espaço rural e a situação do pequeno proprietário: o caso de Louveira e Vinhedo no estado de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 167.

COUTINHO, Solange Fernandes Soares et. al. Vínculos e atividades rurais no meio urbano, um estudo de caso na cidade do Recife, Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 114.

DAVID, D.; FONTOURA, S. I. S.; BUTH, F. Projeto integrado de trabalho com professores e alunos das escolas itinerantes. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 305.

DIAS, Liz Cristiane; MARIN, Fátima Ap. Dias Gome. Escola rural e escola urbana: a construção da cidadania através do conhecimento geográfico. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 581.

DINIZ, José Alexandre F. Pecuarização e Questão Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Conferências) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 55.

DINIZ, José A. F. et. al. ENGA ANO 10: Subsídio ao Estudo da História da Geografia Agrária Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Anexo) Aracaju: Editores, 1987. pp. 1-57.

DINIZ, José Alexandre F. O estado da arte da Geografia Agrária na Pós-Graduação em Geografia no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume I - Mesa Redonda) Diamantina: UFMG, 1996. p. 19.

DRUMOND, Azize. Núcleo rural de Vargem Bonita. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 15.

DRUMOND, Azize. Organização do espaço agrário e equilíbrio ambiental no Distrito Federal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 222.

DUARTE, Roseane do Socorro G. Assentamentos estaduais na área do Projeto Ferro Carajás: um estudo da Colônia Paulo Fonteles, no município de Parauapebas – PA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 69.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agropecuária no Baixo Jaguaribe (CE). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 338.

ELICHER, Maria Jaqueline; CORRÊA, Walquíria Krüger. Trabalho familiar e a produção de hortaliças na Guarda do Cubatão – Palhoça/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 235.

_____.; _____. Produção familiar e políticas públicas: a pluriatividade no espaço rural de Joinville/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 197.

FACINA, Natal. O espaço periurbano de Mandaguaçu e suas transformações sócio-econômicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 412.

FALCADE, Ivanira; GERARDI, Lúcia H. O. Considerações preliminares sobre a “organização do espaço agrário em Bento Gonçalves – RS”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 207.

FANHANI, Elisângela Cristina. A pequena propriedade no município de Jussara: crise e sobrevivência. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 188.

FARIAS, Paulo Sérgio Cunha; SÁ, Alcindo José. A absorção das heranças e as transformações/permanências das/nas áreas agropecuárias diretamente tocadas pela extração e industrialização da bentonita em Boa Vista – PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 222.

FELIPE, Cleonilda Evangelista; AVELAR, Gilmar Alves. Expropriação fundiária e exclusão social decorrente do represamento de água para geração de energia elétrica o caso de Três Ranchos – GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 422.

FERNANDES, Ana Cristina de Almeida et. al. Os centros rurais de Pernambuco: diversidade e desigualdade no início do século XXI. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 297.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Espaços agrários de inclusão e exclusão social: novas configurações do campo brasileiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Conferências) Petrolina: UFPE, 2002. p. 61.

FERNANDES, Evandro N. Aspectos socioeconômicos e a situação do produtor rural na cidade de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 282.

FERRAZ, Rafael de Abreu. Revisitando o Vale do Ciclo do Café Fluminense: uma análise turística e patrimonial do meio rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-13.

FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. Geografia e agricultura: um estudo sobre a Geografia Agrária brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 111.

_____. A Geografia Agrária brasileira da década de 30 à de 90: concepções e temáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume II – Mesas Redondas) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 59.

FIGUEIREDO, A. H.; MESQUITA, O. V.; SILVA S. T. O impacto desigual da modernização da agricultura no oeste do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...** (Comunicações) Uberlândia: UFU, 1983. p. 02.

FIGUEIREDO, Roberta Maria B. de. Conflitos de terra na área de influência da estrada de ferro Carajás no sudeste do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 33.

FLORES, Edson Luiz; EDUARDO, Márcio Freitas. A inserção do modo capitalista de produção na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 247.

FONSECA, Vânia. A Intervenção do Estado no Nordeste e Seus Reflexos no Campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 183.

FONSECA NETTO, Henrique. Mudanças nas estruturas produtivas agrárias: efeitos sobre as relações territoriais, sob a ótica das redes de circulação de produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume II) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 104.

FRAGA, Nilson Cesar. *Da lavoura aos tijolos...* Schwinden, uma família de imigrantes – 1862 – 2000: o estudo da família como fonte para análise da ocupação colonial

em Santa Catarina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 171.

FRANÇA, Vera Lúcia A. Transformações na agricultura: o caso do sul de Sergipe. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 119.

_____. Cocioicultura e mudanças na ocupação do litoral sergipano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 40.

FRITSCHÉ, Jean François. Migrações e mercado da terra na região dos cerrados do oeste da Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 514.

FURTADO, E. M.; VIANA, G. D.; BORGES, M. G. L. Orientação da agricultura do Seridó – RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 177.

_____; MEDEIROS; M. F. A.; GOMES, R. C. C. A cultura da mandioca e a reprodução do espaço Serra de Sant'Ana – RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 05.

GALVÃO, Maria do Carmo C.; COELHO, Maria Célia N. Valorização e transformações recentes do uso da terra no município de Silva Jardim. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...** (Comunicações) Uberlândia: UFU, 1983. p. 81.

_____. A relação campo/cidade no estudo do espaço agrário. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 276.

_____. Espaço rural em periferia metropolitana – os municípios de Silva Jardim e Casimiro de Abreu, RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume II) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 54.

_____. Questões e desafios para a investigação em Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** (Anexo) Florianópolis: UFSC, 1988.

_____. Relações campo-cidade e modernização agrícola em área de ocupação consolidada – o estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 10.

GARCIA, Marcia Regina. Vila Rural: a concretização de um sonho? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 154.

GARCINDO, Letícia; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. As mudanças e permanências no campo do sudeste goiano: a Festa de São Sebastião na Comunidade Perobas em Catalão (GO). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-23.

GEBARA, J. J.; BACCARIN J. G.; ZOCOLLER, M. M. O Mercado de Mão-de-Obra Volante na Cana-de-Açúcar e a Migração Sazonal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 53.

_____; PEREIRA FILHO, A.; BACCARIN, J. G. Do vale do Jequitinhonha (MG) à região de Ribeirão Preto (SP): a vida e o trabalho dos migrantes sazonais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 159

GEIGER, Pedro. Estrutura produtiva e novas articulações entre escalas geográficas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume II) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 133.

GERARDI, Lúcia Helena de O. Urbanização e modernização da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 37.

GERARDI, Lúcia Helena de O. et. al. A pequena produção na área deprimida do Alto Paraopeba: diagnóstico e alternativas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 301.

GERMER, Claus Magno. Acumulação de capital e proletarização na agricultura brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume II – Mesas Redondas) Maringá: UEM, 1992. p. 63.

GIOVANNI, Gislaine Zanelato; GEBARA, José Jorge. Os trabalhadores volantes do município de Rio Claro – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 38.

GOBBI, Wanderléia A. O. et. al. As transformações no rural e urbano no município de Ituiutaba-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 226.

GOMES, Rita de Cássia C.; SILVA, Anieres Barbosa. Êxodo rural, crise econômica e a reorganização do território no Seridó do Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 230.

GONÇALVES, Glaudecir; CLEPS JÚNIOR João. A consolidação agroindustrial de Goiás a partir das políticas públicas e da guerra fiscal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 149.

GRABOIS, J.; MARQUES, M. I. M. ; SILVA, M. J. A organização do espaço no baixo Vale do Taperoá: uma ocupação extensiva em mudança. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 57.

GRABOIS, José et. al. Rastreado o habitat tradicional no noroeste fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 109.

GRABOIS, J.; CEZAR, L. H. S.; SANTOS, C. P. Os “sócios do patrão” – horticultura, pequena produção e problemática ambiental em Nova Friburgo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 442.

GRAMS, Marcos Luis. A escola no campesinato: projeto de vida ou negação do rural? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 530

GRANDO, Paulo Jonas. Reestruturação e exclusão na agricultura familiar em Guariaba – SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 201.

HARTMANN, S. J.; FAGUNDES, M. C.; SUZUKI, J. C. Colônia Quero-Quero, preservação das relações do campesinato. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 183.

HEES, D. R.; SÁ, M. E. C.; AGUIAR, T. C. Evolução da agricultura na região Centro-Oeste na década de setenta. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 194.

_____; AGUIAR, Tereza Coni. Proposta de estudo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 190.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros; COSTA, Vera Mariza M. Modernização e regionalização da cultura do tomate no Brasil: a influência da indústria processadora. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-B) Maringá: UEM, 1992. p. 532.

HOEFLE, Scott William. A produção de alimentos tradicionais: fronteira ou regiões consolidadas? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 39.

_____. Políticas de Colonização da fronteira americana: repensando o mito. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 75.

KATER, Maria das Graças L; BARROS, Maria de Lourdes O. O Processo de Transferência dos Agricultores Situados na Área de SUAPE, Pertencentes à Coopeativa de Tiriri. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 88.

_____. Nova São Rafael “O desafio da sobrevivência”. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 161.

_____. A pesca artesanal nas praias ao sul de Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 328.

KONZEN, Otto G. Reforma Agrária: O limite mínimo de área para pequenas propriedades viáveis. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Reforma Agrária) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 07.

KRÜGEL, Eluí; RAUPP, Lorivaldo. A fumicultura no sul do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 118.

LAGES, Vinícius Nobre. Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume II – Mesas Redondas) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 31.

LEÃO, Sônia de O.; SILVA, Bárbara-Christine N. “Pecuarização” e Crescimento Demográfico na Região Comandada por Feira de Santana – Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 40.

_____. Uma visão histórico-crítica das abordagens sobre regionalização agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p.57.

LEITE, Marcos E.; PEREIRA, Anete M. O rural no contexto da vida urbana: considerações sobre Montes Claros In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. p. 125.

LIMA, Aline B. Novas territorialidades na Zona da Mata Paraibana: espaços de construção e de utopia nas relações campo e cidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-12.

LIMA, Diva Medeiros de A. Abastecimento do Recife em Produtos Hortícolas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 222.

LIMA, José Edjaildo Ferreira. O fenômeno da pecuarização no município de Águas Belas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 42.

LIMA, Maria do Socorro B. de. Políticas agrícolas no estado do Amazonas: tendências e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 119.

LINDNER, Michelle et. al. Distribuição espacial dos sistemas de produção da agricultura familiar do município de Ijuí, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 237.

LINS, Carlos J. C.; BURGOS, Ivonete S.. Tipos de Espaços Rurais no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 127.

_____. Metodologia para uma abordagem espacial do Plano Trienal de desenvolvimento do Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 97.

_____.; ALBUQUERQUE, M. Jaci Câmara. Áreas hortigranjeiras de Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 44.

_____.; _____. Áreas hortigranjeiras do Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 119.

LINS, Jomário da Fonseca. As Ligas Camponesas e a Organização do Espaço Canavieiro em Pernambuco: 1955-1964. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 81.

_____. Proposições teórico-metodológicas para um plano de curso de Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 265.

LINS, Rachel Caldas; ANDRADE, Gilberto Osório. Projeto de Pesquisa: os sertões do Araripe – um estudo geográfico. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 235.

LIRA, Sonia Maria de. O “desenvolvimento” dos aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um enfoque na relação cidade/campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-11.

LIRBÓRIO, Lúcia F.; GOMES, Edvânia T. A. Análise das técnicas e tecnologias utilizadas pelo setor primário agroexportador de manga em Petrolina (PE) ênfase nas redes de produção e comercialização e seus impactos na estrutura urbana da região. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-21.

LOCATEL, Celso Donizeti; GOETTERT, Jones Dari. Mobilidade e reprodução da condição social – camelôs e reassentados. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 325.

LOPES; Rosa M. R.; GOMES, Rita de C. da C.. Ruralidade e urbanização: faces complementares e contraditórias do processo de metropolização de Natal – RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-24.

LORENZO, Helena Carvalho de. Produção, consumo e consumo rural de energia elétrica no Estado de São Paulo (1966/1984). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 169.

LORENZON FILHO, Antonio V. et. al. Na estrutura atual do país seria possível uma reforma agrária? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 211.

LUZ, Maria Adelice da Silva; ASSIS, Edvânia Gomes de. Gestão e desenvolvimento rural: um estudo de caso no município de Santa Luzia/PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 322.

MACIEL, Maria Margarida Fonteles et. al. A agroindústria da cana-de-açúcar e o processo de modernização agrícola em Sta. Helena de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 185.

MACHADO, Lia Osório. Urbanização do campo: o exemplo do norte de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Itatiaia. **Anais...** (Comunicações) Itatiaia: UFRJ, 1980. p. 40.

MAGALHÃES, Loiva Zanon de. Cana-de-açúcar: uma monocultura de desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-15.

MAGINA, Manoel Augusto de Andrade. Espaço agrário e investimentos públicos – o caso do Vale do Rio São João (RJ). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 136.

MAIA, Luciana et. al. A agricultura e o uso sustentável da água no município de Colombo/PR. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 65.

MARAFON, Gláucio José. Organização do Complexo Agroindustrial Soja no estado do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 25.

_____; BARBOSA, Pedro P. B. de Castro. O complexo agroindustrial sucroalcooleiro e as transformações sócioespaciais no norte fluminense (1970-2000). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 326.

MARCELINO, Márcio Michalczuk. Uma leitura do samba rural ao samba urbano em São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-24.

MARCHELLI FILHO, João Cláudio. Perspectivas para a agricultura na cidade do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 103.

MARIA, Luciene Xavier; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. A condição da força de trabalho rural no distrito de Guachos, município de Martinópolis/SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 545

MARTINS, Cássio Soares. Análise das transformações do uso da terra da porção centro-norte do município de Paracatu no período de 1985 a 1992 através de técnicas de geoprocessamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 183.

MARTINS, Geraldo Inácio; SOUZA, Angela Fagna Gomes. O trabalho na terra: a materialização da agricultura urbana na cidade de Pirapora-MG. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-30.

MATOS, Patrícia Francisca; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A modernização da agricultura e a (re) organização do processo produtivo agrícola no município de Catalão-GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 35.

MATOS, Suzi de; AGUIAR, Tereza Coni. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 139.

MATTIAZZI, Heloisa. O processo de modernização da bovinocultura de corte no Brasil nos anos 90. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 91.

MEDEIROS, Célia M. Santos V. O moderno e o tradicional na atividade pecuária em Presidente Prudente. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12.,

1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 52.

MEDEIROS, Márvio F. A.; MACEDO, Gileno. A barragem Armando Ribeiro Gonçalves e suas conseqüências sociais e econômicas para a população rural do Baixo-Açu/RN. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 80.

_____. Relações de produção de uso da terra na Zona-da-Mata norterriograndense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 161.

MEDEIROS, Rosa Maria V. A emigração rural na pequena produção no RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 477.

MELLO NETTO, Antônio Vieira et.al. Conseqüências da açudagem pública na agropecuária de São Rafael – Rio Grande do Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 55.

MELO, Beatriz Medeiros de. Diversidade e fragmentação no mundo do trabalho. O caso dos trabalhadores assalariados rurais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-16.

MELO, Emília Pereira. A problemática da tomaticultura na micro-região dos Cariris Velhos – PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 337.

_____. A horticultura paraibana e sua problemática: a produção do espaço tomaticultor em Boqueirão – PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 187.

MELO, Maria José Gonçalves de. As formas de ocupação do brejo: arcaicas e modernas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 108.

MELO, Nágela Ap.; RIBEIRO, Beatriz Soares. Modernização da agricultura e a dinâmica urbana: estudo de Jataí (GO) no período de 1970 a 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 202.

MENDES, Cesar Miranda. A relação cidade-campo e a produção do território palmense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 120.

_____. Algumas considerações sobre a Regionalização do Território Paranaense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 22.

MENDES, Cesar Miranda. Algumas relações entre o urbano rural do norte do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 54.

_____. As raízes rurais da cidade de Sarandí produzidas por Maringá – PR. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 07.

MENDES, Estevane Paula P.; GONÇALVES, Juliano Rosa. As transformações do espaço agrário brasileiro. Abordagens sobre o setor agroindustrial: a produção de soja no município de Catalão–GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 322.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. A modernização da agricultura e a produção familiar: o novo campesinato. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 185.

_____. O mutirão e a festa: estratégias da comunidade camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 585

_____; THOMAZ JÚNIOR, Antonio. A modernização da agricultura e os impactos sobre o trabalho rural em Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 152.

_____. A urdidura espacial do capital e do trabalho: a ação política construída pelos *trabalhadores da terra e pelos trabalhadores urbanos* na luta pela reforma agrária em Goiás - Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-30.

MENEGATI, Regiane Ap.; HESPANHOL, Rosângela Ap. M. Relação campo – cidade: um estudo do espaço rural no município de Indiana - SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 03.

MENEZES, Ana Virgínia. Relação de trabalho – uma análise de conflito num município do sertão sergipano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 163.

MENEZES, Sócrates Oliveira. Camponês e classe trabalhadora na ótica da centralidade do trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-22.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. O cultivo de plantas ornamentais: opção dos agricultores familiares no município de Boquim/Sergipe. In: ENCONTRO NACIONAL

DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 393.

MESQUITA, Fernando C. A configuração do território para o setor agroindustrial na cidade de Uberlândia-MG no período da descentralização industrial In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-25.

MICHELOTO, Antônio Ricardo. Tupaciguara, 1980: os “bóias-frias” em questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 4., 1983, Uberlândia. **Anais...** (Comunicações) Uberlândia: UFU, 1983. p. 20.

_____. Reforma agrária e movimentos sociais do campo – a perspectiva da Igreja Católica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 91.

MINATTO, João Marcos; CORRÊA, Walquíria Krüger. As inovações tecnológicas da agricultura e a lógica de reprodução social dos agricultores familiares de Turvo/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 140.

MIORIN, Vera Maria F. Conseqüências da Modernização Agrícola na Região Centro-Nordeste do Planalto Gaúcho. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 07.

_____; BEZZI, M. L.; SIBORDI, A. F. G. A reprodução das relações de produção na evolução do espaço no Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 165.

MIORIN, V. M. F. et. al. Adequação do ensino de Geografia a realidade rural : um estudo junto as escolas núcleo do município de Santa Maria/RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 302.

MIRALHA, Wagner; HESPANHOL, Rosângela Ap. M. Êxodo rural dos jovens e questão sucessória entre os produtores familiares no município de Álvares Machado – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 78.

_____; _____. As relações e articulações externas dos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-25.

MIRANDA, Elis de Araújo. A importância da CVDR para o estado do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 334.

MIRANDA, Mariana. Os Novos Espaços da Colonização em Rondônia: uma avaliação preliminar de suas perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 176.

_____. Colonização e Reforma Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume II) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 08.

_____. Estratégias e práticas de apropriação da terra na Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-B: Anexo de Comunicações) Maringá: UEM, 1992. p. 772.

MONTEIRO, Vicente Ferrer. Percepção no meio rural: estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume II) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 59.

MONTES, S. R.; SOARES, B. R.; PESSÔA, V. L. S. Modernização agrícola e mudanças nas relações urbano e rural, no município de Uberlândia (MG), a partir de 1970. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 46.

MONTILHA, Luzia Aparecida; SERRA, Elpídio. Estudo de um processo interativo: produtor rural – CEASA – Sacolões – Feiras Livres – Quitandeiros – Consumidor Final. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 60.

MOREIRA, Emília de Rodat F.; MOREIRA, Ivan Targino. Transformações do espaço agrário paraibano e conflitos de terra. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 101.

_____. A dominação da usina sobre a organização do espaço no brejo paraibano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 169.

_____. Modernização e progresso técnico na agricultura paraibana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 208.

_____; MOREIRA, Ivan Targino. Geografia Agrária e Formação Sindical: discutindo a evolução do processo de negociação coletiva no campo nordestino. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 65.

_____; MARIANO NETO, Belarmino. Da senzala á agrovila: as condições de moradia dos trabalhadores da cana nordestinos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 75.

MOREIRA, Emília et. al. Mudanças na organização do espaço agrário e impactos sobre a produção agrícola na zona canavieira da Paraíba (1985 – 2000). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 190.

MOREIRA, E.; FIGUEIREDO, E. A.; TARGINO, I. Evolução da população rural paraibana durante a década de noventa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 191.

MOREIRA, Erika Vanessa; HESPANHOL, Rosângela Ap. Medeiros. A importância das rendas não-agrícolas no bairro Aeroporto, município de Presidente Prudente-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 192.

_____; _____. Estrutura produtiva e econômica do Bairro Aeroporto, município de Presidente Prudente-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 191.

MOREIRA, Ivan Targino E.; FIGUEIRÊDO, Erik Alencar de. Dinâmica agrícola e mobilidade espacial rural no Nordeste. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 573.

MOREIRA, Roberto José. Configurações de poderes urbano-rurais: Fragmentos de discursos e práticas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Mesa-Redonda) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-23.

MORO, Dalton Áureo; TEIXEIRA, Wilson Antônio. Diagnóstico do impacto ambiental do Projeto de Irrigação e Drenagem do Baixo Ivaí. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 414.

_____. Aspectos da dinâmica espacial da população norte-paranaense, durante o processo de modernização da agricultura regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 56.

_____; DIAS, Raquel P. Modernização agrícola rural no oeste paranaense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 150.

_____. A cidade e o campo no contexto do processo de desenvolvimento econômico recente do estado do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 06.

_____. Transformações socioespaciais decorrentes da modernização da agricultura no estado do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 352.

MOTA, Márcia da Conceição; SILVA, Nádia Cristina. Outro e Preto/MG: a produção e comercialização olerícola. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 620.

MOURA, Hélio A. A Dinâmica Demográfica Recente do Estado de Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 256.

MOURA, Marcléia E. A permanência de atividades rurais nos espaços periurbanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-21.

MURATORI, A. M.; PIRES, E. R. ; SOUZA, N. Z. A. Comunidades rurbanas: uma proposta viável? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 559.

NEVES, Karina F. T. Viturino. Relações cidade-campo: estudo da produção de conhecimento no âmbito da ciência geográfica a partir da consolidação do meio técnico-científico-informacional no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-20.

NOGUEIRA, Annyella Kássia et. al. O sistema de produção agrícola do pré-assentamento Canudos: uma proposta preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 97.

NORONHA, Elias Oliveira; HESPANHOL, Rosângela Ap. de Medeiros. Pluriatividade no município de Presidente Prudente: o caso do distrito de Montalvão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 102.

OLIVEIRA, A. A. B.; RODRIGUES, M. S.; GOMES, E. T. A. Propriedades rurais em perímetro urbano: um estudo de caso em Camaragibe – Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 180.

OLIVEIRA, Adriano Rodrigues; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A estrutura da produção agrícola no município de Anhumas-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 349.

_____; _____. A estrutura da produção agrícola do município de Anhumas – SP: perspectivas de dinamização. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 125.

OLIVEIRA, Alecio Rodrigues; COSTA, Vera Mariza H. M. Os reflexos da sociabilidade em bairros rurais e a formação de capital social. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 11.

OLIVEIRA, Alecio Rodrigues; COSTA, Vera Mariza H. M. Bairros rurais, agricultura familiar e pluriatividade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-24.

OLIVEIRA, Alexandra Maria de. Agricultura em áreas metropolitanas: um estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 577.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia e território: desenvolvimento e contradições na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Mesas Redondas) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 24.

OLIVEIRA, Cileia Cláudia; TSUKAMOTO, Ruth Youko. Vila Rural João Inocente: a volta ao campo? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 425.

OLIVEIRA, Cleide de Fátima G. O Empreiteiro: elemento intermediário na contratação da mão-de-obra volante da zona canavieira Pernambucana. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 62.

OLIVEIRA, Darlene Aparecida de. O pequeno produtor familiar e suas relações com o complexo agroindustrial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 173.

OLIVEIRA, Érica Patrícia B.; SENA, Jessé de Andrade. As políticas públicas para o setor agrário no Nordeste: cenários atuais e perspectivas para o futuro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 229.

OLIVEIRA, Francisco Artur Corrêa de. A exploração do petróleo e as transformações territoriais decorrentes no município de Macaé – RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-14.

OLIVEIRA, L. D.; BARROS, C. A. F.; AGOSTINHO, Z. L. R. A mecanização agrícola em um país em desenvolvimento e o verdadeiro sentido de uma reforma agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 514.

OLIVEIRA, Mário Sérgio Celski de. A eletrificação rural e a modernização da agricultura no município de Campo Mourão – Estado do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 224.

OLIVEIRA, Victor Pereira de. Lugar rural: processo em curso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-16.

OROZCO, Marcelo; RIBEIRO, Roberto. A dinâmica espacial do complexo agroindustrial da soja e a transformação urbana na fronteira agrícola – o caso Primavera do Leste. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 24.

PACCELLI, Elka. A agroindústria algodoeira e canavieira e o movimento migratório no município de Leme-SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 311.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha; BRANDÃO, Carlos Rodrigues. As representações das práticas socioespaciais no trabalho e na cultura dos homens e das mulheres nas margens do Rio São Francisco em Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-15.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de et. al. A região mineira do Nordeste-Grande Sertão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-18.

PAULINO, Eliane Tomiasi. O município de Presidente Prudente: algumas considerações sobre a estrutura fundiária e suas implicações. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 67.

_____. Autonomia e dependência em assentamentos e vilas rurais. estudo comparativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 387.

PAVIANI, Aldo. “Geografia do desperdício” – relações com o ambiente rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 107.

PEREIRA, Altamira; GOMES, Conceição Ap. de Q. Caracterização dos agricultores familiares no bairro Km 50. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 213.

PEREIRA, Anete Marília; SOARES, Beatriz Ribeiro. Urbanização e pobreza na região norte mineira: considerações preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 22.

PEREIRA, Aparecido de Oliveira; TEIXEIRA, Márcio Antônio. O pequeno produtor e o crédito rural no contexto da política agrária brasileira: o caso do município de Alfredo Marcondes – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 205.

PEREIRA, L. M.; BURJACK, I.; ROCHA, R. G. As relações cidade x campo na produção do espaço: o município de Minaçu-GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GE-

GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-12.

PEREIRA, Vilma Paiva; AQUINO, Denize Tomaz. A agricultura de subsistência em Paratama – PE e o êxodo rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 69.

PERTILE, N.; SCHEIBE, L. F.; CORRÊA, W. K. O trabalho familiar no espaço agrário de Jacinto Machado/SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 237.

PERUCHIN, Caetano. A reforma agrária e o legislativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Reforma Agrária) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 23.

PINTO, Josefa E. S. de Siqueira. Clima e agricultura no baixo São Francisco sergipano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 601.

PINTO, V. P.; PALHA, F. P.; PRIETO, C. B. Entre o rural e o urbano: os limites dos dados oficiais e a experiência de produtores rurais em Juiz de Fora (MG). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-23.

PONTES, Beatriz Maria S. O Polonordeste: Uma Estratégia de Desenvolvimento Regional? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 98.

_____. O Plano Nacional de Reforma Agrária e a Sociedade Brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 202.

_____. Projeto Nordeste – Programa do pequeno produtor rural no Estado da Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 123.

PONTES, Karina Furini et. al. Vilas rurais e retorno da população ao campo: a quem interessa? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 402.

PONTE, Karina Furini da. Algumas reflexões a partir dos projetos de “reforma agrária” do programa vila rural e dos assentamentos rurais. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 351.

_____. Uma análise das novas ruralidades e do controle social no Programa Vilas Rurais do estado do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 215.

PRATES, Arlene Maria M; CORRÊA, Walkíria Krüger. Produção e comercialização de hortaliças no município de Antônio Carlos – SC: alguns resultados preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 149.

_____.; _____. Modernização – uso de insumos químicos na horticultura, cuidados e preocupações do agrilultor: o caso de Antônio Carlos – SC. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 286.

QUINTAS, Fátima. Pobreza: ideologia e migração feminina. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 272.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. Quem são os sem-terra? A relação campo-cidade na questão da reforma agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 155.

_____. Impactos socioespaciais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – Pontal do Paranapanema/S.P. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 407.

RAMALHO, Hilton Martins de Brito; TARGINO, Ivan. As exportações brasileiras de cacau e o espaço agrário do sudeste baiano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 138.

REGO, José Alfredo Gomes do et. al. A resistência da agricultura de subsistência na região do Acaba Vida, município de Niquelândia-GO. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 229.

REGUEIRA, Maria Filonila S. D. O recuo das culturas na microrregião do Recife. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 87.

RIBAS, Alexandre Domingues. As transformações no mundo do trabalho e a luta pela terra no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 287.

RIBEIRO, Dinalva Donizete; SOUZA, Zaqueu Henrique. Organização do espaço para/pela Perdígão/S.A. - “Complexo Araguaia” no município de Mineiros – Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-15.

RIBEIRO, Marcos Roberto M. Ordenação do espaço agrário: uma metodologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 31.

RIBEIRO, Miguel Angelo C.; ALMEIDA, Roberto Schmidt. Os pequenos e médios estabelecimentos industriais nordestinos e suas vinculações com o mundo rural. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 449.

RIBEIRO, Paulo Roberto C. Sementes melhoradas e sua importância no cultivo da soja. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 308.

ROCHA, Luciano Albuquerque; AMARAL, Márcio Douglas Brito. O rural e o urbano na Amazônia: as transformações espaciais na área de influência do projeto ALBRÁS/ALUNORTE – o caso do bairro do Laranjal. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 261.

RODRIGUES, Auro de Jesus. Camponeses: do trançado ao mercado. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 117.

RODRIGUES, Maria de Lourdes. Organização do espaço e intervenção do estado no norte da Belém-Brasília trecho Castanhal/Imperatriz. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 1979, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: Associação de Geografia Teórica e UNESP/Rio Claro, 1979. p. 32.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Agricultura e Agroindústria: perspectivas de novas configurações. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume II – Mesas Redondas) Maringá: UEM, 1992. p. 44

ROSAS, Celbo Antonio da Fonseca; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. As transformações no espaço agrícola do município de Santa Fé do Sul – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 264.

_____. (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-32.

ROSSINI, Rosa Ester. Considerações a respeito das tendências da mão-de-obra volante na agricultura paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 1., 1978, Salgado. **Anais...** (Resumo de Comunicações) Salgado: AGB/Núcleo Aracajú, 1978. p. 18.

_____. A mulher como força de trabalho na agricultura paulista. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 75.

_____. A Intensificação das Relações Capitalistas de Produção e o Trabalho da Mulher na Agricultura Canavieira – São Paulo – Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 6., 1985, Garanhuns. **Anais...** (Comunicações) Garanhuns: Fundação Joaquim Nabuco, 1985. p. 85.

ROSSINI, Rosa Ester. Mulher e trabalho: imposição ou libertação o trabalho na agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 167.

_____. Mulher e família: Dinâmica do mercado de trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume II) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 116.

_____. Na região de Ribeirão Preto a agricultura canavieira se moderniza: os homens dirigem as máquinas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 162.

RUA, João. Modernização e tradicionalismo: implicações territoriais no município de Quissamã. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 93.

_____. Transformações sócio-espaciais do rural fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 300.

_____. Urbanização rural ou novas ruralidades? Uma contribuição geográfica para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 418.

SÁ, Alcindo José de. Espaço, Agricultura e Tecnologia: Uma Pequena Abordagem Empírica. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 77.

_____. O espaço citricultor paulista nos anos 90: a reafirmação de um meio técnico-científico-informacional da globalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 330.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lúcia H. O. Produção familiar integrada ao CAI brasileiro – a produção de pêssego no município de Pelotas – RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 264.

SANCHEZ, Miguel Cezar; BRAY, Silvio Carlos. O impacto do Proálcool e do Prooeste nos pequenos municípios em esvaziamento populacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 156.

SANFELICI, Daniel. et. al. Análise espaço-temporal das relações rural-urbano no município Terra de Areia/RS In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 170.

SANTOS, Almir Bispo; MENEZES, Ana Virgínia Costa. A ação do PRONAF na organização do espaço rural sergipano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 193.

SANTOS, A. F.; ANDRADE, J. A.; OLIVEIRA, A. G. Tobias Barreto: O Domínio da Pecuária e sua Influência na Atividade Comercial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 01.

SANTOS, Christiane. Rio de Janeiro – problemas no crescimento econômico e disparidades regionais. O quadro agrário neste contexto: limitações e perspectivas. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 75.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e; GERMANI, Guiomar Inez. Entre Várzea Grande (BA) e Jardim Ângela (SP) o ficar e o partir como estratégias de reprodução camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-26.

SANTOS, Elba Medeiros Punski dos. A produção da manga: um estudo de caso sobre a trajetória tecnológica no vale do São Francisco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 131.

SANTOS, Fernando J. Xavier de. Interpretações teóricas sobre o camponês e a questão agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 189.

SANTOS, Flávio L. A.; GERMANI, Guiomar Inez. Uma análise geográfica dos assentamentos rurais de reforma agrária: o exemplo do PA Terra Vista na Bahia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 322.

SANTOS, Jefferson Rodrigues; FONTOURA, Luiz Fernando M. A evolução do sistema previdenciário rural: elementos para um debate sobre a relação entre estado, campesinato e território no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 114.

SANTOS, Joelma Cristina; HESPANHOL, Antônio Nivaldo. O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente: o caso do município de Martinópolis – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 312.

SANTOS, Juliana J.; CHAVES, Manoel R. Valorização do ambiente rural e o ensino de Geografia: produção de material didático para escolas do município de Catalão (GO). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-14.

SANTOS, Luiz Carlos Araújo dos. Análise da mobilidade populacional e sua inserção nas atividades econômicas na microrregião de Chapadinha-MA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...**

(Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p.314.

SANTOS, Marcelo Cosme Lacerda dos. Considerações sobre a aplicabilidade do conceito de desenvolvimento sustentável: o exemplo de Nova Friburgo, Rio de Janeiro. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 42.

SANTOS, Núbia Dias do. As transformações no mundo agrário e o papel da educação. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 592.

SANTOS, Valdemiro Lopes. A pecuarização no recôncavo fumageiro: o caso de São Gonçalo dos Campos – BA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 360.

_____. Conseqüências da pecuarização em São Gonçalo dos Campos/BA. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-B) Maringá: UEM, 1992. p. 589.

SAQUET, D. B.; FLÁVIO, L. C.; SAQUET, M. A. Elementos da relação rural-urbano em São Jorge d'Oeste/PR In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 182.

SCHMIDT, Lisandro Pezzi; MENDES, Cesar Miranda. Novos conteúdos – novas formas: algumas transformações no espaço rural do município de Iguaraçu-PR (Canoa Grande) e o turismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 589.

SEABRA, Rogério dos Santos. Estudos sobre a comercialização agrícola no estado do Rio de Janeiro a partir do CEASA-RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 377.

SERAFIM, Ana Regina M. D. B. Rocha; TORRES, Edvânia. Do campo para a cidade: transformações na paisagem agrária de Belo Jardim – PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-24.

SERRA, Elpídio. Considerações sobre os processos de ocupação do norte do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 7., 1986, Belo Horizonte. **Anais...** (Conferências e Comunicações: Volume I) Belo Horizonte: UFMG, 1986. p. 204.

_____. Cooperativismo e Capitalismo, um casamento que deu certo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 151.

SEVERINO, Pedro Manoel; CLEPS JR., João. O êxodo rural e a conseqüente urbanização de Marialva – PR. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-B) Maringá: UEM, 1992. p. 406.

SILVA, A. B.; SOUZA, F. C.; ALMEIDA, M. G. A ocupação e o uso do espaço rural pelo turismo em Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 288.

SILVA, Ana Maria C. et. al. Cidade e campo no Brasil: uma alternativa em sala de aula. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 171

_____; SANTOS, Milton Ramos. Estudo comparativo das feiras-livres dos municípios da Escada e do Ribeirão – Pernambuco. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 8., 1987, Barra dos Coqueiros. **Anais...** (Mesas Redondas e Comunicações) Barra dos Coqueiros: UFS, 1987. p. 173.

SILVA, André Eduardo Ribeiro da. A territorialização da agroindústria canaveira: a antiga usina Amália em Santa Rosa de Viterbo – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 160.

SILVA, Carlos Alberto Franco; SOUZA, Estevão Alves. As práticas sócio-espaciais do Grupo André Maggi no processo de comercialização de grãos, na fronteira agrícola matogrossense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 315.

SILVA, Cátia A. et. al. A dimensão rural da metrópole: questões para o debate. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-23.

SILVA, Daniella Pereira de Souza; GALVÃO, Patrícia Lins de Arroxelas. Turistificação do espaço rural na Zona da Mata de Pernambuco: Análise das interfaces entre as relações cidade x campo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-16.

SILVA, Diânice Oriane. A educação escolar no meio rural: a formação do educando cidadão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 256.

_____. A agricultura familiar como viabilidade de desenvolvimento territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 89.

SILVA, Flávia A. O. da. O processo de diferenciação sócio-espacial em assentamentos rurais: o caso dos assentamentos “Palmares” e “Palmares Sul” na região sudeste do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 405.

SILVA, Gerson; MENDES, Cesar Miranda. Relações entre o rural e o urbano num contexto habitacional – a verticalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 84.

SILVA, João Luiz de Figueiredo. Relação cidade-campo: as vertentes teóricas da teoria social-crítica e o caso do município de Três Rios – RJ. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 264.

SILVA, João Marcio Palheta da. A emergência de novos municípios no corredor da estrada de ferro Carajás no sudeste do Pará. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 211.

SILVA, Joseleide B.; DINIZ, Lincoln S. O binômio engenho-pobreza no brejo paraibano: uma análise sócio-espacial da relação campo-cidade na produção das periferias rururbanas do município de Areia/PB. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 19., 2009, São Paulo. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) São Paulo: USP, 2009. pp. 1-15.

SILVA, Leonardo Martins da et. al. A igreja e os movimentos sociais: uma reflexão sobre a cidade de Goiás. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 399.

SILVA, Márcia Ap. Procopio; SANCHEZ, Miguel Cesar. Transformações recentes no espaço rural da Dira de Araçatuba – SP, 1990-95. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 197.

SILVA, Marlene Maria; SANTOS, José Hildo. Horticultura e transformação do espaço no agreste de Pernambuco: as “regiões” hortícolas de Camocim de São Félix e Chão Grande-Gravatá. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 9., 1988, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 1988. p. 101.

_____. O trabalho remunerado da mulher no domicílio: mais um passo no cerco do capital ao pequeno produtor agrícola do agreste pernambucano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 87.

SILVA, Mônica Cristina; CALAÇA, Manoel. Mobilidade populacional no município de Rio Verde-GO no período de 1970 a 2000. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 365.

SILVA, Rusvênia L. B. Rodrigues da. Produção do espaço dos assentamentos rurais: o camponês enquanto identidade em questão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 382.

SILVA, Sylvio Carlos B. M. S.; SOUTO, Paulo Heimar. Políticas públicas e a organização espacial do litoral norte sergipano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 249.

SILVA, Sylvio Carlos B. M. Dos espaços rurais aos territórios: o papel da organização sócio-territorial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Conferências) Petrolina: UFPE, 2002. p. 93.

SILVA, Tânia Elias M.; FONSECA, Vânia. O projeto irrigado de Propriá: um estudo avaliativo. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 150.

SILVEIRA, Hélio; CARVALHO, Wolmar A. A organização do espaço agrário de Cidade Gaúcha – PR. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 379.

SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. O impacto político-eleitoral do Assentamento Reunidas no município de Promissão. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 197.

SOSA JR., Denir de Oliveira; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. O processo de reterritorialização de pequenos produtores assentados na campanha gaúcha. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 98.

SOUSA, João V. F.; COELHO, L. F.; FERRAZ, R. A. O Espaço rural e suas novas dinâmicas: Macaé como estudo de caso. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-18.

SOUZA, Acássia Cristina. Organização da Colônia Boa Hora (Itabi/SE) e as estratégias de reprodução camponesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 197.

SOUZA, Fábio C.; ALMEIDA, Maria G. Do rural ao urbano: alimentação e mudanças nas práticas alimentares. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-21.

SOUZA, Maria Adélia Ap.; SADER Maria R. Toledo. Políticas de Planejamento rural no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2., 1979, Águas de São Pedro. **Anais...** (Tema 3) Águas de São Pedro: Associação de Geografia Teórica e UNESP/Rio Claro, 1979. p. 01.

SOUZA, Paulo César; HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A resistência dos bairros rurais no município de Martinópolis/SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 220.

SOUZA, Rita C. M. de; BRAY, Sílvio Carlos. Algumas considerações sobre o uso de agrotóxicos nos assentamentos rurais de Casa Branca e Araras – SP. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 325.

SPECHT, Rozimary; BLUME, Roni. A ruralidade e a percepção do binômio rural-urbano no município de Salvador do Sul – RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 259.

STOCK, Aline Beatriz; BEZZI, Meri Lurdes. A diversificação da agricultura em São Paulo das Missões - RS e as novas formas de reorganização espacial. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 17., 2004, Gramado. **Anais eletrônicos...** (Comunicações) Gramado: UFRGS, 2004. p. 134.

SUZUKI, Júlio César. Políticas territoriais e ocupação do oeste brasileiro: “Marcha para o Oeste” e colônias agrícolas estaduais em Rondonópolis – MT. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 50.

_____. Modernização agrícola e intensificação da concentração fundiária: o estudo da apropriação de terras no campo em Rondonópolis (1960 – 1985). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 53.

_____. Frente de expansão e pioneira: da temporalidade única à coexistência de tempos históricos. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 248.

_____. Geografia Agrária: gênese e diversidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Mesa-Redonda) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 01-24.

TARGINO, Ivan. Efeitos da modernização agrícola sobre a população e o emprego rurais na Paraíba. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 238.

TAVARES, Nádia Lúcia; GEBARA, José Jorge. A valorização do espaço no município de Itapetinga (SP) – 1970 a 1990. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 11., 1992, Maringá. **Anais...** (Volume I-A) Maringá: UEM, 1992. p. 94.

TEIXEIRA, Márcio Antônio. Os estudos rurais estão em crise? In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume II – Mesas Redondas) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 52.

TEIXEIRA, Wilson Antônio. Características do cooperativismo e multicooperativismo no processo geoeconômico do norte do Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 97.

TERHORST, Armindo A. Viabilização técnico-econômica da pequena propriedade rural do Rio Grande do Sul. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Reforma Agrária) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 23.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 178.

TSUKAMOTO, Ruth Youko. Hokkaido: um exemplo da agricultura japonesa. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., 1998, Presidente Prudente. **Anais...** (Volume I - Comunicações) Presidente Prudente: UNESP/Presidente Prudente, 1998. p. 373.

TUBALDINI, Maria Ap. dos Santos. Urbanização e modernização da agricultura no estado de Minas Gerais – 1970. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 20.

_____.; JUNQUEIRA, Úrsula P. M. Estrutura fundiária e relação de trabalhos na horticultura em Ibireté = M.G. – um estudo da pequena produção. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 197.

_____. Contribuição para o debate: o ensino de Geografia Agrária. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume I - Mesa Redonda) Diamantina: UFMG, 1996. p. 15.

_____. Da agricultura tradicional à moderna: e a alternativa agroecológica para a agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Conferências) Petrolina: UFPE, 2002. p. 87.

VALE, Maíra Vieira; CHIAPPINI, Priscila Bastos. A globalização agrária brasileira e sua interface com o ambiente urbano: o caso do norte fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-9.

VARGAS, Maria Augusta M.; ALMEIDA, Maria Geralda. Um estudo etnogeográfico do semi-árido sergipano. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 13., 1996, Diamantina. **Anais...** (Volume II - Comunicações) Diamantina: UFMG, 1996. p. 241.

VASCONCELOS, Carlos Alberto; PINTO, Josefa Eliane S. de Siqueira. Espacialização da citricultura no município de Sairé – PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 135.

VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira; SAMPAIO, José Levi Furtado. A propriedade da terra em Abaiara – CE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 103.

VASCONCELOS, Maria Rosalva Santos. O processo de comercialização do coco-da-baía nos municípios de Igarassu e Itapissuma – PE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 142.

VERA FILHO, Rafael Rodas. Estudo de caso do assentamento de Terra Nova (Bahia) no aspecto trabalho em tempo parcial deslocalizado (1997-2000). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 395.

VIANA, Gessilda da Silva. A cooperação agrícola no MST. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 393.

VIEIRA, Rute. A feira livre de Taperoá – PB: cultura e resistência. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 18., 2006, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** (Painel) Rio de Janeiro: UERJ, 2006. pp. 1-22.

VILELA, Rosângela Araújo. Mobilidade ocupacional e espacial dos pequenos produtores camponeses na fronteira agrícola da Amazônia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 3., 1980, Itatiaia. **Anais...** (Comunicações) Itatiaia: UFRJ, 1980. p. 29.

VILLALOBOS, Jorge U. Guerra. Olarias nas pequenas propriedades de Rio Claro (S.P.). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 10., 1990, Teresópolis. **Anais...** (Volume I) Teresópolis: UFRJ, 1990. p. 334.

VOLPI, Julio C; NIELSEN, Shirley D. A questão locacional e a produção agrícola hortigranjeira na região metropolitana de Porto Alegre. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 5., 1984, Santa Maria. **Anais...** (Comunicações) Santa Maria: UFSM, 1984. p. 30.

XAVIER, Luciano de Souza; SANTANA, Neiva Maria Pio. (Re)estrutura regional: o espaço da agropecuária e a transformação da paisagem na alta bacia do Rio Araguaia. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 144.

ZAAR, Miriam Hermi. A reprodução da agricultura familiar com a construção da binacional Itaipu. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 15., 2000, Goiânia. **Anais...** (Comunicações) Goiânia: UFG, 2000. p. 163.

ZIMIANI, Adriane. Transformações na agricultura e constituição do mercado de trabalho no município de Garça (SP). In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 12., 1994, Águas de São Pedro. **Anais...** (Comunicações) Águas de São Pedro: UNESP/Rio Claro, 1994. p. 104.

WANDERLEY, Lílian de Lins. Transformações no espaço agrícola da zona de expansão de Aracajú-SE. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 16., 2002, Petrolina. **Anais...** (Comunicações) Petrolina: UFPE, 2002. p. 353.

APÊNDICE E – Observações a respeito da distribuição da quantidade de trabalhos publicados nos anais dos ENGAs.

Dedicamos esse texto à investigação da distribuição da quantidade de trabalhos publicada em anais dos dezenove ENGAs. Organizamos essas observações em forma de apêndice para evitar eventuais confusões por parte do leitor, uma vez que, no texto, vínhamos caracterizando a fonte de dados da pesquisa bibliográfica (composta por 281 trabalhos) e aqui iremos trabalhar com a quantidade total de trabalhos publicados nos anais (cerca de 1850).

Não pretendemos examinar estatisticamente esses números. Procuramos simplesmente observar a distribuição da publicação no intuito de comprovar se a quantidade de trabalhos tem aumentado ao longo da realização dos encontros – conforme percebemos no decorrer da pesquisa – e investigar a hipótese que formulamos intuitivamente no manuseio e análise desses anais, qual seja: a publicação de anais do tipo eletrônico pode ter contribuído para o aumento do número de trabalhos aceitos nas Sessões de Comunicações dos ENGAs uma vez que seu custo é menor do que o de anais impressos.

Não obstante a importância de atividades como Mesas e Conferências nos eventos, geralmente essas atividades reúnem pequena quantidade de textos, porque habitualmente são compostas por convidados – de um a quatro palestrantes – sendo que comumente se realizam cerca de quatro mesas por evento. Desta forma, verificamos que a grande maioria dos textos que compõe os anais corresponde aos textos publicados em Sessões de Comunicação.

Assim sendo, consideramos importante analisar a distribuição da quantidade de trabalhos nos ENGAs. A partir da observação dessa distribuição, sintetizada na Tabela 1, percebemos que alguns eventos apresentavam uma quantidade aproximada de trabalhos publicados, de forma que poderíamos agrupar os dezenove encontros em quatro grupos. Com base nessa divisão julgamos que seria interessante identificar a média de trabalhos publicados por grupo para avaliar a evolução da distribuição da quantidade de trabalhos ao longo dos ENGAs.

Percebemos que, no geral, a quantidade de trabalhos aumentou, embora com algumas flutuações entre os eventos do mesmo grupo. O grupo 3 nos pareceu particularmente intrigante por apresentar variações bastante significativas, no entan-

to não fomos capazes de explicar essas flutuações analisando os dados que possuímos.

Após definirmos os quatro grupos, retornamos à análise dos anais e descobrimos um dado interessante: a quantidade de páginas por trabalho nas Sessões de Comunicação. Notamos a variação da quantidade de páginas por trabalho e pudemos associá-la aos diferentes grupos.

Na Tabela 1, organizamos alguns elementos que podem subsidiar nossas observações a respeito da distribuição de trabalhos publicados nos ENGAs.

Tabela 1 – Síntese da distribuição da quantidade de trabalhos publicados por ENGA.

ENGAs	Anos	Quantidade de Trabalhos	Grupos	Média de trabalhos por grupo	Número de páginas por trabalho
I	1978	17	1	16	5 a 10
II	1979	21*			
III	1980	11			
IV	1983	15			
V	1984	49	2	46	5 a 20
VI	1985	44			
VII	1986	32			
VIII	1987	46			
IX	1988	41			
X	1990	47*			
XI	1992	63	3	128	1 a 6
XII	1994	110			
XIII	1996	83			
XIV	1998	172			
XV	2000	150			
XVI	2002	241	4	236	1 a 4
XVII [♦]	2004	212			10 a 35
XVIII [♦]	2006	239			
XIX [♦]	2009	255			

Fonte: Dados da Pesquisa (2010).

* Quantidade estimada de trabalhos publicados.

♦ Publicação de trabalhos em anais eletrônicos.

A partir da análise da Tabela 1, podemos constatar elevação no número de trabalhos publicados ao longo dos eventos. Mesmo com algumas pequenas flutuações no interior dos grupos, a média de trabalhos publicados por grupos nos revela o progressivo aumento da quantidade de trabalhos publicados nos anais dos ENGAs.

A partir dos dados referentes à quantidade de trabalhos por ENGA construímos o gráfico da Figura 1 para visualizar melhor essa distribuição.

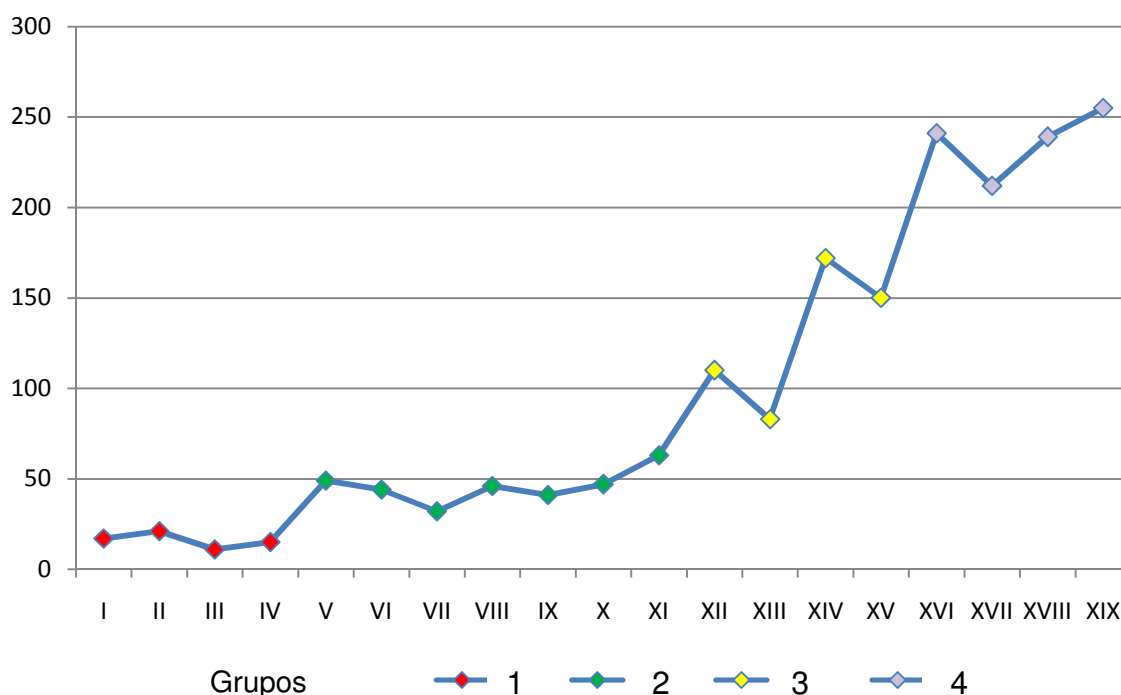


Figura 1 – Distribuição da quantidade de trabalhos publicados nos anais dos dezoito ENGAs.

Fonte: Dados da Pesquisa (2010).

Analisando a Tabela 1 e a Figura 1, observamos que os quatro primeiros eventos, reunidos no grupo 1, apresentaram baixa média de publicação de trabalhos, com cerca de 16 trabalhos por ENGA. Acreditamos que isso deve estar relacionado ao início da estruturação dos eventos e sua consolidação no cenário nacional.

De forma geral, os trabalhos publicados nos anais desses eventos apresentavam de cinco a dez páginas, exceto em alguns casos de textos de convidados (Mesas e Conferências, Anexos e Textos para Discussão).

O grupo 2, constituído pelos eventos de V a XI, apresentou elevação no número de trabalhos publicados – atingindo a média de 46 trabalhos por ENGA – e também na quantidade de páginas por trabalho: as obras publicadas nas Sessões de Comunicações desse grupo apresentaram de cinco a vinte páginas por trabalho, sendo que alguns textos de convidados ultrapassaram essa medida.

Em relação a esse grupo é interessante destacar que a partir do V ENGA identificamos, na composição dos anais, a participação ainda que tímida, de textos elaborados por estudantes, principalmente de pós-graduação.

Já ao observarmos o grupo 3, constituído pelos eventos XII a XV ENGA, podemos constatar que o considerável aumento na quantidade de trabalhos – com média de 128 trabalhos por evento – esteve associado à uma drástica redução do número de páginas dos textos das Sessões de Comunicações, variando entre uma e seis páginas.

No grupo 4, XVI a XIX ENGA, observamos outro significativo aumento na quantidade de trabalhos, com a média de 236 trabalhos por evento. No entanto, os trabalhos publicados como Comunicações no XVI ENGA – o último que apresentou anais impressos – ainda apresentaram pequena quantidade de páginas por trabalho, entre uma e quatro páginas.

Foi somente com o início da publicação sob a forma de anais eletrônicos que os trabalhos dos ENGAs se elevaram em quantidade e os textos das Sessões de Comunicação puderam ser disponibilizados com maior quantidade de páginas, de dez a trinta e cinco páginas.

Com base nessas observações, acreditamos que a publicação dos trabalhos em anais eletrônicos nos últimos anos pode ser considerada como um importante fator para se compreender a elevação da quantidade de trabalhos em Sessões de Comunicação. Obviamente outros fatores estão associados à essa elevação, sobretudo a consolidação e visibilidade do evento no meio acadêmico nacional (na Geografia e em ciências afins) e a criação e expansão de cursos de graduação, pós-graduação e grupos de pesquisa.

Registramos a importância da publicação de texto integral nos anais dos eventos científicos como forma de socialização de saber e valorização do trabalho do pesquisador.

ANEXOS

ANEXO A - Síntese da Geografia Agrária brasileira

Momento °	Designação	Período	Paradigma	Características Teórico-metodológicas	Características Socioeconômicas	Temáticas
Não-Geográfico	Estudos não-geográficos	Séc. XVIII, XIX até 1934	-----	Inexistência de método científico	Hegemonia agrícola	Informações sobre diferentes áreas e culturas
Sistematização da Geografia	Geografia Agrária Clássica	1934 a meados dos anos 60	Diferenciação de áreas	Introdução do método científico sob influência francesa/alemã, descrição, interpretação, síntese, valorização do trabalho de campo	Domínio da agricultura, início da industrialização/urbanização	Caracterização, classificação e distribuição de produtos agrícolas por áreas, colonização, hábitat rural, paisagem rural
Emergente	Geografia Agrária Quantitativa	Meados dos anos 60 a meados dos anos 70	Classificatório	Enfoque classificatório, utilização de modelos estatísticos e matemáticos	Desenvolvimento urbano-industrial, introdução do processo de modernização da agricultura	Estudos classificatórios, tipologia agrícola, caracterização social, funcional e econômica da agricultura, uso da terra, organização agrária
	Geografia Agrária Social	1975 a 1995 *	Interação e ação sobre o espaço	Enfoque pragmático, análise da agricultura no contexto do desenvolvimento rural	Êxodo rural, constituição do CAI, capitalização e industrialização da agricultura	Transformação do espaço rural, modernização da agricultura, relações de trabalho, desenvolvimento rural, desequilíbrios regionais, pequena produção, produção familiar, agroindústria

Fonte: Ferreira (2002, p. 63).

° Adaptação de Ferreira (2002) elaborada por Karina F. T. V. Neves (2009).

* A autora esclarece que 1995 foi o último ano de referência dos trabalhos levantados na pesquisa.

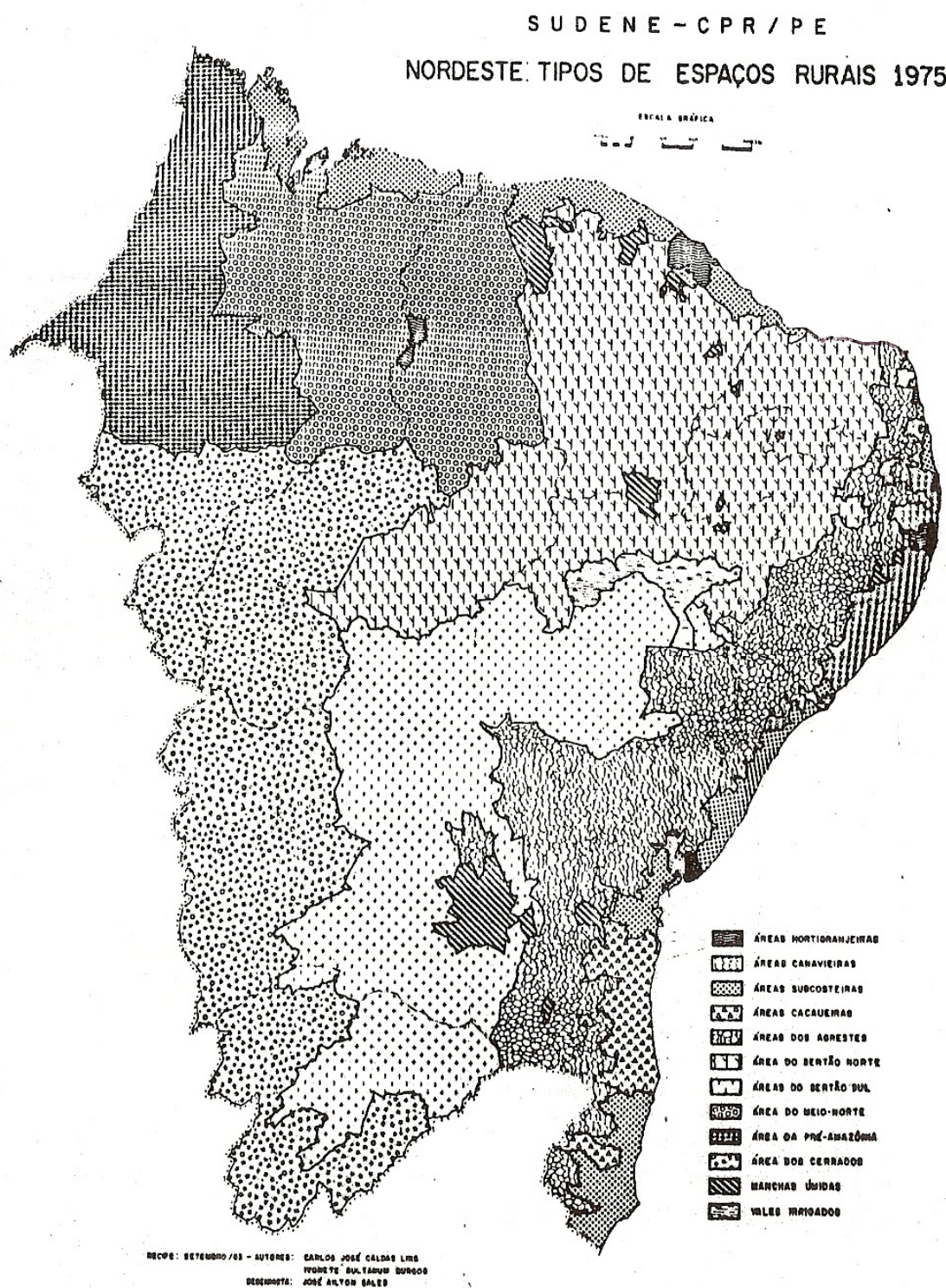
ANEXO B - Agrupamento abrangente das correntes teórico-metodológicas¹³⁶

Pesquisas empírico-analíticas	Pesquisas crítico-dialéticas	Pesquisas fenomenológico-hermenêuticas
Articulação lógica		
<i>Nível técnico</i>		
Utilização de técnicas de coleta	Técnicas não quantitativas	Técnicas qualitativas
Técnicas descritivas	Histórias e análise do discurso	Histórias de vida e discurso próprio
Técnicas de análise de conteúdo	Incorporação dos dados contraditórios	Incorporação da informação a partir da postura do investigador
Obtenção de dados secundários ou por questionários e entrevistas	Pesquisa-ação; pesquisa participante; entrevistas; observação	Pesquisa participante; entrevistas; relatos de vivências; observação; alternativas e inovadoras
<i>Nível teórico</i>		
Autores clássicos do positivismo e da ciência analítica	Postura marcadamente crítica	Postura crítica e autores da fenomenologia
Tratamento dos temas a partir da definição das variáveis	Tentativa de desvendar conflitos de interesse	Interesse em desvendar as características do objeto
Fundamentação teórica na forma de revisão bibliográfica e especificação das variáveis manipuladas nas situações experimentais	Fundamentação teórica através da eleição das categorias de análise na sua articulação com a realidade estudada	Fundamentação teórica através da postura do pesquisador e da eleição das especificidades dos objetos
Neutralidade axiológica do método científico e imparcialidade do pesquisador; harmonia e equilíbrio para a produtividade	Questionamento da visão estática da realidade; Apontamentos para o “caráter transformador” dos fenômenos	Denúncia e explicitação das ideologias subjacentes; deciframento de discursos, textos, comunicações
Neutralidade do método científico e imparcialidade do pesquisador	Preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica	Preocupação com a interpretação da realidade pela óptica teórica do pesquisador
Necessidade de diferenciar a ciência da crítica	Resgate da dimensão histórica	Análise da individualidade do fenômeno
Controle da situação, fenômeno ou da clientela estudada	Estabelecimento de possibilidades de mudanças	Controle da leitura e da interpretação do fenômeno
<i>Nível epistemológico</i>		
O conceito de causa é eixo da explicação científica	Concepção de causalidade como inter-relação entre os fenômenos	Ausência de causalidade e privilégio do fenômeno

¹³⁶ Esse anexo consiste na reprodução do conteúdo do quadro organizado por Spósito (2004, p. 52-53).

A relação causal se explicita no experimento, sistematização e controle dos dados através das análises estatísticas posteriores	Inter-relação do todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica, intelectual etc	Inter-relação do todo com as partes e vice-versa; decomposição dos elementos constituintes do fenômeno e abordagem do fenômeno individualmente
Pesquisas empírico-analíticas	Pesquisas crítico-dialéticas	Pesquisas fenomenológico-hermenêuticas
<p>Validação da prova científica fundamentada nos testes dos instrumentos de coleta e tratamento dos dados, e ainda através dos modelos de sistematização das variáveis e na definição operacional dos termos (racionalidade técnico - instrumental)</p> <p>Concepção de ciência baseada na causalidade; percepção empírica e linguagem matemática</p> <p>Causalidade</p> <p>A-crítica</p>	<p>Validação fundamentada na lógica do movimento em espiral e da transformação da matéria, e no método que explicita a dinâmica das contradições internas dos fenômenos – relação sociedade-natureza, reflexão, teoria-prática, público-privado (razão transformadora)</p> <p>Concepção de ciência como categoria histórica, mediação homem-natureza; origem empírica objetiva do conhecimento</p> <p>Ação</p> <p>Crítica e autocrítica</p>	<p>Validação fundamentada na lógica interna do fenômeno e da razão, a partir do detalhamento da descrição e da capacidade hermenêutica de leitura dos resultados da investigação (apreensão, no nível racional, da realidade fenomênica), baseado na capacidade de interpretação do investigador</p> <p>Concepção de ciência: variantes explicadas por uma invariante (estrutura cognitiva) e pela essência dos fenômenos</p> <p>Interpretação</p> <p>Crítica e radical</p>

ANEXO C – Reprodução do mapa “Nordeste: tipos de espaços rurais 1975”



Fonte: LINS e BURGOS (1985, p. 127).